

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ ROGÉRIO LOPES SILVA

**DISCURSO DE ÓDIO NO FACEBOOK: A CONSTRUÇÃO DA  
INCIVILIDADE E DO DESRESPEITO NAS *FAN-PAGES* DOS DEPUTADOS  
JAIR BOLSONARO, MARCO FELICIANO E ROGÉRIO PENINHA  
MENDONÇA.**

CURITIBA

2018

LUIZ ROGÉRIO LOPES SILVA

**DISCURSO DE ÓDIO NO FACEBOOK: A CONSTRUÇÃO DA  
INCIVILIDADE E DO DESRESPEITO NAS *FAN-PAGES* DOS DEPUTADOS  
JAIR BOLSONARO, MARCO FELICIANO E ROGÉRIO PENINHA  
MENDONÇA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de concentração Comunicação e Sociedade, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio

CURITIBA

2018

Catálogo na publicação  
Sistema de Bibliotecas UFPR  
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral

Silva, Luiz Rogério Lopes

Discurso de ódio no Facebook: a construção da incivilidade e do desrespeito nas *fan-pages* dos deputados Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e Rogério Peninha Mendonça / Luiz Rogério Lopes Silva. – Curitiba, 2018.

184 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná.

1. Discursos de ódio. 2. Mídias sociais - Comportamento dos usuários 3. Deputados - Brasil I.Título.

CDD 302.2



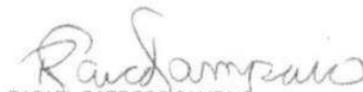
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUIZ ROGÉRIO LOPES SILVA** intitulada: **DISCURSO DE ÓDIO NO FACEBOOK: A CONSTRUÇÃO DA INCIVILIDADE E DO DESRESPEITO NAS FAN-PAGES DOS DEPUTADOS JAIR BOLSONARO, MARCOS FELICIANO E ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 02 de Março de 2018.

  
RAFAEL CARDOSO SAMPAIO

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
ARTHUR CEZAR DE ARAÚJO ITUASSU FILHO

Avaliador Externo (PUC-RIO)

  
KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO

Avaliador Interno (UFPR)

*“Tem que bater! Tem que matar! Engrossa a gritaria.  
Filha do medo, a raiva (o discurso de ódio) é mãe da covardia.  
Ou doido sou eu que escuto vozes?  
Não há gente tão insana? Nem caravana do Arará?  
Não há, não há”.*

*CHICO BUARQUE  
As Caravanas*

## RESUMO

As Mídias Sociais, em especial o Facebook, plataforma observada nesta pesquisa, têm se apresentado como arenas de fomento ao ódio e incitação a violência ao permitirem que usuários externem opiniões de cunho discriminatório de origem, raça, cor, credo, idade e orientação sexual. Nelas, a incivilidade e o desrespeito são fenômenos recorrentes e representam um atraso à democracia, ao debate público, à dignidade da pessoa e à direitos fundamentais. Este trabalho investiga o discurso de ódio presente nas *fan-pages* de três parlamentares com visibilidade midiática e representam espectro ideológico extremista no Brasil – Jair Bolsonaro (ex-militar), Marco Feliciano (pastor evangélico) e Rogério Peninha (agrônomo) – ao longo dos anos 2013-2016. O objetivo é identificar e analisar as práticas de incivilidade e desrespeito que se configuraram nestes espaços e sua inferência nas redes de usuários a fim de compreender de que maneira o discurso de ódio é construído e direcionado no site de rede social. Para isso, utilizamos de abordagem quantitativa, por meio de Análise de Conteúdo. A coleta de postagens e comentários foi realizada pelo *software* Netvizz e o universo definido por palavras-chave. Um API (*Application Programming Interface*), desenvolvido especialmente para a pesquisa, filtrou e organizou os *posts* e *comments* num arquivo .tab, codificando automaticamente 9 (nove) das 17 (dezesete) variáveis propostas de um total de 121.747 comentários filtrados em 4.617 postagens; as outras 6 (seis) variáveis foram codificadas manualmente por meio de amostragem em multiestágio. Espera-se que as análises e discussões geradas pelo trabalho possam contribuir com os estudos de discurso de ódio em ambiente digital e encorajar futuras pesquisas de maior alcance.

**Palavras-chave:** Discurso de ódio. Incivilidade. Jair Bolsonaro. Marco Feliciano. Rogério Peninha.

## **ABSTRACT**

The Social media, especially Facebook, a platform observed in this research, have been presented as arenas for fomenting hatred and inciting violence by allowing users to express discriminatory opinions of origin, race, color, creed, age and sexual orientation. In them, incivility and disrespect are recurrent phenomena and represent a backwardness to democracy, public debate, dignity of the person and fundamental rights. This work investigates the hate speech present in the fan-pages of three parliamentarians with great media visibility and who well represent the extremist ideological spectrum in Brazil - Jair Bolsonaro (ex-military), Marco Feliciano (evangelical pastor) and Rogério Peninha (agronomist) - over the years 2013-2016. The objective is to identify and analyze the practices of incivility and disrespect that have been configured in these spaces and their inference in the network of users in order to understand how the hate speech is constructed and directed in the social network site. For this, we use a quantitative approach, through Content Analysis. The collection of posts and comments was performed by Netvizz software and the universe defined by keywords. An API (Application Programming Interface), specially developed for research, filtered and organized the posts and comments into a .tab file, automatically encoding 9 (nine) of the proposed 17 (seventeen) variables out of a total of 121.747 comments filtered in 4.617 posts; the other 6 (six) variables were manually coded by means of multistage sampling. It is expected that the analyzes and discussions generated by the work can contribute to the study of hate speech in the digital environment and encourage future research of greater scope.

**Keywords:** Hate speech. Incivility. Jair Bolsonaro. Marco Feliciano. Rogério Peninha.

## AGRADECIMENTOS

O mestrado representa novo começo de caminho em minha história. Tornou-se experiência acadêmica desafiadora e prazerosa. Na aula inaugural as palavras da professora Kelly Prudêncio alertavam sobre a provável e subjetiva travessia sem volta, já que – “pesquisa não é segunda opção” – e assim foi. Novos horizontes profissionais e pessoais se descortinaram, mudando as perspectivas implícitas em mim sobre o papel da ciência na construção de uma sociedade mais igualitária, justa e humana, e como é importante defender esse campo do conhecimento tão pouco reconhecido no Brasil.

A travessia só foi possível por ter sido coletiva, solidária e agregadora. Dessa forma, muitas pessoas se ajuntaram na tentativa de colaborar para que este trabalho alcançasse o seu objetivo. Agradeço, portanto, a minha família, mesmo distante geograficamente esboçou esforços para apoiar minhas decisões, tornando-se base para minha formação ética e da visão que tenho sobre a vida e suas oportunidades. À minha mãe, pai, irmãos e sobrinhos, os meus sinceros agradecimentos por serem parte intrínseca do que sou.

Não menos importante, em especial, minha gratidão à família que a vida me permitiu escolher – Inês, Welliton, Eliane e Mário. A exposição escrita deste trabalho só foi possível em razão do suporte compartilhado por vocês em todos os momentos. Só quem convive diretamente com pesquisadores sabe das dores e das alegrias que orbitam sobre os aspirantes ao curso.

Desde a concepção da ideia até a concretização da mesma muita energia foi despendida. Recarregá-la, foi, então, essencial para continuar firme no propósito. A motivação para prosseguir veio de diversas fontes auxiliaadoras que me deram sustento e ânimo e a cada uma delas vale minha manifestação de gratidão.

O exemplo sempre foi uma tônica forte para levar-me além. A atenção com que os professores do Programa de Comunicação da UFPR, em especial Kelly, Regiane, Carla e Rodrigo demonstraram ao transmitir conhecimento e agregar subsídio à pesquisa foi fundamental para me fazer sentir acolhido, apoiado e acreditar na possibilidade de encontrar espaço dentro da Academia. A vocês, meu reconhecimento por favor ou vantagem recebido por devotar tempo e atenção, somando, significativamente ao meu processo de aprendizagem. Procuo a todo instante seguir os seus exemplos como paradigmas e copiá-los, intencionalmente, com o desígnio de ser um pouco do que vocês são enquanto professores e exemplo de orientadores.

Ao meu orientador, Rafael Sampaio reservo agradecimentos especiais por auxiliar-me com sua maneira peculiar, dando-me sustentação na travessia. Certamente não fui o mais aplicado dos “padawans”, todavia, tentei realizar esta dissertação, destinando a maior parcela dos meus esforços na tentativa de quem sabe, um dia me aproximar da qualidade profissional que possuiis enquanto pesquisador.

Há quem diga que pesquisar é uma tarefa solitária. Discordo. Meus colegas de equipe proporcionaram-me um jeito mais gostoso de “mestrar”: a torcida, a energia positiva, o elogio, a cooperação, a interação, a partilha, foram elementos essenciais para que pudesse intercambiar na associação de ideias, o que fez surgir concepção intelectual para o melhoramento do plano e o clareamento da representação mental. Agradeço a cada um deles por resistirem à vaidade acadêmica, à comparação de forças e as rupturas que o meio muitas vezes ocasiona. Não foi difícil encontrar colegas que se perderam ao priorizarem “qualis” e “lattes” em detrimento ao “conhecimento” e “pessoas”. Que possamos seguir construindo a ciência desse país sem perder a essência do “porquê”.

Não posso deixar de mencionar colegas de caminhada que firmaram parceria com propósito de prestar auxílio, diretamente, nos encaminhamentos desta pesquisa. À Leila, Pedro, Bruno, Cintia e Helen, minha retribuição pelas conversas, dicas, codificações e “slides de variáveis” que nos aproximaram e nos tornaram amigos, fiéis parceiros, coirmãos. Da mesma forma mostro-me grato ao meu grupo de pesquisa – COMPA – por ter reunido entendimento metodológico nesse processo, e a outros profissionais externos à instituição, que de alguma maneira foram fonte de inspiração e promotores de críticas construtivas ao trabalho em execução. Obrigado professoras Regina Paulista, Ivana Paulatti e Adriana Baggio.

Duas pessoas tiveram papel crucial para que esta dissertação tivesse êxito: Thiago Betiato (desenvolvedor do API de filtragem) e Déborah Abrahão (codificadora). Ambos dedicaram, de forma voluntária, paciente e conciliadora, parcela da sucessão dos seus minutos e horas, sem falar na doação dos seus preciosos espaços em suas ocupações para compreender as ideias propostas por mim a efetuar as etapas metodológicas que aqui apresentei. Reforço minha admiração pessoal por cada um, esperando que em futuras pesquisas possamos nos ajudar a evoluir mais e mais naquilo que nos comprometemos realizar.

Agradeço ao meu grupo de estudos do Centro Universitário Unibrasil, formado pelos meus queridos alunos Artur, Nicolle, Gabriel, Caroline, Juliana, Lucas, Sabrina, Bruno e Thais, que diretamente auxiliaram na primeira etapa da pesquisa e mostraram

interesse em promover uma cultura de tolerância em suas próprias redes sociais digitais. Vocês recarregaram as energias na esperança de que tempos melhores virão e que mesmo o discurso de ódio estando presente, jamais superará as boas virtudes.

Na pessoa da minha coordenadora Maura Martins, agradeço a todo suporte que o UNIBRASIL ofereceu para que eu concluísse essa etapa com a tranquilidade necessária para me tornar um mestre não só diplomado, mas com a experiência significativa pedagogia do saber e da docência. Aos meus colegas professores do Centro Educacional, em especial a professora e parceira de todas as horas Vanessa Mezzadri, meu muitíssimo obrigado por se mostrarem tolerantes e comprometidos com a educação e com a vida de nossos alunos. Acredito ser esse o caminho da transformação social necessária para se alcançar o país que almejamos.

Mesmo se tratando de um produto acadêmico, o que pressupõe um distanciamento do sobrenatural, do místico e do transcendente, minha matriz cristã não pode deixar este espaço sem agradecer a Deus (em sua maior concepção de amor e sabedoria) por mais este grau alcançado, e sem macular a minha integridade, e sem ferir a dignidade de nenhuma pessoa (ao menos que eu saiba). Espero que a luz que me guiou até aqui seja a mesma que apontará outros horizontes que hão de vir.

Por fim, agradecer a vida! É aqui onde habita todos os segredos, desafios e virtudes, as gratidões e seus endereçamentos. Que ela, em todo seu mistério, permita-me continuar redescobrimo diariamente o sentido do meu caminhar, firme na consciência de que o espaço coletivo é o melhor lugar para a prática da razão vocacional do amor e da solidariedade por tudo aquilo que eterniza e perpetua o bem.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA1- TWEET DO DEPUTADO MARCO FELICIANO EM 2011. ....	38
FIGURA 2- COMENTÁRIO DA PÁGINA DIREITA SÃO PAULO EM MAIO DE 2017 .....	43
FIGURA 3- COMENTÁRIO DE ÓDIO INCIVIL .....	52
FIGURA 4- COMENTÁRIO DE ÓDIO DESRESPEITOSO.....	52
FIGURA 5- DADOS DA PESQUISA .....	80
FIGURA 6- EXEMPLO DE COMENTÁRIOS COM RELAÇÃO DIRETA E RELAÇÃO PARCIAL A PUBLICAÇÃO DE MARCO FELICIANO.....	91
FIGURA 7- POSTAGENS COM MAIOR ENGAJAMENTO E INCIDÊNCIA DE DISCURSO DE ÓDIO NA PÁGINA DE JAIR BOLSONARO ENTRE OS ANOS DE 2013-2016.....	93
FIGURA 8- POSTAGENS COM MAIOR ENGAJAMENTO E INCIDÊNCIA DE DISCURSO DE ÓDIO NA PÁGINA DE MARCO FELICIANO ENTRE OS ANOS DE 2013-2016.....	98
FIGURA 9- POSTAGENS COM MAIOR ENGAJAMENTO E INCIDÊNCIA DE DISCURSO DE ÓDIO NA PÁGINA DE R OGÉRIO PENINHA ENTRE OS ANOS DE 2013-2016.....	103

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- CORRELAÇÃO ENTRE TIPOS DE DISCURSO DE ÓDIO .....	28
QUADRO 2- OS TRÊS PARLAMENTARES DE CADA BANCADA MAIS SEGUIDOS NO FACEBOOK EM JANEIRO DE 2017 .....	69
QUADRO 3 - NÚMERO DE POSTS E COMENTÁRIOS EXTRAÍDOS NOS ANOS DE 2013-2016 NAS PÁGINAS OFICIAIS DOS DEPUTADOS.....	77
QUADRO 4- PALAVRAS-CHAVE/EXPRESSÕES DE ÓDIO ESTABELECIDAS PARA A FILTRAGEM.....	78
QUADRO 5- ESTÁGIO PRIMÁRIO DE AMOSTRAGEM .....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1- COMENTÁRIOS FILTRADOS POR FAN-PAGE.....	84
GRAFICO 2- COMENTÁRIOS DE ÓDIO AO LONGO DOS ANOS .....	85
GRAFICO 3- TIPOS DE DISCURSO DE ÓDIO MAIS RECORRENTES .....	86
GRAFICO 4- COMENTÁRIOS OU RESPOSTAS A COMENTÁRIOS.....	89
GRAFICO 5- RELAÇÃO DO COMENTÁRIO COM A POSTAGEM .....	90
GRAFICO 6- COMPONENTE ENQUADRADO DO DISCURSO DE ÓDIO .....	108
GRAFICO 7- MANIFESTAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO .....	110
GRAFICO 8- TRANSMISSÃO DO DISCURSO ODIOSO .....	113
GRAFICO 9- USUÁRIO.....	114
GRAFICO 10- FORMA DE DISCURSO DE ÓDIO.....	116
GRAFICO 11- PISTAS PARALINGUÍSTICAS.....	122

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 DISCURSO DE ÓDIO E DEBATE PÚBLICO NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA DE DIREITOS.....</b>	<b>20</b>
2.1 OS TIPOS DE DISCURSO DE ÓDIO.....	27
2.1.1 Político/Partidário e Religioso.....	29
2.1.2 Sexismo e LGBTfobia.....	34
2.1.3 Racismo, Xenofobia e Aporofobia.....	38
2.1.4 Etariedade, Discriminação por Aparência e contra Pessoas com Deficiência. .	44
2.2 O DISCURSO DE ÓDIO EM DISCUSSÕES POLÍTICAS NA INTERNET: INCIVILIDADE OU DESRESPEITO? .....	48
<b>3 CARACTERÍSTICAS DO CONTEÚDO DO DISCURSO DE ÓDIO NO FACEBOOK.....</b>	<b>53</b>
3.1 HOMOFILIA E HETEROFILIA.....	60
3.2 PISTAS PARALINGUÍSTICAS DO ÓDIO.....	61
3.3 O USUÁRIO ODIADOR: <i>HATERS</i> , <i>TROLLS</i> E <i>NAYSAYERS</i> .....	63
<b>4 MÉTODOS E RESULTADOS.....</b>	<b>65</b>
4.1 A ONDA CONSERVADORA DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO 2015/2018.....	65
4.1.1 Jair Messias Bolsonaro.....	69
4.1.2 Marco Antônio Feliciano.....	71
4.1.3 Rogério Peninha Mendonça.....	73
4.2 QUESTÃO DE PESQUISA.....	75
4.3 COLETA DE DADOS.....	76
4.3.1 Filtragem dos dados.....	77
4.3.2 Amostragem.....	79
4.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO – VALIDADE, REPLICABILIDADE E CONFIABILIDADE.....	82
4.5 RESULTADOS.....	83
<b>5 DISCUSSÃO.....</b>	<b>123</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>166</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A internet proporcionou um estreitamento nas relações familiares entre amigos, parceiros amorosos, colegas de trabalho, apresentando-se necessária à dinâmica de comunicação como se sempre ali estivesse. A possibilidade de criar, publicar, distribuir e consumir conteúdos em um espaço de participação e livre expressão pessoal é uma realidade, no tempo em que as interações e trocas de opiniões entre as pessoas, instituições e organizações na internet já interferem na forma como as pessoas trabalham, vivem e pensam. Nesse contexto a Comunicação Mediada por Computador (CMC), assume-se como um forte modelo de comunicação facilitando o acesso à informação e conseqüentemente interferindo no exercício da cidadania, nas relações políticas, sociais e econômicas (PÉREZ LUNO, 2011; AMARAL, 2016). Todas as esferas da sociedade têm na internet possibilidades e funções que proporcionam mudanças significativas na vida humana; a rede mundial de computadores veio potencializar práticas anteriormente existentes, facilitando atividades e contribuindo para alterações nos comportamentos dos indivíduos (SANTANA et al., 2011; RIBEIRO, FALCÃO e SILVA, 2010).

Se por um lado a interação na internet é fator importante na organização e estruturação social, na projeção de informações e no conhecimento do ser humano, também é terreno fértil para ampliação de aspectos conflituosos da realidade palpável e do relacionamento social, como o ódio e todas as suas manifestações (PEZZELLA E BORBA, 2012; SANTOS, 2015). Timofeeva (2003, p. 256) aponta que a internet forneceu recursos exclusivos para expandir a propaganda do ódio. Para ela, a internet é “uma ferramenta relativamente barata e altamente eficaz para indivíduos ou grupos racistas espalharem ideias odiosas para uma audiência de milhares, senão milhões”. Hertz e Molnar (2012) num estudo sobre o discurso de ódio online observa que na internet há polarização, comportamento agressivo, sem restrições, e ataques muitas vezes anônimos à grupos dos quais o orador discorda ou não gosta. Dias (2007, p. 31) afirma que é na internet que se percebe grande parte dos “discursos de ódio sendo produzidos, legitimados e reproduzidos até a exaustão”. Os autores defendem que o conteúdo do discurso de ódio elimina ou minimiza o caráter comunicativo, as mensagens ao serem expressas deixam de ser recebidas como mensagens ou discursos, passando a ser interpretadas como atitudes e condutas.

As plataformas de Mídias Sociais são exemplos de espaços na internet onde diferentes grupos de interesses reproduzem atitudes e condutas de ódio. Estudos apontam que sites de redes sociais (SRS) como o Facebook, Twitter e Instagram desempenham um papel

instrumental na propagação do ódio e na tradução do discurso em ação (COHEN-ALMAGOR, 2010; XIANG et al., 2012; WANG et al., 2014; SANTOS, 2015; ROST, STAHEL e FREY, 2016). O conteúdo odioso externalizado nesses espaços pode assustar, intimidar ou silenciar usuários da plataforma, e alguns deles podem inspirar outros usuários a cometerem violência (SALLEM, DILLON, BENESCH e RUTHS, 2016). Páginas e perfis de figuras públicas, como atores políticos, por exemplo, são arenas favoráveis ao discurso de ódio e comportamentos de incivildade e desrespeito (PAPACHARISSI, 2004; COHEN-ALMAGOR, 2010; SANTOS, 2015). Na medida em que divergências políticas e sociais tomam formas mais extremas nestes espaços, o ódio pode surgir como uma consequência da formação de redes identitárias e da polarização.

O Facebook, como o SRS mais acessado no Brasil<sup>1</sup> e uma das plataformas de maior impacto e alcance do mundo, tem se esforçado para impor iniciativas de controle e cerceamento das práticas de discurso de ódio. Sheryl Sandberg, diretora de operações da rede social, afirma que *“não há espaço para ódio ou violência no Facebook”* e reforça que *“a rede social usa tecnologia como inteligência artificial para encontrar e remover propaganda terrorista, equipes com especialistas em contraterrorismo e revisores em todo o mundo para manter conteúdos extremistas fora da nossa plataforma”*<sup>2</sup>. A representante do Facebook no Brasil, Daniele Fontes<sup>3</sup>, em entrevista a assessoria da Câmara dos Deputados disse que a empresa adotou em 2017 uma ferramenta de proteção a imagens íntimas no Facebook, no Instagram e no Messenger além de ter criado o alerta de conta impostora, onde havendo clonagem de um perfil o dono do perfil original é imediatamente avisado.

Apesar dessas medidas, o Facebook permite que pessoas ou grupos continuem alcançando novas audiências, recrutando novos membros e criando comunidades de ódio (BEM-DAVID e MATAMOROS-FERNANDEZ, 2016) que possibilitam que a violência saia das telas e alcance as ruas. Um esforço entre governos internacionais, instituições de direitos humanos e empresas de redes sociais online tem procurado alternativas para conter o avanço da intolerância na internet. Com isso, pesquisas empíricas que buscam compreender a lógica do fenômeno e suas características particulares são de grande valia no desenvolvimento de

---

<sup>1</sup> Pesquisa Brasileira de Mídia 2014/2015

<sup>2</sup> Conforme <<http://tecnologia.ig.com.br/2017-06-23/facebook-discurso-odio.html>>. Acessado em 16 de Setembro de 2017.

<sup>3</sup> Debatedoras pedem medidas de proteção as mulheres contra violência na internet. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/549973-DEBATEDORAS-PEDEM-MEDIDAS-DE-PROTECAO-AS-MULHERES-CONTRA-VIOLENCIA-NA-INTERNET.html> Acessado em 02 de janeiro de 2018.

políticas e estratégias de educação à tolerância em rede, respeito às liberdades individuais e valorização da pluralidade social.

No contexto deste estudo, levamos em consideração os atributos linguísticos externalizados no Facebook que atingem grupos diferentes que historicamente enfrentaram discriminação na sociedade, incluindo representantes das comunidades LGBT, negra, mulheres e estrangeiros. Entendemos a plataforma como espaço de debate público e mobilização que em grande medida possibilita maior visibilidade ao discurso de ódio. Desta forma, o trabalho se ampara na premissa de que páginas oficiais de políticos conservadores e da chamada “nova direita”<sup>4</sup> são espaços de intolerância e discurso de ódio e que representam um perigo ao avanço dos direitos humanos, à dignidade da pessoa e consequentemente à democracia.

A dissertação se amparou nos estudos de direita organizados por Velasco e Cruz, Kaysel e Codas (2016) e estabeleceu uma relação entre minorias historicamente ultrajadas e Frentes Parlamentares (FP) que defendem interesses contrários às bandeiras progressistas. A partir daí identificamos 03 (três) Frentes Parlamentares de grande importância e representatividade no Congresso Nacional 2015/2018: Frente Parlamentar Agropecuária (Bancada do Boi) contrária aos direitos indígenas, aos movimentos sem-terra e questões do direito à terra (SIMIONATTO e COSTA, 2012); Frente Parlamentar Evangélica (Bancada da Bíblia) defensora de causas que evocam uma sociedade moral e provedora de ações que se transmutam na preferência por determinadas temáticas seculares específicas como o aborto e o casamento homoafetivo (DUARTE, 2012; BAPTISTA, 2009) e a Frente Parlamentar de Segurança Pública (Bancada da Bala) que tem agendas favoráveis a diminuição da maioria penal, revogação da lei de desarmamento e questões ligadas a segurança pública (FAGNELLO, 2016). O trabalho pretende analisar as características do discurso de ódio dentro de perfis políticos homofílicos para melhor entender a construção e dinamicidade da incivilidade e do desrespeito político/partidário, sexista, LGBTfóbico, racista, etário, aporofóbico, xenofóbico, religioso, de aparência e contra pessoas portadoras de necessidade especiais.

A pesquisa poderia se utilizar de outras frentes parlamentares e/ou atores políticos com espectro ideológico de centro ou de esquerda na intenção de realizar um contraponto entre as manifestações odiosas no Facebook; todavia, a escolha por uma corrente política de interesses comuns (extrema direita) justifica-se tanto pelo posicionamento ultra conservador de seus adeptos – o que já é um sinal de predileção à discriminação e ao preconceito - quanto pelo fato

---

<sup>4</sup> “uma postura política que conserva elementos da velha direita: *o capitalismo como modelo econômico e preconceitos morais tradicionais*, mas que reconhece e aceita as vantagens políticas das *políticas sociais* implementadas pela esquerda na região” (CODATO, BOLOGNESI E ROEDER, 2016, p. 121).

de movimentos extremistas sentirem-se representados neste posicionamento político, promovendo uma cultura antidemocrática, com atitudes de superioridade e violência para com as minorias abordadas nesta dissertação. Desta forma, reconhecemos o discurso de ódio dentro de uma lógica conservadora da “nova direita” como o mais apropriado para os fins desta pesquisa, embora admitimos que um comparativo entre perfis de políticos ligados a Frente Parlamentar de Direitos Humanos, por exemplo, e as FPs aqui apresentadas seria de grande valia no entendimento do fenômeno.

A pesquisa Medialogue 2017<sup>5</sup> revelou que entre 2013 e 2016, saltou de nove milhões para 58 milhões o número de brasileiros que seguem deputados federais e senadores nas redes. A pesquisa também apontou que dos 55 deputados com maior influência nos SRS, 38 pertencem a uma ou duas das FPs supracitadas. Desta forma, para a escolha do representante de cada uma das Frentes Parlamentares realizamos um levantamento<sup>6</sup> do número de seguidores das páginas oficiais dos deputados federais com presença no Facebook e filiados às bancadas. Optamos pelas páginas oficiais com maior número de curtidas, o que conseqüentemente resultou em *fan-pages* de parlamentares com grande visibilidade midiática e forte interação na plataforma. Sendo assim, os deputados federais Jair Messias Bolsonaro (PSL-RJ), Marco Antônio Feliciano (PSC-SP) e Rogério Mendonça Peninha (PMDB-SC) foram identificados como os com maior número de seguidores em janeiro de 2017. Além de sua representatividade no Facebook, os parlamentares Feliciano<sup>7</sup> e Bolsonaro<sup>8</sup> já responderam processos, amparados pelo foro parlamentar, por declarações de cunho misógino, homofóbico e racista nas redes sociais digitais ou em discursos públicos.

A dissertação tem como objetivo analisar as características do discurso de ódio nas interações dos parlamentares e dos usuários no Facebook por meio da relação entre postagens e comentários desrespeitosos e incivis em suas *fan-pages*. Para isso, serão observados os 10 (dez) tipos de discurso de ódio apresentados no dossiê de intolerância<sup>9</sup> e nos estudos de Istvan-

---

<sup>5</sup>Pesquisa Medialogue 2017. Disponível em: <<http://www.medialogue.com.br/novosite/wp-content/uploads/2016/10/Pesquisa-Medialogue-Politico-Digital-2016.pdf>>. Acesso em: 18 de Setembro de 2017.

<sup>6</sup> O relatório encontra-se nos apêndices desta dissertação.

<sup>7</sup>Pastor Marco Feliciano Reú por homofobia e estelionato. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/pastor-marco-feliciano-reu-por-homofobia-estelionato-7778274>>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

<sup>8</sup>Após declarações sobre índios e negros, Bolsonaro é acusado de Racismo. Disponível em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/04/06/internas\\_polbraeco,586638/apos-dar-declaracoes-sobre-indios-e-negros-bolsonaro-e-acusado-de-rac.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/04/06/internas_polbraeco,586638/apos-dar-declaracoes-sobre-indios-e-negros-bolsonaro-e-acusado-de-rac.shtml)>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

<sup>9</sup> Dossiê de Intolerância 2016. Disponível em: <<http://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/intolerancia-nas-redes/>> Acesso em: 19 de outubro de 2016.

Peter Ianto-Petnehazi (2014)<sup>10</sup>: sexismo, LGBTfobia, racismo, aporofobia, xenofobia, etariedade, político/partidário, religioso, por aparência e às pessoas com deficiência física e mental. Os objetivos específicos procuram identificar quantitativamente (a) as formas de discurso de ódio mais recorrentes; (b) as particularidades linguísticas e relacionais do conteúdo; (c) os modelos de transmissão e manifestação do fenômeno e (d) o tipo de usuário-odiador.

Os dados desta pesquisa foram extraídos pelo *software* Netvizz, abarcando todo o tempo de presença dos parlamentares no Facebook até o dia 31 de dezembro de 2016. A extração proveu um escopo de mais 12 (doze) mil postagens e de 08 (oito) milhões de comentários, que posteriormente passaram por técnicas de raspagem, filtragem e análise de conteúdo, numa abordagem de análise categorial com operações de desmembramento do texto em variáveis observando as dimensões sintática e semântica dos dados. O discurso de ódio velado ou explícito (ROSENFELD, 2001) foi identificado em 121.747 comentários alocados em 4.617 postagens.

A triangulação de técnicas vem ao encontro da proposta transdisciplinar da pesquisa, que perpassa campos do conhecimento e busca colaborar na compreensão de comportamentos envolvendo Mídias Sociais, política e discurso de ódio. A análise dos *posts* e comentários das páginas permitirá que, para além da função mobilizadora e informativa da rotina dos deputados, as *fan-pages* sejam caracterizadas, ou não, como espaços de fomento ao ódio e incitação à violência. Permitirá também, classificar os usuários como *Haters*, *Trolls* ou *Naysayers* na observância da forma como eles exercem intolerância. Com isso, informações pertinentes serão acrescentadas ao campo acadêmico no intuito de contestar ou reforçar as teorias vistas neste trabalho.

A pesquisa visa contribuir no desenvolvimento da temática e no esforço de combater a intolerância no meio digital trazendo à tona conhecimento empírico do discurso de ódio atrelado a figuras públicas e autoridades. A dissertação reforça o desafio do pesquisador na constante reflexão dos estudos das plataformas digitais, onde o acesso aos dados se tornou mais fácil, mas a análise e interpretação ainda precisam avançar. O resultado final dessa investigação servirá para a formação crítica de sujeitos na cultura digital e para maior transparência sobre o real problema do discurso de ódio nas Mídias Sociais, sobretudo a reverberação desse fenômeno nos SRSs operados por figuras públicas e atores políticos.

---

<sup>10</sup> USER-GENERATED HATE SPEECH: ANALYSIS, LESSONS LEARNT, AND POLICY IMPLICATIONS. THE CASE OF ROMANIA submetido ao Centro Europeu – Departamento de Ciência Política.

## **2 DISCURSO DE ÓDIO E DEBATE PÚBLICO NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA DE DIREITOS**

A literatura não oferece um conceito universal em relação ao discurso de ódio (WEBER, 2009), coexistindo diversos entendimentos acerca do fenômeno. Pesquisas multidisciplinares abordam o tema de várias maneiras: pelo viés jurídico e do direito (SARMENTO, 2006; BRUGGER, 2007; MEYER-PFLUF, 2009; CARCARÁ, 2014; SANTOS, 2015), na esfera comportamental (GLUCKSMANN, 2007; FREIRE FILHO, 2013; CARMO, 2016), nas relações sociais e políticas (PAPACHARISSI, 2004; SANTOS, 2014; HERTZ e MOLNARS, 2016) e em suas várias manifestações no ciberespaço (TIMOFFEVA, 2003; PFEFFER, ZORBACH e CARLEY, 2013; COE, KENSKI e RAINS, 2014; RECUERO, 2014; MAIA e RESENDE, 2016; BEM-DAVID e MATAMOROS-FERNANDEZ, 2016). Apesar do esforço, o entendimento do termo continua em construção.

A revisão teórica proposta nesta dissertação aborda o discurso de ódio sobre três aspectos: a tolerância, a dignidade da pessoa e a liberdade de expressão. Cada um dos pontos permite uma aproximação ao fenômeno e reforça o caráter prejudicial da prática nas relações sociais e políticas. Ao observar a ligação entre estes três aspectos, buscamos uma melhor identificação do que realmente seria discurso de ódio e não outra forma de conflito social. Sendo assim, seja nos espaços off-line ou nas interações na internet, o discurso de ódio precisa ser analisado invariavelmente na perspectiva de uma ação contrária à manutenção dos valores humanos e democráticos, o que implica compreender os três princípios supracitados.

A Declaração de Princípios sobre a Tolerância<sup>11</sup> da ONU de 1995 defini o termo tolerância como “o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e das nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos” (p.11). O documento versa ainda que a tolerância é uma necessidade política e jurídica; uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro; “tal virtude é sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo, da democracia e do Estado de Direito” (p.11/12).

O preâmbulo da Declaração de Princípios sobre a Tolerância traz a preocupação da ONU com o crescimento da intolerância:

---

<sup>11</sup> Declaração dos Princípios sobre a Tolerância. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

Alarmados pela intensificação atual da intolerância, da violência, do terrorismo, da xenofobia, do nacionalismo agressivo, do racismo, do anti-semitismo, da exclusão, da marginalização e da discriminação contra minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas, dos refugiados, dos trabalhadores migrantes, dos imigrantes e dos grupos vulneráveis da sociedade e também pelo aumento dos atos de violência e de intimidação cometidos contra pessoas que exercem sua liberdade de opinião e de expressão, todos comportamentos que ameaçam a consolidação da paz e da democracia no plano nacional e internacional e constituem obstáculos para o desenvolvimento. (DECLARAÇÃO DE PRÍNCÍPIOS SOBRE A TOLERÂNCIA, 1995, p.10)

O documento assinala tolerância não só como um princípio relevante, mas uma condição para a paz e o sucesso social e econômico de todos os povos. É a virtude essencial da convivência democrática e suas “exigências são importantes para a conversão dos Estados ao reconhecimento da sua incompetência em matéria de verdade e à sua compenetração na tarefa de realizar, em concreto a justiça e a paz” (CUNHA, 2010, p. 502). É, portanto, uma atitude que deve levar em consideração a dignidade da pessoa e seus direitos fundamentais de existir socialmente e exercer sua condição de indivíduo (CHELIKANI, 1999).

Bobbio (2002), Chelikani (1999) e Cardoso (2003) trabalham o tema pela ótica da verdade e da diversidade. Para eles, a tolerância é, essencialmente, uma virtude pessoal que reflete a atitude e a conduta social de um indivíduo ou comportamento de um grupo. Pode ser a ideia, a capacidade ou o gesto de voltar-se para uma realidade diferente de sua própria maneira de ser, de agir e de pensar; tal virtude permite (a) uma reflexão sobre a compatibilidade teórica e prática de verdades contrapostas, (b) combate ao preconceito e a discriminação e (c) “está condicionada à busca de alternativas de desenvolvimento socioeconômico aos modelos que produzem e reproduzem a desigualdade social pela exploração e dominação entre indivíduos, grupos e povos” (CARDOSO, 2003, p. 147).

Habermas (2007) defende uma cultura de tolerância estabelecida não de maneira unilateral ou monologicamente, mas alcançada dialogicamente por meio do intercâmbio racional entre cidadãos no contexto de uma comunidade democrática. Para ele, a democracia deve acionar uma cultura de tolerância “onde os participantes aprendam a assumir as perspectivas uns dos outros” (p.136). Ao se referir a tolerância religiosa, o autor afirma que “os cidadãos crentes são obrigados a estabelecer, entre suas convicções religiosas e seculares, uma espécie de equilíbrio ‘ético e teológico’” (p. 143) e reforça que “a coexistência, com igualdade de direitos, de diferentes formas de vida não pode levar a uma segmentação” (p.300).

Seguindo os pensamentos habermasianos, Cunha (2010) aponta a importância da tolerância no contexto das instituições, dos espaços teológicos e do pluralismo cultural. Para ele, o Estado deve ser forte na tarefa de realizar, em concreto, a justiça e a paz por meio de

ações que visam a compreensão e o respeito. Defende ainda que (2010, p. 502) “somente um Estado que se pense deste modo pode ser catalisador do pluralismo cultural e pode dar lugar a uma sociedade civil crítica e forte para cultivar a iniciativa e o desenvolvimento das suas competências”.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 permitiu um avanço nos direitos fundamentais, à proteção da dignidade da pessoa humana e a liberdade de expressão. Os direitos fundamentais passaram a ser tratados como núcleo de proteção da dignidade da pessoa humana e à liberdade de manifestação do pensamento teve maior amplitude ao rol de direitos e garantias individuais, vedando apenas o anonimato como forma de evitar a verbalização do discurso sem a devida responsabilidade (MACHADO, 2002; SARMENTO, 2006).

Segundo Loureiro (1999), a dignidade da pessoa humana implica numa obrigação geral de respeito pelo outro (pelo seu valor intrínseco como pessoa), traduzida num feixe de deveres e direitos correlativos, de natureza não meramente instrumental, mas sim relativos a um conjunto de bens indispensáveis ao “florescimento humano”. Para o autor, tais direitos e deveres correspondem justamente à concepção aberta, complexa e heterogênea dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana na sociedade e no Estado contemporâneo. Sarlet (2012, p.73) salienta que a dignidade humana “seria a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade”. O autor defende que a dignidade da pessoa humana é condição dúplice de responsabilidade, tanto tarefa dos poderes estatais quanto da comunidade em geral, de todos e de cada um.

Heyman (2008) advoga que o direito a liberdade de expressão se funda no respeito à autonomia e dignidade humana e dá subsídio a outros direitos fundamentais, como privacidade e igualdade. Para ele, como regra geral, ao se manifestarem, as pessoas devem respeitar os direitos fundamentais dos demais, ou seja, os mesmos fundamentos que justificam a liberdade de expressão também determinam os seus limites. Sarlet (2014, p. 446) defende que “a liberdade de expressão e os seus respectivos limites operam essencialmente na esfera das relações de comunicação e da vida social” e reforça que “a liberdade de expressão e manifestação do pensamento encontra um dos seus principais fundamentos (e objetivos) na dignidade da pessoa humana, naquilo que diz respeito à autonomia e ao livre desenvolvimento da personalidade do indivíduo” (2014, p. 446). Para Weber (2009), numa sociedade multicultural, com variedade de culturas, religiões e estilos de vida, é preciso reconciliar o direito à liberdade de expressão com outros direitos, como o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião ou o direito de estar livre de discriminação.

Por outro lado, Dworkin (2012) defende que impor restrições à fala subverte a legitimidade democrática; pela sua natureza, as proibições na fala são geralmente vagas. Para o autor, a tentativa de proibir danos como difamação, obscenidade, sedição, violações da segurança nacional, violações da privacidade e promoção do ódio ou da hostilidade não teria sucesso. Quais palavras seriam banidas? Outras não tomariam seu lugar? E em ambientes online? E o anonimato? Dworkin reforça que aqueles que se expressam podem fazê-lo numa miríade de maneiras, logo a liberdade de expressão deve ser mantida soberanamente, protegendo todas as formas de manifestação, desde que não violentas.

Neste ponto, parece que enfrentamos um dilema onde só existe proteção à dignidade humana se sacrificarmos a liberdade de expressão e vice-versa. Como conciliar dois valores essenciais para uma sociedade democrática de direito? Como estabelecer limites? Algumas questões permanecem sem contorno definido. O que a literatura tem apresentado é um debate contínuo sobre direitos fundamentais consagrados (dignidade, igualdade e liberdade) e suas barreiras em democracias pluralistas contemporâneas. Para Weber (2009), o desafio que autoridades e sociedade devem enfrentar consiste no equilíbrio correto entre os direitos conflitantes e interesses em jogo. A liberdade de manifestação do pensamento e a liberdade de expressão, compreendidas em conjunto, não devem superar a tolerância, os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa. Não se pode atribuir primazia absoluta à liberdade de expressão em face destes valores. A dignidade da pessoa humana deve ser uma tônica das relações e o Estado dele zelar por isso, assim como todas as pessoas.

O discurso de ódio que reside neste intervalo complexo entre os limites de liberdade de expressão, a dignidade da pessoa e a virtude da tolerância, é definido por alguns autores (ROUANET 2010; SARMENTO 2006; MEYER-PLUFG, 2009) como uma atitude de ódio sistemático e de agressividade irracional com relação a maneira de ser, ao estilo de vida, crenças e convicções de um indivíduo ou grupo de indivíduos. É manifestado por meio da discriminação de caráter religioso, nacional, racial, sexual, ético e de classe, reconhecidos em discursos nazistas, racistas, xenofóbicos, homofóbicos, misóginos, e tem como elemento nuclear para a sua identificação a concepção de incitação à discriminação (BRUGGER, 2007). O termo é originado do inglês *hate speech* e de acordo com Brugger (2007, p. 118) refere-se a “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”.

Meyer-Plufg (2009) amplia o debate estendendo a intolerância e a discriminação não só a racial, social ou religiosa, mas também a discriminação por sexo, gênero, orientação sexual

e identidade; a autora considera dois elementos como configuradores do discurso de ódio: a discriminação e a externalidade. Para Waldron (2010, p. 1601), “o problema se instaura quando o pensamento ultrapassa limites dando lugar à duradoura presença da palavra publicada”. Passa a existir quando é dado a conhecer por outrem que não o próprio autor (LEAL DA SILVA, 2011). Desta forma, o ódio não-externalizado não tem poder para causar dano à sua eventual vítima, sendo, inclusive, incabível a intervenção jurídica naquilo que se mantém na mente do seu autor, já que o pensar é livre a todos (SCHAFER, LEIVAS, SANTOS, 2015). Por outro lado, Weber (2009) adverte que o discurso de ódio pode ser escondido em declarações que, à primeira vista, podem parecer racional ou normal, apresentando-se de maneira explícita ou velada. Rosenfeld (2001) cingi o fenômeno em *hate speech in form* e *hate speech in substance* numa tentativa de melhor distinção.

*Hate speech in form* seriam as manifestações explicitamente odiosas, ao passo que o *hate speech in substance* se refere à modalidade velada do discurso do ódio. O discurso odioso *in form* ocorre por meio da exclusão explícita de um grupo social, ou de uma pessoa, em face de características próprias, estabelecidas como critérios proibitivos de distinção, e teria, como consequência do tratamento desigual dispensado, sua manutenção em situação desfavorável (SANTOS, 2016). Já a discriminação indireta, *hate speech in substance*, manifesta-se no tratamento formalmente igual, mas que produz efeitos diversos, em desfavor de determinadas pessoas ou grupos. São práticas aparentemente neutras, mas que resultam por excluir pessoas ou grupos sociais historicamente discriminados. A discriminação indireta ocorre quando idênticas condições de tratamento, ou critérios, se aplicam a todos, mas suas consequências têm impacto negativo apenas sobre alguns, pois não guardam vínculo direto com as capacidades exigidas para o exercício dos cargos ofertados. Ou seja, essas condições idênticas no tratamento de pessoas observam tão somente o conteúdo formal da norma da igualdade, e acabam por provocar situações em que viceja a discriminação indireta.

As manifestações do discurso de ódio produzem efeitos nocivos ao violarem os direitos fundamentais e atacarem à dignidade de seres humanos. Além disso, silencia os membros dos grupos-alvo e interfere em seu direito ao igual respeito e tratamento, por vezes, levando-os à mudez ou chocá-los ao silêncio (COHEN-ALMAGOR, 2000; 2010; 2015; FISS, 2005; LEAL DA SILVA, 2011). Fiss (2005, p.47) afirma que “o discurso de ódio diminui a autoestima das vítimas, impedindo assim a sua integral participação em várias atividades da sociedade civil, incluindo o debate público”. Para ele, a intervenção do Estado deve acontecer para garantir uma integral e democrática oportunidade de participar do debate público. Em suas palavras, “algumas vezes nós devemos reduzir as vozes de alguns para podermos ouvir as vozes

de outros” (2005, p.49). Butler (2008) desconfia das possibilidades de uma regulação estatal, apesar de não ser totalmente contrária a criminalização do discurso de ódio. Para a autora, algumas enunciações podem ser, em determinados contextos, consideradas discurso de ódio e, em outros, não ter esse efeito. Já o jurista americano Dworkin (2015) defende que o discurso do ódio, apesar de ser repugnante, não deve ser restringido. Em sua teoria da liberdade igualitária supõe que não deve haver interferências particulares sobre a concepção do que é viver bem ou do que dá valor à vida nas decisões de cada pessoa.

Importantes pesquisas têm observado o fenômeno do discurso de ódio em ambientes digitais nas perspectivas da Democracia Digital e discordância política (WOJCIESZAK e MUTZ, 2009; AGGIO, 2012; WARNER E HIRSCHBERG, J., 2012; KURZMAN e SCHANZER, 2015; GÜNDÜZ, 2010; CARREIRO, 2017); em sites de notícias (ERJAVEC e KOVASIC, 2012); na cultura pop (FREIRE FILHO, 2013; AMARAL e COIMBRA, 2013;); nas questões de segurança humana (GENÇOĞLU ONBASI, 2015); na estrutura algorítmica das plataformas (MATAMOROS-FERNANDEZ e BEM-DAVID, 2016) e nas características do discurso odiento em Mídias Sociais (DANIELS, 2008; LEAL DA SILVA et al, 2011; VIEGAS e RECUERO 2014; ROST, STAHEL E FREY, 2016).

Cohen-Almagor (2015) observa que o discurso do ódio nestes ambientes não deve ser ignorado ou subestimado já que põe em perigo a vida humana ao oferecer suporte para violência e crimes de ódio. Christopher Wolf, presidente da liga americana *Anti-Defamation Task Force Internet*, afirmou: “a evidência é clara que o ódio online inspira crimes de ódio” (BAURIN, 2011, p. 236). Ele explica que a internet oferta um maior acesso à informação, treinamento e desenvolvimento de discursos e crimes de ódio, além de fortalecer os extremistas permitindo recrutar e coordenar as atividades de forma anônima.

Busso (2011) acredita que o motivo do aumento desenfreado de manifestações do discurso do ódio encontra um campo propício em espaços questionados, descontraídos e confusos, onde há dicotomias entre aquilo que se entende por justo ou injusto, certo ou errado, ordem ou desordem, bom ou mal, dada a dinamicidade das representações sociais. Outro fator relevante é o alcance proposto pela internet que permite atacar pessoas e grupos em qualquer lugar e a qualquer momento com o potencial de uma audiência ilimitada (ROST, STAHEL E FREY, 2016). Com isso, “pode-se dizer que o discurso é tanto mais nocivo quanto maior o poder difusor de seu meio de veiculação”. (LEAL DA SILVA et al, 2011, p.449).

A exclusão de fronteiras temporais e espaciais possibilitada pela internet, permitindo o acesso aos dados inseridos na rede a qualquer pessoa que esteja conectada, além de sua característica de espaço cultural interativo, onde as informações podem ser apropriadas e republicadas inúmeras vezes, em curtíssimo espaço de tempo, amplia sobremaneira o poder destrutivo do discurso do ódio, em especial quanto à possibilidade de violação à dignidade de um número exponencialmente maior de vítimas, comparada até mesmo à mídia de radiodifusão e televisiva (CUSTÓDIO e ASSAFIM, 2015, p.488).

Em ambientes digitais a audiência ilimitada e o anonimato são fatores que fomentam a manutenção de grupos de ódio. Segundo Baurin (2011), os grupos de ódio utilizam a internet para dois fins distintos: recrutar novos membros para promover sua causa e defender a violência contra o seu alvo de ódio. Entre as várias formas de recrutamento e táticas de reverberação da discriminação, preconceito e violência, inclui-se jogos racistas, *downloads* gratuitos de música com mensagens cheias de ódio, personagens de desenhos animados, imagens de pessoas mutiladas por questões raciais ou nacionalistas e mensagens direcionadas principalmente a jovens e crianças. O autor reforça que o público-alvo destes grupos, em geral, são pessoas impressionáveis, solitárias, marginalizadas e querendo um sentido de identidade e aceitação dentro de um grupo. Além disso, o desejo de recrutar crianças se deve ao fato delas ainda não terem a experiência ou educação necessária para desconstruir qualquer informação incorreta ou enganosa.

Em 2014, uma pesquisa realizada pelo *The New York Times*<sup>12</sup> com o Fórum de Pesquisa da Polícia do Executivo Americano relatou que grupos extremistas de direita são a principal fonte de “violência ideológica” na América (KURZMAN e SCHANZER, 2015, p. 12); e na Europa tem aumentado a preocupação com o surgimento destes grupos extremistas, sobretudo nas questões de Islamofobia e Xenofobia (GÜNDÜZ, 2010). Embora os grupos de ódio sejam potencialmente um risco a saúde das interações na internet, o discurso de ódio não está limitado a eles e seus potenciais alvos. As práticas também são observadas na dimensão individual. O Observatório Proxi<sup>13</sup> na Espanha, ao longo de oito meses, acompanhou os comentários em notícias sobre imigrantes e ciganos nos três portais de maior audiência no país. O resultado apontou que 60% das intervenções são intolerantes, contendo, por exemplo, discurso de ódio, estereótipos ou rumores. Em relação à população imigrante, um de cada dez comentários era de ódio.

---

<sup>12</sup> The other terror threat. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/06/16/opinion/the-other-terror-threat.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2017

<sup>13</sup> Racistas e intolerantes são os espanhóis frente a los imigrantes. Disponível em: <<http://www.observatorioproxi.org/index.php/informate/infografias/item/234-racistas-o-tolerantes-como-somos-los-espanoles-frente-a-los-inmigrantes>>. Acesso em: 14 de Maio de 2017.

No Brasil, a Organização não-governamental SaferNet Brasil<sup>14</sup>, em 2014, apontou um crescimento de 8,29% no que concerne a atos ilícitos cometidos na internet. A ONG indicou que esses atos tiveram maior ocorrência durante a Copa do Mundo de Futebol e as eleições para a Presidência da República, nas quais os discursos racistas – houve um aumento de 34,15% de páginas consideradas racistas –, xenofóbicos e o tráfico de pessoas, eram alvos das denúncias predominantes realizadas pelos internautas. O “Comunica que Muda”, uma iniciativa da Agência nova/sb, analisou 542.781 menções de discurso de ódio online entre os meses de abril e junho de 2016. O resultado gerou um dossiê de intolerância que aponta os discursos de ódio político/partidários, misóginos e homofóbicos como os mais recorrentes no país. A mesma agência, na ocasião dos jogos olímpicos Rio-2016<sup>15</sup>, realizou um novo monitoramento, agora observando mais de 5 (cinco) milhões de menções referentes ao evento no Facebook, Twitter e Instagram. Identificou-se 17.128 menções relativas a três assuntos de intolerância: racismo, misoginia e homofobia. Os resultados mostram que a intolerância foi menos recorrente do que em um cenário normal, da forma como demonstrou o primeiro dossiê. Ainda assim, casos de misoginia, racismo e ódio com as pessoas LGBTQ estiveram presentes nas redes durante os Jogos.

Desta forma, para os fins desta pesquisa, a atenção voltada ao discurso de ódio na internet será direcionada às características do fenômeno nas Mídias Sociais, em especial no Facebook. Partimos do entendimento de que a plataforma se apresenta como arena de debate público onde acontecem o estreitamento dos vínculos sociais e a formação de redes de interesses. Todavia, não podemos avançar nos desdobramentos dos discursos neste espaço sem antes refletir a quem se destina o ódio tanto *off* quando online. Para isso, os próximos tópicos trazem reflexões sobre os tipos de discurso de ódio usados no dossiê de intolerância e sua representatividade na realidade brasileira.

## 2.1 OS TIPOS DE DISCURSO DE ÓDIO

Os tipos de discurso de ódio apresentados nesta dissertação estão voltados à grupos minoritários historicamente perseguidos e marginalizados. Levou-se em consideração uma

---

<sup>14</sup> Cresce número de denúncias de crimes na internet. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/02/cresce-numero-de-denuncias-de-crimes-na-internet-em-2014>>. Acesso em: 14 de Maio de 2017.

<sup>15</sup>Dossiê de Intolerância nos Jogos Rio 2016.

Disponível em: <<http://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/intolerancia-nos-jogos/>> Acesso em: 16 de setembro de 2017.

proximidade entre alguns tipos de discursos de ódio para classificação do fenômeno em quatro frentes: os discursos de ódio por associação (Político/Partidário e Religioso); os de condição - gênero e identidade (Sexismo e LGBTfobia); os de classe e raça (Racismo, Xenofobia e Aporofobia) e os normativos à estética e corpo (Etariedade, por Aparência e contra Pessoas com Deficiência).

QUADRO 1- CORRELAÇÃO ENTRE TIPOS DE DISCURSO DE ÓDIO

<b>Associação</b>	<b>Condição</b>	<b>Classe e Raça</b>	<b>Normativo</b>
- Político/partidário; - Religioso.	- Sexismo; - LGBTfóbico.	- Racismo; - Xenofobia - Aporofobia	- Aparência; - Etário; - À portadores de deficiência;

Fonte: O Autor

A associação à partidos políticos, ideologias ou instituições religiosas foram consideradas escolhas individuais que podem desencadear discriminação e preconceito, mas que podem ser evitadas a partir do momento em que a vítima abre mão da associação. Ao negar um credo ou ideologia política/partidária o indivíduo, mesmo que inconsciente, abandona a posição de vítima. Os discursos odientos que envolvem questões de gênero e identidade sexual foram considerados semelhantes por tratarem, em especial, da condição humana da pessoa. Outro fator congênere considerado nestes tipos de discurso é a crença intrínseca de que um sexo é superior ao outro. Racismo, Xenofobia e Aporofobia foram agrupados por refletirem questões econômicas e culturais correlacionadas. Pobreza, cor da pele e estrangeirismo são características que se aproximam e quando somadas podem aumentar o poder discriminatório. O discurso de ódio etário, por aparência e contra pessoa com deficiência foram reunidos por encontrarem respaldo no corpo em evidência. Logo, os ditames da beleza e da perfeição física determinam padrões usados como justificativas à prática de ódio.

A observação inicial do corpus de pesquisa fortaleceu a divisão em quatro frentes. Foram encontrados comentários em que uma mesma manifestação odienta inferiu prejuízos a uma coletividade, direcionando seu ódio para dois ou mais grupos/minorias. Desta forma, olhar o discurso odiento pelo viés da associação, condição, das normas e de raça e classe pode suscitar achados que passariam despercebidos caso olhados de maneira individualizada.

O agrupamento não pretende generalizar o fenômeno, pelo contrário, procura observar a correlação entre os tipos de discurso de ódio para melhor explicar as particularidades das

agressões sofridas por cada uma das vítimas. A proposta é a partir de uma visão macro e associativa chegar a conceitos identitários da problemática para uma codificação mais assertiva dentro do processo metodológico desta dissertação. Salientamos que após a explanação dos conceitos e revisão literária, cada tipo de discurso de ódio será analisado individualmente, respeitando as características presentes em cada um deles. Com isso, pretende-se chegar numa análise dos resultados pautada na complexidade do problema em sua dimensão particular, mas sem desconsiderar a perspectiva relacional e complementar.

### 2.1.1 Político/Partidário e Religioso.

O pluralismo de ideologias sempre suscitou desavenças políticas, nem por isso a observância da civilidade e do respeito deve ser posta de lado numa sociedade democrática. Atos de intolerância em relação às opções partidárias provocam graves impasses ao debate público e em boa medida se ancoram no poder que os discursos dos líderes políticos têm de gerar polarização e estimular o conflito dentro do eleitorado (JOST, FEDERICO e NAPIER, 2009). Iyengar et al. (2012) defendem que preferências divergentes por agendas ou planos de governo são apenas algumas formas de se enxergar a divisão partidária. O principal indicador da polarização seria o desprezo que grupos contrários nutrem uns pelos outros. Para os autores, o simples fato de um indivíduo se identificar com um determinado partido pode ser o suficiente para que ele comece a perceber pontos negativos no lado oposto - a polarização afetiva (*affective polarization*) (IYENGAR et al., 2012).

Na realidade brasileira, a polarização política entre esquerda e direita após as manifestações de junho de 2013 e as eleições de 2014 inaugurou um momento político delicado e sujeito a atitudes extremas de ambos os lados. Chaia e Brugnago (2015) ao observar a movimentação política brasileira depois destes momentos reforçam que se por um lado a declarada esquerda se mobilizou contra o suposto projeto neoliberal do PSDB, a direita conservadora desenvolveu sua ideologia em torno de um forte antipetismo declarado antipartidário, com discussões radicalizadas para os extremos dos valores considerados da direita. Para os autores, o radicalismo conservador da direita adquiriu elementos de ódio e as Mídias Sociais, principalmente o Facebook, tornaram-se fortes dispositivos de formação ideológica que permitiram a proliferação ideológica polarizada dentro da rede.

A massa passou a discutir política em seu dia-a-dia, principalmente pela Internet. O Facebook se tornou então o principal meio para a proliferação das discussões políticas. Nele, os 59 milhões de usuários diários brasileiros se polarizaram

em redes que proliferavam ideologia política. A liberdade de expressão e a homofilia<sup>16</sup> natural gerada pelo ambiente das redes do Facebook desenvolveram grupos ideológicos com liberdade para se expressarem e se radicalizarem, conforme se sentiam seduzidos em seu poder de massa em redes (CHAIA E BRUGNADO, 2015, p.102).

O surgimento de redes de oposição radical ao governo no Facebook (SANTOS, 2014) colaborou para este cenário de divisão ideológica e disputa inflamada entre defensores do PT e do PSDB. Os movimentos nessa rede são interpretados por Santos (2014) como um reagrupamento discursivo da opinião pública, tendo como base o surgimento de grupos neoconservadores detratores do Partido dos Trabalhadores. Ortellado (2016), por sua vez, acredita que essa disputa ideológica, no Brasil, surgiu pela moralização do debate – ou seja, pela proeminência de temas como aborto, casamento gay e aumento da maioridade penal, em detrimento de temas econômicos e sociais, mais tradicionais no campo político. “Com a moralização da política, o debate perde as referências comuns e se torna apenas o agressivo choque de visões morais do mundo” (ORTELLADO, 2016).

Outras explicações levantadas por Chaia e Brugnado (2015) para o aumento da polarização na política é o maior espaço que as campanhas negativas têm ganhado dentro das estratégias eleitorais de partidos e candidatos nos últimos anos. Além disso, os veículos tradicionais de comunicação e os sites de redes sociais formam uma combinação que contribui, significativamente, para inflar ainda mais os ânimos. Isso porque, enquanto os jornais tendem a utilizar as declarações mais agressivas e negativas extraída das campanhas e do embate direto entre candidatos, os sites de rede social são responsáveis por fazer circular e manter por mais tempo esses conteúdos em evidência (IYENGAR et al., 2012).

Além dos inflames entre o eleitorado, o discurso de ódio cometido por representantes políticos tem merecido destaque na imprensa. Declarações de figuras como o presidente americano republicano Donald Trump <sup>17</sup>, o deputado federal Major Olímpio (SD-SP)<sup>18</sup>, e a vereadora Eleonora Broilo<sup>19</sup> (PMDB) da cidade de Farroupilha no Rio Grande do Sul mostram que independente da instância de poder, autoridades políticas tem inflamado a segregação, o

---

<sup>16</sup> Abordaremos mais adiante o termo com maior propriedade.

<sup>17</sup> O misógino Donald Trump. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/01/internacional/1459535583\\_669754.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/01/internacional/1459535583_669754.html)> Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>18</sup> Vamos lá, Bangú! Você podem fazer melhor, diz deputado após massacres. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/vamos-la-bangu-voce-podem-fazer-melhor-diz-deputado-apos-massacres.ghtml>> Acesso em: 19 de Setembro de 2017

<sup>19</sup> Vereadora diz em sessão que “nordestinos sabem roubar que é uma maravilha”. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2017/05/vereadora-de-farroupilha-diz-em-sessao-que-nordestinos-sabem-roubar-que-e-uma-maravilha-9798757.html>>. Acesso em 19 de Setembro de 2017.

preconceito e a discriminação. Ao externalizarem, tanto em espaços públicos quanto nas Mídias Sociais, manifestações de cunho misógino, xenofóbico e racista, os políticos supraditos deram visibilidade a este discurso e conseqüentemente validaram as atitudes radicais de seu eleitorado<sup>20</sup>. Schafer, Leivas e Santos (2015), defendem que o discurso de ódio cometidos por representantes políticos podem apresentar uma estratégia de ataque coordenado, com afinidades ideológicas compartilhadas sob o argumento da proteção moral da família tradicional, provocando ataques constantes à dignidade de grupos não dominantes ou vulneráveis. Para os autores, a construção de uma “sociedade livre, justa e solidária”, “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, passa também pelo combate a discursos de ódio na esfera parlamentar.

O segundo tipo de discurso de ódio observado nesta pesquisa é a intolerância religiosa. Alguns autores abordam o tema com foco na relação entre Estado e Igreja (CARDOSO, 2003; GONÇALVES, 2012); outros pelo prisma das intolerâncias institucionalizadas (SILVA, 2004) e há ainda os que se esforçam em compreender este tipo de intolerância em ambientes plurais e democráticos (HABERMAS, 2007; BURITY, 2004). Um dos aspectos conciliador entre estes estudos refere-se as interfaces da laicidade do Estado com os direitos humanos fundamentais, incluindo a liberdade de crença e de não crença.

A intolerância religiosa se apresenta como o conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a diferentes crenças e religiões (CONSANI, 2016; OLIVEIRA, 2014; SILVA, 2004). O conceito está articulado com diferentes temas, principalmente, com a questão do Estado Laico, laicidade e laicismo. De acordo com o Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa 2016 (RIVIR)<sup>21</sup> – trata-se de “como a questão religiosa é tratada no espaço público, como os conflitos religiosos são dirimidos pelo Estado, que muitas vezes compreende o fenômeno como ato de menor importância, ou que deve ser resolvido na esfera privada, individual” (RIVIR, 2016, p. 99).

O ódio e os conflitos derivados de problemas religiosos são tão complexos que nem o esforço dos organismos internacionais em criar toda uma estrutura protetiva calcada nos direitos humanos é capaz de dirimir ou sanear os conflitos. Tanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 18º quanto a Constituição Federal no artigo 5º asseguram as liberdades de

---

<sup>20</sup> Atos de ódio são relatados nos EUA após vitória de Trump . Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/atos-de-odio-sao-relatados-nos-eua-apos-vitoria-de-trump-20453774>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>21</sup> Relatório de Intolerância e Violência religiosa 2015. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cnrdr/pdfs/relatorio-de-intolerancia-e-violencia-religiosa-rivir-2015 - RIVIR 2016 - Acesso em 19 de Setembro de 2017>>

expressão e de culto, mas não são garantias de que posturas de discriminação e violência não sejam praticadas.

Oliveira (2014) defende que o preconceito desenvolvido por membros de alguma religião - sejam estes protestantes, evangélicos, católicos, espíritas kardecistas, umbandistas, candomblecistas, etc. – reforça a exclusão de grupos religiosos na medida em que venha a negar ao Outro o direito de proferir sua verdade em uma fê dessemelhante. Consani (2015) faz importante ressalva ao observar que a distinção entre indignidade e ofensa deve ser atrelada à distinção entre um ataque a um indivíduo que professa uma crença e um ataque a uma doutrina religiosa. Desta forma, ao manifestar uma discordância com a doutrina seriam discursos ofensivos e não discurso de ódio, já ofender um praticante/crente implicaria numa ofensa a dignidade da pessoa, caracterizando assim discurso de ódio.

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, a intolerância religiosa à muçulmanos e aos que professam credos islâmicos ganhou notoriedade (SILVA, 2004). A visão de que “todo muçulmano é terrorista” vem adquirindo força a partir de episódios violentos como os atentados à redação do jornal francês Charlie Hebdo<sup>22</sup> (2015) e em Barcelona<sup>23</sup> (2017). Silva (2004) chama tal atitude de intolerância institucionalizada posto que, tendo um fundamento irracional, violento e destrutivo, essa intolerância também possui uma configuração racional, que se apresenta quando se aceita que o Estado lute contra outros povos e culturas, tomados como uma ameaça à chamada homogeneidade da sociedade civil, a sua ordem interna. Por outro lado, esse mesmo autor sublinha que a complexidade desse tema é muito grande, tendo em vista que desde a tradição de John Locke abre-se margem para a discussão de como manter a liberdade de expressão do Outro se esta liberdade de expressão se revela intolerante.

No Brasil, o RIVIR que reuniu dados de abrangência nacional, cobrindo o período de 2011 a 2015, demonstrou que a intolerância religiosa e os episódios de violência a ela relacionados estão envoltos em grande invisibilidade, sendo o percentual de casos denunciados bem maior que os noticiados pela mídia. O relatório trouxe a luz primeiramente informações baseadas nas denúncias recebidas pela ouvidoria e que não necessariamente evoluíram para um processo jurídico. Em relação as vítimas, os dados apontam que 27% são de religiões de matriz africana, 16% evangélicas e 8% católicas, enquanto que 73% dos agressores não se tem informação e 17% são evangélicos. Do local da violação, 36% aconteceram na casa da vítima,

---

<sup>22</sup> Atentado mata 12 em Paris. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1571579-tiroteio-em-frente-a-sede-de-jornal-satirico-frances-mata-pelo-menos-um.shtml>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>23</sup> Atentado deixa mortos e feridos em Barcelona. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/ao-vivo/incidente-em-barcelona.ghtml>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

11% na rua e 10% na internet. O relatório apontou ainda que dos casos que vieram a juízo 85% dos danos sofridos pelas vítimas foram de cunho psicológico, 2% físico e 13% material. Mostrou também que dos casos denunciados, 31% das violações aconteceram no local de trabalho, 25% em locais de ensino e 14% na comunidade. As religiões que mais sofreram com a intolerância foram a Adventista relatada em 45% dos processos, 11% as evangélicas e 7% as de matriz africana.

Episódios como o da jovem Kallyane Campos<sup>24</sup> no Rio de Janeiro em 2015 e da mulher muçulmana em Madrid<sup>25</sup>, ambas vítimas de agressões físicas e verbais, são exemplos de como a intolerância religiosa deve ser observada com mais atenção pelas autoridades e por líderes religiosos. Todavia, o que fazer quando o agressor é uma autoridade e também um líder religioso? O deputado Marco Feliciano (PSC-SP) publicou em seu twitter<sup>26</sup> em 2011 que os africanos seriam descendentes de um “ancestral amaldiçoado por Noé” e que sobre a África repousariam maldições como paganismo, misérias, doenças e fome. O parlamentar foi acusado de induzir ou incitar discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, crime sujeito a prisão de um a três anos e multa. Em sua defesa, argumentou que não era homofóbico e racista, porém reafirmou a sua interpretação de que há a maldição contra africanos<sup>27</sup>.

Por outro lado, existe uma preocupação na Câmara dos Deputados em estabelecer uma cultura de respeito e tolerância entre as religiões. Em setembro de 2017, debatedores e deputados realizaram uma audiência pública sobre o tema. Na ocasião, a Associação de Proteção dos Adeptos do Culto Afro-Brasileiro e Espírita trouxe à tona que a situação da Intolerância Religiosa tem piorado em estados como o Rio de Janeiro, onde as autoridades identificaram a perseguição de traficantes de drogas a pais e mães de santo. Só nas favelas da zona Norte do Rio, 40 deles foram expulsos pelo tráfico. A polícia indiciou 10 traficantes por suspeita de ordenarem ou participarem de ataques a centros de umbanda e candomblé no estado. Os suspeitos são ex-presidiários convertidos a religiões evangélicas durante a prisão<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> Menina Apedrejada: fanatismo e intolerância religiosa no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/blog/yvonne-maggie/post/menina-apedrejada-fanatismo-e-intolerancia-religiosa-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>25</sup> Agressão em Madrid. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/mulher-muculmana-agredida-por-jovens-em-madrid-8724562.html>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>26</sup> Twitters polêmicos do Pastor Marco Feliciano. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/15-tuites-polemicos-do-pastor-e-deputado-marco-feliciano/>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2019.

<sup>27</sup> Deputado federal diz no twitter que africanos descendem de ancestral amaldiçoado. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm>> Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>28</sup> Debatedores e deputados sugerem dialogo e força tarefa para conter intolerância religiosa no país. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/543641-DEBATEDORES-E-DEPUTADOS-SUGEREM-DIALOGO-E-FORCA-TAREFA-PARA-CONTER-INTOLERANCIA-RELIGIOSA-NO-PAIS.html> Acessado em 02 de Janeiro de 2018.

A relação entre o ódio político-partidário e a intolerância religiosa no Brasil pode ser atribuída ao fato do país apoiar a religiosidade (cristã, sobretudo), mesmo sendo Estado Laico, em atitudes sutis como o “Deus seja Louvado” nas cédulas do real ou em crucifixos nas instituições públicas até as formas de exercício de poder e legislatura como a aprovação do ensino religioso (também voltado para o cristianismo) e o crescimento da bancada evangélica no Congresso com pautas voltadas para interesses próprios. De tal sorte, Waldron (2012) ressalta que “uma sociedade não pode ser bem-ordenada se pessoas defendem o ódio racial ou religioso, haja vista a ideia de uma sociedade bem-ordenada ser aquela amplamente e efetivamente governada por uma concepção de justiça” (2012, p. 77-78).

### 2.1.2 Sexismo e LGBTfobia

O estudo de gênero e discurso de ódio permite uma reflexão “sobre os modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas, associadas a distintas formas de relações de poder e os modos como estas convenções produzem hierarquias e desigualdades” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 480). Deste modo, entender a diferença entre gênero, sexismo e machismo e suas características múltiplas e fragmentadas é o primeiro passo para identificação das variações da prática no comportamento odioso aqui proposto.

Araújo (2006) apresenta uma diferenciação entre os termos gênero e sexismo. Gênero seria a construção social do que é ser feminino ou masculino, enquanto sexismo seria a discriminação baseada no sexo de cada pessoa. Formiga e colaboradores (2002) entendem o sexismo como uma posição, ou uma postura misógina, de desprezo frente ao sexo oposto; seria, de forma concisa, a discriminação em relação às pessoas de outro sexo, notadamente do outro gênero social, legitimando a violência contra mulheres e todos aqueles que, em determinadas circunstâncias, são reconhecidos como tendo uma posição feminilizada; “uma expressão mais flagrante de preconceito em relação às mulheres”. (FORMIGA et al., 2002, p. 106).

Madureira (2007) considera o sexismo uma separação exclusiva (dualista) entre os gêneros masculino e feminino, o estabelecimento de relações de poder desiguais e à associação de significados pejorativos em relação a um dos gêneros. Ferreira (2004) e Bandeira (2006) defendem que o sexismo está em comportamentos ou atitudes de discriminação ou de tratamento diferenciado, indigno ou de menosprezo a uma determinada condição de gênero e é legitimado por atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do curso do desenvolvimento, apoiadas por instrumentos legais, médicos e sociais que as normatizam. Já o machismo, segundo Victória Sau (2004), estaria relacionado a um conjunto

de leis, normas, atitudes e traços socioculturais do homem cuja finalidade, explícita ou implícita, é produzir, reproduzir e manter a submissão da mulher.

Tanto o machismo quanto o sexismo não apresentam uma única forma de manifestação, estão presentes nos ditames da moda, na cultura, nos filmes, nas empresas e em suas diferenças de tratamento e salário, na cobrança pelo corpo, nas expressões jocosas e em outras possibilidades. Formiga et al. (2002) reforçam que as práticas sexistas são perpetradas tanto por homens quanto por mulheres, tanto intra-gêneros quanto entre gêneros, homens e mulheres reproduzem costumes e comportamentos que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social.

As mulheres também experimentam o sexismo em ambientes de trabalho e quando ascendem em espaços dominados majoritariamente por homens. Para Miguel e Biroli (2011) as mulheres são submetidas a uma constante exigência de superqualificação em espaços privilegiados. “Elas sabem, ainda que de forma intuitiva, que lhes é cobrada uma competência superior para que possam exercer tais funções” (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 94); um exemplo é a presença da mulher na política.

O impeachment de Dilma Rousseff em 2016, além de todo a discussão que envolvia sua legitimidade, reacendeu o debate sobre o sexismo na política. Quando se trata de uma mulher que disputa ou exerce um cargo de poder os desafios enfrentados são exponenciados. Lima (2015) ao observar a construção da imagem pública da presidente no ciberespaço na campanha de 2014, pontuou momentos em que a imagem de Dilma, enquanto mulher na política, foi questionada, debatida, defendida, construída e desconstruída a partir das diferentes colocações. Para Lima, mesmo a campanha eleitoral tendo se esforçado para representar a presidente como uma mulher forte e corajosa, mãe, avô e dona de casa, não bastou para que nas Mídias Sociais e outros espaços ela fosse adjetivada como: “mulher macho”, “gerentona”, “sapatão” e “aquela mulher”.

Veiga da Silva (2014) relembra que é através da linguagem que se instituem significados aos gêneros e que se demarcam os lugares de cada um na sociedade. Alves (2004) reforça que expressões como “saia justa”, “entrar de salto alto”, “mijar para trás”, “fazer corpo mole”, “abrir as pernas”, “mãos atadas”, “faltar com a palavra”, “entregar os pontos”, são depreciativas e tomam o corpo da mulher ou algumas características femininas como signos negativos. Mantila (2013) ao observar os insultos direcionados à mulher na internet, pontua que os termos pejorativos vão desde palavras ofensivas como “puta”, “vadia”, “prostituta” até comentários destinado a humilhar mulheres, especialmente em relação ao seu peso e aparência física. A autora observou exemplos de mulheres que foram vítimas de comportamento sexista

na internet em *blogs* feministas e/ou alimentados por mulheres, que sofreram assédio dentro de comunidades ateístas e seculares, em comunidades de jogos on-line e vídeo, por meio de comediantes e *rappers*, em campanhas publicitárias e ao se posicionarem politicamente.

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais também sofrem com o sexismo, o estigma e a exclusão social. São minorias políticas que ao longo da história avançaram em direitos, mas ainda são vítimas de preconceito, discriminação e violência. Segundo Peres (2013), a pluralidade sexual provoca um desconforto àqueles contrários a liberdade pessoal dos indivíduos. O autor aborda a LGBTfobia - a lesbofobia, a homofobia, a transfobia e a bifobia - caracterizando a diversidade de ações violentas sofridas pela comunidade LGBT, onde cada grupo, com suas especificidades, resiste ao ódio.

O termo homofobia costuma ser empregado em referência a todo um conjunto de ações, palavras e “emoções negativas” em relação a pessoas homossexuais (JUNQUEIRA, 2007). O Relatório sobre a Violência Homofóbica no Brasil em 2013<sup>29</sup>, desenvolvido pela Secretaria dos Direitos Humanos, classificou homofobia como a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos do seu próprio sexo. É todo o “preconceito ou discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas” (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2013, p. 5).

Os conceitos de Lesbofobia, Bifobia e Transfobia geralmente estão associados a Homofobia. De toda sorte, o grupo francês SOS Homophobie (2014) oferece uma distinção quanto a Lesbofobia defendendo-a como uma forma de estigmatização social direcionada às lésbicas e mulheres que são consideradas como tal. A prática está presente nos espaços públicos, trabalho, na família, vizinhança, entre amigos, e se manifesta, por exemplo, em recusa de serviços, de férias no trabalho, etc. A Bifobia é definido por Vazquez e Esteban (2014) como o preconceito e discriminação experimentado por pessoas bissexuais pelo fato de terem sentimentos e serem sexualmente atraídas tanto por homens quanto por mulheres. O assunto gera rejeição e ocasiona muitas vezes atitudes preconceituosas e discriminatórias tanto por pessoas homossexuais quanto por heterossexuais — conhecido como dupla discriminação. Já a Transfobia pode ser conceituada como discriminação contra pessoas travestis e homens e mulheres transexuais. É o tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa ou grupo, com base em preconceito relativo “à falta de entendimento da realidade de assumir o gênero e/ou sexo

---

<sup>29</sup> Relatório sobre violência Homofóbica no Brasil. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

oposto ao biológico do indivíduo” (RELATÓRIO SOBRE A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL, 2013, p. 5).

Conforme o banco de dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), atualizado diariamente no site intitulado como “Quem a homotransfobia matou hoje?”<sup>30</sup>, em 2015 foram registrados 318 homicídios por motivação homofóbica em território brasileiro. Esse número equivale a um delito de ódio a cada 27 horas, sendo que, do percentual total, 52% foi cometido contra gays, 37% travestis, 16% lésbicas e 10% bissexuais, como também, 7% contra heterossexuais que foram confundidos com gays e, por fim, 1% de companheiros de travestis (GRUPO GAY DA BAHIA, 2015). Ainda, segundo os dados da organização não-governamental *Transgender Europe*<sup>31</sup> (TGEU), que é uma rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, o Brasil ocupa o primeiro lugar nos índices de homicídios de transexuais e travestis de todo o mundo, sendo que, entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país, totalizando 50% de todos os crimes cometidos contra esse público em escala global (TGEU, 2014).

Diferentes espécies de abusos e discriminações atingem a comunidade LGBT e costumam ser agravadas por outras formas de violências, ódio e exclusão, baseadas em aspectos como idade, religião, raça ou cor, deficiência e situação socioeconômica. De acordo com Relatório sobre a Violência Homofóbica 2013, o perfil da população LGBT mais vitimada são de jovens (54,9%), pretos e pardos (39,9%) do sexo biológico masculino (73%), gays (24,5%) e travestis/transexuais (17,8%) (2013, p. 77). Na internet, segundo dados da SaferNet<sup>32</sup>, em 2016, por intermédio de denúncias, foram identificadas 1.363 publicações homofóbicas, sendo 782 só no Facebook (54,5%); das 291 publicações que foram removidas, 175 (55%) foram no Site de Rede Social.

O Sexismo e a LGBTfobia encontram amparo também no discurso político e religioso. Oliveira (2014) ao observar esta prática, descobriu que os discursos são fundamentados na base da homossexualidade concebida como pecado contra a natureza, obscena e amoral, e que a sexualidade é encarada a partir de uma concepção da Lei Natural da Criação e da Reprodução da Espécie Humana. O autor observou ainda que políticos e líderes religiosos não consideram violência contra LGBTs quando desqualificam seus integrantes como pevertidos, doentes,

---

<sup>30</sup> Quem a homotransfobia matou hoje? Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://tgeu.org/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br/indicadores.html>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017

pedófilos, parasitas, ameaçadores e imorais. Para eles a violência homofóbica está restrita a agressão física.

Também em 2011, o deputado federal e pastor Marco Feliciano publicou em seu Twitter frases homofóbicas e racistas. Feliciano foi denunciado pelo Procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que considerou homofóbica a mensagem do deputado. Mas, como não existe crime de homofobia, o procurador enquadrou o ato como crime de discriminação, com pena de um a três anos de prisão. Em agosto de 2014, o parlamentar foi absolvido da acusação. O relator do processo, ministro Marco Aurélio, frisou que o artigo 20 aborda a discriminação e preconceito no que se refere à raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, “não contemplando a discriminação decorrente da opção sexual”, e disse que a lei é bastante objetiva e determina exatamente o que se encaixa nesses casos.

FIGURA1- TWEET DO DEPUTADO MARCO FELICIANO EM 2011.



FONTE: Twitter @marcofeliciano.

Episódios como o do parlamentar mostram como mulheres, lésbicas, gays, travestis e transexuais sofrem constante violência pelo simples fato de serem quem são. Disso também decorre toda a externalização do ódio sexista e LGBTfóbico, muitas vezes associado e reforçado pelo racismo, pelos ditames da beleza e da etiqueta, endossado de forma velada em espaços midiáticos que proliferam os regimes de uma cultura falocêntrica.

### 2.1.3 Racismo, Xenofobia e Aporofobia

A relação entre brancos, negros e índios e a união histórica das três raças no Brasil, em seus primórdios, ancorou-se na ideia de superioridade de certas etnias por classificação científica (GOLDENBERG e RAMOS, 2002). De lá para cá a sociedade brasileira mudou, mas a construção social ainda privilegia aqueles classificados socialmente como brancos. De acordo com Schucman (2012) tal privilégio atribui às pessoas brancas significados positivos ligados a identidade racial, tais como inteligência, beleza, educação, progresso, moralidade, etc.

Este traço de superioridade contido na construção social da branquitude produz significados compartilhados, dos quais os sujeitos se apropriam, singularizam, produzem sentidos e atuam sobre eles, de alguma forma, reproduzindo-os. Desta forma, os conteúdos racistas de nossa linguagem, bem como a ideia de superioridade racial, são ainda apropriados pelos sujeitos. A concepção estética e subjetiva construída diariamente acerca da branquitude é, em nossa sociedade, supervalorizada em relação às identidades raciais não brancas. (SCHUCMAN, 2012, p. 109)

A Organização das Nações Unidas – ONU classifica discriminação racial como toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundamentada na raça, na cor, na ascendência ou na origem nacional ou étnica, que tenha por fim ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Munanga (2003) definiu Racismo como uma crença na existência de raras hierarquizadas, sendo no imaginário do racista um grupo específico definido pelos traços físicos, religiosos, culturais e linguísticos que ele considera inferiores ao seu grupo. Bertulio (2003) reforça que este conjunto de crenças é o que legitima distinções injustas entre grupos por meio da raça. Para Silva e Silva (2012) o racismo seria a discriminação social que tem por base um conjunto de julgamentos pré-concebidos que avaliam as pessoas de acordo com suas características físicas, em especial a cor da pele.

O racismo é um delito de ordem coletiva, que ataca não somente a vítima, mas todo o ideal de dignidade humana. O artigo 5, inciso XLII da Constituição Federal assegura que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Atitudes, expressões, comportamentos e diversas outras situações racistas, de forma velada ou não, estão presentes em diferentes experiências da vida social: nas distribuições de recursos e poder, nas experiências subjetivas, nas identidades coletivas, nas formas culturais e nos sistemas de significação (SCHUCMAN, 2012).

Machado, Lima e Neris (2016) afirmam que estereótipos raciais demarcam o espaço onde os negros podem se destacar e ter mobilidade social, ao mesmo tempo que reduzem o leque de possibilidades a serem ocupadas por esses indivíduos. Para os autores, as representações sociais de negros como não qualificados, preguiçosos, desorganizados, violentos, sujos, animais, criminosos definem a imaginação social tanto de brancos como de não brancos e justificam a exclusão dos negros de determinadas posições sociais e profissionais. Salientam ainda que os insultos raciais reproduzem e reforçam os estereótipos por meio de duas situações típicas (e opostas): na brincadeira (por meio de piadas) e no conflito.

No conflito, “o atributo racial se destaca como principal mecanismo de ofensa e demarcação de diferença. Os negros são desumanizados, inferiorizados intelectualmente,

marcados por um discurso moralizante e distanciados dos brancos” (MACHADO, LIMA E NERIS, 2016, p.23). Além do que, “o insulto performa uma função nas relações raciais. Sua repetição cria o pano de fundo que legitima a permanente discriminação e subalternidade dos negros” (MACHADO, LIMA E NERIS, 2016, p.23).

Outra faceta preocupante do racismo é direcionada aos índios por meio de discriminação étnica cultural. O Relatório de Violência contra os Povos Indígenas<sup>33</sup> no Brasil de 2015 apontou 725 casos de violência contra o patrimônio e 182 casos de violência contra a pessoa indígena, sendo 13 casos de racismo. Em 2014, dois deputados ruralistas, em audiência pública<sup>34</sup> da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, realizada em Vicente Dutra (RS), estimularam agricultores a fazer uso de segurança armada para expulsar indígenas das terras que consideram suas.

*“Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fartem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede. Todo mundo tem telefone. Liguem um para o outro imediatamente. Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário”* (ALCEU MOREIRA, 2014)

Alceu Moreira (PMDB-RS), um dos deputados agressores, também disse que “*a própria baderna, a desordem, a guerra é melhor do que a injustiça*”. Por sua vez, o então presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, o deputado federal Luis Carlos Heinze<sup>35</sup> (PP-RS), declarou que índios, quilombolas, gays e lésbicas são “*tudo que não presta*”. Ele também sugere uma ação armada dos agricultores:

*“O que estão fazendo os produtores do Pará? No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará porque a brigada militar não lhes dá guarida lá e eles têm de fazer a defesa das suas propriedades”, e acrescentou: “Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como o Pará está fazendo. Façam a defesa como o Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade. Foram corridos da propriedade. Isso aconteceu lá”.*

---

<sup>33</sup>Relatório de Violência contra Povos Indígenas 2015. Disponível em:

<<http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2017.

<sup>34</sup> Em vídeo deputado diz que índios, gays e quilombos não prestam. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-prestam.html>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2017

<sup>35</sup> id. 27;

Neste tocante, a relação entre representantes políticos e seu discurso externalizado de ódio é claramente uma incitação a violência e um desserviço democrático.

Outro tipo de ódio ligado às questões de raça e origem é voltado ao estrangeiro, prática conhecida como xenofobia. A xenofobia pode ser identificada na humilhação, constrangimento, agressão física e moral àquele que não é natural do lugar do agressor (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016; SANTOS e CECCHETTI, 2016). A palavra vem do grego, da articulação das palavras xénos [ξένος] (estranho, estrangeiro) e phobos [φόβος] (medo), significando, portanto, o medo, a rejeição, a recusa, a antipatia e a profunda aversão ao estrangeiro. Ela implica uma desconfiança e um preconceito em relação às pessoas estranhas ao território, ao meio, à cultura a que pertence aquele que julga, que observa, que se considera como estando em seu lugar.

Albuquerque Junior (2016, p. 9) corrobora que “a xenofobia pode se manifestar de diferentes maneiras, desde como uma simples recusa de aproximação, convivência ou contato com o estrangeiro até através de atitudes extremadas de agressão e tentativa de eliminação física ou simbólica do ser estranho”. Muito semelhante ao racismo, uma vez que generaliza e diminui moralmente um determinado grupo, tal forma de discriminação apresenta caráter coletivo mesmo quando dirigida a uma única pessoa.

Nos Estados Unidos e na Europa a xenofobia é um dos discursos de ódio mais recorrentes. Na França, desde 2014, o maior partido político de extrema-direita é a Frente Nacional, que prega o antissemitismo e a islamofobia. Na Hungria<sup>36</sup>, outro partido político de extrema-direita, o Jobbik, levantou um muro na fronteira com a Sérvia. Na Grécia<sup>37</sup>, simpatizantes do partido neonazista Aurora Dourada entraram em confronto com refugiados que chegam às ilhas gregas pelo mar. No leste da Alemanha<sup>38</sup>, refugiados foram atacados com violência na cidade de Dresden, cidade onde foi criado o movimento ultraconservador Pegida (Patriotas Europeus contra a Islamização do Ocidente). No caso do Brasil, um dos exemplos é a imigração dos haitianos onde a aversão ao estrangeiro é reforçada pelo

---

<sup>36</sup>Hungria amplia poderes de exercito e autoriza armas não letais na fronteira. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/41719/hungria+amplia+poderes+de+exercito+e+autoriza+uso+de+armas+nao+letais+na+fronteira.shtml>> Acessado em 02 de Janeiro de 2018.

<sup>37</sup>Grécia alerta que suas ilhas estão “à beira de explosão”. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/07/internacional/1441652930\\_611897.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/07/internacional/1441652930_611897.html)> Acessado em 02 de janeiro de 2018.

<sup>38</sup>Conflito em protesto contra refugiados deixa dois feridos na Alemanha. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/07/conflito-em-protesto-contr-refugiados-deixa-dois-feridos-na-alemanha.html>> Acessado em 02 de Janeiro de 2018.

preconceito racial (CAVALCANTI, OLIVEIRA, TONHATI E DUTRA, 2015; SANTOS e CECCHETTI, 2016) e também aos nordestinos<sup>39</sup>.

Em casos extremos, a xenofobia pode levar, a pretexto de se manter a pureza da “raça” ou da cultura, a tentativas de extermínio, à matança do estrangeiro (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016). A violência contra refugiados de guerra e outros imigrantes em situação de pobreza ou vulnerabilidade na África, por exemplo, chegou a matar moçambicanos e etíopes em 2015<sup>40</sup>; no Brasil, o haitiano Fetiere Sterlin<sup>41</sup> foi assassinado, segundo a Associação de Haitianos de Navegantes, em Santa Catarina, por crime de ódio.

Em 18 de abril de 2017, o senado aprovou o projeto (PLS 288/2013) do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB–SP), que previa substituição da legislação do Estatuto do Estrangeiro, datado do período da Ditadura Militar, pela nova Lei do Estrangeiro. O estatuto tratava os estrangeiros como um problema de segurança nacional, ou como ameaça à nação, enquanto a nova lei entende os estrangeiros como sujeitos com direitos; define os direitos e os deveres do migrante e do visitante no Brasil; regula a entrada e a permanência de estrangeiros; e estabelece normas de proteção ao brasileiro no exterior (ESTATUTO DO ESTRANGEIRO, 2017). A lei foi sancionada pelo presidente Michel Temer em 25 de maio de 2017 com 18 vetos do texto original. Um dos principais foi o veto à anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizeram o pedido até um ano após o início de vigência da lei, independente da situação migratória anterior.

Manifestantes do grupo “Direita São Paulo” e do “Movimento Brasil Livre”<sup>42</sup> realizaram uma manifestação em São Paulo contra a lei. Os grupos carregavam cartazes xenofóbicos e islamofóbicos, dizendo “soberania não se negocia” e “não temos terrorismo islâmico”. Houve conflito físico entre integrantes das comunidades árabes e palestina e os manifestantes. Nas páginas do Facebook dos grupos manifestantes, a ação desencadeou uma série de comentários xenofóbicos, racistas e violentos.

---

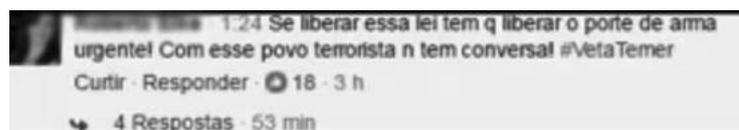
<sup>39</sup>Nordestinos são alvo de racismo nas redes sociais após vitória de Dilma na região. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/eleicoes-2014/nordestinos-sao-alvo-de-racismo-nas-redes-sociais-apos-vitoria-de-dilma-na-regiao-14157447.html>> Acessado em 02 de Janeiro de 2018.

<sup>40</sup>Onda de xenofobia mata seis na África do Sul. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000746866/onda-de-xenofobia-mata-seis-na-africa-do-sul.html>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

<sup>41</sup>Haitiano é agredido até a morte em Santa Catarina. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1696121-haitiano-e-agredido-ate-a-morte-em-santa-catarina.shtml#>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

<sup>42</sup>Discurso de ódio não tem lugar no Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/discurso-de-odio-nao-tem-lugar-no-brasil-21327455#ixzz4tVC9P4U3>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

FIGURA 2- COMENTÁRIO DA PÁGINA DIREITA SÃO PAULO EM MAIO DE 2017



FONTE: *Fan-page* Página Direita São Paulo

O termo “aporofobia” ainda não figura no dicionário de nossa língua, mas já tem sido aplicado às pesquisas da agenda do discurso de ódio. A palavra vem do grego “á-poros” que quer dizer pobre e “fobia”, temor. De modo que “aporofobia” referencia o desprezo, o ódio, o temor e rejeição às pessoas pobres, desamparadas, etc. (CORTINA ORTIS,1996). O termo aparece em uma série de publicações da filósofa e catedrática Adela Cortina em meados dos anos noventa e segundo a própria autora precisa de uma nomenclatura para ser reconhecimento e enfrentado.

É impossível apontar o dedo à democracia, à liberdade, à consciência, o totalitarismo, beleza, entretenimento ou capitalismo financeiro; como é impossível apontar a xenofobia fisicamente, o racismo, a misoginia, a homofobia, islamofobia ou cristianofobia. Portanto, essas realidades sociais precisam de nomes para seu reconhecimento, para saber de sua existência, para analisar e tomar uma posição contra eles (CORTINA ORTIS, 2017, p. 17-18).

Cortina Ortis (2017) reforça ainda que a verdadeira atitude que sustenta a muitos comportamentos supostamente racistas e xenófobos não é, em realidade, a hostilidade aos estrangeiros, às pessoas que pertencem a uma etnia diferente a maioria, mas sim a repugnância e o temor aos pobres, a essas pessoas que não apresentam o “aspecto respeitável” de quem tem aquilo. De fato, “nós não marginalizamos o imigrante se ele é rico, ou jogador negro de basquete. Ou o aposentado com patrimônio. Nós marginalizamos os pobres”<sup>43</sup> (CORTINA 1996, p. 70, tradução nossa). Para autora, aporofobia não fica limitada à situação individual de pobreza econômica, mas qualquer um que está em uma situação vulnerável.

Forte et al. (2013), salienta que o preconceito social é uma questão cultural fruto de uma construção histórica, na qual as elites dominantes do país sempre se utilizaram de sua condição hegemônica para manter seu *status quo*, e na qual sempre se evitou miscigenar os elos sociais que unem os grupos dominantes, a fim de não os enfraquecer. Para eles, o preconceito social no Brasil é visível na distribuição de oportunidades, visto que indivíduos que pertencem

<sup>43</sup> No original: “no marginamos al inmigrante si es rico, ni al negro que é jogador de baloncesto, ni al jubilado con patrimonio: a los que marginamos es a los pobres”.

as classes dominantes têm uma propensão maior de serem escolhidos “para os postos de destaque”, por aqueles que tem uma condição social similar.

Navarro (2002) acredita que a aporofobia se alimenta em cada um de nós através de um mecanismo psicológico que funciona de base lógica: a generalização apressada. Para ele, resulta-se de um sarcasmo que considera os pobres uma ameaça ao sistema socioeconômico, acusando-os, como responsáveis pela própria violência que sofrem. A aporofobia generaliza os pobres como os culpáveis de qualquer problema social (condutas ilícitas, trabalho ilegal, etc.), deixando-os numa situação de debilidade que os impede, por definição, de se defenderem das calúnias. Para ele, o reforço contínuo dessa imagem dificulta a possível integração na sociedade, prolonga suas dificuldades, e por vezes, leva o indivíduo/grupo a cometer algum ato ilegal, de forma a reforçar a imagem e assim sucessivamente.

#### 2.1.4 Etariedade, Discriminação por Aparência e contra Pessoas com Deficiência.

A discriminação etária ocorre quando crenças e atitudes preconceituosas legitimam “o uso da idade cronológica para demarcar classes de pessoas a quem são sistematicamente negados recursos e oportunidades de que outros desfrutam, e que sofrem as consequências desse menosprezo, que vão do patrocínio bem-intencionado ao aviltamento inequívoco” (BYTHEWAY, 2005, p. 14). A prática é definida por Newman, Faux e Larimer (1997) como Idadismo. Para os autores estaria fundada numa série de práticas sociais construídas pela sociedade, com base na diferença de idades percebidas entre as gerações e na segregação que os grupos sociais exercem através de estereótipos e preconceitos nos adultos idosos ou como as pessoas se relacionam com o medo da morte e as perdas associadas à idade avançada.

A associação depreciativa do envelhecer à inutilidade e caricatura dos idosos reforçam a discriminação etária e violam direitos humanos. Generalizações às pessoas idosas produzem uma dicotomia perigosa entre os tidos como “produtivos” (jovens) e os “estorvos” (os idosos). Debert (2003) utiliza o termo “reprivatização do envelhecimento” ao se referir às consequências dessas práticas na transformação para a questão do envelhecimento. Para ela, o velho acaba sendo tratado como negligente, que envelheceu porque não adotou estilos de vida e consumo que conservassem a sua juventude, sendo ele mesmo o sujeito culpado por ter envelhecido. Em outro trabalho, Debert (2010) versa que o problema é que na sociedade contemporânea a juventude acabou virando um valor ideal. Ela [a juventude] descola-se da etariedade (ou a ideia

de categoria etária) e erige-se como um valor em si. A pesquisadora defende que essa transformação implica em três processos:

(a) alargamento da faixa etária do segmento considerado jovem da população; (b) o desdobramento das etapas mais avançadas do ciclo da vida em novas categorias etárias” (terceira idade, quarta idade e quinta idade); e (c) a transformação da juventude em um valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida através da adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados” (DEBERT, 2010, p. 49).

Envelhecer, por mais natural que seja, tornou-se um problema social grave. Entre janeiro e abril de 2016, a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania<sup>44</sup> recebeu 12.454 denúncias de violência contra a pessoa idosa. Os dados apontam que entre os tipos de violação estão a negligência, o abuso financeiro e a violência física e psicológica. O Relatório de Atividades da Central Judicial do Idoso<sup>45</sup>, do segundo semestre de 2016, apontou que 34% da violência sofrida por idosos é psicológica, incluindo insultos e ameaças. Entende-se por violência psicológica “qualquer forma de menosprezo, desprezo, preconceito e discriminação, incluindo agressões verbais ou gestuais, com objetivo de aterrorizar, humilhar, restringir a liberdade ou isolar a pessoa idosa do convívio social” (CADERNO DE VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA, 2007, p. 29), desta forma, podemos dizer que o discurso de ódio direcionado a pessoa idosa é uma violência psicológica.

O discurso de ódio por aparência reflete uma cultura pautada num estereótipo de beleza. Fischler (1995, p. 69) defende que “uma das características de nossa época é a lipofobia, sua obsessão pela magreza, sua rejeição quase maníaca à obesidade”. Novaes (2013) em seu livro “O intolerável peso da feiura”, ao discutir uma educação reguladora dos corpos e licenciada pelo coletivo, aponta que a intolerância à flacidez e ao excesso de gordura, quando analisada sob o discurso popular por meio da mensagem “só é feio quem quer”, reforça a associação entre beleza/saúde/potência. Goldenberg e Ramos (2002) assinala que sob a moral da “boa forma”, um corpo trabalhado, cuidado, sem marcas indesejáveis (rugas, estrias, celulites, manchas) e sem excessos (gorduras, flacidez) é aceito e valorizado. Além disto, a gordura e a flacidez ou a moleza são tomadas como símbolos da indisciplina, do desleixo, da preguiça, da falta de certa virtude, ou seja, da falta de investimento do indivíduo em si mesmo.

<sup>44</sup> Dados do disque 100 mostram que mais de 80% dos casos de violência contra idosos acontece dentro de casa. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/junho/dados-do-disque-100-mostram-que-mais-de-80-dos-casos-de-violencia-contra-idosos-acontece-dentro-de-casa>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2017

<sup>45</sup> Relatório de Atividades da Central Judicial do Idoso no segundo semestre de 2016. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/central-judicial-do-idoso/RelatrioCJI2oSemestre2016.pdf>>. Acesso em: 21 de Setembro de 2017.

[...] assim, há uma construção cultural do corpo, com uma valorização de certos atributos e comportamentos em detrimento a outros, fazendo com que haja um corpo típico para cada sociedade. Esse corpo, que pode variar de acordo com o contexto histórico e cultural, é adquirido pelos membros da sociedade por meio da imitação prestigiosa. Os indivíduos imitam atos, comportamentos e corpos que obtiveram êxito e que têm prestígio em sua cultura. No caso brasileiro, as mulheres imitáveis, as mulheres de prestígio, são, atualmente, as modelos, atrizes, cantoras e apresentadoras de televisão, todas elas tendo o corpo como o seu principal capital, ou como uma de suas mais importantes riquezas (GOLDENBERG, 2010, p. 45).

Lima (2002, p.42) menciona que “em nome da aparência, peca-se pelo excesso, [...] muitos extrapolam seus próprios limites, comprometendo o desejo de uma vida que se considera ‘saudável’”. O corpo fica submetido a cuidados contínuos e infinitos, com o intuito de salvá-lo de qualquer ameaça à sua juventude e beleza. Para Castro (2007, p.112), “a imagem da juventude, associada ao corpo perfeito e ideal – que envolve noções de saúde, vitalidade, dinamismo e, acima de tudo, beleza – atravessa, contemporaneamente, os diferentes gêneros, faixas etárias e classes sociais, compondo de maneira diferenciada, diversos estilos de vida”. Em estudo sobre a linguagem *fitness* em sites de redes sociais, Jacob (2014) percebe que perfis que fazem mais sucesso entre o público comum são aqueles de mulheres em boa situação de vida e que, se não são ricas, estão muito perto de tal estágio socioeconômico. E ainda, que os parâmetros que regem a obsessão pelo corpo perfeito também advêm de mulheres nada comuns, como as modelos das capas de revistas e nos comerciais de TV, aproximando tais estratégias comunicativas.

Pessoas portadoras de deficiência também são vítimas do ódio. A Declaração Universal dos Direitos Humanos deixa claro que todas as pessoas devem ser tratadas fraternalmente, independente de deficiências. A mesma Declaração também assegura que pessoas deficientes devem ter todos os tipos de necessidades especiais levadas em consideração no desenvolvimento econômico e social. Tunes (2007) diz que o preconceito em relação à deficiência tem raízes na própria definição do conceito de deficiência, pois o próprio ato de nomear o deficiente já implica o preconceito. Logo, a afirmação da deficiência já é um preconceito. Para a autora, a noção de deficiência está associada à falta, que pode ser parcial, transitória ou absoluta.

Silva (2006) atenta à atual hiperexposição do corpo como produto, algo passível de elaboração e reconstrução como um dos aspectos que reforça o preconceito e a discriminação com pessoas portadores de necessidades especiais. Ela acredita que “o corpo marcado pela deficiência, por ser disforme ou fora dos padrões, lembra a imperfeição humana. Como nossa sociedade cultua o corpo útil e aparentemente saudável, aqueles que portam uma deficiência

lembram a fragilidade que se quer negar” (SILVA,2006, p. 427). A autora reforça ainda que ao estigmatizar uma pessoa com deficiência física, observando seus comportamentos de forma inflexível, generalizando, “o indivíduo estigmatizado incorpora determinadas representações e passa a identificar-se com uma tipificação que o nega como indivíduo. Essas pessoas passam a ser percebidas, a princípio, por essa diferença negativa, o que irá indicar fortemente como elas irão comportar-se” (SILVA,2006, p. 427). Nuernberg (2010, p. 132) exacerba que “é lenta a superação de mitos e preconceitos que incidem sobre os deficientes. Ainda resistem concepções arraigadas em estereótipos e que, muitas vezes, conduzem erroneamente as formas de atenção social e educacional proporcionadas às pessoas com deficiência”.

A Câmara dos deputados analisa projeto que transforma em crime o preconceito ou a discriminação contra os portadores de transtornos ou deficiências mentais. A pena prevista é de reclusão de um a três anos e multa. A proposta (Projeto de Lei 5063/13), do deputado Eliene Lima (PSD-MT), acrescenta dispositivo à Lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Por outro lado, o deputado federal ruralista Alceu Moreira<sup>46</sup> (PMDB-RS), relator da PEC 287<sup>47</sup>, da Reforma da Previdência, em discurso transmitido ao vivo na pela TV da Câmara em outubro de 2016 chamou aposentados por invalidez portadores de deficiências adquiridas<sup>48</sup> de “vagabundos remunerados”. A assessoria do parlamentar<sup>49</sup> alegou que o vídeo foi editado para circular na internet e que o deputado não fez menção aos aposentados e sim àqueles que recebem benefícios por meio de fraudes em programas sociais.

O discurso de ódio etário, por aparência ou contra pessoa com deficiência encontra respaldo no corpo em evidência. A ansiedade de buscar o corpo ideal, e o julgamento contra quem não o possui, provoca um mal-estar em mulheres – e também em homens – superando a questão da vaidade, chegando a ponto de interferir no tratamento em que as pessoas recebem numa seleção de emprego, nos acessos aos espaços públicos e na aceitação de si mesmo e dos outros.

---

<sup>46</sup>Deputado Gaúcho chama aposentados de vagabundos remunerados. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/deputado-gaучo-chama-aposentados-de-vagabundos-remunerados/>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2017.

<sup>47</sup> O texto da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) impõe idade mínima de 65 anos para homens e mulheres acessarem a aposentadoria, bem como uma contribuição mínima de 49 anos de contribuição para obtenção do benefício integral.

<sup>48</sup> De acordo com o artigo 2º do Estatuto do Portador de Deficiência<sup>48</sup>, as deficiências podem ser naturais (distúrbios ortopédicos e distúrbios neurológicos) e físicas (congenita ou adquirida; aguda ou crônica; permanente ou temporária; progressiva ou não).

<sup>49</sup>Relator da Previdência nega ter chamado aposentado de vagabundo. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/relator-da-reforma-da-previdencia-nega-ter-chamado-aposentado-de-vagabundo/>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2017.

## 2.2 O DISCURSO DE ÓDIO EM DISCUSSÕES POLÍTICAS NA INTERNET: INCIVILIDADE OU DESRESPEITO?

As raízes da incivildade nas interações sociais mediadas por computador foram abordadas em alguns estudos psicológicos, que sugerem que, quando se trata de apresentação de pontos de vista e opiniões opostas, há uma diferença fundamental entre as interações cara a cara e as mediadas pela internet (KIESLER et al., 1984; DIENER, 1979). A constatação aconteceu muito antes do surgimento de sites como Facebook, Twitter e Instagram, baseando-se na observação de pequenas redes no ciberespaço. A partir daí a construção teórica a respeito do tema tem evoluído e ganhado espaço nas agendas de pesquisadores políticos, sociais e comunicadores, sobretudo na linha das causas (COE, KENSKI, e RAINS, 2014; MASSARO e STRYKER, 2012; BERRY e SOBIERAJ, 2014; SANTANA, 2014; ROWE, 2015) e dos efeitos do fenômeno (PAPACHARISSI, 2004; MUTZ e BYRON REEVES, 2005; BROKS e GEER, 2007; JAMIESON e CAPELLA, 2008; GERVAIS, 2011; ANTOCI et al., 2016).

Os estudos de Papacharissi (2004) marcaram significativamente a observância da incivildade em espaços digitais. A autora faz distinção entre civilidade e cortesia, sendo a primeira mais focada nas normas que promovem o coletivo e “fortalece nosso relacionamento uns com os outros e nossos laços de democracia” (2004, pg. 263) e a segunda sobre maneiras individuais (interação que flui suavemente, etiqueta, formalidade) que facilitam o intercâmbio de ideias sem ameaçar o rosto de seu público. Para ela, incivildade seria “um conjunto de comportamentos que ameaçam a democracia, negam às pessoas e aos grupos sociais estereotipados as liberdades pessoais” (2004, p. 267). Outra importante contribuição da autora é na distinção de comentários impróprios de comentários incivis. Os primeiros ignoram as regras de etiqueta e cortesia, enquanto que os últimos envolvem ataques a crenças, direitos e opiniões, tornando-os um perigo para a vida democrática. Para ela, comentários grosseiros não podem ser considerados inerentemente ruins para discussão; um comentário incivil, embora educado é muito mais perigoso do que um indelicado, mas civil.

Brooks e Geer (2007, p. 4) explicam, ao analisar diferentes conceituações, que “o conceito de civilidade parece invariavelmente envolver alguma noção de respeito mútuo”. Coe et al. (2014) aborda a incivildade com foco no que é manifestado em discussões públicas e a defini como características de uma discussão que transmite um tom desnecessariamente desrespeitoso para o fórum de discussão e seus participantes, não acrescentando nada substancial ao processo. Antoci et al. (2016) definem incivildade online como uma forma de

interação ofensiva que pode variar desde comentários agressivos, discussão incensada, críticas rudes, reivindicações ultrajantes, discurso de ódio e assédio.

A audiência ofertada pela internet tem aumentado a visibilidade da incivildade. (ANTOCI et al., 2016). Evidências apontam que as páginas e perfis em SRSs de partidos políticos, revistas, jornais, celebridades, fornecem um cenário típico para a incivildade online (PFEFFER, ZORBACH & CARLEY, 2013; BARBERÀ, JOST, NAGLER, TUCKER & BONNEAU, 2015). Sobieraj e Berry (2014) alegam uma variedade de aspectos econômicos, regulamentares e mudanças tecnológicas que produziram um sistema de mídia que “apoia de forma única a opinião política baseada em indignação” (p. 75). Massaro e Stryker (2012) argumentam que a incivildade surge quando as discussões políticas envolvem opiniões fortes e levantam sentimentos apaixonados. Quando o uso de fala é altamente emocional, incluindo apelos a emoções negativas como ódio, medo ou raiva, a incivildade pode acontecer; o discurso emocional por si só pode ser muito incivil (JAMIESON e CAPELLA, 2008; SOBIERAJ e BERRY, 2014).

É no trabalho de Massaro e Styker (2012) que encontramos de forma mais pontual as chaves para identificar os discursos incivis. Os autores sugerem oito grandes categorias de incivildade política em discursos e debates políticos que influenciam na formação da opinião pública:

- (1) discurso que é excessivamente *ad hominem*, demoniza oponentes políticos e se baseia em ataques globalizantes sobre seu caráter em vez das suas ideias e conduta;
- (2) discurso que é imprudente, falso e negativo sobre a oponente político, ou que intencionalmente busque enganar sobre os adversários, personagens ou sua conduta;
- (3) discurso que é excessivamente vulgar ou desrespeitoso, ou se baseia em profanidade excessiva destinado a uma pessoa (*versus* uma ideia ou instituição) para avançar num argumento;
- (4) o discurso que pejorativamente, hiperbolicamente, e falsamente pinta os oponentes políticos como “traidores”, “*deadbeats*”<sup>50</sup>, “nazistas”, “lunáticos”, “*rednecks*”<sup>51</sup>, “satânico”, ou “antipatriótico” em vez de como concidadãos dentro de uma ordem política pluralista, com quem vigorosamente, ou até mesmo apaixonadamente, discorda em questões específicas, por razões específicas.
- (5) discurso que intencionalmente ameaça o bem-estar físico de adversários políticos, ou que incentiva os outros a causar danos físicos a eles.
- (6) discursos que implantam questões raciais, sexuais, religiosos ou outros epítetos contra um adversário político que uma pessoa razoável consideraria extremamente humilhante.
- (7) discurso intencionalmente destinado a encerrar “espaços da razão” e acabar com o discurso, ao invés de manter zonas de voz para futuras consideração de outras questões e questões políticas.
- (8) o discurso que nega intencionalmente ao adversário político o direito de participar de igual modo em processos ou debate processuais ou debates políticos aplicáveis, ou que nega a legitimidade de sua participação, onde eles têm o direito legal de fazê-lo (MASSARO e STYKER, 2012, p.409).

---

<sup>50</sup> Tradução livre: mal pagadores, desonestos.

<sup>51</sup> Gíria para trabalhador do campo, pessoa sem recursos que trabalha em produções agrícolas.

Coe et al. (2014) utilizou cinco destas categorias de incivildade (ofensas e xingamentos - ataques de *ad hominem*; vulgaridade; acusações mentirosas; pejorativas à fala e aspensão) num estudo de discussões de notícias online, com objetivo de examinar a percepção do público leigo com relação ao comportamento incivil. O estudo apontou que ofensas e xingamentos (*ad hominem*) são as formas mais recorrentes de incivildade e que as mulheres são menos propensas a oferecer comentários negativos do que os homens. Santana (2014) e Rowe (2015) identificaram o anonimato como uma das causas da incivildade nestes espaços. Rowe (2015) ao realizar um comparativo dos comentários do site do *Washington Post* com os comentários na página do Facebook do mesmo jornal, descobriu que a quantidade de incivildade era maior nos comentários do *site* (anonimato) do que nos comentários da *fan-page*.

Gervais (2011), ao observar as consequências da incivildade afirma que quando as elites políticas utilizam incivildade contra o “lado oposto”, elas podem gerar raiva entre os partidários de ambas as partes. Partidários de mentalidade semelhante sentirão uma raiva mais intensa em relação ao grupo, da mesma forma, os partidários do “lado oposto” ficarão irritados com os ataques incivis ao seu grupo. Para o autor, pelo menos quando se trata de mensagens desagradáveis, a incivildade pode induzir a raiva e reduzir a vontade de compromisso em ambos os lados. Massaro e Stryker (2012) salientam que alguns tipos de incivildade em alguns contextos podem prejudicar o engajamento democrático e a governança, além de exercer impacto negativo na confiança das pessoas em relação as instituições políticas e seus representantes. Os autores concluíram que “identificar o discurso político civil e incivil não é impossível, embora provavelmente nunca possamos chegar a um consenso completo sobre precisamente onde desenhar a linha” (p. 440).

Em pesquisas atuais sobre a democracia deliberativa, estudiosos têm procurado especificar mais o significado do respeito em relação a civilidade, estabelecendo algumas distinções internas aos comportamentos. Os deliberacionistas partem do pressuposto de que a troca de razões deve ser marcada pelo respeito (GUTMANN e THOMPSON, 2004; MANSBRIDGE ET AL., 2010; STEINER, 2012; SARMENTO e MENDONÇA, 2016; MAIA e RESENDE, 2016) e que participantes respeitosos tendem a considerar os outros participantes e a formular justificativas para convencê-los (GASTIL, 2008; BOHMAN & RICHARDSON, 2009; TESTA, 2012).

Para Gutmann e Thompson (2004, p. 79), “o respeito mútuo requer mais do que tolerância ou uma atitude benigna em relação aos outros. Requer uma atitude e uma interação

construtiva com pessoas com quem razoavelmente discorda quando essas pessoas são igualmente dispostas e capazes de adotar tal atitude”. Bohman e Richardson (2009) acreditam que o respeito pelas pessoas envolve um conjunto de disposições para agir (e abster-se de atuar), a fim de que se reconheça o outro como agente moral e interlocutor competente e inteligente. Maia e Rezende (2016, p. 123), ao diferenciar respeito de civilidade, afirmam que as pessoas, embora respeitando umas as outras como argumentadores morais, “podem reconhecer diferenças de posições que podem ou não ser moralmente respeitáveis. A definição de civilidade não permite fazer tal distinção. Uma pessoa pode ser civil para outras pessoas, mas não para opiniões e argumentos”.

Steenbergen et al. (2003, p. 26) argumentam que o respeito defendido por democratas deliberativos tem várias dimensões: uma dessas dimensões é o respeito aos grupos, que é uma reação da ênfase de Habermas na empatia e na solidariedade. O respeito nesse sentido implica que os participantes, implícita ou explicitamente, reconhecem as necessidades e os direitos dos diferentes grupos sociais. Outra dimensão é o respeito às demandas em discussão, pelo menos enquanto elas podem ser vistas intersubjetivamente como justificadas. Uma terceira dimensão é o respeito aos contra-argumentos, ou seja, os argumentos levantados pelos oponentes que contradizem a própria conclusão com relação à demanda.

Maia e Rezende (2016) analisaram a repercussão dos comentários racistas e homofóbicos do deputado federal Jair Bolsonaro - proferidos em programa de TV<sup>52</sup> - nas plataformas do Youtube, blogs e Facebook, e descobriram que a noção de respeito está mais diretamente relacionada com o valor moral e social de uma pessoa dentro de uma comunidade de comunicação, levando em conta o respeito mútuo entre as pessoas e o respeito pelos argumentos (BOHMAN & RICHARDSON, 2009, STEINER, 2012, TESTA, 2012). Já Sarmiento e Mendonça (2016) ao observar os processos deliberativos em relação aos direitos LGBT no Brasil, reforçam que os comentários desrespeitosos tendem a ser mais recíprocos do que necessariamente incivis. Os autores ainda observaram que o nível de respeito dentro de um debate não é apenas uma questão de polidez individual ou civilidade, mas principalmente uma questão das chaves coletivas adotadas para dar sentido ao tema em discussão. Eles concluem que o respeito (sobretudo dentro do próprio debate) é condição importante para o provimento de razões.

Para o propósito desta dissertação, o discurso de ódio será considerado manifestação

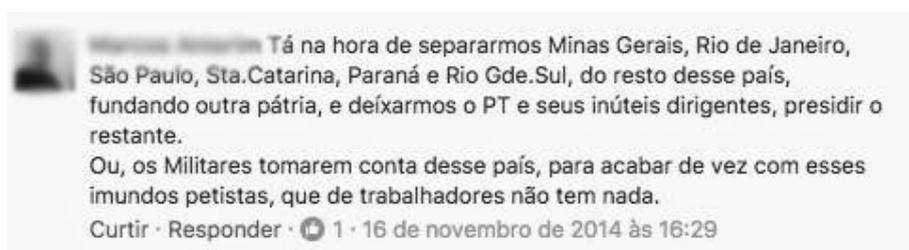
---

<sup>52</sup>Jair Bolsonaro da entrevista polêmica ao CQC. Disponível em:  
<<http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2011/03/29/jair-bolsonaro-da-entrevista-polemica-no-cqc-veja/> -  
Entrevista de Jair Bolsonaro ao CQC – Acesso em 22 de Setembro de 2017.

discriminatória externalizada de forma explícita ou velada, que abrange os atos de discriminar e de instigar a segregação entre os indivíduos ou grupo de pessoas que possuem uma característica em comum. Pretende-se ilustrar o fenômeno e suas características intimidadoras nas relações entre os usuários e seu desserviço democrático por meio de páginas oficiais de parlamentares no Facebook. Para isso, enquadraremos o discurso de ódio em duas correntes:

- (a) discurso de ódio/incivilidade quando a intolerância é direcionada aos grupos minoritários de forma rasteira atrapalhando o debate público, atendendo os critérios de Massaro e Styker (2012).

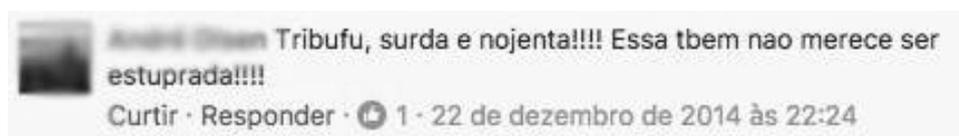
FIGURA 3- COMENTÁRIO DE ÓDIO INCIVIL



FONTE: Facebook.

- (b) discurso de ódio/desrespeito – quando a intolerância é direcionada a pessoa em questão e seus argumentos ferindo diretamente a sua dignidade de pessoa, conforme os estudos de Maia e Rezende (2016). Importante ressaltar que um comentário desrespeitoso não deixa de ser um comentário incivil, mas procura atacar de maneira mais direta o indivíduo e seu valor intrínseco de pessoa.

FIGURA 4- COMENTÁRIO DE ÓDIO DESRESPEITOSO



FONTE: Facebook.

### 3 CARACTERÍSTICAS DO CONTEÚDO DO DISCURSO DE ÓDIO NO FACEBOOK

Em nosso contexto de ubiquidade da internet e de um uso massivo das redes sociais online, o novo paradigma da comunicação é orientado para a sociabilização e para a socialização, centrado no uso social da tecnologia (CASTELLS et al., 2006; AMARAL, 2016) e reconfigurado pela dinâmica de exposição e interação dos atores sociais em ambientes digitais. Entretanto, é bom recordar que as redes sociais não foram criadas para ou na internet. De acordo com Recuero (2009, p. 24), o estudo das redes sociais parte de uma metáfora, em que a rede representa as relações sociais, ilustrando os atores sociais como nós (ou nodos) e os laços mantidos entre estes atores como as conexões que compõem uma grande rede.

Ao migrarem para o ambiente *on-line*, as redes sociais manifestam-se através de sites específicos – tais como o Facebook, Twitter, Instagram e tantos outros –, que não se constituem em si redes sociais, sendo, portanto, sistemas que dão suporte às relações entre os sujeitos (LOPEZ e QUADROS, 2015). Pode-se entender estes sites como a transposição para a internet das relações e interações mantidas pelos atores sociais nas redes sociais já existentes no mundo real. Entretanto, não se trata de uma mera transferência do *off-line* para o *on-line*. Para Boyd (2007) as redes sociais digitais são como espaços públicos mediados, esferas onde se torna possível a reunião pública dos indivíduos, por meio da tecnologia, e em que é permitido às pessoas expressarem-se, aprenderem com os outros e até discutirem as normas que regem a sociedade. Para Gee (2009), as chamadas Mídias Sociais transformaram a natureza dos grupos e as relações de poder, permitindo que os indivíduos se associem e se organizem espontaneamente a partir de interesses comuns, num sistema de flexibilidade estrutural e mediante fluxos de comunicação rápida e constante. Recuero (2009) defende que as redes sociais na internet atuam como desveladoras de vários aspectos das redes *off-line* e como complexificadoras de seu espaço de atuação. Para ela, as interações são reproduzidas facilmente por outros atores, espalham-se nas redes entre os diversos grupos, migram e tornam-se conversações cada vez mais públicas, moldam e expressam opiniões, geram debates e amplificam ideias (RECUERO, 2012).

Quanto as características deste tipo de plataforma, Boyd (2010) observa que os Sites de Redes Sociais (SRS), permitem (a) a permanência das interações, ou seja, o fato de que as interações tendem a ficar inscritas na rede e ali permanecerem; (b) a buscabilidade dessas interações, que são recuperáveis; (c) a replicabilidade dessas interações que podem ser reproduzidas facilmente e; (d) a escalabilidade, ou seja, o potencial de alcance e multiplicação desses registros. Para autora, tais características dariam uma nova dimensão para a audiência

das ferramentas mediadas e a capacidade de articular e tornar visíveis os laços sociais que creditam a originalidade das redes sociais digitais, em comparação com as redes *off-line*.

As Mídias Sociais são capazes não apenas de capturar, agregar e condensar os temas sociais, mas também de ampliar as questões, de forma a chamar a atenção inclusive do governo e de tudo o que implique o Estado, de uma administração pública e dos próprios meios de comunicação e do seu público (GOMES, 2014). Nestas configurações, os usuários podem interagir aleatoriamente com estranhos que se inscreveram na mesma página e mesmo que heterogêneos em termos de traços pessoais, preferências e modos de interação social (BARBERÀ e RIVERO, 2015) podem influenciar uma agenda pública (LYCARIÃO e SAMPAIO, 2016). Desse modo, um problema social, tema ou evento político, opinião ou perspectiva sobre qualquer assunto é representado nas redes sociais digitais, por meio de alguma postagem ou comentário que será replicado, comentado, discutido e pessoas reagirão a ele de diversas formas (GOMES, 2014).

Em uma série de estudos, Wilcox e Stephen (2013) apontam aspectos positivos e negativos do uso das Mídias Sociais. Para eles, o uso de SRSs pode ter efeitos positivos na autoestima e bem-estar dos usuários porque podem fornecer um meio de auto-expressão. Os usuários podem apresentar informações e muitas vezes ganhar *feedback* positivo de outros através de “likes” e comentários. Por outro lado, os autores descobriram que o uso das Mídias Sociais afetou negativamente o autocontrole dos participantes da pesquisa, particularmente aqueles focados em “laços fortes”<sup>53</sup> em sua rede. Para alguns usuários o senso inflado de autoestima nestes espaços pode ter incentivado comportamentos impulsivos, potencialmente sob a forma de interações mais agressivas e opinativas. Yardi e Boyd (2010) descobriram que as plataformas de Mídias Sociais contribuem para uma maior polarização dos pontos de vista. Argumentam que as restrições do meio tornam difícil ter uma discussão significativa mesmo quando os usuários são expostos a outras perspectivas. Cullen e Sommer (2011) também descobriram que aqueles que discutem *on-line* não estão tão satisfeitos com o debate como aqueles envolvidos em debates face-a-face.

Plataformas como Facebook, Instagram e Twitter se tornaram ambientes propensos a expressão do ódio, constituindo uma formulação do espaço público capaz de replicar e radicalizar os conflitos da realidade social (GERSTENFELD et al., 2003; DANIELS, 2008;

---

<sup>53</sup> Laços fortes são aqueles que se caracterizam pela intimidade, pela proximidade e pela intencionalidade em criar e manter uma conexão entre duas pessoas. Os laços fracos, por outro lado, caracterizam-se por relações esparsas, que não traduzem proximidade e intimidade. Laços fortes constituem-se em vias mais amplas e concretas para as trocas sociais (WELLMAN, 1997), enquanto os fracos possuem trocas mais difusas. (RECUERO, 2005, p. 2).

ROST, STAHEL E FREY, 2016). Segundo Daniels (2008), os SRS têm se tornado um lugar privilegiado para a expansão dos extremismos e dos discursos odientos, principalmente por um suposto anonimato para aqueles que imaginam proteger sua verdadeira identidade atrás de perfis falsos ou da volatilidade das redes digitais que, em geral, permitem que o registro seja eventualmente apagado. Além disso, apesar de se tratar de meios públicos, as Mídias Sociais mantêm algumas formas de comunicação em registro potencialmente semiprivado e podem legitimar o discurso de ódio, dando-lhe ressonância, seja através de concordância, apoio, curtidas, compartilhamentos, etc (RECUERO,2014).

O *Pew Research Center*<sup>54</sup> (PRC, 2014) documentou a crescente incidência de assédios em Mídias Sociais nos Estados Unidos. A pesquisa que entrevistou 2.849 usuários apontou que 73% dos adultos *online* teriam visto alguém sendo insultado de alguma maneira nem SRS e 40% experimentado pessoalmente; dos que testemunharam as ofensas, 60% dos usuários de internet disseram ter visto alguém sendo chamado de nomes ofensivos, 53% tinham observado esforços para constranger alguém deliberadamente, 25% viram alguém ser ameaçado fisicamente, 24% testemunharam alguém sendo assediado por um longo período de tempo, 19% disseram que viram alguém sendo assediado sexualmente e 18% disseram ter testemunhado alguém ser perseguido. Já os que sofreram o assédio, 27% dos usuários teriam sido chamados de nomes ofensivos, 22% foram envergonhados num processo deliberativo, 8% foram fisicamente ameaçados, 8% foram perseguidos, 7% foram assediados por um período prolongado e 6% foram assediados sexualmente. A pesquisa ainda aponta que 66% dos usuários testemunharam ou sofreram agressões em sites de redes sociais.

Para Gomes (2017) “não foram inventadas novas formas de odiar, humilhar, linchar pessoas. Nós sempre fomos muito bons nisso. O que acontece hoje é que todas as formas de interações e de redes sociais podem ser digitalizadas, ganhar forma em ambientes digitais ou ter ambientes digitais como suas extensões”. Gomes salienta ainda que “a diferença dos meios digitais é o fato de que qualquer ato, qualquer fala, qualquer comportamento de ódio deixa rastros”. Matamoros (2016) aponta que os recursos tecnológicos e a lógica corporativa dos sites de Mídias Sociais interferem na dinâmica das performances de ódio e contribuem para a percepção da retórica do ódio como informação legítima. Para o autor, a lógica do algoritmo não é neutra e pode discriminar de acordo com os interesses da empresa que administra a rede social. O ódio, portanto, não surge fortuitamente de eventuais discordâncias, mas é também o

---

<sup>54</sup> Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/2014/10/22/online-harassment/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

resultado inevitável do funcionamento das plataformas.

Dentre os sites de Mídias Sociais, o Facebook expandiu-se e alcançou mais de 2 bilhões de usuários no mundo<sup>55</sup>. No Brasil, ocupa a primeira colocação entre os SRS – sendo, ainda, o site mais visitado pelos usuários brasileiros em todas as classes sociais e faixas de escolaridade, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015<sup>56</sup>, mantendo-se em primeiro lugar com 83% dos usuários. Autores apontam que entre as razões que levam as pessoas, designadamente os jovens, a usar o Facebook, estão principalmente (a) manter o contato com os amigos e (b) solidificar relações que de outro modo se perderiam (BOYD e ELLISON et al. 2007; AMARAL, 2014). De acordo com Vromen e colegas (2016), o Facebook é, antes de mais nada, um espaço de socialização, do encontro com amigos e uma oportunidade de saber o que está acontecendo à sua volta.

O Facebook é um site de redes sociais utilizado em larga escala e mundialmente. Além disso, caracteriza-se por, no passar dos anos, ter ampliado suas possibilidades de participação inserindo novas funcionalidades, principalmente inspiradas pela própria utilização da plataforma por seus usuários. Seu objetivo parece ser o de abranger todas as formas de compartilhamento e leitura de conteúdo pessoal ou informativo online. Tornando-se, assim, um ambiente complexo onde se torna possível observar uma grande variedade de dados referentes à formação de identidade e trocas de conteúdos com os quais os sujeitos se identifiquem. (MAZZOCATO, 2014, p.23)

A interação estabelecida por meio de postagens em forma de textos, imagens e vídeos publicadas na própria página do usuário, no perfil de amigos, empresas, marcas, celebridades ou em espaços privados conhecidos como grupos, além de espaço para publicidade e bate-papo, faz do Facebook uma arena comunicacional relevante na observância de comportamentos sociais, avanços tecnológicos e as inferências na dinâmica das relações.

O Facebook apresenta *feeds* de notícia, ou seja, uma listagem das ações e atualizações feitas na rede, pelos amigos. O *feed* de notícias mostra ainda os diálogos mantidos publicamente entre os murais de amigos do utilizador. Os *posts* aparecem na *timeline* dos usuários a partir de algoritmo exclusivo da ferramenta. Apesar da possibilidade de bloqueios e permissões, as atualizações dos amigos são apresentadas de modo inadvertido, o que pode trazer ganhos de pluralidade (ZHANG ET AL., 2010; CONROY ET AL., 2012). O volume, o fluxo e o tipo de informação dependem de fatores como a própria rede de amigos criada, interação com esse

---

<sup>55</sup>Raking Statista 2017. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

<sup>56</sup>Pesquisa Brasileira de Mídia 2015. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 15 de Maio de 2017

conteúdo, com quais amigos o usuário mais interage, frequência da interação, frequência de uso do site, frequência de comentários, que tipo de informação é publicada, dentre outros (BAKSHY, MESSING e ADAMIC, 2015). De qualquer maneira, os usuários estão sujeitos ao algoritmo ao terem pouco controle do conteúdo que recebem em suas páginas, além de um desconhecimento sobre os padrões usados para tal segmentação.

Para Gomes (2014), o Facebook pode ser considerado uma espécie de radar por onde é possível identificar, considerar e discutir temas que mobilizam uma grande quantidade de pessoas interessadas. Temas políticos, embora recorrentes entre os assuntos mais debatidos, nunca estiveram no centro do desenvolvimento do site, mesmo assim a plataforma se tornou o principal espaço online de propaganda política, circulação de informações, de mobilização e de debates (BRAGA, ROCHA, CARLOMAGNO, 2015). Estudos observam a inferência do Facebook em campanhas eleitorais (MARQUES, SAMPAIO e AGGIO, 2013; ROSSANI et al., 2016), como arena de discussão (BARROS e CARREIRO, 2015), na Participação Política dos cidadãos (ARAÚJO et al., 2017) e no uso da plataforma por figuras políticas (GULATI e WILLIAMS, 2013). A *timeline*, os perfis e as páginas do Facebook formam um quadro em que os usuários são constantemente expostos a conteúdo político diverso, acentuando o caráter plural de visões políticas que circulam na rede (CARREIRO, 2017).

Os estudos que versam sobre o discurso de ódio no Facebook (MORIGI et al., 2015; DANTAS e NETO, 2015; COIMBRA e AMARAL, 2013; MATAMOROS, 2016) expressam preocupação com as consequências do fenômeno e apontam a responsabilidade que o próprio site de rede social deve exercer ou tem exercido para conter o avanço da prática.

O Facebook, por sua vez, possui um documento chamado “Padrões da Comunidade”<sup>57</sup> onde listam o tipo de conteúdo que pode ser publicado e compartilhado na plataforma. Segundo o documento, estas políticas foram criadas para proteger os usuários e delimitam que tipo de conteúdo que pode ser removido através de denúncias. Em março de 2015, o documento foi atualizado e acrescentou-se o discurso de ódio na lista dos conteúdos passíveis de remoção. Os termos proíbem a divulgação de ameaças diretas, autoflagelação, organizações perigosas, *bullying* e assédio, ataques a figuras públicas, atividades criminosas, exploração e violência sexual e medicamentos controlados. O documento também conta com uma seção denominada

---

<sup>57</sup> Padrões de comunidade do facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/communitystandards>>. Acesso em: 18 de Setembro de 2017

“Como incentivar um comportamento respeitoso”<sup>58</sup>, onde comunica que poderá excluir os conteúdos que propaguem o discurso de ódio, nudez e violência/conteúdo pornográfico.

No que diz respeito à política relacionada ao discurso de ódio, o site diz remover conteúdos de ataque com base em raça, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, gênero, identidade de gênero, deficiências graves e doenças, contudo, permitem “humor, sátiras ou comentários sociais relacionados a esses tópicos”. Como o próprio documento dos Padrões da Comunidade afirma, “devido à diversidade de nossa comunidade global, lembre-se de que algo que pode ser desagradável ou perturbador para você pode não violar os Padrões da Comunidade” (FACEBOOK, 2017).

Apesar desta atitude que, teoricamente, significa que o Facebook não tolera o discurso de ódio, não é o que acontece integralmente na prática. Em relatório<sup>59</sup> com base nas solicitações de governos para acesso a dados de usuários, na segunda metade de 2014, o site identificou e permitiu, por exemplo, um total de 34.946 perfis *jihadistas*, o que incentivou no ano subsequente uma política de maior austeridade em relação ao assunto. Numa pesquisa realizada pelo projeto *Prism*<sup>60</sup>, verificou-se que de um total de 100 relatórios de denúncia para o Facebook, apenas 9 resultaram na remoção dos comentários odiosos. De toda maneira, o que a literatura tem apresentado é que os padrões da comunidade e a política de discurso de ódio do Facebook também são orientados pela motivação e para rentabilizar interações (KUCHERA, 2014; SHEPHERD, HARVEY, JORDAN, SRAUY E MILTNER, 2015) e que a estrutura física e de mão-de-obra da empresa ainda não suporta a alta demanda de conteúdo a ser monitorado.

Em entrevista a BBC Brasil<sup>61</sup>, um brasileiro que trabalhou como moderador de discursos de ódio no Facebook afirmou que a rotina de trabalho é estressante, com metas que chegavam até 3.500 monitoramentos diários - uma análise a cada oito segundos - e, o espaço físico e a exigência de produção eram muito diferentes dos descontraídos escritórios da empresa no Vale do Silício. Ressaltou que em relação a dinâmica de trabalho, os moderadores só visualizam o nome do autor das publicações e não têm acesso a seus perfis completos; que a missão é apagar, ignorar ou encaminhar a publicação para a avaliação superior - o que ocorre especialmente em casos de suicídio ou pedofilia, que por sua vez são encaminhados a

---

<sup>58</sup>Como incentivar um comportamento respeito. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/communitystandards>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

<sup>59</sup> Facebook veta discursos de ódio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/03/facebook-altera-padroes-da-comunidade-e-veta-discursos-de-odio.html>>. Acesso em: 21 de junho de 2017.

<sup>60</sup>A banalização do discurso de ódio. Disponível em: <<http://www.elperiodico.com/es/sociedad/20160722/estudio-proyecto-prism-denuncia-banalizacion-discurso-odio-internet-5284591>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2017.

<sup>61</sup> 'Checava se alguém se mataria ao vivo': a rotina do brasileiro que moderava posts denunciados no Facebook Disponível em: < <http://www.bbc.com/portuguese/geral-41912670> > Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

autoridades. Informou que o texto oficial da plataforma pontua que em casos de “pessoas com visibilidade pública”, as chances reais “das ameaças se concretizarem” devem ser levadas em consideração na hora de apagar ou não a postagem. Segundo o ex-moderador, publicações como o vídeo em que o deputado Jair Bolsonaro afirma que a colega Maria do Rosário “não merece ser estuprada” e comentários violentos continuaram no ar porque a deputada se encaixaria nesta categoria. Disse ainda que as decisões, pautadas por políticas internas da rede social, servem para “educar” os algoritmos, que com o tempo repetem as respostas automaticamente, por meio de recursos avançados de identificação de rostos ou frases ofensivas.

O Facebook vem reconhecendo as limitações e tem aplicado políticas para aumentar o rigor e a exatidão na remoção de conteúdo com discurso de ódio, sem ferir os princípios de liberdade de expressão. Marne Levine, responsável pela política pública global da empresa, em nota oficial, apresentou cinco etapas que o Facebook pretende praticar para evitar o crescimento do fenômeno na plataforma<sup>62</sup>: (1) completar a revisão e atualizar as diretrizes que a equipe de Operações do Usuário usa para avaliar os relatórios de violações de Padrões Comunitários em torno do discurso de ódio; (2) atualizar o treinamento para as equipes que analisam e avaliam relatórios de discurso odioso ou conteúdo prejudicial no Facebook; (3) aumentar a responsabilidade dos criadores de conteúdos que não se qualificam como discurso de ódio acionável, mas é cruel ou insensível, insistindo que os autores sustentam o conteúdo que criam; (4) estabelecer linhas de comunicação mais formais e diretas com representantes de grupos que trabalham na área do discurso de ódio, incluindo grupos de mulheres, para garantir o tratamento acelerado de conteúdo que eles acreditam que violam nossos padrões; e (5) incentivar o grupo de trabalho *anti-Cyberdate* da Liga anti-difamação e outros grupos de trabalho internacionais sobre os quais o Facebook trabalha atualmente para incluir representantes da coalizão feminina para melhor identificar as considerações de livre expressão, realizar pesquisas sobre o efeito de discurso de ódio em linha sobre as experiências online de membros de grupos que historicamente enfrentaram discriminação na sociedade e avaliar o progresso dos objetivos coletivos.

As iniciativas da plataforma no combate ao discurso de ódio não vieram de maneira gratuita; as constantes denúncias de grupos organizados no combate à intolerância exerceram influência na tomada de decisão da empresa em relação ao controle mais incisivo da prática. O depoimento de funcionários da empresa sobre a rotina de monitoramento e remoção de discurso

---

<sup>62</sup>Discurso controverso, nocivo e detestável no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/facebook-safety/controversial-harmful-and-hateful-speech-on-facebook/574430655911054/>> Acessado em 13 de janeiro de 2018.

de ódio<sup>63</sup>, incluindo a ausência de um treinamento eficaz para o discernimento do que seria discurso de ódio ou não e a carga horária exaustiva, bem como a divulgação de relatórios de denúncias de conteúdo odioso que não foram removidos, foram alguns dos fatores que tornaram pública a problemática a ponto da empresa reconhecer as falhas e aplicar a política supracitada.

### 3.1 HOMOFILIA E HETEROFILIA

Homofilia é a tendência de os indivíduos estabelecerem ligações mais fortes com pessoas semelhantes em suas características sociais. Enquanto que heterofilia é a tendência de manter laços mais estreitos com pessoas que são diferentes. A ideia de homofilia é expressada nos escritos Lazarsfeld e Merton (1954) e tem sido abordada em vários estudos de rede (LEENDERS, 1996; MARSDEN, 1987; COENEN- HUNTER, 1989; MCPHERSON, SMITH-LOVIN E COOK, 2001).

Homofilia é o princípio de que um contato entre pessoas semelhantes ocorre em uma taxa maior do que entre pessoas diferentes. O fato generalizado da homofilia significa que a informação cultural, comportamental, genética ou material que flui através de redes tenderá a ser localizada. A homofilia implica que a distância em termos de características sociais se traduz em distância da rede, o número de relacionamentos através dos quais uma informação deve viajar para conectar dois indivíduos. Também implica que qualquer entidade social que dependa substancialmente das redes para sua transmissão tenderá a ser localizada no espaço social e obedecerá a certas dinâmicas fundamentais à medida que interage com outras entidades sociais em uma ecologia das formas sociais. (MCPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L. e COOK, J. M. 2001, p.416, tradução nossa)<sup>64</sup>

Lazarsfeld e Merton (1954) fazem uma distinção entre homofilia de valores e homofilia de status. A primeira remete a ideia da similaridade nas relações está baseada na partilha de recursos de forma cognitiva nas interpretações, opiniões, valores, normas, etc.; já a segunda se refere as semelhanças por recursos econômicos, nível social e educação como

---

<sup>63</sup> Depoimento de um funcionário do Facebook em Berlim sobre a rotina de remoção do discurso de ódio na plataforma. Disponível em: < <http://sz-magazin.sueddeutsche.de/texte/anzeigen/46820> > Acessado em 08 de janeiro de 2018.

<sup>64</sup> No original: *Homophily is the principle that a contact between similar people occurs at a higher rate than among dissimilar people. The pervasive fact of homophily means that cultural, behavioral, genetic, or material information that flows through networks will tend to be localized. Homophily implies that distance in terms of social characteristics translates into network distance, the number of relationships through which a piece of information must travel to connect two individuals. It also implies that any social entity that depends to a substantial degree on networks for its transmission will tend to be localized in social space and will obey certain fundamental dynamics as it interacts with other social entities in an ecology of social forms.*

fatores que propiciam às pessoas se relacionarem com mais intensidade. Outra distinção importante é homofilia eletiva e homofilia indutiva (MCPHERSON et al, 2001). A primeira se baseia em critérios de afinidade pessoal em diferentes campos e/ou estratégias intencionais na escolha de relacionamentos. A segunda é baseada em características situacionais, o contexto, como a localização, a proximidade geográfica, local de trabalho, etc.

Estudos apontam dois aspectos responsáveis pela homofilia. O primeiro são os aspectos individuais como as preferências, cálculos estratégicos e características semelhantes que representa um decréscimo de riscos inesperados e aumentam vantagens práticas (MOUW, 2003). O segundo é a associação ou referência a um coletivo, incluindo a disponibilidade, a influência ou a partilha de focos e recursos comuns, maior confiança e solidariedade (PORTES E SENSENBRENNER, 1993; MOLLICA, GARY E TREVINO, 2003).

Benkler (2006) salienta que a internet torna muito mais provável que indivíduos com interesses incomuns se encontrem, porque expandem amplamente o conjunto pesquisável de atores com os quais se pode interagir significativamente. Para o autor, a homofilia também pode ocorrer de forma mais indireta. Os indivíduos podem, por exemplo, convergir em torno de uma fonte comum de informações on-line que é atraente, tendo em conta seus interesses compartilhados e agrupados apenas como uma consequência secundária desse interesse compartilhado. Para Farrell (2012) quando as pessoas trabalham ativamente juntas numa ação coletiva a homofilia é mais propensa a mudar suas crenças. O autor ainda defende que “a homofilia também pode interagir com a falsificação de preferências” (p.40), ou seja, as pessoas num ambiente digital podem não revelar suas crenças verdadeiras.

Vale ressaltar que a heterofilia não se opõe ao conceito de homofilia, é complementar (LOZARES, VERD GOMÉZ & BARRANCO, 2013). É a existência de relações entre os membros de um grupo, definidos a partir das características atribuíveis comuns, com pessoas de um outro grupo com características diferentes. Para esta pesquisa, entendemos como homofílicos os comentários que apoiam ou reforçam o posicionamento do parlamentar analisado e o teor de sua publicação. Comentários heterofílicos serão considerados os que fazem oposição também com discurso de ódio ao conteúdo da postagem ou de outro comentador.

### 3.2 PISTAS PARALINGUÍSTICAS DO ÓDIO

A comunicação mediada por computador (CMC) trouxe novos modos de escrita que reforçam os processos de interação. O uso do estilo de escrita “não padrão” nas interações

online, assim como nas Mídias Sociais, geralmente é visto como uma tentativa de replicar elementos de comunicação não-verbais. Esses elementos não-verbais também são conhecidos como pistas paralinguísticas (CAREY, 1980), e são usados para modificar o significado, transmitir emoções e atitudes interpessoais, ou revelar informações contextuais. Kalman e Gergle (2014) estudaram como a repetição de caracteres “não padrão” é usada para enriquecer a comunicação por meio de um grande conjunto de dados de mensagens de *e-mail*. Sobieraj e Berry (2011) avaliaram a apresentação textual, tais como “o uso deliberado de letras maiúsculas, múltiplos pontos de exclamação, texto ampliado, e assim por diante” (p. 40) como padrões de incivilidade.

Crystal (2006) trouxe algumas convenções de escrita não padronizadas que emergem em CMC como letras repetidas, pontuação excessiva (por exemplo, *sim!!!!*) e uso de asteriscos (por exemplo, *A pergunta \*real\**), enquanto Storto (2011) apresenta outras pistas paralinguísticas como (a) para uma maior velocidade da escrita, abreviações, aglutinações e substituições são bastante recorrentes; (b) letras maiúsculas simulam gritos, eco (“FabianAAAAAAAAA”; “ME POUPE!”, “NOSSSAAAAAAAAA”); (c) há frequente sonorização dos elementos ou sua possível transcrição fonética (“naum”, “paum”, “entaum”), etc.

Outro recurso de bastante evidência são os *emojis* - “personagens de imagem”, incluindo não apenas rostos, mas também pictogramas representando objetos, ações, conceitos e ideias. Os *emojis* se originaram em telefones celulares japoneses no final dos anos 90. O termo *emoji* vem do japonês (絵, “imagem”) + *moji* (文字, “caráter”), e não é comumente acreditado pela palavra inglesa emoção (SKIBA, 2016). Surgiram como um meio de indicar eufemismos, sarcasmo, sugestões de carinho que anteriormente eram difíceis de transmitir dentro de um texto e sua natureza visual faz parte da tradição de usar imagens para transmitir significado por escrito (MCINTYRE, 2016).

As entrevistas realizadas por Kelly e Watts (2015) revelaram que os *emojis* são usados para uma variedade de propósitos além do afeto, como manter uma conexão conversacional, permitir uma interação mais descontraída e criar uma singularidade compartilhada e secreta dentro de um relacionamento particular. Além disso, a interpretação de *emoticons* pode ser complicada por diferenças entre as plataformas de visualização (MILLER et al., 2016). Essas pequenas imagens, conforme Moschini (2016), são vistas como ricas formas de comunicação e como manifestação da brincadeira e da natureza visual da cultura digital. Os *emojis* estão de fato expandindo a capacidade linguística e abrindo novas possibilidades para canais de

comunicação inovadores e expansão da escrita tradicional, tornando o idioma mais visual e brincalhão e retornando assim a formas mais criativas de linguagem (DANESI, 2016).

Em meados de 2015, o consórcio Unicode<sup>65</sup> apresentou novos personagens *emojis* para representar pessoas com diferentes tons de pele e cores de cabelo, numa tentativa de maior representatividade e identidade. A nova versão do “livro universal” dos *emojis*, contém mais de 8,5 mil desenhos e inclui cerca de 136.690 figuras diferentes. A intenção é que os *emojis* ampliem as significações, visto que são utilizados para representar objetos vários no nosso cotidiano: comidas, profissões, roupas, flores, telefones, prédios, meios de transporte, aproximando-se das representações sociais como recursos de fala.

Para a dissertação serão observados os recursos de Caixa Alta, Pontuação Excessiva e *Emojis*. A pesquisa procura medir a recorrência destas pistas paralinguísticas nas expressões de incivildade e desrespeito dos usuários das páginas dos parlamentares.

### 3.3 O USUÁRIO ODIADOR: *HATERS*, *TROLLS* E *NAYSAYERS*

Ao contrário da disseminação de discurso odiento através de canais convencionais, a propagação do discurso de ódio online envolve frequentemente múltiplos atores, conscientizados ou não (ISASI e JUANATEY, 2016). Para esta dissertação iremos observar o comportamento de três tipos: *haters*, *trolls* e *naysayers*.

O termo “*hater*” vem da expressão americana “*haters gonna hate*”<sup>66</sup> – e remete à pessoa que, se aproveitando da situação de estar em frente a um computador, se permite liberdade para odiar. “Sua diversão é atacar a opinião do outro, sem se importar se acredita ou não naquilo que está falando (...) um *hater* não possui opinião, a sua opinião é sempre contrária ao que o outro diz, sem fundamento algum e com muito ódio. Odiar por odiar, esse é o lema” (BREVES; SAMPAIO, 2014). Rebs (2015) acredita que os *haters* são sujeitos que buscam violência sem justificativa clara em suas interações online. Eles são os “odiadores” que priorizam o conflito entre os grupos sociais por meio do discurso de ódio. Amaral e Coimbra (2013, p.7) reforçam que “os *haters*, nos sites de redes sociais, se dedicam a desmascarar e a expor publicamente os indivíduos que se opõem ao grupo social no qual estão inseridos”. Pessoto e Toledo (2014) ao observar a atuação de *haters* na internet, no que tange fãs e anti-fãs das narrativas seriadas e das telenovelas, reforça que *hater* é um indivíduo que tem forte vínculo

---

<sup>65</sup> Consórcio Unicode. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40362790> - Acessado em 22 de novembro de 2017.

<sup>66</sup> Tradução livre: Odiadores irão odiar.

com o conteúdo, não sendo necessariamente fiel (no sentido de consumir de forma disciplinada e completa) a ele e que ataca de forma ríspida ou cômica as características que crê impedirem que esse conteúdo seja mais a seu gosto. Para as autoras, o “*hater* é um espectador que tem uma relação de proximidade com o texto que “odeia”, consumindo-o para poder ter conhecimento detalhado de tudo que parece desagradá-lo no texto em questão” (PESSOTO; TOLEDO, 2014, p. 87).

*Trolling* é o ato de atrair os outros para uma discussão circular e inútil, sem necessariamente envolver argumentos (HARDAKER, 2010; BINNS, 2012; HERRING et al. 2002). Donath (1999) e Utz (2005) sugerem que um *troll* pode disseminar intencionalmente conselhos e posicionamentos pobres, provocando outros para corrigi-los. Donath acrescenta que “o *troll* tenta passar como um participante legítimo, compartilhando os interesses e preocupações comuns do grupo” (1999, p. 45). Hardaker (2010) completa que o *troll* finge ser parte de uma comunidade on-line com intenções sinceras, enquanto sua “verdadeira intenção” é causar perturbações e/ou provocar ou exacerbar conflitos para os propósitos de sua própria diversão.

Isasi e Juanatey (2016) observaram que os *trolls*, em geral, são narcisistas e sádicos, e provocam os outros usuários com o impulso de se divertir, inconscientes dos danos que podem causar. Para os autores, eles usam de um suposto sentido do humor para mostrar sua hostilidade e abusar verbalmente de outros indivíduos e grupos minoritários. Os autores pontuam ainda que os *trolls* tem espaço nas Mídias Sociais para externalizar sua hostilidade, mas seus motivos e preconceitos provêm do espaço off-line.

Um tipo de usuário pouco explorado na seara do discurso de ódio e dos comportamentos incivis em sites de redes sociais são os *naysayers*. Os *naysayers* tem como objetivo fazer duas coisas: (a) controlar o comportamento e (b) tornar a vida mais fácil - para eles. Os “manipuladores” ou “opositores” costumam usar do espaço online para promover suas próprias agendas à despesa dos outros, eles tentam manter o *status quo* e se opor a qualquer dos lados da situação. O conceito de *naysayers* permanece em construção e vem sendo estudado quanto ao comportamento dos usuários em relação a marcas e patentes, bem como artistas e celebridades. Ao que parece, preferem ficar sozinhos e tentam incutir medo.

Entendemos como *naysayers* os usuários que buscam desqualificar qualquer um dos lados – opressores e vítimas de opressão – protelando um descrédito na dignidade da pessoa e/ou uma indiferença contra os grupos/minorias, mas generalizando o problema. Esse termo visa também a quantidade de comentários políticos/partidários que reforçam o descrédito, a desconfiança e ódio às instituições públicas e aos atores políticos – os chamados “isentões”.

## 4 MÉTODOS E RESULTADOS

A proposta metodológica utilizada nesta dissertação é de cunho quantitativo e utiliza da análise de conteúdo para alcançar os objetivos propostos. As etapas metodológicas foram divididas da seguinte forma: (1) estabelecer os objetos de pesquisa que melhor representassem o discurso de ódio no contexto conservador do Congresso Nacional 2015/2018; (2) coleta de dados nas páginas oficiais do Facebook dos parlamentares identificados; (3) desenvolvimento de um API para filtragem dos dados e filtragem por expressões e palavras-chaves; (4) definição de amostragem para codificação manual; (5) criação de um livro de códigos; (6) teste de fiabilidade entre os codificadores (7) análise do conteúdo odioso filtrado – automatizada e manual e (9) resultados e discussões.

Todavia, há diferentes limitações, haja vista o grande volume de dados coletados e também as características da plataforma observada. Entendemos a metodologia desta dissertação como um desafio a ser constantemente aprimorado e pretendemos aplicá-la em pesquisas futuras no intuito de maior precisão, veracidade, confiança e replicabilidade. Os aspectos limitantes serão apresentados durante a explanação de cada uma das etapas.

### 4.1 A ONDA CONSERVADORA DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO 2015/2018

As eleições de 2014 refletiram um aumento da chamada “nova direita”<sup>67</sup> e fortaleceram uma onda conservadora<sup>68</sup> em ascensão na América Latina e no mundo. Löwy (2015) confirma o crescimento deste movimento na Europa e pontua exemplos de partidos desta corrente, incluindo o Aurora Dourada na Grécia e o UDC – União Democrática de Centro na Suíça. Para o autor, estes partidos têm em comum “o nacionalismo chauvinista — e, portanto, oposição à globalização “cosmopolita” e a qualquer forma de unidade europeia -, xenofobia, racismo, ódio a imigrantes e ciganos (o povo mais antigo do continente), islamofobia e anticomunismo” (LOWY, 2015, p. 653-654). A isso pode-se acrescentar, em muitos casos, o antissemitismo, a homofobia, a misoginia, o autoritarismo e o desprezo pela democracia. O autor defende ainda que seria um erro acreditar que o fascismo e o antifascismo são fenômenos do passado.

Codato, Bolognesi e Roeder (2015) apontam que, no Brasil, o surgimento de um novo

---

<sup>67</sup> Cf. Codato et al, 2015.

<sup>68</sup> Sobre o conceito de onda conservadora, cf. Brasilino (2012).

partido conservador em 2011, o PSD (Partido Social Democrático), liderado por Gilberto Kassab (dissidente do DEM); a força eleitoral do PSC (Partido Social Cristão), representando a comunidade evangélica e sua agenda moralizante, e a transformação do antigo PFL em DEM deram fôlego para a direita num contexto de hegemonia de governos de centro-esquerda. Faganelo (2015) observa que a onda conservadora que se apresenta é uma multiplicidade de movimentos que buscam caminhar em direções próprias. O autor salienta que estes movimentos “possuem discursos, finalidades e públicos distintos, mas, por manterem alguns pontos de contato mais ideológicos do que práticos – e se aproveitando de um contexto político favorável - acabam ganhando corpo e uma direção mais ou menos consistente e articulada de acordo com a situação e os interesses em jogo” (FAGANELO, 2015, p. 148).

Dessa forma, o surgimento de novas lideranças e grupos políticos que se declaram representantes e porta-vozes dessa nova tendência tem sido cada vez mais recorrente no cenário político e midiático. Parlamentares eleitos ligados a segmentos militares, policiais, religiosos e ruralistas se organizam na defesa de interesses desses setores. Faganelo posiciona essa parcela significativa do legislativo, sintetizando as frentes parlamentares do Congresso Nacional, explorando características das FPs de Segurança Pública, Evangélica e Agropecuária que norteiam essa pesquisa:

Uma radiografia geral do perfil do parlamento na atual legislatura nos permite a identificação de três grupos de direita mais ou menos coesos: em primeiro lugar, uma bancada empresarial; expressiva em termos numéricos, defensora do liberalismo econômico e de medidas de redução da presença do Estado na economia; em segundo, uma bancada composta por religiosos conservadores, principalmente evangélicos mas também apoiado por uma forte presença de lideranças católicas. Estes defendem os chamados *direitos da família* e a moralização dos costumes, contrapondo-se principalmente a políticas dos defensores dos direitos homossexuais, bem como a direitos reprodutivos e a legalização do aborto. Um terceiro grupo, por fim, se concentra em torno das chamadas questões securitárias, defendendo a redução da maioria penal e da revogação do Estatuto do Desarmamento. Informalmente chamada de Bancada da Bala, advoga medidas repressivas no combate à criminalidade e compõe-se majoritariamente por ex-policiais militares e delegados da polícia civil (FAGANELO, 2015, p.146).

Com isso a onda conservadora sobrevive nas arenas eleitoral e parlamentar gozando de um número expressivo de representantes e apresentando, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o “Congresso mais conservador do período pós-1964<sup>69</sup>”; tal composição do Congresso pode representar interrupções nos avanços dos

---

<sup>69</sup>O congresso mais conservador desde 1964. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2017.

direitos humanos, quiçá retrocessos, além de reforçar discursos reacionários e de ódio, marcados por fúria e intransigência, por parte de parlamentares que “difamam e ameaçam, sem pudor de apelar para todo tipo de preconceito de raça, religião, origem, gênero e sexualidade” (COSTA, 2015, p. 26) na defesa dos interesses particulares e de suas bancadas.

O DIAP<sup>70</sup> estimou uma diminuição no número de deputados sindicalistas, defensores dos direitos humanos, representantes dos movimentos indígenas e LGBT. Por outro lado, registrou um aumento consistente de policiais e militares eleitos em 2014, com perspectiva de 30% do total. Tal aumento reforçou a Frente Parlamentar da Segurança Pública na Câmara dos Deputados e permitiu que projetos de lei como o que eleva a pena para crimes cometidos contra policiais, agentes carcerários, militares e bombeiros em exercício da função, fossem aprovados<sup>71</sup>.

Deputados ligados a Frente Parlamentar de Segurança Pública também se amparam no discurso de integridade em relação a corrupção, como se “blindados” à prática de desvio de dinheiro público. O deputado Alberto Fraga (DEM-DF), ao se referir ao apelido de “bancada da bala”, disse não rejeitar o rótulo: “*Prefiro ser da bancada da bala do que da bancada da mala*”<sup>72</sup>, referindo-se aos casos de corrupção que envolveram lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT).

As pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina, Simionatto e Costa, em trabalho que aborda a questão agrária do Brasil, reforçam o desserviço aos direitos e outras bandeiras sociais provocado pela Frente Agropecuária. Com quase 200 parlamentares<sup>73</sup>, a bancada é considerada a mais influente nas discussões, articulações e negociações de políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo. Segundo Costa e Simionatto (2012), a Bancada Ruralista tem composição heterogênea, com grupos e frações partidárias pouco visíveis na arena política; “agem de forma pragmática, não representando ninguém, exceto eles mesmos, privilegiando os setores mais capitalizados da sociedade” (COSTA e SIMIONATTO, 2012, p. 232-233).

---

<sup>70</sup>A 55ª legislatura. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/composicao-da-camara-dos-deputados-2015-2019-fev-2015/texto-base-da-consultoria-legislativa-pdf>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2017.

<sup>71</sup>Câmara aprova aumento de pena para crime hediondo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/camara-aprova-projeto-que-aumenta-pena-para-crimes-cometidos-contr-policiais-15707769>>. Acesso em 23 de Setembro de 2017.

<sup>72</sup>Líder da “bala”: conservadores estão fortes. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509963/noticia.html?sequence=1>>. Acesso em: 12 de Maio de 2017.

<sup>73</sup>Dados da Frente Agropecuária. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/bancada-ruralista-sera-fortalecida-congresso-nacional-7971>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2017.

Entre as bandeiras defendidas pela bancada estão: (a) o Código Florestal do deputado Aldo Rebelo (PSB-SP); (b) monitoramento e demarcação das terras indígenas e quilombolas; (c) criação de regras referentes ao trabalho rural e ao trabalho escravo; (d) revisão da legislação sobre agrotóxicos e (e) garantia de recursos para o Orçamento tendo em vista a política de sustentação de preços (COSTA e SIMIONATTO, 2012).

Já a bancada evangélica deve seu crescimento e visibilidade midiática à sua capacidade de influência na agenda pública através de partidos evangélicos ou, mais frequentemente, por meio de associações “pró-vida” e “pró-família” (VITAL DA CUNHA, 2012). Posturas contra o avanço da “agenda gay” e da “ideologia de gênero” aproximam esses grupos aos conservadores católicos na luta contra as mudanças liberalizantes na família e na sociedade. Sobre o caráter estratégico do discurso parlamentar, Vital da Cunha esclarece que:

[...] os pentecostais, que até décadas antes da Constituinte tinham um posicionamento tradicional de negação do mundo e, portanto, de auto exclusão da vida pública, avançaram no campo político (como também na mídia, sobretudo a televisiva). E uma justificativa central alegada para essa guinada era o fato de que eles precisavam ocupar estes espaços para defender valores institucionais e, sobretudo – argumento que vigora até hoje –, os valores morais, que primariam pela família. Sendo assim, na perspectiva defendem, eles precisariam se organizar para atuar contra ativistas homossexuais e feministas, bem como contra os defensores do candomblé” (VITAL DA CUNHA, 2012, p.41).

O deputado federal Capitão Augusto, membro da frente parlamentar de Segurança Pública e também da Evangélica, em entrevista à revista Exame<sup>74</sup> (2016) afirma:

*“As frentes de segurança pública e a evangélica correm juntas aqui. Nós temos os mesmos valores. A gente se ajuda realmente, não integramos [a frente evangélica, da qual Augusto também faz parte] apenas com o nome, para constar, mas para efetivamente ajudar em todos os projetos que eles estão apoiando”* (CAPITÃO AUGUSTO, 2016)

Dito isso, é notável as similaridades tanto de atuação, postura e articulação das frentes parlamentares observadas nessa pesquisa. Segundo o DIAP<sup>75</sup>, na gestão 2015-2018, dos 513 deputados, 373 (73%) estão inscritos em pelo menos um dos três grupos. A pesquisa Medialogue 2017<sup>76</sup> apontou que dos 55 deputados com maior influência nos SRS, 38 pertencem a uma ou duas destas FP.

<sup>74</sup> Bíblia, boi e bala: um raio x das bancadas da Câmara. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/biblia-boi-e-bala-um-raio-x-das-bancadas-da-camara/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

<sup>75</sup> Id. 55;

<sup>76</sup> MediaLogue 2017. Disponível em:

<<http://www.medialogue.com.br/novosite/wpcontent/uploads/2016/10/Pesquisa-Medialogue-Politico-Digital-2016.pdf>>. Acesso em: 10 de Maio de 2017.

Para essa pesquisa foi realizado um levantamento dos números de curtidas de cada um dos deputados constituintes das bancadas, bem como o número de identificação das páginas oficiais no Facebook (ID) e o endereço eletrônico de cada uma delas. O quadro a seguir mostra os 3 (três) parlamentares com maior número de curtidas em suas páginas oficiais e nos apêndices deste trabalho o quadro geral.

QUADRO 2- OS TRÊS PARLAMENTARES DE CADA BANCADA MAIS SEGUIDOS NO FACEBOOK EM JANEIRO DE 2017

FRENTE EVANGÉLICA		FRENTE AGROPECUÁRIA		FRENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Nome	Curtidas	Nome	Curtidas	Nome	Curtidas
Jair Bolsonaro	4.193.759	Rogério Peninha Mendonça	507.801	Jair Bolsonaro	4.193.759
Pr. Marco Feliciano	4.038.406	Silas Câmara	295.783	Eduardo Bolsonaro	1.288.572
Eduardo Bolsonaro	1.288.572	Onyx Lorenzoni	228.779	Sérgio Reis	971.665

FONTE: O autor (2017).

A escolha das *fan-pages* dos deputados Jair Messias Bolsonaro, Marco Antônio Feliciano e Rogério Peninha Mendonça como objetos desta dissertação encontra respaldo no fato de serem figuras públicas e midiáticas que almejam ascensão em cargos mais representativos dentro da hierarquia política brasileira. Para o pleito de 2018, Jair Bolsonaro se declara presidencialista, Marco Feliciano busca o Senado e Rogério Peninha deseja reeleição. Os dados mostram Bolsonaro em primeiro lugar em duas das bancadas, mas pelo fato de sua maior representatividade e atuação política deitar nas questões de Segurança Pública, o deputado Marco Feliciano foi escolhido como representante da Frente Evangélica. Consideramos importante um resgate da carreira política dos parlamentares e de suas declarações polêmicas para mostrar o quão homogêneo são seus posicionamentos e atestar a premissa de que suas *fan-pages* são espaços de incivilidade, desrespeito e discurso de ódio.

#### 4.1.1 Jair Messias Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro é um militar aposentado, que cumpre, atualmente, seu sexto mandato como Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, onde foi o parlamentar mais bem votado com 464 mil votos, o que representa 6% do eleitorado. Em 27 anos de vida pública, Bolsonaro já passou por seis diferentes partidos (PDC, PFL, PTB, PPB, PPR e PP) e em 2017 se filiou ao PEN para concorrer nas eleições de 2018 à Presidência da República.

O parlamentar tem sido uma das principais vozes do conservadorismo no Brasil e sua postura tem ganhado alta popularidade nas mídias. O jornal El País (outubro/2014) chegou a considerá-lo como um “inquietante fenômeno da política brasileira<sup>77</sup>” e o site australiano News (maio/2016) como “o político mais repulsivo do mundo em atuação<sup>78</sup>”, na frente, inclusive, de Donald Trump. Elencamos algumas polêmicas nas quais o deputado está envolvido e que podem ser facilmente identificadas como discurso do ódio:

- (a) Questionado no programa televisivo CQC (março/2011), sobre o que faria se um filho se envolvesse com drogas, Bolsonaro respondeu que “*daria uma porrada nele, pode ter certeza disso*”<sup>79</sup>;
- (b) Em entrevista à revista IstoÉ (abril/2011), Bolsonaro defendeu a tortura, justificando que ela tem “*o objetivo de fazer o cara ser arreventado até abrir a boca*”;
- (c) Afirmou ao portal Terra (junho/2011): “*prefiro um filho morto do que um filho homossexual*”<sup>80</sup>;
- (d) “*Não discuto promiscuidade*” foi a resposta noticiada no portal G1 (março/2011) sobre o que faria se um filho seu se casasse com uma mulher negra<sup>81</sup>;
- (e) “*Sou preconceituoso com muito orgulho*” foi o destaque da entrevista à revista Época (julho/2011)<sup>82</sup>;
- (f) “*Sou contra as cotas raciais, pois as minorias não devem ser protegidas*”, afirmou em entrevista ao Programa do Ratinho (maio/2014)<sup>83</sup>;

---

<sup>77</sup> Jair Bolsonaro entra na mira do Conselho de Ética por incitar tortura. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/politica/1467156168\\_928161.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/politica/1467156168_928161.html)>. Acesso em: 23 de Setembro de 2017.

<sup>78</sup> Is this the worlds most repulsive politician. Disponível em: <<http://www.news.com.au/lifestyle/real-life/wtf/is-this-the-worlds-most-repulsive-politician/news-story/926a4a59cf6132f770dfdbd46f610e97>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2017.

<sup>79</sup> CQC – O povo quer saber. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fByXkFCMsAA>>. Acesso em: 24 de Setembro de 2017.

<sup>80</sup> Declaração de Jair Bolsonaro ao Portal Terra. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcc0aRCRD.html>>. Acesso em: 24 de Setembro de 2017.

<sup>81</sup> Deputado associa na Tv, namoro com negras à promiscuidade. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/03/deputado-associa-na-tv-namoro-com-negras-promiscuidade.html>>. Acesso em: 24 de Setembro de 2017.

<sup>82</sup> Entrevista de Bolsonaro a Revista Época. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00.html>>. Acesso em: 24 de Setembro de 2017.

<sup>83</sup> Programa do Ratinho de 06/03/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CiF-KhPqes8>>. Acesso em: 24 de Setembro de 2017.

(g) “*Não lhe estupraria porque a senhora não merece*”<sup>84</sup>, foi a resposta à Maria do Rosário Nunes, Deputada Federal e Ministra dos Direitos Humanos do Governo Dilma Rousseff (dezembro/2014) – vindo a responder processo, sofrer condenação e ter que pagar indenização à colega parlamentar.

Bolsonaro acompanha a onda de um movimento comum a muitos países do mundo, que vêm preferindo políticos considerados *antiestablishment*<sup>85</sup>, ou “politicamente incorretos”, ou até mesmo conservadores, no sentido de se apresentarem como oposição ao movimento progressista. Ele constrói a sua imagem como a antítese dos governos de esquerda que governaram a política brasileira nos últimos anos. Suas principais bandeiras remetem a redução da maioria penal, contra o desarmamento civil e a favor dos militares (SITE OFICIAL DE JAIR BOLSONARO), além de oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo; oposição à adoção de crianças por casais do mesmo sexo; oposição às iniciativas que buscam discutir questões de gênero e sexualidade nas escolas públicas.

#### 4.1.2 Marco Antônio Feliciano

O paulista Marco Antônio Feliciano além de parlamentar é pastor da Catedral do Avivamento, igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus. Deputado federal brasileiro eleito pelo Partido Social Cristão (PSC) em 2010 com 212 mil votos, foi o segundo político evangélico com maior número de votos no país e o 12º entre os 70 deputados eleitos pelo estado de São Paulo. Elegeu-se presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, cargo que exerceu durante o ano de 2013, gerando controvérsia pelas suas diversas declarações polêmicas, principalmente em relação a temas como direitos dos homossexuais, “cura gay” e ao aborto<sup>86</sup>. Além de pastor, Feliciano é empresário, autor de 18 livros e produtor de DVDs com mensagens de autoajuda que venderam cerca de 600 mil cópias (IHU ON-LINE, 2016).

---

<sup>84</sup>Pronunciamento de Jair Bolsonaro em 09/12/2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=107&v=5bquCfAxMDg](https://www.youtube.com/watch?time_continue=107&v=5bquCfAxMDg)>. Acesso em: 24 de Setembro de 2017.

<sup>85</sup> Atores políticos com apelo retórico específico que buscam obter apoio através de um discurso “nós contra eles”. Fazendo oposição a toda a classe de indivíduos que exercem poder (BARR, 2009).

<sup>86</sup>Infográfico de Feliciano na Comissão dos Direito Humanos. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/politica,marco-feliciano-na-comissao-de-direitos-humanos,196218>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2017.

Cunha (2016, p. 153) reforça que Feliciano, assim como outros parlamentares do PSC procura estabelecer sua imagem política por meio de “discursos dentro do ideário da moral cristã (contra o aborto e o controle da natalidade, e a favor da assistência psicológica a homossexuais, como se a opção sexual fosse uma doença a ser tratada) aliado a princípios caros ao liberalismo na política e na economia (Estado mínimo e elogios ao livre mercado)”.

Em sua trajetória como pastor e deputado, Feliciano chegou a ser denunciado por estelionato pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, em 2009<sup>87</sup>. O processo foi remetido ao Supremo Tribunal Federal (STF) em razão do foro privilegiado. Na ação, o deputado é acusado de obter para si a vantagem ilícita de R\$ 13.362,83 simulando um contrato “para induzir a vítima a depositar a quantia supramencionada na conta bancária fornecida”. A defesa do deputado negou a acusação alegando que o parlamentar teria sido contratado para fazer uma série de palestras e não pôde comparecer em razão de outros compromissos.

Em 2013, ao assumir a CDHM, Feliciano recebeu o apoio de Jair Bolsonaro, como suplente.

*Como capitão do Exército, sou um soldado do Feliciano. A agenda antes era outra, de uma minoria que não tinha nada a ver. Hoje, representamos as verdadeiras minorias. Acredito no Feliciano, de coração. Até parece que ele é meu irmão de muito tempo. Não sinto mais aquele cheiro esquisito que tinha aqui dentro e aquele peso nas costas. (BOLSONARO, 2013)<sup>88</sup>*

No mesmo ano, a visibilidade de Feliciano nas mídias foi significativa. O deputado foi entrevistado por todos os grandes veículos de imprensa, e participou dos mais variados programas de entretenimento; tratado com simpatia em entrevista a Veja; defendido pelos jornalistas Alexandre Garcia e Rachel Sheherazade, com o argumento de suas opiniões serem “liberdade de opinião”.

*Existe uma ditadura chamada [...] “gaysista”. Eles querem impor o seu estilo de vida e a sua condição sobre mim. E eles lutam contra a minha liberdade de pensamento e de expressão. Eles lutam pela liberdade sexual deles. Só que antes da liberdade sexual deles, que é secundária, tem que ser permitida a minha liberdade intelectual. A minha liberdade de expressão. Eu posso pensar. Se tirarem o meu poder de pensar, eu não vivo. Eu venço e morro. (FELICIANO, 2016)<sup>89</sup>*

---

<sup>87</sup> Conheça Marco Feliciano que preside a comissão dos direitos humanos. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/conheca-marco-feliciano-que-preside-a-comissao-de-direitos-humanos,b78c30c6c63ad310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 24 de Setembro de 2017.

<sup>88</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/sou-um-soldado-do-feliciano-afirma-deputado-jair-bolsonaro.html>>. Acesso em: 17 de Setembro de 2017.

<sup>89</sup> Citado em Cunha (2016, p.155).

O Ministério Público Federal promoveu denúncia<sup>90</sup> contra Marco Feliciano por este tipo de declaração que indica preconceito e discriminação, além de incitar o ódio entre grupos. A maioria das declarações e manifestações são especialmente direcionadas para a comunidade LGBT. A principal declaração vinculada ao pastor evangélico foi inserida como mensagem em sua conta na rede social *Twitter*, com o seguinte conteúdo: “*A podridão dos sentimentos dos homoafetivos levam (sic) ao ódio, ao crime, a (sic) rejeição*”<sup>91</sup>.

O STF considerou o fato atípico; entretanto mostrou que o ordenamento repudia a fala do parlamentar, indicando o caminho da confecção de legislação específica para tipificar tais condutas. Mais que isso: identificou a presença do fenômeno discurso de ódio (ou manifestações de ódio), denominado no voto do Ministro Luís Roberto Barroso como *hate speech*. A mensagem do parlamentar pode ser examinada do ponto de vista da possibilidade de identificação do fenômeno, das proibições de preconceito e discriminação impostas pela própria Constituição Federal, no seu artigo 3º, inciso IV, que estabelece a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Feliciano, conforme matéria da Folha de São Paulo<sup>92</sup> tem pretensão de trocar de partido para concorrer ao Senado Nacional. O deputado não confirma a saída do PSC para o PDT, mas ratifica que pelo Senado trocaria a atual legenda “*por um partido maior, com mais capilaridade*”. O deputado vê um cenário favorável, já que a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e o chanceler Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), senador licenciado – estão respondendo processos na Operação Lava Jato. O pastor declarou ao jornal: “*Sinto que minhas bandeiras, a família, estão desguarnecidas. O Estado mais conservador do país, São Paulo, tem três senadores que apoiam o aborto. Um partido maior, com mais capilaridade e tempo de TV, pode me dar a chance dessa conquista*”.

#### 4.1.3 Rogério Peninha Mendonça

---

<sup>90</sup> Inquérito 3.590 (BRASIL, 2014): “Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em não receber a denúncia no inquérito, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas”.

<sup>91</sup> Deputado vê podridão em gays e diz que africanos são amaldiçoados. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/03/deputado-ve-podridao-em-gays-e-diz-que-africanos-sao-amaldicoados.html>>. Acesso em 17 de Setembro de 2017.

<sup>92</sup> De olho no senado, Feliciano pode trocar PSC pelo PTB. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1883534-de-olho-no-senado-feliciano-pode-trocar-psc-pelo-ptb.shtml>>. Acesso em: 24 de Setembro de 2017.

O representante da Frente Parlamentar Agropecuária nesta dissertação é o agrônomo de formação Rogério Peninha Mendonça. Catarinense de Nova Trento, Mendonça está em seu segundo mandato como deputado federal pelo PMDB-SC – em 2010, com 110.170 votos e em 2014 com 137.784. Sua atuação é tanto na Frente Parlamentar Agropecuária quanto na de Segurança Pública (SITE DO PARLAMENTAR).

Entre seus projetos de lei (PL), o deputado busca revogar o estatuto do desarmamento de 2003/2004 e facilitar a posse de até nove armas por qualquer pessoa (PL 3722). No site oficial<sup>93</sup> de Peninha vigora frases proferidas por ele na defesa da revogação: *“Eu prefiro um revolver na mão do que um policial ao telefone. O cidadão de bem precisa da arma para defender a sua vida, sua família e seu patrimônio”*, ou *“Quando um jovem de 16 anos aponta uma arma para a cabeça de uma pessoa, ele deixa de ser um menor e passa a ser um bandido”*.

Outros projetos de lei de Peninha, ainda em tramitação no Congresso, reforçam sua posição extremista, a favor dos interesses das bancadas (bala e boi) das quais faz parte: PL que institui o “Dia Nacional da Legítima Defesa” e PL que “proíbe a instituição de cotas raciais nos concursos para ingresso do serviço público”. O parlamentar foi considerado pela Folha de São Paulo<sup>94</sup> como o “Garfo de Ouro”, referência aos gastos de Peninha com restaurantes usando verba de gabinete. Em 2013, o deputado pediu o maior ressarcimento por gasto em alimentação, um total de R\$ 41 mil, média de R\$ 160 por dia útil. Como justificativa, o parlamentar disse ter uma atividade parlamentar muito intensa e que foi aos restaurantes (mais caros) em ocasiões especiais.

Na operação Carne Fraca<sup>95</sup>, o parlamentar foi flagrado em grampo da Polícia Federal (PF) nas investigações sobre suposto esquema de propinas envolvendo fiscais do Ministério da Agricultura, em especial do Paraná, e funcionários das empresas de carnes e processados, entre elas, unidades da BRF<sup>96</sup> e JBS<sup>97</sup>. Na gravação, Peninha conversava com o executivo Roney Nogueira dos Santos, da BRF. Segundo o relatório da PF, Roney fazia “contatos com políticos para solicitar ajuda para cumprimento/descumprimento de Normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”. Para a PF, o executivo “precisa de apoio (lobby)”

---

<sup>93</sup> Declarações do parlamentar em seu site. Disponível em: <<http://www.deputadopeninha.com.br/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

<sup>94</sup> Os campeões do Cotão. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/02/1412426-os-campeoes-do-cotao.shtml>>. Acesso em: 24 de setembro de 2017

<sup>95</sup> Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/deputado-do-pmdb-indicou-fiscal-presona-carne-fraca/>> - Acesso em 17 de setembro de 2017.

<sup>96</sup> Brasil Foods – companhia de alimentos envolvida em esquemas de corrupção em 2017.

<sup>97</sup> JBS – também conhecida como Friboi – outra companhia de alimentos envolvida em esquemas de corrupção em 2017.

sobre a IN 39 – norma que regula documentação sobre importação e exportação. Peninha negou as acusações e declarou como “irresponsável”<sup>98</sup> ligar seu nome à operação.

## 4.2 QUESTÃO DE PESQUISA

O estudo do Facebook atrelado a questões políticas tem se apresentando como recurso legítimo na observação de fenômenos sociais e desdobramentos comportamentais entre representantes e representados. As metodologias para tal observação estão em processo de aperfeiçoamento, impulsionadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Novas ferramentas auxiliam na obtenção de dados e permitem uma aferição mais precisa dos achados. Nesse cenário, a escolha de *fan-pages* no desenho metodológico se justifica por serem páginas de caráter público e que sugerem maior engajamento de seus gestores na criação de conteúdo, organização de rotinas produtivas e estabelecimento de uma identidade política (BODE, 2016). Por outro lado, o volume extenso de dados, a heterogeneidade e a plasticidade, isto é, mudança constante das regras da plataforma (SUDULICH *et al.*, 2014) são desafios e limitações que devem ser levados em consideração em pesquisas que usam dados do Facebook.

A pesquisa aqui apresentada é de caráter quantitativo e visa analisar a natureza do discurso de ódio nas *fan-pages* dos deputados entre os anos de 2013 e 2016 a fim de reconhecer aspectos que caracterizam o fenômeno dentro do Facebook. O trabalho analisa o comportamento dos próprios parlamentares na plataforma e dos atores sociais que compõem o capital social das páginas oficiais, a fim de revelar: (a) o enquadramento do discurso de ódio, (b) as pistas paralinguísticas deste conteúdo, (c) a manifestação do discurso se de forma explícita ou velada, (d) a transmissão homofílica ou heterofílica, (e) a forma do discurso de ódio e (f) o tipo de ator-odiador.

Para alcançar as respostas desta pesquisa utilizamos de Análise de Conteúdo automatizada e manual (KRIPPENDORFF, 2004; MACNAMARA, 2005; MATTHES e KOHRING, 2008; NEUENDORF, 2002; RIFFE *et al.*, 2014). A intenção é descobrir de que maneira se configuram as práticas de discurso de ódio nas *fan-pages* dos parlamentares Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e Rogério Peninha por meio de três pontos: a dimensão do fenômeno nessas arenas, a relação entre os atores e a inferência da plataforma.

---

<sup>98</sup> Rogério Peninha do PMDB indicou fiscal preso na operação Carne Fraca. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/politica-e-economia/noticia/2017/03/deputado-catarinense-rogerio-peninha-do-pmdb-indicou-fiscal-presos-na-operacao-carne-fraca-9758595.html>>. Acesso em: 25 de Setembro de 2017.

O enquadramento metodológico é baseado nos estudos de Madden, Ruthven e McMenemy (2013) que aplicaram AC a comentários de vídeos no YouTube e nos trabalhos de Istvan-Peter Ianto-Petnehazi (2014)<sup>99</sup> que observou o fenômeno do discurso de ódio nos sites de redes sociais da Romênia. A partir de um estudo prévio dos dados gerais e de revisão de literatura, foram estabelecidas as categorias a serem analisadas e posteriormente realizadas as etapas de raspagem, filtragem, amostragem, fiabilidade e análise dos dados.

#### 4.3 COLETA DE DADOS

Diferentes trabalhos realizam um esforço teórico-metodológico de propor novas formas de coletas de dados em Mídias Sociais (SILVA e STABILE, 2016). A aparente facilidade em acessar os dados do Facebook esconde problemas que merecem ser referenciados como limitadores, sobretudo no primeiro procedimento - a raspagem (*scrapping*). Elmer e Langlois apontam que “a triagem por meio de grande volume de informações não está sempre aberta ao escrutínio público” (2015, p. 03). Luke Sloan e Anabel Quan-Haase apontam que:

Usar dados de mídias sociais para pesquisa científica requer uma reorientação de como pensamos sobre os dados e seu relacionamento com o mundo social. Os dados existem e proliferam sejam observados ou não, e não são criados apenas para os fins de pesquisa – neste sentido seu papel em trabalhos acadêmicos pode ser visto como incidental, mas não pode ser dissociado de sua importância em registrar e jogar luz sobre uma miríade de fenômenos sociais incluindo atitudes, intenções, identidade, redes, opiniões, locais e representações. (SLOAN e QUAN-HAASE, 2016, p. 5)

A raspagem (extração geral) dos dados no Facebook foi realizada pelo Netvizz<sup>100</sup>, obedecendo as limitações que tanto o site de rede social quanto o *API* oferecem para este tipo de coleta, como por exemplo o anonimato dos usuários e a disponibilidade integral dos comentários, haja vista o caráter comercial da plataforma e a política de privacidade do SRS.

O esforço de extrair grande volume de informação das *fan-pages* dos três deputados não se apresentou tarefa fácil. A constatação de que a memória digital, apesar de extensa e em constante crescimento, não é eterna e pode ser apagada, a qualquer momento, por decisão do administrador da *fan-page* ou até mesmo por conta da política cada vez mais rígida do próprio

---

<sup>99</sup> USER-GENERATED HATE SPEECH: ANALYSIS, LESSONS LEARNT, AND POLICY IMPLICATIONS. THE CASE OF ROMANIA submetido ao Centro Europeu – Departamento de Ciência Política.

<sup>100</sup> Netvizz é uma ferramenta desenvolvida no contexto do DMI - Digital Methods Initiative, por Bernard Rieder. Sua função é coletar diferentes tipos de dados do Facebook, sobretudo de Páginas, Grupos e Eventos. É possível extrair o conteúdo textual das postagens e comentários, e também dados de likes, comentários, compartilhamentos e reações.

Facebook, revelou-se uma limitação considerável. Desta forma, os achados desta pesquisa devem ser considerados a partir da quantidade de informação disponível pelo SRS e as frequentes mudanças que as páginas oficiais sofreram ao longo do período analisado.

A raspagem procurou recuperar todas as postagens dos deputados e seus respectivos comentários desde o início de suas atuações no Facebook em 2013 até 31 de dezembro de 2016, justamente para obter a maior quantidade possível de dados na perspectiva quantitativa da dissertação e para criação de um banco de dados que possa ser utilizado em pesquisas e estudos posteriores. O total alcançado foi de 12.630 postagens com 8.730.909 comentários nas três *fan-pages*. O Netvizz gerou arquivos em extensão .tab, os *comments*, no qual agrupou o conteúdo das publicações realizadas pelos parlamentares e os comentários elaborados pelos seguidores.

QUADRO 3 - NÚMERO DE POSTS E COMENTÁRIOS EXTRAÍDOS NOS ANOS DE 2013-2016 NAS PÁGINAS OFICIAIS DOS DEPUTADOS

PARLAMENTAR	PERÍODO		Nº DE CURTIDAS	QTD. DE POSTS	QTD. DE COMENTÁRIOS
JAIR BOLSONARO	01/06/2013 31/12/2016	A	4.193.759	1.548	3.819.909
MARCO FELICIANO	01/03/2013 31/12/2016	A	4.038.406	6.907	4.260.218
ROGÉRIO PENINHA	01/05/2013 31/12/2016	A	507.801	4.175	650.782
<b>TOTAL</b>	-		-	<b>12.630</b>	<b>8.730.909</b>

FONTE: O autor (2017).

#### 4.3.1 Filtragem dos dados

Após o *scrapping*, as colunas de postagens e comentários foram escolhidas para definir o universo por meio de palavras-chaves/expressões que tenham ligação aos tipos de discurso de ódio abordados nesta dissertação: Político-partidário/ Sexismo/ LGBTfobia/ Racismo/ Aporofobia/ Xenofobia/ Deficiência Física/ Etariedade/ Religiosa/ Aparência. As palavras-chave/expressões foram escolhidas levando em consideração duas fontes: (a) palavras já utilizadas pela agência Nova/sb no dossiê de intolerância<sup>101</sup> e (b) análise prévia e aleatória dos dados gerais obtidos na raspagem, realizada pelo grupo de estudo do Centro Universitário Unibrasil<sup>102</sup>, coordenado pelo pesquisador desta dissertação.

<sup>101</sup> Disponível em: <<http://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/quando-intolerancia-chega-as-redes/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

<sup>102</sup> O grupo de estudos envolve estudantes de comunicação social e tem como foco o comportamento em SRS.

QUADRO 4- PALAVRAS-CHAVE/EXPRESSÕES DE ÓDIO ESTABELECIDAS PARA A FILTRAGEM

TIPO DE DISCURSO DE ÓDIO	PALAVRAS OU EXPRESSÕES
POLÍTICO/ PARTIDÁRIO	“petralha”/ “petralha safada” / “cozinha”/“cozinha burro” / “comunista”/ “comunista safado” / “fascista”/ “cozinha fascista” / “político ladrão” / “compra votos” / “petista vagabundo” / “elite golpista” / “esquerda caviar” / “esquerdopatas”/ “esquerdosos”/ “vermelhos pervertidos”/ “esquerdistas”/ “maconheiro libertário”/ “Socialista Psicopata”/ “vai pra Cuba”/ “Volta pra Cuba”
SEXISMO	“vadia”/ “safada”/ “mal comida”/ “coisa de mulherzinha” / “falta de rola”/ “falta de pica” / “cara de puta” / “odeio mulher” / “feminazi” / “tinha que ser mulher”/ “chifrudo”/ “vaca ordinária”/ “quenga”/ “biscate”/ “piriguete”/ “periguete”/ “piranha”
LGBTFOBIA	“boiola” / “baitola” / “cara de traveco” / “voz de traveco” / “queima rosca” / “meio afeminado” / “coisa de boiola” / “parece uma bixa” / “jeitinho de gay” / “jeito de gay”/ “bichona”/ “bixonona”/ “pau no toba”/ “homossexual nojento”/ “pervertidos”/ “viadagem”/ “vira homem”
RACISMO	“não sou tuas nega” / “tinha que ser preto” / “da cor do pecado” / “preto é foda” / “nego é foda” / “cara de macaco”/ “esse macaco”/ “preto safado”/ “negro fedido”/ “nego fedido”/ “macaco”/ “branquela”/ “branca azeda”/ “bugre”/ “índio preguiçoso”/ “índio vagabundo”/ “indiarada”
APOROFOBIA	“Bolsa esmola” / “pobraiada” / “bandido favelado” / “favelado” / “filho de papa” / “coisa de pobre” / “mendigo fedido” / “trabalhar vagabundo”/ “pobre ignorante”/ “fracassado”/ “pobretão”/ “barriga suja”
XENOFOBIA	“povo burro” / “nordestino vagabundo” / “muçulmano bomba” / “homem bomba”/ “baianice” / “baianada” / “tudo terrorista” / “volta pra sua terra” / “caicara folgado” / “caipira burro” / povo da roça / “bando de jumento”/ “invasão haitiana”/ “volta para África”/ “povinho”
DEFICIÊNCIA FÍSICA	“retardado mental” / “tem down” / “aleijado” / “aleijado”/ “um demente” / “uma demente”/ “leproso” / “aidético” / “coisa de retardado” / “deficiente mental” / “é autista” / “parece cego”/ “débil mental”/ “abestado”/ “mosca morta”/ “mongoloide”/ “imbecil”
ETARIEDADE	“Velho burro” / “velho babão” / “velho nojento” / “velho safado” / “velho tarado” / “coroa fogosa”/ “velho pra isso” / “velha pra isso”/ “não tenho idade” / “jovem burro” / “adolescente maconheiro”
RELIGIOSA	“crente do rabo quente” / “crente do cu quente” / “odeio crente” / “sem Deus no coração” / “bando de crente”/ “padre pedofilo” / crente safado / crentona / “chuta que é macumba”/ falso profeta / “macumbeir”/ “crentaiada”/ “satanista”/ “pastorzinho de merda”/ “herege”
APARÊNCIA	“Narigud” / “fazendo gordice” / “cabelo ruim”/ “cabelo de bombрил” / “gorda escrota”/ “gordo escroto” / “feia pra caralho”/ “anão de jardim”/ “cão chupando manga”/ “bucha de canhão”/ “peluda”/ “cara imunda”/ “baranga”/ “tribufu”/ “mocreia”

FONTE: O autor (2017).

Um aplicativo foi desenvolvido em parceria com Tiago Betiato<sup>103</sup> – pesquisador e programador da área de ciência da computação – para realização da filtragem. O arquivo *comments.tab* gerado pelo Netvizz foi adicionado no API, que filtrou os comentários e postagens que continham uma ou mais palavras-chave/expressões. Após a filtragem o aplicativo gerou um novo arquivo *.tab* com as categorias de análise estabelecidas para a pesquisa (conforme livro de códigos) e codificou automaticamente 9 (nove) das 17 (dezessetes) variáveis – V02, V03, V04, V05, V07, V08, V13, V14 e V15.

A filtragem revelou 121.747 comentários em 5.034 postagens. Jair Bolsonaro com maior número (78.004 comentários em 1.399 postagens), seguido de Marco Feliciano (38.412 comentários em 1.992 postagens) e Rogério Peninha (5.331 em 1.226 postagens). Destes achados, atemo-nos a finalidade da pesquisa de uma análise textual de conteúdo, levando em

<sup>103</sup> BETIATO, T. Criação de uma Ontologia Léxica para Assédio Sexual e Pedofilia. 2013.

consideração o total dos comentários para uma análise sintática (codificação automatizada) e uma amostra desse total para análise semântica, codificada manualmente.

Antes da codificação geral, as 5.034 postagens passaram por uma nova filtragem excluindo aquelas que se referem a links, fotografias, vídeos e vídeos ao vivo, que se apresentaram duplicadas no arquivo final. O filtro apontou 4.617 *posts* que continham alguma legenda textual. Vale ressaltar que boa parte dessas postagens não contém nenhuma das palavras chaves/expressões apresentadas anteriormente, ou seja, o API ao identificar um comentário com uma ou mais destas palavras-chave/expressões resgatou automaticamente a postagem onde foi proferido. A relação entre postagens e comentários será analisada como base na seleção dos comentários, ou seja, a análise semântica será realizada numa amostragem de comentários e do *post* a que se direciona o mesmo comentário.

#### 4.3.2 Amostragem

Devido ao grande número de comentários (121.747) e postagens (4.618), optou-se por uma amostragem em multiestágio para realizar a codificação das outras 9 (nove) variáveis não codificadas pelo *API* de filtragem. O processo de amostragem em dois ou mais estágios é incluído entre os processos aleatórios restritos, uma vez que o segundo estágio de amostragem fica restrito ao primeiro. As unidades primárias são, geralmente, predefinidas em tamanho e forma, assim como as subunidades ou unidades secundárias, que são alocadas dentro das unidades primárias (PÉLLICO NETTO e BRENA, 1997).

Os comentários serão divididos em unidades primárias de amostragem (por ano) seguindo a regra estatística de 95% de confiabilidade e 5% de erro amostral. Segundo Husch et al. (1982), na amostragem multiestágio as unidades primárias podem ser selecionadas, aleatoriamente, sistematicamente ou com probabilidade proporcional a uma medida de grandeza.

$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$	<p>onde:</p> <p>n - amostra calculada  N - população  Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança  p - verdadeira probabilidade do evento  e - erro amostral</p>
---	--

Imagem: Fórmula do Cálculo Amostral

A opção escolhida foi a amostragem multiestágio sistematizada. O primeiro estágio consistiu em estabelecer um percentual de comentários para cada um dos anos (2013, 2014, 2015 e 2016) e por parlamentar (Bolsonaro, Feliciano e Peninha) de forma sistemática; para cada volume de dados do ano foi realizado o cálculo de amostragem.

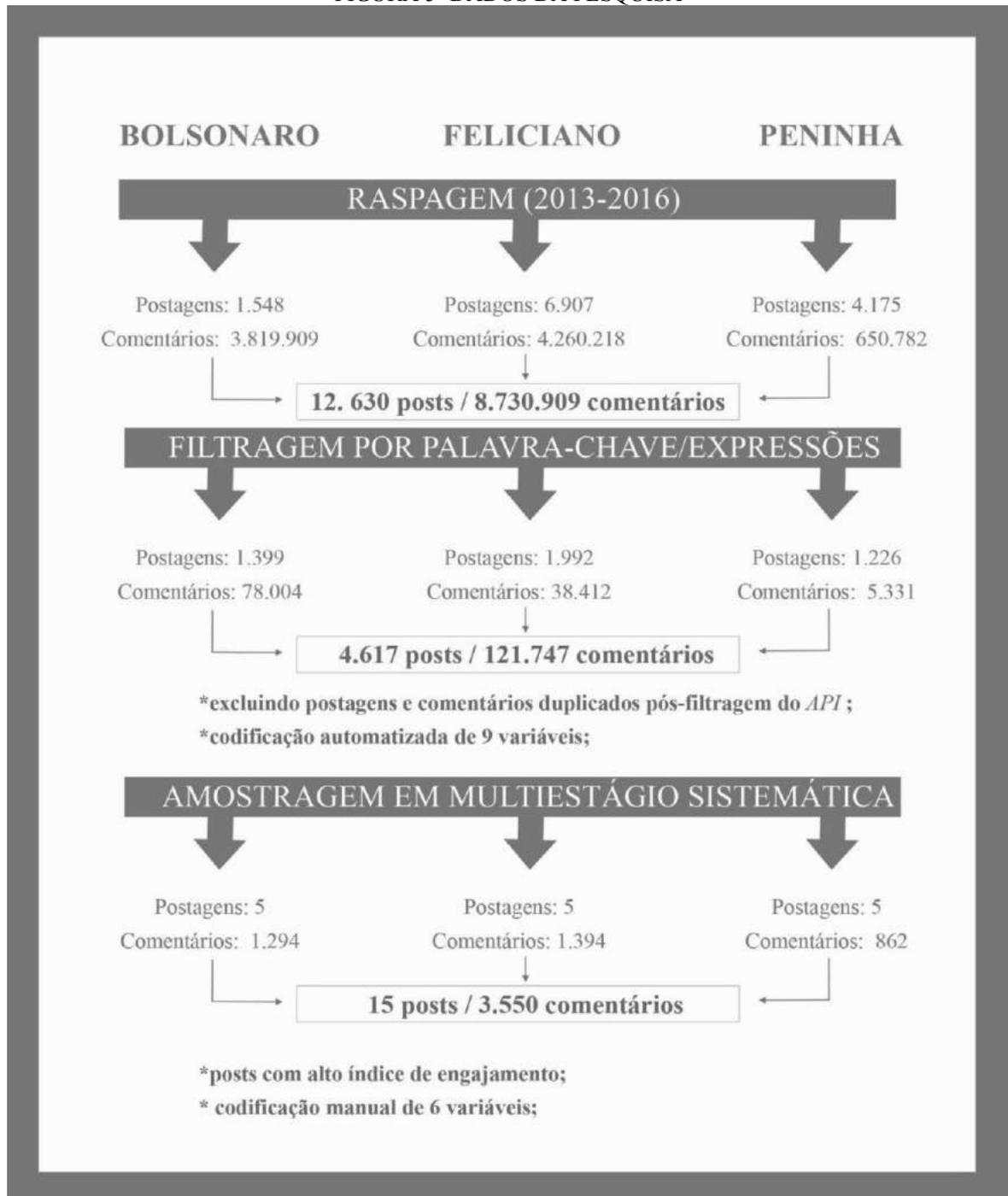
QUADRO 5- ESTÁGIO PRIMÁRIO DE AMOSTRAGEM

<b>PARLAMENTAR</b>	<b>ANO</b>	<b>TOTAL DE COMENTÁRIOS</b>	<b>AMOSTRAGEM PRIMÁRIA (95% de confiabilidade e 5% de erro amostral)</b>
Jair Bolsonaro	2013	288	165
	2014	10.673	371
	2015	16.668	376
	2016	50.375	382
Marco Feliciano	2013	1.027	280
	2014	7.054	365
	2015	19.004	377
	2016	11.327	372
Rogério Peninha	2013	66	57
	2014	214	138
	2015	2.737	337
	2016	2.314	330
<b>TOTAL</b>	-	<b>121.747</b>	<b>3.550</b>

FONTE: O Autor (2018)

A partir deste cálculo chegamos a um total de 3.550 comentários (1.294 do Bolsonaro, 1.394 do Feliciano e 862 do Peninha) analisados e codificados manualmente por meio das variáveis V06, V09, V10, V11, V12, V16 e V17. A partir daí o segundo estágio da amostragem consiste na escolha dos comentários de forma aleatória conforme número de amostragem do primeiro estágio do quadro 4.

FIGURA 5- DADOS DA PESQUISA



FONTE: O Autor (2018)

Neste caso, a vantagem do processo de amostragem em dois estágios consistiu em dois principais pontos: (a) reduzir erros por meio de uma concentração das unidades amostrais em compartimentos menores e (b) paridade entre os objetos analisados tanto em relação as *fan-pages* quanto em relação ao período analisado.

#### 4.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO – VALIDADE, REPLICABILIDADE E CONFIABILIDADE

Krippendorff (2004, p. 18) define que “análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas de textos (ou outra matéria significativa) para os contextos de seu uso”. Tanto o pesquisador quanto outros estudiosos do método apontam três princípios epistemológicos fundamentais que a análise de conteúdo (AC) científica precisa apresentar: validade, replicabilidade e confiabilidade (KRIPPENDORFF, 2004; MACNAMARA, 2005; MATTHES e KOHRING, 2008; NEUENDORF, 2002; RIFFE et al., 2014, SAMPAIO e LYCARIÃO, 2018).

Quanto a validade em AC, Sampaio e Lycarião (2018) defendem que seria uma adequação epistemológica entre os propósitos da pesquisa e os instrumentos utilizados para identificar o fenômeno sob investigação. A pesquisa aqui apresentada tem validade externa (NEUENDORF, 2002) por apresentar resultados que podem ser generalizados, ou seja, possíveis de aferi-los e extrapolá-los em outros contextos; e interna (NEUENDORF, 2002) por ter conexão entre a definição conceitual das categorias e a sua operacionalização<sup>104</sup>.

Já a replicabilidade seria o parâmetro que permite aferir o nível com que uma pesquisa *pode* ser replicada por outros pesquisadores, em contextos diferentes (SAMPALIO; LYCARIÃO, 2018). Isso implica que para que outros pesquisadores cheguem a resultados iguais ou similares seja necessário ter: (a) a seu dispor uma descrição detalhada dos procedimentos utilizados para se reproduzir a análise; (b) acesso ao mesmo material codificado em condição de integralidade equivalente ou suficiente para uma nova codificação (fora do contexto da pesquisa). Desta forma, a pesquisa aqui apresentada pode ser replicada, haja vista a disposição dos dados em ambiente digital e disponibilidade das ferramentas de filtragem e codificação fornecidas pelo pesquisador.

O teste de confiabilidade entre codificadores (no original, *inter-coder reliability test*<sup>105</sup>) busca verificar se diferentes codificadores têm a mesma compreensão sobre as variáveis de análise e se a codificação pode ser replicada por outrem, gerando resultados similares (SAMPALIO e LYCARIÃO, 2018). A ideia de confiabilidade não visa anular a subjetividade do codificador, mas sim padronizar as formas com que diferentes codificadores compreendem as mesmas categorias analíticas, aumentando a chance que a interpretação que estes codificadores fizeram do conteúdo analisado seja a mais próxima possível de uma interpretação mínima

---

<sup>104</sup> Para mais sobre os diferentes componentes da validade, ver Moro (1989).

<sup>105</sup> Ou *inter-rater reliability test*.

comum, de caráter, portanto, *intersubjetivo*. Para chegar justamente a essa interpretação, Krippendorff indica que ela depende:

[...] fortemente de uma leitura e uso consensual dos dados que representam, apontam ou invocam experiência com o fenômeno de interesse. [...]. Então, a confiabilidade é o grau no qual membros de uma certa comunidade confiam nas leituras, interpretações, respostas e usos de certos textos e dados (KRIPPENDORFF, 2004, p. 212).

Após a construção da amostragem, a dissertação prezará pela integridade na codificação ao realizar um teste de fiabilidade entre dois codificadores, utilizando o método de mais forte proposto por Krippendorff (1980) - o de precisão – teste/padrão – para melhor lidar com imprecisões e subjetividades no processo analítico do conteúdo. Será usada a estatística *Kappa de Cohen* para avaliar a concordância entre os codificadores numa nova amostra de mensagens, mostrando assim algumas estatísticas da concordância entre codificadores (MADDEN, RUTHVEN, e MCMENEMY 2013).

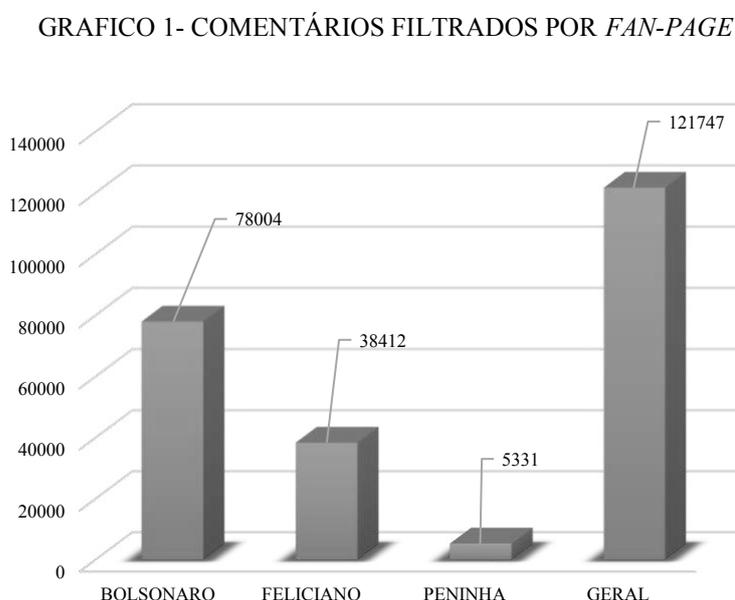
Os três codificadores responsáveis pela pesquisa serão amparados por um livro de códigos com exemplos e informações que diminuam a ambiguidade e possibilite maior consistência durante todo o processo (NEWMAN, 2006). Com tudo, vale reforçar a importância dos pesquisadores na competência de explorar dados, pensar acerca das diferentes categorias e estabelecer uma forma de analisar que esteja em consonância com a ética da pesquisa e fidelidade ao que se propõe.

#### 4.5 RESULTADOS

Os resultados apontam um aumento considerável na externalização do discurso de ódio nas páginas oficiais dos parlamentares ao longo dos anos observados. A *fan-page* de Jair Bolsonaro é responsável por 78.004 comentários odiosos filtrados (64%), Marco Feliciano com 38.412 (32%) e Rogério Peninha com 5.331 (4%). Os dados apontam que do total de 8.730.909 comentários extraídos ao longo dos primeiros quatro anos (2013-2016) de presença no SRS, o discurso de ódio representa 1,5% (121.747 comentários).

Um olhar apressado sobre esses números pode concluir que a presença de discurso de ódio foi ínfima, o que contestaria a premissa de que as *fan-pages* seriam espaços de incivilidade e desrespeito. Mas, é importante ressaltar três aspectos fundamentais para uma interpretação mais aguçada dos achados: (1) o trabalho crescente de remoção de conteúdo de discurso de ódio realizado pelo Facebook, principalmente a partir de 2015; (2) a raspagem dos dados do Netvizz

sujeita a liberação ou não do SRS, sendo possível, em alguns casos, a coleta unicamente dos comentários mais relevantes; e (3) o caráter multifacetado e sofisticado do discurso de ódio manifestado de forma velada cuja a identificação requer maior afincamento e análise. Dito isso, as interpretações aqui expostas reconhecem o crescimento do fenômeno, não exclusivamente em quantidade, mas também na própria dinâmica de construção da incivildade e do desrespeito, de tal sorte que o extrato trazido à baila representa a parte mais evidente do discurso de ódio da “nova direita” e de seus opositores, principalmente a partir dos eventos sociais e políticos que marcaram o Brasil nesses quatro anos, o que não necessariamente contempla toda a intolerância das *fan-pages*.



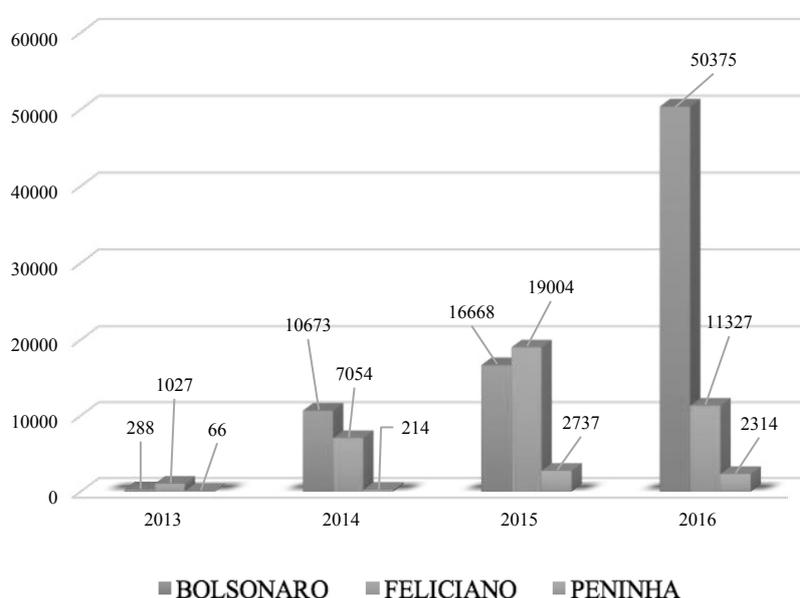
FONTE: O autor (2017).

O primeiro resultado notável desta pesquisa reside no fato da quantidade de discurso de ódio na página oficial de Jair Bolsonaro ser maior que a soma das páginas de Feliciano e Peninha. A partir daí, é possível constatar que o número de seguidores não é uma variável explicativa para a quantidade de discurso de ódio no perfil dos parlamentares, haja vista que Bolsonaro e Feliciano tem número semelhante de curtidas ultrapassando a casa de quatro milhões cada. A página do pastor só ultrapassou a do militar em comentários odiosos no ano de 2013, quando Feliciano assumiu a Comissão de Direitos Humanos na Câmara. Outro ponto importante é que, só em junho de 2013, Bolsonaro centralizou suas publicações num único canal no Facebook, o que pode ter ocasionado inicialmente uma diminuição de audiência, já

que o parlamentar conquistava espaço na TV e adeptos a suas bandeiras com declarações polêmicas desde 2011 (MAIA e RESENDE, 2016).

Uma explicação para a *fan-page* de Bolsonaro ter o maior índice de incivilidade e desrespeito pode residir no fato do deputado estar sob o escrutínio midiático como candidato às eleições 2018. O discurso de ódio na página do militar em 2016 foi aproximadamente 175 vezes maior que em 2013. Se comparado ao ano de 2015, os comentários aumentaram em três vezes.

GRAFICO 2- COMENTÁRIOS DE ÓDIO AO LONGO DOS ANOS



FONTE: O autor (2017).

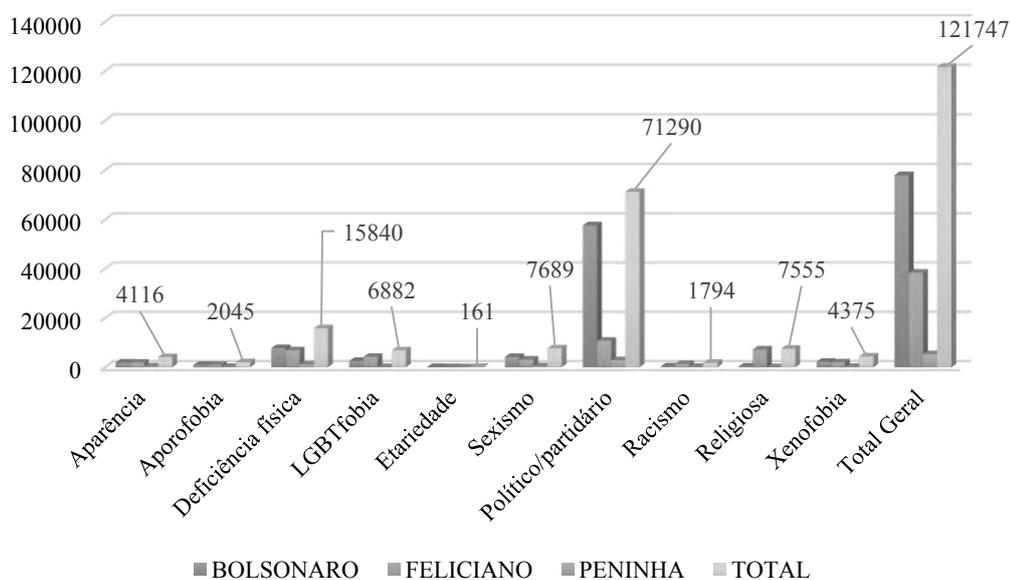
Os três parlamentares vinham aumentando o índice de discurso de ódio em suas páginas nos anos de 2013-2015. Peninha e Feliciano apresentaram uma queda no número de comentários odientos em 2016. Não conseguimos atribuir nenhum aspecto que tenha interferido diretamente nesses números. Se levarmos em conta que em 2015 o Facebook começou um processo de maior inferência no controle e cerceamento do discurso de ódio em sua plataforma, talvez encontraríamos uma explicação para o declínio, mas, ao compararmos os números com o crescimento exponencial na página de Bolsonaro, a explicação não se sustenta. Outra hipótese que pode justificar esse declínio é o receio de exposição negativa, ou seja, Feliciano e Peninha evitam publicações mais polêmicas - o que implicaria numa mudança de tom das postagens - para que a sua imagem não sofra prejuízos pré-eleitoral. Há de se levar em conta uma possível diminuição no número de publicações, o que conseqüentemente implicaria uma redução no

volume de interações. Qualquer uma das hipóteses exige uma apuração mais criteriosa para ser atestada ou não.

Alguns eventos marcaram o aumento do discurso de ódio ao longo dos anos: as manifestações de junho de 2013; a nomeação de Marco Feliciano a Comissão dos Direitos Humanos; os pleitos de 2014 e 2016; a implantação de programas sociais como Mais Médico e Escola sem Homofobia; os escândalos de corrupção trazidos à tona pela operação Lava-Jato; o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff entre os meses de dezembro de 2015 e maio de 2016; e o pré-lançamento da candidatura de Feliciano ao Senado Federal e Bolsonaro ao Planalto. Em 2016, ano de maior incidência de discurso de ódio, Jair Bolsonaro apareceu como protagonista de várias declarações misóginas, contrárias à presidente Dilma e ao PT, incluindo o discurso na votação do processo de *impeachment* na Câmara quando fez referência a um coronel militar da época da ditadura tido como torturador.

Todos os tipos de discurso de ódio foram encontrados; em maior ou menor número, as páginas apresentaram comentários odientos para todas as minorias aqui estudadas. Como já esperado, o discurso de ódio político-partidário foi o mais presente, representando 59% do total. Manifestações que afrontam pessoas com deficiência física ou mental (13%) veio em segundo lugar, seguido por Sexismo (6%), LGBTfobia (6%) e Intolerância Religiosa (6%) com números semelhantes de expressões. Xenofobia (4%), por Aparência (3%), Aporofobia (2%), Racismo (1%) e Etariedade (0,13%) completam o quadro.

GRAFICO 3- TIPOS DE DISCURSO DE ÓDIO MAIS RECORRENTES



FONTE: O autor (2017).

É importante observar que o tipo de ódio político-partidário teve destaque num contexto de acirramento político entre direita e esquerda e os parlamentares abordados nesta dissertação são nomes representativos na conjuntura da “nova direita”. Os resultados mostram o poder que as publicações dos líderes políticos tiveram de gerar polarização e estimular o conflito dentro do eleitorado (JOST, FEDERICO e NAPIER, 2009). Outro aspecto vigente foi como os seguidores sentiram-se seduzidos em seu poder de massa em redes (CHAIA E BRUGNADO, 2015) na construção de espaços incivis voltados para um debate moralista, num agressivo choque de visões do mundo (ORTELLADO, 2016).

O discurso de ódio político-partidário no Facebook expôs uma campanha negativa apoiada diretamente pelos deputados a seus opositores. Os termos que atrelam conotação negativa aos espectros políticos ideológicos mostram como a tendência de atacar foi mais voltada a esquerda. O termo “petralha” foi mencionado 8.221 vezes e “esquerdistas” 8.238, enquanto “coxinha” apareceu 2.064 e “fascista” 292.

A intolerância às pessoas com deficiência física ou mental teve grande representatividade. A percepção de que pessoas que pensam contrário no Facebook são seres com problemas mentais reforça a naturalização de expressões ofensivas às pessoas portadoras de deficiência na rotina social. Expressões como “retardado”, “demente” e “imbecil” são xingamentos comumente associados a seres tido como inferiores nas interações das páginas oficiais observadas.

LGBTfobia e Intolerância religiosa foram mais recorrentes no perfil de Marco Feliciano. O fato do parlamentar ser pastor e abordar questões de maneira polêmica e midiática contra a comunidade LGBT, sobretudo em 2013 quando assumiu a Comissão dos Direitos Humanos na Câmara dos deputados pode ser uma das explicações para esta constatação. As publicações de Feliciano motivaram um discurso de ódio capaz de humilhar, xingar, desqualificar e diminuir pessoas por questão de gênero, escorados numa lógica de determinação divina à conversão. Comentadores com posturas de extremismo religioso deram ressonância aos *posts* do parlamentar e mostraram-se intransigentes as causas LGBT e ao feminismo, justamente por encararem a sexualidade a partir de uma concepção de Lei Natural da Criação e da Reprodução (OLIVEIRA, 2014).

No caso da Intolerância Religiosa, a discordância dos usuários foi mais direcionada ao praticante/crente que a doutrina propriamente dita, sendo que em muitos casos Feliciano e outros pastores/deputados/crentes foram contestados como ilegítimos e indignos de representarem a fé que professam. Atores políticos como Feliciano, Silas Malafaia, Michel Temer e Dilma Rousseff foram chamados de “falsos profetas”, “satanistas”, “macumbeiros” e

referenciados como promotores de atividades malignas como “pactos com o demônio” para se perpetuarem no poder. A intolerância também atingiu os que professam credo em religiões de matriz africana e nos ateus, sempre na intenção de uma conversão ao cristianismo. A CNBB foi vítima de ódio religioso e político-partidário, sendo considerada uma organização favorável a uma ditadura comunista imposta pelo PT.

O sexismo aparece de maneira semelhante nas páginas de Bolsonaro e Feliciano, evidenciando uma cultura machista, na qual é atribuído a mulher um papel coadjuvante na organização da sociedade. As declarações misóginas dos parlamentares viabilizaram o discurso odioso a figuras públicas e organismos que defendem a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No caso de Bolsonaro, o discurso de ódio sexista ficou perceptível nos desdobramentos do caso de apologia ao estupro protagonizado contra a deputada Maria do Rosário, nas suposições a respeito da sexualidade da presidente Dilma Rousseff e no ataque ao movimento Marcha das Vadias. Na página de Feliciano, os comentaristas ofenderam, em boa medida, a dignidade de pessoa das mulheres e homossexuais que acusaram o parlamentar de algum crime, como a jornalista Patrícia Lélis (pela denúncia de tentativa de estupro) e o deputado Jean Wyllys.

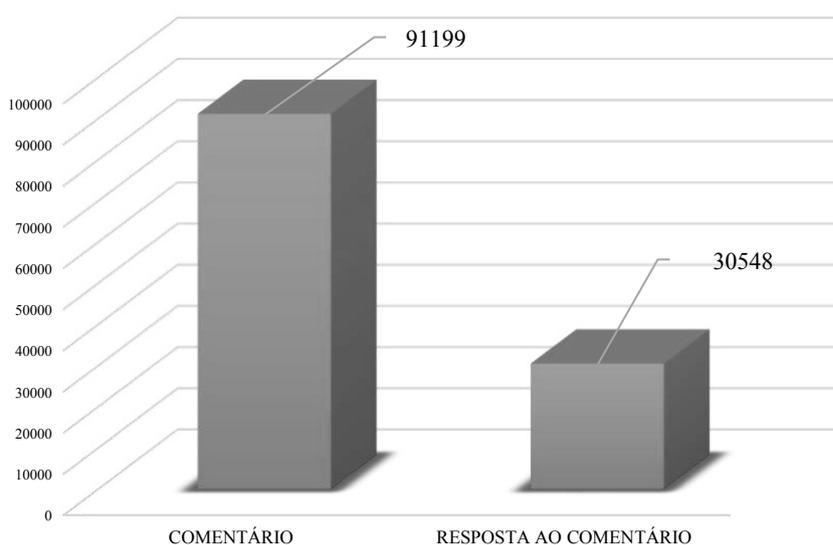
Xenofobia, por Aparência, Aporofobia, Racismo e Etariedade tiveram menor representação. A discriminação e preconceito a estas minorias estavam ligadas a políticas públicas que visam uma igualdade de forças e direitos. No que diz respeito aos comentários racistas, o discurso de ódio estava atrelado a política de cotas, que segundo os odiadores reforça a discriminação. Para eles, as cotas raciais não deveriam existir e são artimanhas do governo petista para gerar divisão no país. No discurso xenofóbico, a vítima principal foi o povo brasileiro, considerado inferior se comparado a outros povos, culturas e países. Os comentaristas alegaram que o brasileiro é ignorante e incapaz de saber votar, são influenciáveis e mal-educados. Outras vítimas de xenofobia foram os médicos cubanos, os refugiados haitianos e africanos e migrantes do norte-nordeste do Brasil.

Os comentários aporofóbicos atribuíam a má situação do país a programas como Bolsa Família e a lei trabalhista das empregadas domésticas, que, segundo eles, impediam o crescimento econômico do país e geravam apatia dos beneficiados ao trabalho. Os odiadores se denominavam mantenedores da economia brasileira, enquanto o PT “apoia vagabundos”. Os comentários odiosos por aparência e etariedade usam como base a imagem da postagem (no caso de alguma figura pública) ou a imagem do perfil de outro comentarista para insuflar ódio a pessoas acima do peso e/ou àquelas com marcas de expressão e da idade.

Em 98% dos comentários filtrados, foi encontrada apenas uma palavra-chave/expressão. Logo, 2% dos comentários continham mais de uma palavra-chave/expressão, revelando dois tipos de ódio diferentes. A grande maioria destinava-se ao ódio político-partidário e outro.

Em relação as interações, 75% dos comentários foram voltados à postagem do parlamentar, enquanto 25% respondiam a outro comentador. Neste ponto, dois aspectos merecem atenção: (1) a interface da plataforma permite que o espaço reservado aos “comentários” também seja usado para responder a outro comentador, o que faz com que o campo “resposta ao comentário” seja subutilizado. Desta forma, não podemos descartar a possibilidade da interação entre comentadores, sem necessariamente ter uma relação com a postagem, ser maior que o codificado pelo API; (2) o grande volume de comentários não permite um rápido acesso ao comentário de outra pessoa, ou seja, discussões iniciadas entre comentadores podem se perder caso não exista um empenho imediato de resposta. Outros comentadores que desejam entrar no embate e não interagem instantaneamente podem não encontrar novamente o comentário desejado, o que pode desestimular a interação.

GRAFICO 4- COMENTÁRIOS OU RESPOSTAS A COMENTÁRIOS



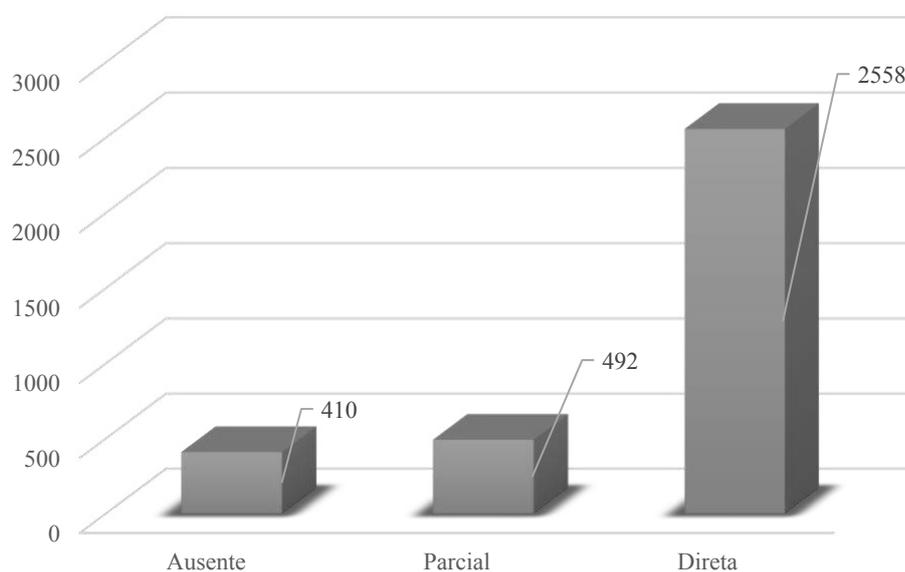
FONTE: O autor (2017).

Na relação entre postagens e comentários, ficou evidente que a grande maioria do discurso de ódio foi estimulada pela publicação. As *fan-pages* se mostraram incivis e desrespeitosas, sobretudo pelo comportamento incitador de seus proprietários. 72% do discurso de ódio encontrado tinha ligação direta com o assunto do *post*, 14% relação parcial e 11,5%

não tinham relação ou não foi possível identificar o conteúdo da publicação, haja vista que o Netvizz não carrega no arquivo *comments.tab* as imagens, vídeos e outras formas visuais, senão o texto da legenda e a informação se a publicação foi um vídeo, uma fotografia ou uma *live* (*streaming* de vídeos). 2,5% foram de comentários que não continham discurso odioso apesar de ter um ou mais palavras-chave/expressões.

A página oficial de Marco Feliciano apresentou maior número de ausência de relação do comentário com a postagem, o que não significa que a relação não exista. O parlamentar compartilha fotografias, vídeos e outros formatos sem a utilização de nenhuma legenda. Nestes casos, optou-se por classificar como ausente a relação entre comentários e *post* tendo em vista a limitação em analisar cada publicação em seu *link* original a fim de identificar o verdadeiro teor de seu conteúdo. Os comentários que tinham relação parcial com a publicação utilizavam da plataforma para atacar outro comentador a partir de sua posição favorável ou contrária a publicação do parlamentar. A troca de ofensas ganhava proporção, afastando-se do assunto do *post*.

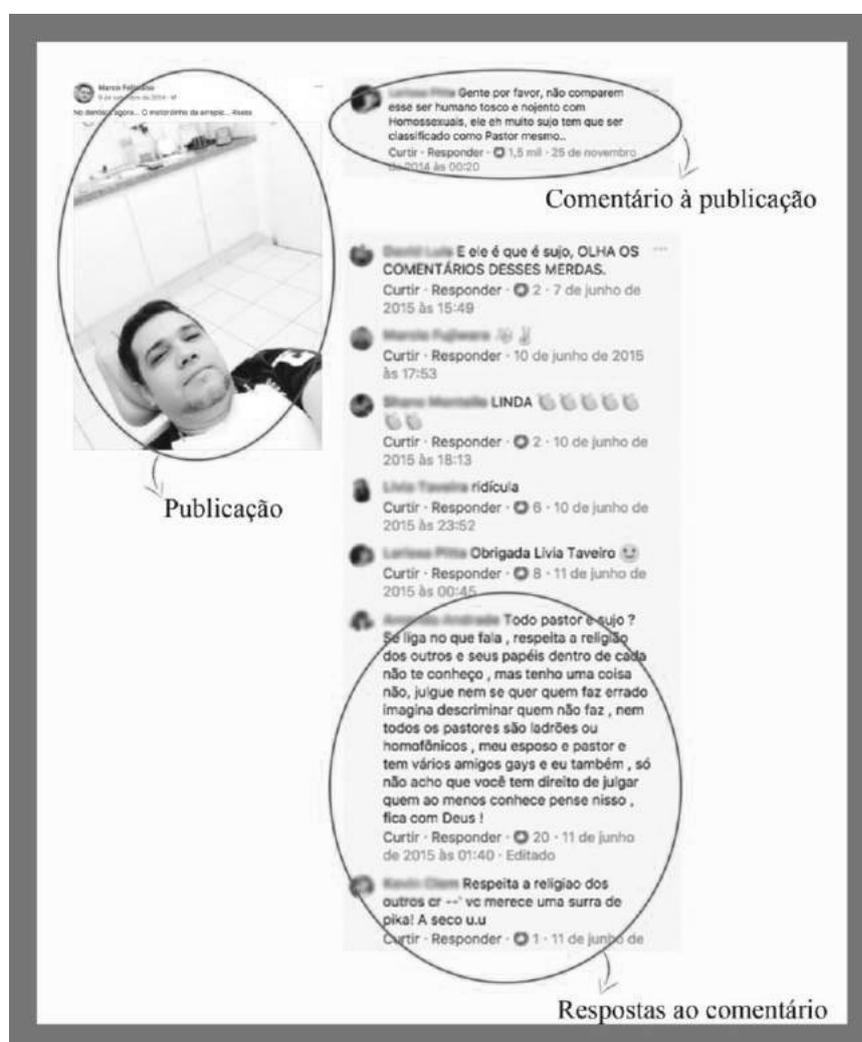
GRAFICO 5- RELAÇÃO DO COMENTÁRIO COM A POSTAGEM



FONTE: O autor (2017).

Entre os *posts* com maior engajamento<sup>106</sup>, ao longo dos anos de 2013 e 2016, foram encontrados exemplos de como as publicações dos parlamentares incitam o discurso de ódio entre seus seguidores. Os *posts* de Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e Rogério Peninha apresentaram discurso de ódio explícito e desencadearam reações de intolerância por meio de comentários, reações e compartilhamentos. A partir do documento *statistics.tab* extraído pelo Netvizz, foi possível identificar os *links* e dados de engajamento das publicações. Foram observadas cinco publicações localizadas entre as 50 primeiras com maior engajamento de cada uma das *fan-pages*.

FIGURA 6- EXEMPLO DE COMENTÁRIOS COM RELAÇÃO DIRETA E RELAÇÃO PARCIAL A PUBLICAÇÃO DE MARCO FELICIANO



FONTE: O autor

<sup>106</sup> O Netvizz apresenta dados de engajamento, num cálculo que envolve o número de curtidas, comentários, reações e compartilhamentos que uma publicação obteve. Sendo em grau de importância, o compartilhamento com maior peso, seguido de comentários, reações e curtidas.

As publicações de Jair Bolsonaro em sua maioria são acrescidas de uma legenda com a opinião do parlamentar em relação ao assunto evidenciado. As questões de segurança pública e uma intensa campanha anti-PT e anti-Dilma se destacam entre os *posts*. Outro elemento recorrente são vídeos, nos quais o próprio deputado faz oposição ao governo e à mídia, em um diálogo direto e exaltado. Para Bolsonaro, existe um complô organizado pela Rede Globo de Televisão, a classe artística e o governo petista para macular sua índole e atrapalhar sua ascensão ao Planalto.

Entre as figuras políticas com maior citação negativa entre as publicações de Bolsonaro, estão a presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula e os deputados Jean Wyllys, Maria do Rosário e Jandira Feghali. Já entre as figuras exaltadas pelo parlamentar, estão os filhos Carlos, Eduardo e Flávio Bolsonaro; os falecidos Dr. Enéas Carneiro e Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra; e os deputados Silas Malafaia e Marco Feliciano. Outras figuras como os presidentes americanos Barack Obama e Donald Trump, os senadores Magno Malta e Gleisi Hoffmann, o deputado Marcelo Freixo, os jornalistas Reinaldo Azevedo, Olavo de Carvalho, Alexandre Garcia, Joice Hasselmann, Rachel Sheherazade, e artistas como Danilo Gentili, Felipe Neto e Preta Gil, também são referenciados nas postagens da *fan-page*.

Em relação às propostas e projetos de lei exaltados nas publicações, o parlamentar ressalta a redução da maioria penal; a liberação da fosfoetanolamina no combate ao câncer; a revogação da lei do desarmamento, da chamada lei da palmada (Lei nº 13.010) e do Marco Civil da Internet; a extração do mineral nióbio; e o fim da urna eletrônica e o retorno das cédulas de votação. Quanto a rotina do deputado, as publicações retratam o cotidiano por meio de fotografias e vídeos de seus compromissos militares, suas condecorações e exaltam coronéis do exército e outras patentes. Bolsonaro publicita suas visitas de campanhas (pré e pós declaração de candidatura à Presidência da República) e motiva participação em seus eventos políticos.

Entre as publicações que fazem oposição direta ao governo da presidente Dilma e ao PT, Bolsonaro utiliza argumentos como a ligação da legenda com os escândalos de corrupção da Petrobrás e atrela as políticas sociais, como o programa “Mais Médico”, uma tentativa do Partido dos Trabalhadores implantar um regime comunista semelhante à de países como Cuba e Venezuela. O deputado acusa Dilma e Lula de serem os principais articuladores das conspirações e dos desmontes do país e frisa que programas que visam os direitos humanos, sobretudo das minorias retratadas nesta dissertação, são tentativas de acabar com a família brasileira e estabelecer uma cultura pautada na desordem e na corrupção.

FIGURA 7- POSTAGENS COM MAIOR ENGAJAMENTO E INCIDÊNCIA DE DISCURSO DE ÓDIO NA PÁGINA DE JAIR BOLSONARO ENTRE OS ANOS DE 2013-2016



FONTE: O autor

Em sua *fan-page*, o parlamentar defende o Regime Militar como a era de progresso e crescimento do Brasil e que só através de posturas mais enérgicas, como as daquele período, o país conseguiria sair da crise que se instalou ao longo dos anos do governo petista. As publicações que ressaltam esta afirmação tentam desmistificar o período militar, acusando o atual ensino público de deturpar os acontecimentos da época. O ensino militar é colocado como a melhor alternativa para melhoria da educação e uma das suas principais promessas de campanha à presidência. O deputado tenta promover um sentimento de patriotismo e saudosismo junto aos seguidores que compartilham da ideia de que só com procedimentos mais unilaterais e valores militares o país retomará o progresso.

Nos primeiros anos de presença no Facebook, em 2013 e 2014, o deputado e/ou sua assessoria de comunicação desempenhavam um papel mais atuante de resposta aos comentários, sendo quase que total e imediato o *feedback* aos comentaristas. Devido ao aumento significativo de engajamento na página, acredita-se que o contingente de assessores não conseguiu responder a demanda. Mas, reforçamos que não houve um contato com a assessoria do parlamentar para confirmar esta hipótese.

O *post* com maior engajamento foi publicado em 01 de julho de 2015 e apresenta um *link* com a lista dos deputados que votaram contrários a redução da maioria penal<sup>107</sup>. A publicação faz menção à presidente Dilma Rousseff, PT, PSOL e PC do B como promotores de uma cultura de dependência entre os menores com o intuito de manter benefícios à ONGs e instituições que trabalham com crianças e adolescentes infratores. A imagem de garotos portando armas e a frase “ OBRIGADO GOVERNO DILMA CONTE CONOSCO EM 2018” coloca a figura da presidente e de partidos da base aliada como “Conspiradores e Inimigos da Nação”. O parlamentar usa de estereótipos e generalizações ao se referir aos menores infratores, rotulando-os como estupradores, homicidas, traficantes e vagabundos. A reação dos seguidores refletiu em comentários odiosos à publicação e entre si:

*“Sempre aparece os defensores dos de "menor". Marta pare com esse papo de pobre, preto e favelado. Moro na periferia e sei que não assim! Esse papo de vitimismo, me enoja!”*(ID 25125/2015)<sup>108</sup>.

*“Esses comunistas são os maiores inimigos da democracia e dos cidadãos de bem, querem a todo custo acabar com os valores dessa sociedade. Não levaram em conta o fato de 90% dos cidadãos de bem serem a favor da redução.”* (ID 25128/2015).

---

<sup>107</sup> Post com maior engajamento na fan-page de Bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/505495562932768/?type=3> . Acessado em: 16 de outubro de 2017.

<sup>108</sup> Número de identificação e ano do comentário no banco de dados.

A segunda postagem utiliza do testemunho de uma senhora para fazer apologia ao período do Regime Militar e exigir a exclusão/expulsão de Dilma e do PT. A data da postagem é de 04 de Abril de 2014 e promove uma campanha negativa à presidente em ano eleitoral. Entre os comentários foi possível identificar que a divergência de opiniões sobre o assunto reverberou em ódio para todos os envolvidos:

à senhora – *“Sua velha vagabunda.você não tem vergonha de apoiar a ditadura?queria ver se os choques elétricos fossem na sua vagina.safada”*(ID 3086/2014);

À Bolsonaro - *“Não posso aceitar ou entender qualquer pessoa esclarecida decente ou crista . apoiar um cara que tem como um de seus heróis um torturador que entre outras formas de tortura tinha sabidamente: ( estupro sistemático. e como deleite enfiar um rato vivo no interior da VAGINA de uma mulher ) seja ela terrorista.comunista.traficante.assassina etc . só imaginar da náuseas. Parabéns às MULHERES que o apoiam vcs tem estômago forte só falta cérebro.”*; (ID 2999/2014);

A favor do Regime Militar – *“Tem que torturar mesmo! Viva a ditadura Abaixo esse democracia comunista Abaixo aos direitos individuais se esses forem para se drogar e cometer crimes como acontece Viva a ditadura Viva a tortura Viva a não liberdade de imprensa Viva a censura Viva a família Viva os bons costumes.*(ID 2943/2014);

Aos contrários ao Regime Militar – *“Caramba quantos comunistas comentando merda, bando de maconheiro do caralho, 1º estudem, depois parem de falar que o PT fez tudo, sociedade Brasileira consegue ser alienada pela mídia Comunista, que decepção”*(ID 2818/2014).

Outro *post* com grande engajamento é um vídeo de Bolsonaro ao lado da filha Laura, menor de idade, explicando os motivos de não matricular seus filhos em escolas públicas. Ele atribui ao governo e aos Direitos Humanos a culpa pela atuação situação das escolas brasileiras<sup>109</sup>. No vídeo, o parlamentar acusa o ensino público de querer subverter crianças e adolescente por meio de uma cartilha que supostamente estimularia uma erotização precoce e apologia a comportamentos homoafetivos, o chamado “Kit Gay”<sup>110</sup>.

Os comentários relacionados aos *posts*, quando contrários à Bolsonaro, despertam uma reação imediata dos comentaristas homofílicos. Nestes casos, o discurso de ódio é generalista e rotula o outro usuário como “petista”, “comunista” e “esquerdopata” e colocam Jair Bolsonaro como herói nacional e Dilma, Lula, PT e aliados como “Conspiradores e Inimigos da Nação”:

---

<sup>109</sup> Vídeo de Bolsonaro e o chamado Kit Gay. Disponível em:  
< <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/576132129202444/> > Acessado em 17 de outubro de 2017.

<sup>110</sup> Material "Escola sem Homofobia", de formação sobre questões de gênero e sexualidade proposto às escolas da rede pública pelo Governo Federal em 2004 como parte do projeto Escola sem Homofobia.

*“Petista, socialista, esquerdista e comunista que estão aqui de mimimi. Senta e chora cambada de maconheiros. Bando de Rastaqueras, vermes Rastejantes. Lixos!!!”*. (ID 28123/2016)

*“Bolsonaro, meus respeitos, pois você demonstra ser patriôta e BRASILEIRO. Esses canalhas do PT merecem ser fuzilados em praça pública. Podem me chamar para fazer parte do pelotão. Em 1963 eu estava servindo o Exército no glorioso 1º BATALHÃO DE GUARDAS, no Rio de Janeiro, e os comunistas faziam arruaças e palhaçadas menores que essas. Deu no que deu. Se ferraram. Tomara que o raio torne a cair no mesmo lugar. Um grande abraço e continue a defender nossa bandeira, pois você não está sozinho.”*. (ID 28169/2016)

A postagem que apresenta uma nota de jornal envolvendo a deputada Maria do Rosário foi compartilhada na página de Bolsonaro sem apuração de sua veracidade. A suposta matéria foi examinada pelo site e-farsas que constatou se tratar de uma brincadeira realizada pelo humorista Joselito Muller<sup>111</sup>.

A publicação reverberou uma quantidade significativa de comentários ofensivos à deputada, utilizando de linguagem chula e sorradeira:

*“Essa maria do rosario é mal comida, fala da direita mas vive muito melhor que muito classe media e rico”*(ID 4422/2014).

*“Quem merece pena de morte é essa safada. E no meu conceito juizes q soltam presos, e voltam a cometer crimes eram p pagarem com a mesma pena q o bandido. E a mesma coisa p esses políticos safados q apoiam a marginalidade!!!!!!”* (ID 4499/2014).

*“Fanfarrona, petista, corrupta, safada... Defende os menores infratores e os seus direitos humanos... Os mesmos q roubam, estupram e matam!!!!”* (ID 4509/2014).

O quinto e último *post* analisado reforça uma das bandeiras de campanha de Jair Bolsonaro - “Direito Humanos para Humanos Direitos” – como explicitamente demonstrado na legenda da publicação. O deputado usa de Superioridade/Normalidade/Inferioridade para comparar pessoas, dividindo-as em “bandidos” e “inocentes”, deixando transparecer uma predileção à violência contra aqueles que não seguem os seus critérios de inocência. Os comentários perpetuaram e reforçaram o pensamento do parlamentar:

*“Você tem pena de bandido? Leve alguns para morar na sua casa!!! O povo não gosta de bandido, quem gosta de bandido é a esquerda caviar, os PTetas militontos, além é claro os próprios bandidos!!! #Bolsonaro representa o povo de bem.”* (ID 1737/2014).

---

<sup>111</sup> Disponível em: <http://www.e-farsas.com/ministra-maria-rosario-se-confunde-e-fala-em-controle-remoto.html> - Acessado em 03 de janeiro de 2018.

Já as publicações de Marco Feliciano estão bastante pautadas em preceitos religiosos. O deputado e, também, pastor utiliza do Facebook para reforçar a doutrina de sua religião neopentecostal e a partir daí se posicionar como um religioso político, a favor de uma moralidade religiosa e contrário a ideologias que não respondam a sua concepção de família e de crescimento para o país. Entre os conteúdos dos *posts* de sua *fan-page*, estão clipes de hinos evangélicos, depoimentos de convertidos, vídeos que circulam na internet sobre milagres, analogias ao céu e inferno e cultos religiosos. Outra recorrência é a publicação de passagens bíblicas que são seguidas de grande engajamento já que seus seguidores compartilham, reagem e comentam com a palavra: “Amém”.

Há também postagens de pessoas atestando cura de sua homossexualidade e *posts* de apoio a psicóloga Marisa Lobo (que afirma ter procedimentos para o tratamento de pessoas homossexuais) e a Levy Fidelix, presidente do PRTB, que à época de sua candidatura à Presidência da República, em 2014, fez declarações homofóbicas em rede nacional e foi condenado pela justiça pela atitude.<sup>112</sup> A página traz ainda postagens contrárias ao aborto e a identidade de gênero e promove a agenda de ações do parlamentar no campo religioso e político.

A frequência de postagens é alta, alcançando o primeiro lugar entre os deputados analisados. Os principais alvos das publicações são Dilma, Lula, PT e aliados, bem como os movimentos sociais, intelectuais, artistas e a mídia. Em boa parte das publicações, Feliciano utiliza argumentos semelhantes aos de Bolsonaro, atrelando o fim da família tradicional à esquerda e atribuindo aos líderes do PT, PSOL e PC do B relação direta com o Estado Islâmico e com outras correntes radicais e ditatoriais. Na ocasião das manifestações pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff, Feliciano utilizou a *fan-page* para mobilizar seguidores a comparecer às ruas, pedindo a cassação do mandato da presidente.

---

<sup>112</sup> Levy Fidelix é condenado em 25 mil reais por declarações homofóbicas. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/levy-fidelix-e-condenado-em-r-25-mil-por-declaracoes-homofobicas/>> Acessado em 29 de janeiro de 2018.

FIGURA 8- POSTAGENS COM MAIOR ENGAJAMENTO E INCIDÊNCIA DE DISCURSO DE ÓDIO NA PÁGINA DE MARCO FELICIANO ENTRE OS ANOS DE 2013-2016



Dentre os aclamados por Feliciano, o ex-deputado Eduardo Cunha e o presidente Michel Temer são bastante citados. Outra figura pública bastante citada na *fan-page* é a jornalista Rachel Sheherazade, que declarou ao Jornal Folha de São Paulo<sup>113</sup> ser evangélica e defensora do parlamentar por acreditar que a perseguição à Feliciano se deve ao fato dele ser pastor. Jair Bolsonaro é defendido em várias publicações do colega de bancada, inclusive na ideia de um complô organizado pela mídia e pelo PT para prejudicar a figura do presidencialista. Figuras evangélicas – pastores, cantores, fiéis – são referenciados por Marco Feliciano como exemplos de superação, confiança e caráter em detrimento de outras pessoas que não se comportam da mesma maneira.

A estratégia de comparação entre grupos religiosos e não-religiosos é bastante presente, bem como o contraponto entre os argumentos e atitudes dos grupos de esquerda e de direita. O deputado utiliza mecanismos semelhantes aos de Bolsonaro, divulgando conteúdo exagerado, com presença de imagens e sons que amplificam e/ou deturpam o verdadeiro teor da publicação. Tal atitude fica evidente nas postagens 1, 3 e 4 aqui analisadas em que o deputado busca provar sua índole política, religiosa e familiar com vídeos carregados de recursos sonoros e visuais, direcionando a culpabilidade do assunto em questão para seus opositores e perseguidores.

Feliciano é o que mais busca engajamento no SRS, pedindo constantemente aos seus seguidores que compartilhem vídeos e notícias. A maioria das publicações com maior engajamento tem conteúdo religioso semelhante ao primeiro post analisado. São vídeos compartilhados pelo parlamentar com referências a passagens bíblicas, com uma visão dicotômica da fé, onde aqueles que não cumprirem os preceitos religiosos irão para o inferno, enquanto os fiéis alcançarão o céu. O conteúdo traz elementos de som e imagem que visam intimidar, emocionar e educar os usuários à prática da religião do pastor.

O *post* de conotação política com maior engajamento é o que traz a foto de Feliciano com um cartaz “TCHAU QUERIDA”. A publicação deu margem a agressões à Dilma e ao PT:

*“O povinho hipócrita que coam um cabelo e engolem um mosquito ele é ser humano igual a todos fico admirada por pessoas que se diz crente defendendo a Dilma Rousseff e o PT por um prato de comida e não vê as leis que eles estavam aprovando que vão contra a própria palavra de DEUS”(ID115884/2016);*

*“Isso ai pastor!!!! Temos é que comemorar!!!! O gigante gordo foi derrubado. E deixa pra lá esses tipinhos moralistas que apareceram por aki. Não me lembro de*

---

<sup>113</sup> Rachel Sherezade do SBT diz que se decepcionou após votar em Lula. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2014/01/1395975-rachel-sheherazade-do-sbt-diz-que-se-decepcionou-apos-votar-em-lula.shtml>> Acessado em 29 de janeiro de 2018.

*Moises, Josué, Elias... orando pro inimigo não! Tem é que pisar mesmo na cabeça desses satanás!!”(ID115882/2016)*

e reações contrárias a posição do parlamentar:

*“Cala a boca seu facista ! Agora ta gostando do satanista no poder? Vc tmb deve ser outro satanista.” (ID115903/2016); e outras atacando Michel Temer: “ Muito bem um satanista maçon no poder!! Viva temer o papa adorador do diabo! próximo passo marcar os crentes carnudos com o 666 e vão aceitar dando glória a Deus ainda! O fim chegou mesmo!!”(ID115920/2016).*

No *post* com legenda “FELICIANO QUEBRA O SILÊNCIO”, o parlamentar rebate as acusações de tentativa de estupro à jornalista Patrícia Lélis<sup>114</sup>. Ao lado da esposa Edileusa Feliciano, o deputado justifica porque ficou em silêncio até o momento e nega as acusações. Ele reafirma o papel da imprensa como difusora de calúnias a seu respeito e utiliza da posição de pai de família e pastor para reforçar a sua integridade em 24 anos de casado e em seu ministério. O vídeo recebeu mais de 30 mil comentários e o discurso de ódio foi externalizado de várias maneiras, tendo a mídia e partidos de esquerda como sujeitos conspiradores:

*“Não tenho dúvida de que os inimigos de Deus e da família, os esquerdopatas, estão por traz disso tudo, eles são inescrupulosos, ardilosos e não vão parar de mentir, caluniar e destruir. É preciso que o povo de bem desse país tenha mais atitude para dar um basta nessa raça maldita.” (ID 109201/2016);*

A publicação recebeu comentários tanto homo quanto heterofílicos:

*“SEU NOJENTO, ARROMBADO!!! PIOR RAÇA QUE EXISTE!! HIPÓCRITA DO CARALHO!!! Pior é esses mongoloides que defendem você, o que é seu ta guardado, aqui se faz aqui se paga” (ID 109339/2016) ou defendendo o pastor:*

*“Alguém sabe quem esta sendo indiciada ao invés do pastor?☺ vocês gays e esquerdistas vibram quando sai uma notícia mesmo que mentirosa sobre algum evangélico ou qualquer pessoa que abomine essa ideologia nojenta que seguem, agora que as coisas estão se esclarecendo ficam com essas cara de viado de sempre e não falam mais nada” (ID 109163/2016);*

Outros comentários foram direcionados à esposa de Feliciano e a Patrícia Lélis que supostamente seria parte de um plano para destruir a carreira política do pastor:

*“O melhor do vídeo é essa cara de chifruda da mulher dele...kkkkkkkkkkkkkk...acorda fia!!” (ID 109258/2016);*

---

<sup>114</sup>Deputado Marco Feliciano é acusado de tentativa de estupro e agressão. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/08/deputado-marco-feliciano-e-acusado-de-tentativa-de-estupro-e-agressao.html> Acessado em 05 de Janeiro de 2018

*“Não sou evangélica, não tenho nada contra nem a favor do senhor, mas conheço cara de mulher safada, sonsa e dissimulada de longeee, e essa Patricia Léllis tem cara de tudo isso e um muito mais... oportunista e vagabunda. Sei que a verdade sempre aparece, Deus proteja sua família!!!” (ID 109184/2016).*

O vídeo de Feliciano declarando apoio a Michel Temer e pedindo cautela e coragem na escolha dos ministros de seu governo, desencadeou uma série de comentários heterofílicos ao parlamentar. No vídeo, Feliciano generaliza a classe artística e diz: *“Vá arrumar o que fazer, parem de ficar sugando nas tetas do governo”*. A partir daí vários comentadores contrários a postura do deputado reagem com palavras agressivas e acusações. O discurso de ódio aparece por meio de ofensas e ameaças ao parlamentar de maneira reativa:

*“Gente como você um dia será execrado da vida pública!!!! Seu dia chegará seu fascista de merda!!!! Canalha golpista!!!! Lave sua boca imunda para falar dos artistas do Brasil!!!! Somos nós que levamos o orgulho do nosso país mundo afora! Você e sua corja de vagabundos bancados pelo dízimo e pelo poder público só nos trazem vergonha!!!” (ID 111384/2016)*

Outros comentários usaram de extremismo religioso e ataques a isenção de impostos das igrejas:

*“Esses tipos de falsos pastores também têm que ter coragem pra manterem a maneira coerente como fazem o trabalho de satanás entre o mundo religioso. Uma bichona tão escancarada como essa combatendo homossexualidade e prostituindo o nome de Deus por dinheiro das formas mais caras de pau, fazem igualzinho ao Temer, sua equipe e seus ministros ao usarem o tema do combate à corrupção. Idêntico e coerente mesmo, só não enxerga quem não quiser” (ID 111488/2016);*

*“Vagabundo é aquele que vive dependendo dos outros sem fazer nada ou manipulando, assim, vagabundo É VOCÊ e todos que dominam a mafia religiosa que vive da ignorância do povo , muito pelo contrario dos artistas que trabalham iluminando e ilustrando as pessoas para que não caiam em redes de mentiras que inventam vocês religiosos pseudointelectuais que SIM SUGAM A TETA DO GOVERNO não pagando impostos, e só para aclarar os artistas não estamos "tristes" nem somos teus amigos, fascista ignorante” (ID 111558/2016).*

Na quinta postagem analisada, o deputado volta a ser alvo de insinuações, insultos e xingamentos ao publicar uma foto no dentista: *“O motorzinho da arrepio kkkkk bixa safada, já vai dar pro dentista” (ID80385/2014)*, o que provoca uma reação dos defensores do parlamentar com mais discurso de ódio e comparativos:

*“Vcs q estão falando mal dele são retardados.... Se falam mal de evangélicos ninguém fala nada.... Ninguém respeita.... agora se alguém fala algo contra gays todo mundo cai matando em cima... Respeito ne... Sera q esses gays acham q nos crentes somos otários ??? Ou ignorantes???? porq não aceitamos o homossexualismo....!!!! A verdade é que os homossexuais hj em dia estao querendo q a sociedade os aceite como se isso fosse a coisa mais normal do mundo.... Querem empurrar goela a baixo*

*a opção deles como se nos fossemos obrigados a aceitar esse tipo de coisa como se fosse o correto !!! Feliciano me representa !!!!!!!” (ID80500/2014).*

Por sua vez, as publicações de Peninha tendem a ser mais diretas e incisivas no que se refere a suas bandeiras políticas. Publica informações que amparam seu principal projeto de lei, a revogação da lei de desarmamento (PL 3722/12). O agrônomo publica *memes*, vídeos e *links* de matérias jornalísticas para reforçar a ideia de “*igualdade de forças para se defender*”, alegando que todos os cidadãos deveriam ter direito ao porte de armas de fogo.

O parlamentar atribui à mídia, aos colegas de esquerda e ao governo petista o não comprometimento com o resultado do referendo nacional<sup>115</sup> de 2005 a favor do comércio de armas. Ele faz uso de exemplos de crimes onde a vítima poderia ter reagido, ou até mesmo reagiu, para incitar seus seguidores a exercer pressão junto ao Congresso na aprovação de um novo sistema de controle de armas, devolvendo ao cidadão a possibilidade de autodefesa. Compartilha vídeos e notícias que circulam nos SRS com infrações cometidas por jovens e adolescentes como justificativa às propostas defendidas pelas Frentes de Segurança Pública e Agropecuária.

A redução da maioria penal também é assunto recorrente na *fan-page* de Peninha, que assim como Bolsonaro defende uma postura mais enérgica com menores infratores. O deputado usa o Facebook para expor seu projeto de lei que visa punição mais severa para alunos que desrespeitarem professores e para desqualificar o feminismo, a obra de Karl Marx e outras ideologias tidas como de esquerda; e não menos ofensivo, reforçar ideais liberais e criminalizar ações de movimentos sociais como o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

O deputado se posiciona explicitamente a favor dos direitos dos proprietários agrícolas e dos pequenos agricultores da região de Santa Catarina, chegando a reprovar e ameaçar as manifestações de minorias organizadas:

*“Um recado ao MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: vocês não sairão impunes deste extermínio em Marabá. Para quem não sabe integrantes do MST invadiram uma fazenda durante a madrugada e abateram cerca de 50 vacas de alto valor genético. Todos os animais estavam prenhes e foram mortos com tiros de espingarda. As imagens são fortes e mostram vacas decapitadas com vísceras expostas e fetos espalhados pelo chão” (ID 117787/2015).*

---

<sup>115</sup>Brasileiros votam em referendo a favor do comércio de armas. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-2005-63-dos-brasileiros-votam-em-referendo-favor-do-comercio-de-armas-17786376> Acessado em 05 de Janeiro de 2018.

FIGURA 9- POSTAGENS COM MAIOR ENGAJAMENTO E INCIDÊNCIA DE DISCURSO DE ÓDIO NA PÁGINA DE ROGÉRIO PENINHA ENTRE OS ANOS DE 2013-2016

POST	CONTEÚDO	INCITAÇÃO	ENGAJAMENTO
	<p>A imagem de uma mão pottando uma arma acrescida de uma frase convidando ao compartilhamento do apoio ao porte de armas para cidadão de bem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Arma para cidadão de bem;</li> <li>- Legenda equivalendo as forças de defesa por meio da liberação do porte de armas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>197.738</li> <li>16.775</li> <li>197.830</li> <li>1.450.398</li> <li>Total: 1.665.003</li> </ul>
	<p>Video de um mendigo dizendo que é contrário a reforma agrária, ao MST e que o governo deveria dar autonomia as pessoas ao invés de programas sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O mendigo fala que os programas do governo são para escravizar e não para ajudar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>104.156</li> <li>8.957</li> <li>104.305</li> <li>395.009</li> <li>Total: 508.271</li> </ul>
	<p>Video mostra um policial do Rio de Janeiro reagindo a um assalto e matando um dos criminosos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A legenda faz apologia ao uso de armamento para se proteger de assaltos;</li> <li>- O deputado parabeniza a atitude do policial e afirma que é um bandido a menos para atormentar a família brasileira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>73.069</li> <li>10.148</li> <li>73.082</li> <li>166.234</li> <li>Total: 249.464</li> </ul>
	<p>Video comparando as tecnologias e condições de trabalho dos operários na Itália e no Brasil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A comparação apresenta o Brasil como inferior a Itália;</li> <li>- A legenda remete ao episódio da derrota do Brasil para Alemanha na copa de 2014, remetendo a ideia de que o país está em desvantagem em relação aos outros países desenvolvidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>25.553</li> <li>4.385</li> <li>26.780</li> <li>133.416</li> <li>Total: 164.581</li> </ul>
	<p>Reportagem do programa Amaury Jr da Rede TV mostrando a facilidade de comprar armas em outros países.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresenta a facilidade de comprar armas em outros países em comparação com o Brasil;</li> <li>- A legenda atribui seriedade à países que facilitam ao cidadão o porte de armas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>31.774</li> <li>3.684</li> <li>32.192</li> <li>121.730</li> <li>Total: 157.606</li> </ul>

FONTE: O autor

Peninha também utiliza da plataforma para publicitar sua agenda dentro da Câmara dos Deputados e exaltar visitas e trabalhos realizados na sua zona de atuação em Santa Catarina. Suas publicações refletem sua posição política ao longo dos anos. Em 2013, o parlamentar fez uso do Facebook para expor sua admiração pelo ex-presidente Lula, haja vista as alianças partidárias entre seu partido, o PMDB, e o PT:

*“Enquanto um Lula de cabelos e barbas brancas era homenageado hoje no plenário da Câmara um outro Lula - mais gordinho novo e sindicalista - continuava pendurado na parede do meu gabinete no sexto andar do Anexo IV. Quando fui prefeito de Ituporanga - SC convidei-o para a Festa da Cebola. Ele tinha acabado de perder uma eleição presidencial e se dispôs a palestrar para os agricultores. Terminamos o dia com uma cervejinha papo agradável e boas risadas. Quem poderia imaginar o que o futuro nos preparava? Ou melhor o futuro que nós preparávamos! Ele se tornou presidente. Eu com muito orgulho sou deputado federal. E você como se vê daqui 20 anos?”(ID 116433/2013).*

Em 2015 apresentou apoio a Michel Temer durante o episódio da carta vazada<sup>117</sup> do então vice-presidente a presidente Dilma Rousseff:

*“Além de presidente nacional do partido Michel Temer é meu amigo pessoal. Fui à casa dele para manifestar oficialmente meu apoio ao conteúdo da correspondência enviada à presidente Dilma Rousseff. Uma certeza: quem vazou a carta não foi o vice” (ID 117756/2015).*

Já em 2016, promoveu mobilização para o impeachment de Dilma Rousseff: *“O Gigante acordou! E só vai voltar pra cama depois do impeachment! Linda manifestação aqui na frente do Congresso Nacional neste momento”*(ID 119668/2016). Ao longo dos quatro anos observados nesta dissertação estreitou seus laços políticos com a família Bolsonaro, sempre reagindo em defesa do colega de bancada em suas publicações:

*“Nesta semana esquerdistas se reuniram em São Paulo e protagonizaram cenas que causam vergonha alheia. Sob aplausos uma mulher defeca - em local público - sobre uma foto do deputado Jair Messias Bolsonaro. Perderam qualquer noção de bom senso. Se você ainda não assistiu ao vídeo (e tem estômago para tal) veja aqui: <https://goo.gl/1hjjzJ>”(ID 121103/2016).*

O *post* com maior engajamento foi compartilhado mais de um milhão de vezes e mostra a adesão dos seguidores de Peninha com a proposta de liberação do comércio de armas

---

<sup>117</sup>Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html> Acessado em 08 de janeiro de 2018

de fogo<sup>118</sup>. Entre os comentários favoráveis, a postura de superioridade e as generalizações são recorrentes, dividindo a sociedade entre “cidadãos de bem” e “bandidos”:

*“Se é contra armas , vai dar palpite na tua turma, bando de petralhas conivente com o roubo e a marginália, sai teu espírito não pertence a este lugar”* (ID 118779/2015);

*“Vou comprar uma arma, foda-se! Prefiro ser preso por porte ilegal e poder proteger a mim e a minha família, do que ser um cordeiro pronto para abate! Se 10% das pessoas comprassem, isto já iria gerar uma tremenda dívida nos ladrões e os assaltos com certeza diminuiriam! Esse governo de bandidos procura ajudar os colegas criminosos, impedindo que as pessoas se protejam! Fora dilma, fora pt, fora esquerda, morra mula, comunistas desgraçados!”* (ID 118800/2015).

Os comentários contrários a PL do parlamentar também repercutiram fortemente no post:

*“Não pode liberar arma, imagina uma arma na mão de um imbecil ignorante feito esse Flavio Fernandes, faz um favor e se mata lixo. A outra bota sobrenome Bolsonaro já dá pra saber que é retardada. Me diz onde que os índices de violência nos EUA são baixos por causa do uso de armas por civis? Lá existe uma forte comoção popular pra se proibir o uso de armas, não se faz isso porque as indústrias são fortes e não querem parar de lucrar. Aqui os políticos que defendem essa merda com certeza tem o rabo preso e vão levar algum. E outra, parem com essa baboseira de que ter uma arma vai ajudar a se defender, o cidadão de bem, não tem preparo psicológico e nem treinamento, vcs andam assistindo muito filme, antes de pensar em se defender o bandido já matou vc e provavelmente matará toda a tua família babacas. E antes que eu me esqueça, acham que vão comprar arma na feira, que é baratinho. A maioria das armas recolhidas na campanha do desarmamento eram ilegais, e são essas mesmas que vc irão comprar, aliás se quiserem é fácil. Povo ignorante e burro.”*(ID 118759/2015)

As trocas de opiniões e ofensas entre os comentadores é alta e carregada de incivildade. O discurso de ódio está mais direcionado ao argumento que às pessoas, utilizando de exemplos de outros países para justificar posições contrárias ou favoráveis. Outra característica marcante é a utilização de histórias e acontecimentos como fundamento de defesa em ambos os lados:

*“Já aconteceu comigo de esperar uma amiga descer para abrir o portão do ap pra eu subir e enquanto eu esperava, um velho safado me abordou e pediu “É programa?” Era inverno (sou do sul e aqui faz frio demais) eu estava cometemente coberta, só aparecia o meu rosto. Eu pedi? Não é pq eu estava parada a uns 5 mins esperando que eu dei a liberdade pra omi vir me perguntas esse tipo de coisa. Agora mulher que não defende o feminismo, essa sim, pede pra ser capacho de omi! Essas sim, ficam de mimimi enquanto a louça está acumulando na pia. Mulher machista merece esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque a vida toda, enquanto o homem ta no boteco cantando as piriguete adolescente. APENAS MELHOREM MULHERES!”*(ID 117695/2015).

---

<sup>118</sup> Post com maior engajamento na Fan-page de Peninha. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/576132129202444/>> Acessado em 17 de outubro de 2017.

No segundo *post* um suposto mendigo faz declarações contrárias as políticas sociais e reforça os ideais liberais defendidos pelo parlamentar. Os comentários vociferam um discurso de ódio político-partidário e aporofóbico:

*“Amo ver pessoas sábias e esclarecidas sobre a nossa realidade, como é esse Cidadão! Detesto ver gente se vitimizando, sendo feitas de idiotas por esse governo comunista BANDIDO que temos, e ainda ver gente imbecil defendendo como se qualquer esmola que o governo "dar" fosse um meio de ajudar os mais necessitados! Infelizmente é uma maneira de escravizar, humilhar e ter em mãos uma população verdadeiramente ignorante por opção! Esse moço falou tudo e mais um pouco da verdade que muitos brasileiros fazem questão de esconder embaixo do "tapete" ou por trás das vendas em seus olhos, simplesmente para não tomarem pra si a sua própria liberdade, que lhes pertence por direito!”* (ID 118661/2015).

E não menos apelante, o discurso de ódio aos programas sociais e àqueles que os defendem:

*“Maria Gorett de Almeida a senhora é uma petista né só pode pra estar fazendo esse mimimi todo e se ele fosse um mendigo realmente ele não poderia falar em meritocracia só por ser um mendigo? Porque todos eles são burros na sua opinião? E não podem pensar assim como homem do video disse? Alias ele esta certo esse governo vicia o povo em projetos sociais faz o povo ficar acomodado mamando na tetas deles usando o nosso dinheiro pra fazer esses projetos tudo isso pra popularizar o partido cada vez mais !! Resumindo o povo vive da própria esmola porque o dinheiro vem dos cofres públicos nada vem de graça isso não existe por isso esse governo vai cair os seres pensantes estão cansado dessa bagunça que esta esse país #foracomunistas #forasocialistas”*(ID 118658/2015).

Na publicação de 15 de março de 2015, o parlamentar exalta a morte de um bandido por um policial: *“Um bandido a menos para atormentar as famílias brasileiras, graças à coragem e destreza do Cabo Reis. O policial reagiu a um assalto neste final de semana, no RJ”*. A publicação desencadeou uma grande quantidade de comentários defendendo que *“bandido bom é bandido morto”*:

*“Isto mesmo, ARMAR os homens de bem . Porque os do mal, já estão todos armados !!! Se todos os HOMENS e MULHERES do bem tivessem direito a aprenderem a manusear uma ARMA DE FOGO e andassem MUNICIADOS, os vagabundos iriam pensar duas vezes antes de fazer um assalto no trânsito, pois teriam receio de levar um PIPOCO na testa, do motorista do carro de trás. Mas haja conformismo, neste PAÍS da impunidade, da imunidade parlamentar, menoridade com direitos incabíveis . Bem, só um verdadeiro retardado mental para não ver que estamos vivendo uma espécie de GERRA CIVIL”*(ID 119387/2015);

*“Pronto, agora aparece, o povinho de direitos humanos, para os bandidos , eo cabo Reis, em legítima defesa atirou em dois vagabundos, quero acreditar e torço por isso que os diretos humanos venham a favor desse cidadão, que so fez um bem a população, Parabéns Cabo Reis, tens o apoio de todas às pessoas que prisma pela ética, respeitos e bons costumes”*(ID 119391/2015).

Outros comentadores proferiram ataques diretos ao parlamentar:

*“O sr é uma vergonha vota tudo em favor dos petralhas, votou em desfavor dos trabalhadores nas MP 664, 665, ALÉM de sacanear com os aposentados, sou a favor de todo cidadão ter sua arma em casa, agora não venha querer fazer média sacana”* (ID 119386/2015).

Nos *posts* 4 e 5, a comparação com outros países (Itália e EUA), nas questões de qualidade e condições de trabalho e na burocracia para se obter o porte legal de armamento de fogo, é baseada em conteúdo inverídico e desatualizado. A primeira publicação utiliza de um vídeo defasado para colocar a Itália num patamar superior ao do Brasil em condições de trabalho no campo da engenharia civil. Os comentadores defendem que o Brasil já avançou na área e que temos condições superior ou igual a outros países:

*“Que povo burro. Não entenderam até agora que a diferença das comparações do vídeo é que estão sinalizando pra frente, nao para o lado como suposto no vídeo ser no Brasil, aqui também tem máquinas que fazem isso. Agora a sinalização para o lado que tem que se feita manualmente. Já expliquei 17171937 vezes. Mas brasileiro adora o complexo de vira lata”*(ID 120186/2016);

*“O engraçado que foi um imbecil de um deputado que postou esse vídeo..”* (ID 120194/2016).

Já no *post* 5, os comentadores utilizam do comparativo proposto pelo parlamentar para externalizar o discurso de ódio xenofóbico, evidenciando a impunidade/inferioridade do país em comparação com países como os Estados Unidos:

*“país de humano, não de macaco, como o nosso”* (ID 118219/2015);

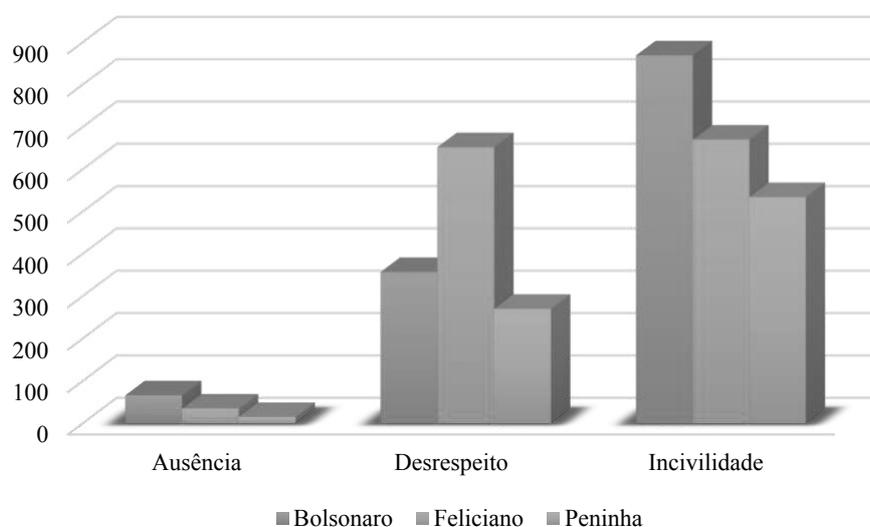
*“País que não tem esquerdistas safados é assim”* (ID 118212/2015);

*“Essa é para o idiota chamado Nelson Moz + outros retardados que curtiram seu post sem saber absolutamente nada. Não Nelson, os EUA não são o país que tem massacres a cada 3 meses, mas sim o país que tem uma taxa de assassinatos por 100 mil habitantes de 5,4. Enquanto isso no paraíso chamado Brasil a milhares de massacres cometidos todos os dias. Esse seu paraíso desarmamentista tem uma taxa de homicídios de 32,4 por 100 mil habitantes. Cadê a sua revolta com o milhares de massacres que são cometidos todos os dias no Brasil, principalmente com os mais pobres? Cadê?”* (ID 118217/2015).

Em relação aos comentários analisados e codificados manualmente, os achados apontam que o discurso de ódio é um fenômeno recorrente e com características mais incivis que desrespeitosas. A prática da incivilidade no contexto das *fan-pages* atingiu os grupos de

modo a ameaçar a democracia, às liberdades pessoais e reforçar estereótipos (PAPACHARISSI, 2004). Foi possível encontrar comentários que se encaixavam nos critérios de incivilidade defendidos por Massaro e Striker (2012):

GRAFICO 6- COMPONENTE ENQUADRADO DO DISCURSO DE ÓDIO



FONTE: O autor (2017).

(1) excessivamente *ad hominem*: “*Só no mundo desses vagabundos petistas, comunistas e terroristas é que bandido tem privilégio, mas tem que ser assim pois começa por eles*” (ID 5161/2014);

(2) discurso imprudente, falso e negativo: “*O pai de um amigo foi a título de conhecer cuba e com intenções de fazer negócio com eles - há um bom tempo atrás. Em TODO lugar que você vai, tem um agente do governo com você. Ouvi, que as mulheres se prostituem por uma porção de azeitonas - porque NUNCA poderão comer azeitonas. Todos têm cotas de roupas por ano: ao que me lembro, a mulher, 4 calcinhas e 1 sutiã, e o homem 2 cuecas. Temos de afastar este lixo comunista de nosso País. É URGENTE. NÃO É BRINCADEIRA.*” (ID 5065/2014);

(3) discurso excessivamente vulgar ou desrespeitoso: “*Professora comunista ,vagabunda, safada! Quero ver fazer perguntas na minha frente!*”;

(4) oponentes como traidores e conspiradores da nação: *“Um ditador nazifascista, um cara que acha que a religião dele é a única certa e umazinha aí que se acha alguma coisa...VADE RETRO SATANÁS!!!”* (ID 95220/2015);

(5) ameaça o bem-estar físico: *“é,, só no risco da bala para resolver, que de outro jeito não dá a petralhada tá dominando tudo e todos os idiotas úteis...esse é só mais um idiota útil dominado”* (ID 194/2013);

(6) questões raciais, sexuais, religiosas e outros epítetos: *“Gente, eu estou perplexo com tanta gente idiota apoiando essa bichona enrustido. O cara é gay mal amado porque não pode assumir. Tem que manter a pose para os fiéis iludidos. Acordem Alices. Pastores na política só se preocupam em defender o próprio bolso. Oh crentaiada otaria, meu Deus. Essa doença pega?”* (ID 91690/2015);

(7) destinado a encerrar “espaços de razão”: *“Não quero me meter nessas baixarias, mas nem sempre consigo ficar calada. Na realidade eu sempre pulo para defender as mulheres, porém preciso gritar que: Eu odeio mulheres que se fazem de valente, tiram os homens do sério para finalmente poder assumir o papel de vítima! Dona Rosário, me poupe por favor! Pois eu nem conheço o sr. Jair Messias Bolsonaro mas dessa vez fico do lado dos homens... E quando a senhora for mesmo valente mostre sua valentia assumindo o que fala! Pronto disse!!!”* (ID 8550/2014);

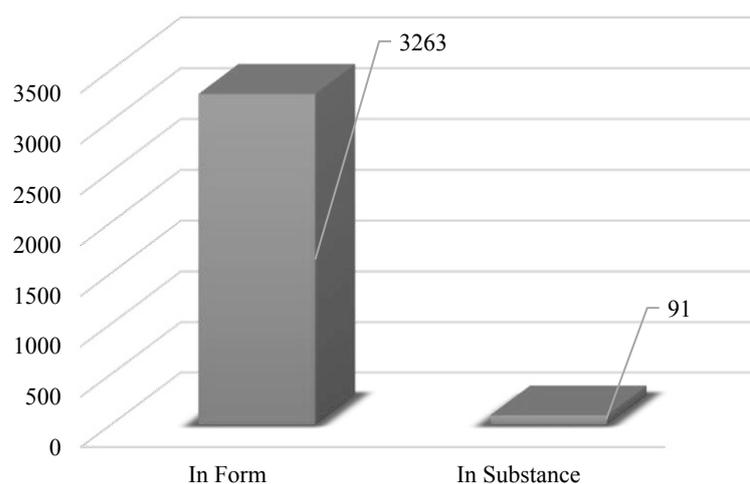
(8) direitos negados: *“Sou Negro "beijudo e narigudo" e voto contra! Direitos tem que ser iguais! Aqui ninguém precisa de privilégios pra ter o sucesso! Bora correr, suar, trabalhar e estudar! Tanto brancos como negros, a maior massa brasileira é pobre independente da cor. "Dê cota para pobres e não para o tom de pele!" NO preconceito, YES esforço!”* (ID 78026/2013).

O desrespeito esteve mais presente na página de Marco Feliciano. Nela, os comentaristas demonstraram reações agressivas e hostis entre si, às minorias e ao próprio parlamentar. Nem a exposição no SRS, que não permite o anonimato, inibiu os impulsos dos comentaristas em ofender e odiar indivíduos, ferindo-os em sua dignidade de pessoa. Os comentários postados na página de Feliciano não foram focados estritamente em questões políticas, sendo que o discurso de ódio religioso e a LGBTfobia tiveram representatividade, seja contestando a posição extremista do parlamentar em relação as causas, seja usando de ofensas, xingamentos, insinuações e acusações sobre a sexualidade do deputado e sua postura como pastor: *“concordo com ele: Ricardo Canheta: será que ele (Feliciano) mostra como os pastores enriquecem as custas do povo? isso ele não mostra né? canalha e cafajeste! não passa de uma bichona”* (ID 78133/2013).

Outras manifestações de desrespeito vingaram pela associação do argumento usado pelos usuários ao seu estilo de vida, ou seja, a recorrência de um julgamento apressado que atribuía *status* negativo ou generalista àquele que se manifestou de maneira contrária a postagem ou a outro comentador: “comunista” (quando defendiam algum tipo de posição política de esquerda, mesmo quando a pessoa se autodeclarava anti-PT); “gay” ou “feminista” – nas derivações pejorativas atribuídas a essas minorias (quando se manifestavam a favor da igualdade de direitos); “povo burro” (ao se referir aos brasileiros, em especial aos nordestinos, na intervenção em decisões políticas, sobretudo nas eleições de 2014); “falsos profetas” e “crentaiada” (quando se referiam a Marco Feliciano, Silas Malafaia e outras autoridades religiosas, bem como àqueles que utilizavam de argumentos bíblicos e preceitos religiosos para defender seu ponto de vista); “vadia” e “safada” (em relação a Dilma e para ofender as mulheres comentadoras).

Tanto a incivildade quanto o desrespeito provocaram efeitos negativos no debate de ideias dentro do SRS. Verificou-se pouca existência de argumentos políticos sofisticados (BROOKS & GEER, 2007; MUTZ, 2007), indicativos de enfraquecimento da confiança política (MUTZ & REEVES, 2005), e polarização política entre os comentadores.

GRAFICO 7- MANIFESTAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO



FONTE: O autor (2017).

A manifestação do discurso de ódio explícita ou implicitamente, *in form* (evidente) ou *in substance* (velada) foi considerada com base na definição proposta pelos padrões de comunidade do Facebook. Desta forma, foram reconhecidos como manifestações implícitas os

comentários que expressaram preconceitos contra um grupo específico, mas que faltam linguagem evidentemente hostil ou degradante, inclusive expressões que usavam de sarcasmo, burla ou ridículo para velar o ódio. A tarefa não foi simples, haja vista quem possa compartilhar/comentar/reagir algo que, em princípio, não seria considerado discurso de ódio, mas ao observarmos o contexto da publicação estaria ocultando um preconceito violento contra as minorias. Piadas autodepreciativas, citar letras de uma música, usar sátira e comédia para fazer um ponto sobre determinada publicação, são alguns exemplos do que consideramos discurso de ódio velado.

O *hate speech in substance* traz uma sofisticação nos argumentos, mas provoca o mesmo dano ao procurar diminuir e discriminar as minorias aqui abordadas ou os parlamentares observados. O discurso apresenta uma aparência mais branda e até utiliza de recursos do humor e de metáforas para alcançar o seu objetivo: reforçar estereótipos e posicionar o comentador com alguém superior à vítima:

“Ué comunista tem gordura? Pelo que sei, deles é tudo contado, sem abundância ☹” (ID 7504/2014);

“Onde eu pego a senha para ir pra fila dos 3 milhões de pessoas para a #CuraGay? Acordei com princípios de viadagem, onde consigo atestado médico Feliciano?” (ID 78413/2013).

Outro aspecto interessante é que parte do *hate speech in substance* vem de usuários *Trolls*, sobretudo quando o conteúdo é satírico e engraçado, embora não menos danoso: “*Qdo vem as cotas pros gordinhos, baixinhos, orelhudos, bom pros homos deve vir logo, absurdo! Paremos com isto!*” (ID 3825/2014).

A pesquisa reconhece que é necessária uma metodologia mais refinada para melhor identificar e analisar este tipo de discurso e que as considerações aqui trazidas se baseiam nos poucos exemplos que conseguimos identificar já que esta dissertação utilizou um arcabouço de palavras-chaves/expressões que em sua maioria já expressam discriminação e preconceito, logo era de se esperar que o discurso de ódio explícito sobrepusesse de maneira significativa o velado.

O *hate speech in substance* encontrado está pautado na desumanização permanente do outro, na convivência e naturalização de expressões jocosas e infames no cotidiano, por vezes acatadas e reproduzidas de forma espontânea e divertida pelos usuários. O caráter multifacetado do discurso de ódio sinaliza que o fenômeno é muito mais complexo que um insulto ou um xingamento, por exemplo; o conteúdo pode ser o mais brando possível, mas a forma como é

externado pode carregar aspectos que priorizam a manutenção de uma cultura racista, classicista, heterossexual e patriarcal: “*Uiiii Darwin! Quem e Darwin ? Ataaa deve ser o rei do planeta do macacos a oringem! Fica ativo nota d 20 reais*” (ID 79366/2014).

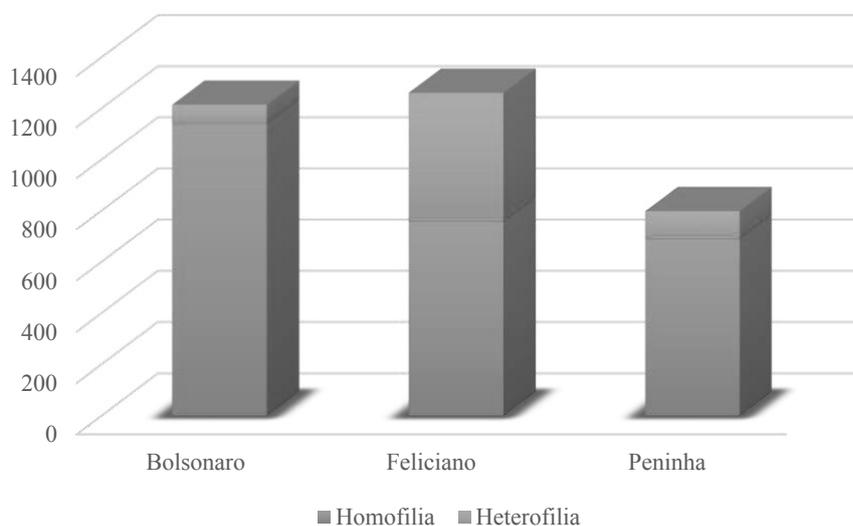
O comentário supracitado foi selecionado pelo API de filtragem por conta da palavra “macacos”, mas o discurso de ódio está mais evidente, mesmo que velado, na intimidação proposta na oração “Fica ativo nota d 20 reais”. Se associarmos que na nota de 20 reais existe a figura de um mico-leão-dourado, dar-se entender que o insulto racial permanece na interação entre os comentaristas reforçando os preconceitos de cor. Dito isso, analisar o discurso de ódio velado parece necessariamente exigir um tempo maior diante do contexto onde foi proferido.

O processo de filtragem estabelecido pelo API - que tornou possível o trabalho com extenso volume de dados - teve que optar por um número limitado de palavras-chave/expressões, o que obviamente não contempla a miríade de outras palavras e expressões que escondem discurso de ódio no contexto dos SRS. Todavia, os comentários e *posts* analisados já apontam que o caráter depreciativo do discurso de ódio, seja velado ou explícito, está presente na rede de usuários, sem que o Facebook interfira e, conseqüentemente sem que contra ele se lute.

A observância da transmissão homofílica e heterofílica mostrou que o discurso de ódio repercutiu com maior incidência entre os de pensamento comum - os apoiadores dos parlamentares. O discurso de ódio incitado pelas publicações recebeu apoio e ressonância. A dinâmica dos processos de assimilação, de influência e de imitação social desenhou um cenário de homofilia eletiva, ou seja, afinidade pessoal em diferentes campos e/ou estratégias intencionais, sendo que o ódio ao PT, à Dilma e Lula e às correntes de esquerda tiveram mais peso e adeptos.

Ao mesmo tempo, as interações também sofreram interferência de discursos de ódio heterofílicos, voltados ao deputado em questão, seus argumentos e seguidores. A página de Feliciano ganha destaque nesse quesito, já que o número de comentários heterofílicos é maior que a soma dos outros dois parlamentares. A rejeição às publicações do deputado e à sua pessoa é alta, demonstrada por um discurso de ódio externalizado, *ad hominen*, carregado de insinuações sobre a índole política e religiosa do parlamentar, além de afrontas à sua sexualidade.

GRAFICO 8- TRANSMISSÃO DO DISCURSO ODIENTO

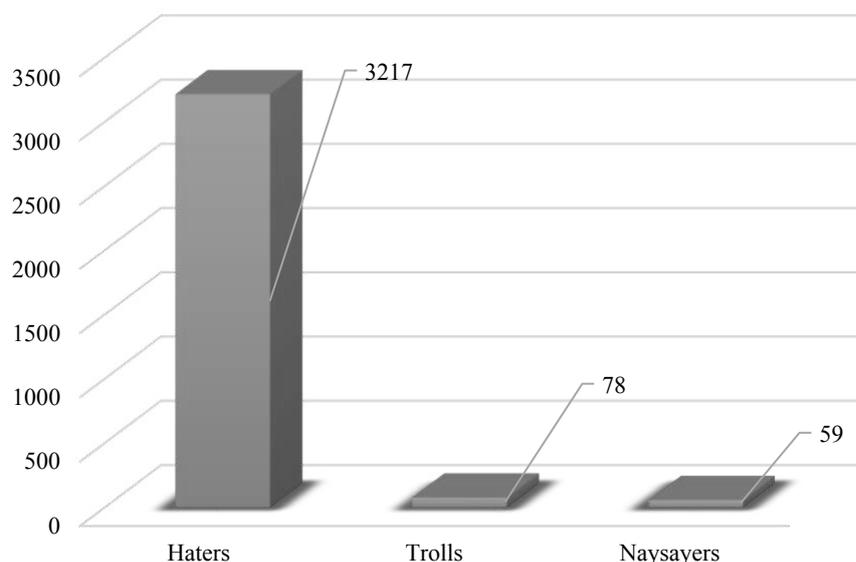


FONTE: O autor (2017).

A ausência de informações sobre os comentadores não permitiu uma análise mais minuciosa das interações homofílicas. Dados demográficos, traços de personalidade e hábitos de consumo de notícias ajudariam a explicar percepções de incivildade e desrespeito nas *fan-pages* e comparar os índices de homofilia eletiva e homofilia indutiva, mas as limitações impostas pelo Facebook na obtenção dos dados não permitiram tal aprofundamento. *A priori*, podemos considerar a homofilia das páginas uma homofilia plural, sendo que o intercâmbio de recursos é promovido entre diversos grupos diferentes entre si, sejam por habitarem em diferentes regiões do país ou pelos níveis de formação e conhecimento (desde de pessoas que parecem não ter completado o ensino fundamental - haja vista a ortografia - até aqueles de alto nível intelectual), mas igualmente apoiadores das figuras públicas e/ou suas agendas eleitorais e políticas.

Majoritariamente, a presença de *haters* superou a de *Trolls* e *Naysayers*. Os *haters* promoveram todos os tipos de ódio abordados nesta dissertação e nas mais diversas formas de intolerância aqui apresentadas. Os resultados mostram que os seguidores dos parlamentares expressaram seu discurso de ódio em argumentos, críticas e reclamações, numa desinibição tóxica (SULER, 2004) caracterizada por linguagem rude, críticas severas e raiva.

GRAFICO 9- USUÁRIO



FONTE: O autor (2017).

Os usuários alcançaram o *status* de *haters* por dois motivos mais evidentes: (1) “*Odiar por odiar, esse é o lema*” (BREVES; SAMPAIO, 2014), não demonstrando nenhum embasamento que justifique a sua raiva, ou muitas vezes reproduzindo o discurso de ódio de outrem (parlamentar e/ou outro comentador) sem reflexão e análise dos fatos – “*Larga de ser idiota gordo filho da puta, vai procurar seu pênis, se é que ainda tem. Lave a boca pra falar do Bolsomito!*” (ID 27439/2015); (2) reiterando um ódio fundado nos valores da extrema direita, de forma a utilizar de argumentos históricos, religiosos, políticos e culturais para legitimar o *status quo* e perdurar o discurso de ódio em suas quatro frentes – por associação, por condição, de classe e raça e os normativos:

*“Uma coisa que os negros favoráveis a cotas nunca falam é que os negros também eram escravizados pelos árabes e pelos próprios negros. Os portugueses tinham feitorias na costa africana, e simplesmente compravam os negros. Porque os negros não vão cobrar a "dívida social" dos próprios negros, que também os escravizaram? Ou dos árabes? Ou dos outros povos que os escravizaram? Até Zumbi dos Palmares, o grande líder negro do país tinha escravos. E assassinou seu tio, Ganga Zumba, pra chegar ao poder e virar o chefe do Quilombo dos Palmares. Isso são fatos históricos. Aconteceu e são comprovados. O escravagismo islâmico, que assolou a África por 1300 anos, foi apenas estancado pela boca dos canhões das potências coloniais europeias. (Estancado mas não destruído, pois ele ainda persiste até hoje de diversos modos). Os Comunistas Verdadeiros marcharão ao lado de Jair Messias Bolsonaro para salvar o Brasil dos Comunistas falsos. www.comunistas.tk” (ID 117233/2015).*

Já os *Trolls* não tiveram presença tão expressiva. A indisponibilidade do anonimato na plataforma pode ter inibido o comportamento amoral e narcisista. Os comentários identificados carregam expressões jocosas e buscam desvirtuar o assunto em questão, atraindo a atenção para si próprios: “*Nós Gaúchos não nos agregaria a comunistas e ainda estrangeiros, temos em nossas raízes, do que nos orgulhar. o nome seria : mas Tchê, que vara!*” (ID 1096/2014); outro aspecto interessante reside no fato de que os *trolls* utilizam de perguntas para estimular uma discussão, por vezes sem sentido e baseada em inverdades: “*Essas crianças não sabem q comunista come criança? Kkkkk*” (ID 45903/2016).

Os *naysayers* (opositores) também não foram tão recorrentes, mas demonstraram de forma clara sua oposição a quaisquer dos lados. Em sua maioria, reforçavam um descrédito nas instituições políticas, nos brasileiros e nas ações de combate a corrupção:

*“puta que o paril.... coxinhada e petralhada, por favor, vão para o inferno --”* (ID 8368/2014);

*“Já perdi as esperanças no Brasil se eu fosse jovem ia embora , aqui somente para passear... meia duzia de pessoas são donos do Brasil e mandam..impostos os mais altos do mundo retorno nada...povo burro é fácil de enganar....”* (ID 2767/2014);

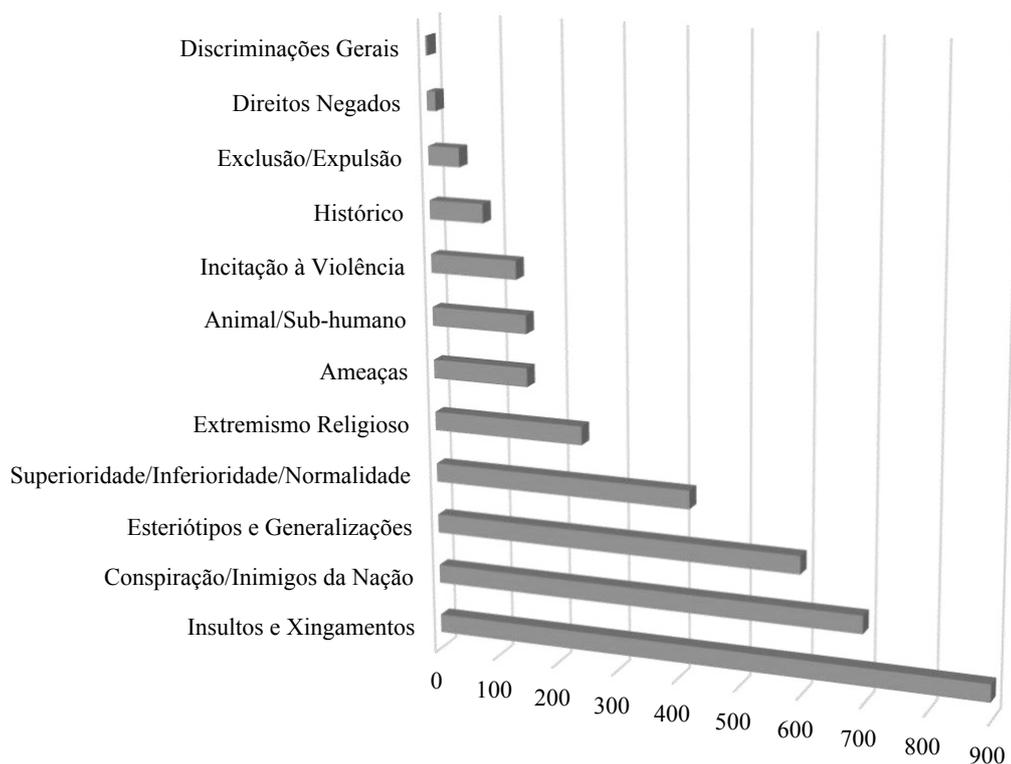
*“Bando de povo burro sempre manipulado pelo sistema que poe e tira do poder quem eles querem... Vao ser sempre condizido por amebas por sua ignoranci”* (ID 106188/2016).

Quanto as formas de discurso de ódio, as mais recorrentes foram insultos e xingamentos, confirmando os estudos de Coe (2014) e de Maia e Resende (2016), que atribuem ao linguajar rude grande peso na incivilidade e desrespeito na internet. Os insultos e xingamento reduziram a sanidade do debate, tomando a forma de ataques gratuitos entre os comentaristas: “*Lixo de gente essa bichona desqualificada*” (ID 0003/2013); “*É teu cérebro vazando, seu mentiroso imbecil picareta!!!!*”(ID 111211/2016). Os alvos frequentes foram os próprios parlamentares, seus opositores políticos e outros comentaristas heterofílicos. Importante salientar que sob o escrutínio do Facebook, tais comentários não foram removidos pela política de combate ao discurso de ódio.

Os comentários classificados como Insultos e Xingamentos continham poucos caracteres, limitando-se a poucas palavras e uma agressão direta. Dentre os insultos mais usados, estão “comunista” com 47.249 menções, “imbecil” com 8.579, “petralha” com 8.229, “retardado” com 5.800, “safada” com 3.276, “satanista” com 2.777, “vadia” com 2.430 e “boiola” com 1.338. O termo “comunista” foi associado àqueles que comungam de uma ideologia que visa a destruição das famílias, dos valores cristãos e do país; o termo também foi

usado para reforçar que atestam que comunistas “comem criancinhas” e são contrários ao avanço do mercado livre e à liberdade de expressão. PT, PSOL e PC do B foram partidos vítimas deste tipo de insulto, bem como Dilma, Lula e seus apoiadores.

GRAFICO 10- FORMA DE DISCURSO DE ÓDIO



FONTE: O autor (2017).

Conspiração/Inimigos da Nação foi a segunda forma mais utilizada de discurso de ódio. Os comentadores atribuem aos supracitados partidos de esquerda o protagonismo da crise econômica e do esfacelamento do país nos últimos anos; dão a Dilma, Lula, Jean Wyllys, Maria do Rosário e Jandira Feghali, entre outras figuras de esquerda, o título de “comunistas” e “ladrões”, agindo de forma organizada para transformar o Brasil numa ditadora comunista, semelhante ao que acreditam acontecer em Cuba e na Venezuela. No caso da página de Bolsonaro, Fernando Henrique Cardoso e o PSDB também são acusados de conspiração para alternância de poder:

*“O povo burro nunca vai entender que FHC NUNCA foi oposição ao Lula, PSDB não é e nunca foi oposição ao PT pois ambos são da mesma esquerda de merda. O*

*que existe desde os anos 90 é um esqueminha para manter o poder nas mãos da esquerda e do foro de São Paulo” (ID 51568/2016).*

Mas, o ponto forte do ódio reside no ataque à Dilma Rousseff:

*“O pt nunca me enganou, Dilma e Lula tem os mandantes que roubam, Dilma já roubou, já matou, já sequestrou na ditadura, eles esperam o roubo para repartirem entre a gangue, porque que o Lula e o homem mais rico? A Dilma já comprou mansão, são profissionais no assunto, tem táticas comunista de fazer lavagem cerebral nas pessoas menos esclarecidas pra eleger -se, Esse ano que vi algumas pessoas mais espertas se afastarem do pt, disseram-me que não querem mais compactuar com a facção criminosa” (ID 5146/2014).*

Nas três *fan-pages*, a Rede Globo de Televisão é rotulada como “inimiga da nação”, sobretudo quando emitem opinião contrária à dos parlamentares, apoiam causas LGBT ou quando dão voz a acusações envolvendo um dos deputados das bancadas aqui estudadas: “A rede esgoto “GLOBO” ja começou com o kit gay ja faz tempo... E o pessoal achava engracado. O Brasil ja virou um puteiro. O pais das maravilhas, onde se vota para partido comunista e nisso que da” (ID 2112/2014); a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e outras organizações também são acusadas de conspiração junto ao governo petista com o intuito de acabar com o Brasil:

*“Olha o Golpe contra o Brasil que o PT, CNBB, OAB, CUT entre outras organizações criminosas estão fazendo colhendo abaixo assinados das pessoas ignorantes para a tal “reforma política” camuflada de “boas e nobres intenções”. O mais absurdo são os padres e bispo comunistas da CNBB empenhados até o osso na comunização do Brasil e a tal OAB que simplesmente se transformou no covil dos advogados do diabo. <http://www.reformapoliticademocratica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/cartilha.pdf>” (ID 394/2014).*

Os estereótipos e generalizações procuraram marcar a diferença entre o comentarista e a minoria-alvo; a intencionalidade deste aspecto parece estabelecer um distanciamento entre classes sociais, espectros ideológicos políticos, de cor/raça, de orientação sexual, etc. Os usuários se referem aos grupos e/ou pessoas de maneira generalista, reduzindo a vítima a sua visão limitada de mundo, impondo conotação negativa a toda uma comunidade: “Bando de ladrão acusando outro ladrão...e outra pastor pra mim tem que ganhar almas e não fica com palhaçada não, vira um ladrão tbm fala o que um falso profeta...tudo ladrão” (ID 113409/2016). As 597 interações classificadas nessa variável reforçavam preconceitos do tipo – “todo petista é corrupto”, “todo pastor é ladrão”, “toda feminista é mal-amada”, “todo pobre é vagabundo”, “todo gordo é preguiçoso”, “todo velho é nojento”, e assim por diante.

A Superioridade/Inferioridade/Normalidade marca a posição de fala do comentador em comparação às pessoas e comunidades historicamente marginalizadas. A maioria dos usuários odientos se colocaram como alguém melhor, mais bem preparado, escolhido, limpo, distante e superior à vítima, respaldando-se no discurso dos parlamentares e em dogmas religiosos e políticos. No caso do perfil de Feliciano, a religiosidade de seus seguidores alimentou a ideia de que poderiam emitir julgamento àqueles que, segundo seus preceitos, “estariam em pecado” ou praticavam atos e pactos “satanistas”. No perfil de Bolsonaro, a corrupção (comprovada ou não) de atores políticos de esquerda legitimou a posição de inferioridade deste espectro ideológico, ao mesmo tempo que enalteceu a superioridade de Jair Bolsonaro por nunca ter se envolvido em escândalos de improbidade administrativa. Na época das manifestações pró e contra o *impeachment* da presidenta Dilma, a polarização política deu margens a um discurso de ódio baseado na posição de fala, as ações de um serviam para desqualificar o outro:

*“Aí está a diferença nos "coxinhas", somos respeitados quando nos manifestamos não quebramos o patrimônio público nem vidraças e respeitamos a lei e a nossa PM o resultado é que eles também nos respeitam. Esses são os verdadeiros brasileiros. Obrigado”* (ID 19772/2016).

Na *fan-page* de Peninha, a expressão “cidadão de bem” coloca os comentadores em um nível de superioridade ao resto da população que não defende as regras morais da extrema-direita. Tal atitude fica mais evidente em determinados assuntos, como a redução da maioria penal, as questões agrárias (agricultores são mais trabalhadores que os integrantes do movimento sem-terra, por exemplo) e no que tange a liberação do comércio de arma:

*“O cidadão de bem não pode ter um PORTE de arma, pois a PF dificulta ao máximo, porém os bandidos tem o direito de USO. Sociedade hipócrita, o bandido entra na sua casa ou te pega no carro, porque ele sabe que vc não está armado, porém se mudar essa lei impositora maldita os ladrões vão pensar várias vezes antes de atacarem. O POVO VOTOU NO PLEBISCITO O DIREITO DE USAR ARMAS, porém esses comunas de uma figa, desarmaram a força a população para invibializarem o golpe comunista que eles estão implantando, como na Venezuela. Povo desarmado, Força Nacional Bolivariana neles. E sem contar com os bandidos traficantes e etc, que com certeza os comunas poderão contar com eles”* (ID 116601/2014).

A *fan-page* de Marco Feliciano foi responsável por 90% dos comentários com extremismo religioso. As interações se apresentaram tanto na forma de fundamentalismo (quando o argumento do ódio se baseia numa interpretação literal da bíblia) quanto num

extremismo que versa medidas práticas para punir os que estariam em desacordo com a interpretação bíblica (VITAL DA CUNHA, 2012). Destes comentários, 72% confirmam a predileção a bandeiras pró-família e um discurso de ódio contra ativistas homossexuais e feministas, bem como contra os defensores do candomblé e aos chamados “hereges”:

*“As pessoas criticam pastores na política, e que não pode misturar as coisas blá blá blá blá. Agora coloca macumbeiro. Ladrão. Maçon . Lésbicas. Gays . Me desculpe vc que nao é a favor. Vai ler a Biblia e veras homens de Deus na política. Vai chupa cana e assovia ao mesmo tempo” (ID 78405/2013).*

Expressões como “vai para o inferno” e “falso profeta” são atribuídas ao pastor e deputado, enquanto palavras como “crentaiada” são usadas para generalizar e estereotipar a classe evangélica de forma pejorativa e também na defesa de posições favoráveis ao criacionismo e ateísmo:

*“Ta aaaaai crentaiada leiam esse texto e fiquem de boa Marcelo Reis disse tudo. Deus pode até não aprovar a prática, mas se há amor não tem nada de diabólico, diabólico são vocês evangélicos que adoram botar os outros na cruz e apedrejar e não olha pro próprio rabo. Eu penso que falar da condição dos outros sem saber o que se passa na mente e no coração é muito fácil. Duvido muito que um gay escolha ser gay, mesmo sabendo o que vai enfrentar. Acho um completo absurdo nós cristãos tratarmos alguém diferente de nós como se nossos pecados fossem melhores. Ver os super santos igualando o pecado dos homossexuais com o homicídio, pedofilia, furto, idolatria entre outros, me faz ver o quão desprovida de amor está a raça humana. Se não conseguem exercer o amor diante do pecado alheio, não tentem se escusar dos seus diante do juízo do Senhor, porque "com a medida que medirdes, também medirão a vós.” (ID 92324/2015).*

Incitação à violência, Ameaça e Animal/Sub-humano tiveram números semelhantes e formas muito agressivas de discurso de ódio. Tanto ameaças quanto incitação à violência, de forma explícita, incitavam comportamentos que ultrapassavam as fronteiras do online e poderiam se concretizar em atitudes na vida real. Os resultados confirmam os estudos de Cohen-Almagor (2015) e Baurin (2011) e reforçam que a internet, neste caso o Facebook, possibilita um maior acesso à informação, treinamento e desenvolvimento de discursos e crimes de ódio, dando audiência aos discursos extremistas e permitindo recrutar e coordenar atividades violentas: *“Quem é de Aju ai e quer bater de frente com os esquerdistas no Iphan?” (ID 53170/2016); “Dois bandidos fazendo merda, fico tranquilo, já, já, vai sobrar pra esses comunistas dos infernos” (ID 359/2014).* Parte dos comentários com ameaças vinham acompanhados da conjunção “se”, apresentando uma condicional para a conclusão ou não da intimidação: *“Paulo Almeida você é mais um desses malditos professores esquerdopatas doutrinadores e mitomaniacos, se eu te pego doutrinando um filho meu, Deus que te livre de o*

*que te vai acontecer. FDP” (ID 75236/2016).*

Entre as palavras que mais configuraram discurso de ódio na forma de Animal/Sub-humano estão: “anta” (8.573 menções), “merda” (5.696), “lixo” (3.449), “burro” (3.248), “verme” (2.789), “bosta” (1.444), “vaca” (589) e ratos (481). Comentários atrelaram à Dilma o rótulo de anta, utilizando do codinome “Dilmanta” para atacar a competência intelectual da presidenta. Ao povo brasileiro foram atribuídos os nomes “merda” e “burro” à classe política, sobretudo os políticos de esquerda, adjetivos depreciativos como “vermes”, “ratos” e “lixo”:

*“Vai toma no rabo desse velho safado chinelo, esse verme maldito que esta fazendo peso no mundo, LADRÃO FDP, anda com um bando de seguranças e acha um absurdo o cidadão de bem não poder se defender, verme” (ID 118390/2015).*

Comentários com base em fatos, figuras e momentos históricos e os que pedem Exclusão/Expulsão foram identificados em menor número, mas nem por isso deixam de agregar informações importantes quanto a diversidade de ataques odientos ancorados nas *fan-pages* e o radicalismo que os usuários utilizam na defesa do que acreditam ser correto e verdadeiro. Na página de Bolsonaro, o tempo do Regime Militar é encarado com saudosismo e referenciado como um momento histórico importante para o país. Os comentários homofílicos afirmam que tal período é retratado de maneira equivocada no ensino, sendo artimanha doutrinadora da “conspiração comunista” formada pelos partidos de esquerda, a igreja católica e as universidades. Insistem que a tortura e a violência do regime só foi empregada contra àqueles que de fato procuraram conflito com o governo, foram exemplos de maus cidadãos e coordenavam a implantação de uma ditadura comunista:

*“Pois é, sou filho, neto, bisneto, irmão, e sobrinho de militares da Marinha do Brasil e se houve tortura durante o chamado regime militar pós '64, posso afirmar que meu pai, Capitão de Mar e Guerra, meus tios Almirantes, e meus dois irmãos, Capitães Tenentes na época, não compartilharam disso! Meu grande medo, deputado, é que esses apedeutas corruptos e pseudo comunistas que estão no poder, consigam também desarmar as forças armadas, como fizeram com o povo, pois sucateadas elas já estão...” (ID 187/2013).*

Figuras históricas, como Che Guevara, Karl Marx, Antônio Gramsci e Simone Beauvoir, são utilizadas para desqualificar os pensamentos de esquerda, sendo referenciados como exemplos de derrotados e de usurpadores da nação:

*“Karl Marx era tão bom em economia que detonou a herança da família. Suas 3 filhas cometeram suicídio. Tinha um filho com a empregada nunca reconhecido. Sua esposa morreu sem o perdoar. Era sustentado por um amigo capitalista tais quais hoje em dia pais trabalham e filhos lutam pra ver um sistema falido no Poder. Esse*

*é o grande homem que os socialistas seguem e cada grande líder socialista ou comunista tenta superar os conceitos de Marx e daí surgiram monstros como: Hitler que só fundou o Nazismo ao romper com o socialismo. Chávez, Kim Joun-um, Maduro, Che Guevara e Fidel Castro tem em comum com Lula ??? A ambição de se perpetuar no Poder com essa filosofia marxista de dividir para governar e iludir sobre um mundo onde todos terão tudo” (ID 68164/2016).*

Quando os comentários pedem a expulsão ou exclusão da pessoa ou grupo do convívio social e/ou do Brasil, os destinos indicados são países como Cuba, Venezuela e China. *“Vá esquerdar em outro lugar!” Ótima! Poderia ser... Vá esquerdar em Cuba! Não podemos deixar esta minoria de esquerdopatas (corruptos) dominar o Brasil!!” (ID 119321/2015).* A exclusão e expulsão, em sua maioria, são dirigidas aos líderes do PT e os apoiadores de partidos e políticas tidas como de esquerda.

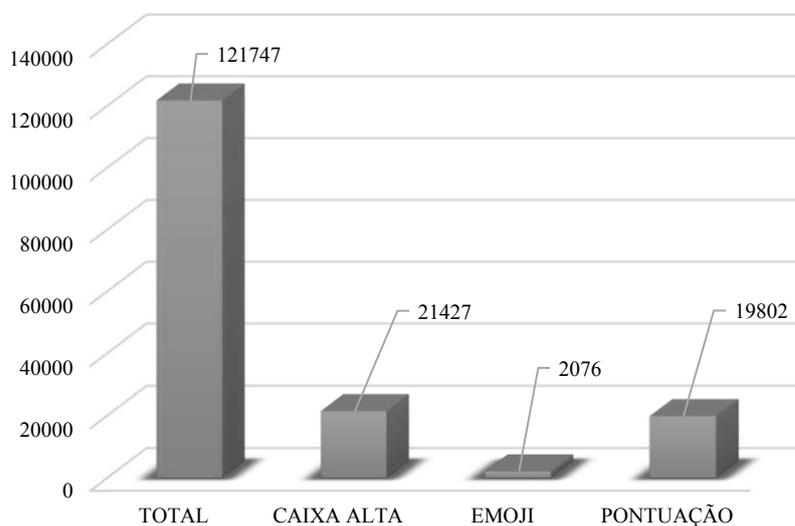
Entre as discriminações que pedem o fim de alguns direitos, ou que negam direitos às minorias, fica evidente um ataque à Dilma Rousseff (no episódio da manutenção de seus direitos políticos), às cotas raciais e à causa LGBT. Os comentários versam sobre a lógica de “igualdade para todos”, defendendo que negros e gays usufruem de privilégios e que a comunidade LGBT busca estabelecer uma “ditadura gay” na qual as pessoas não poderão mais usar de sua liberdade de expressão: *“um pais livre onde um gay pode ter opinião própria sobre da o cu, mais um hetero nao pode dar opniao sobre ser homem..na boa,é falta de rola pra esses cara que fica processando os outros que tem opniao diferente da deles.liberdade de expressao seus fdp,todos devem ter nessa porra” (ID 16903/2015).*

As Discriminações Gerais foram atribuídas quando o comentário não se encaixava em nenhuma das outras categorias, sendo observada em raras vezes e sempre na condição de chacota e piada: *“A zuera não vai parar nunca! os esquerdopatas piram! Da-lhe zuera! da-lhe Bolsonaro!” (ID 135/2016).*

As pistas paralinguísticas aparecem em 36% dos comentários odientos. Sendo Caixa Alta (49%) e Pontuação Excessiva (46%) os aspectos mais comuns. Os *emojis* representam 5% do total. Os dados comprovam que quando existe incivildade e desrespeito nas interações mediadas por computador, a utilização de Caixa Alta e Pontuação Excessiva reforçam o discurso no sentido de marcar o sentimento que o usuário deseja expressar.

Nos casos do uso de Caixa Alta, as expressões remetiam a “gritos”, como se os usuários estivessem medindo forças no embate ou na explanação de sua opinião. O uso de Pontuação Excessiva reside no fato de amplificar a interação criando uma ressonância da intolerância, reforçada pelo aspecto visual que a repetição de caracteres de pontuação permite.

GRAFICO 11- PISTAS PARALINGUÍSTICAS



FONTE: O autor (2017).

A utilização de *emojis* foi crescente ao longo dos anos, mas não tão representativa. Atribuimos o fato da pouca popularidade deste recurso junto aos seguidores dos parlamentares, mas não podemos afirmar tendo em vista a ausência de informações mais apuradas sobre os usuários. O número limitado de *emojis* na representação de sentimentos e palavras também deve ser considerado para explicar o baixo número de recorrências comparado as demais pistas paralinguísticas.

## 5 DISCUSSÃO

A análise e interpretação desta pesquisa busca estabelecer uma ligação entre as premissas e teorias apresentadas e resultados descritos. Para isso, organizei ideias numa lógica que almeja reflexão sobre as categorias que mais se sobressaíram e a relação entre elas. Em seguida, estabeleci comparativo entre as *fan-pages* e, por fim, apontei alguns fatores externos que em alguma medida interferiram na dinâmica do fenômeno ao longo do período observado.

A dissertação comprovou que o discurso de ódio online cresceu significativamente entre os anos de 2013 e 2016, no comparativo entre atores políticos a página oficial de Jair Bolsonaro mostrou-se como a mais incivil e desrespeitosa, chegando no último ano a um número superior a soma dos dois outros parlamentares observados. A *fan-page* de Feliciano assumiu a liderança de comentários odientos em 2013, mas não superou o crescimento da página de Bolsonaro nos anos subsequentes; enquanto a de Peninha manteve uma média de crescimento consistente. Os três espaços refletiram os conflitos democráticos à época e, por sua vez, fortaleceram a intolerância ideológica, fomentando a polarização político-partidária no Brasil após as manifestações de junho de 2013.

Entre os tipos de discurso de ódio, o político-partidário foi o mais recorrente, não só por se tratar de páginas de atores políticos, mas pelo recorte temporal compreender visível momento conturbado do cenário político nacional. A análise evidenciou que a oposição política foi usada como subterfúgio para o discurso odiento e para que as ideias intolerantes fossem mais aceitáveis e/ou para evitar a censura. Os três parlamentares usaram da plataforma para incitar o ódio aos partidos e atores políticos de esquerda, sobretudo, os ex-presidentes Lula e Dilma.

O segundo tipo de discurso de ódio mais externado foi às pessoas com deficiência física e mental; o que revela como estigmas sociais são reproduzidos com naturalidade no ambiente digital. Chamar um indivíduo de “demente” ou atrelar uma opinião contrária à “coisa de retardado” a princípio pode parecer simples xingamento, mas camufla um sentimento de superioridade em relação às pessoas que sofrem com algum tipo de necessidade especial. Se nas páginas analisadas essas ofensas tinham a clara intenção de diminuir o oponente, consequentemente marginalizaram os que sofrem de algum transtorno. A reprodução desse comportamento nos SRS faz com que o portador de necessidades especiais incorpore determinadas representações e passe a identificar-se com tipificação que o nega como indivíduo (SILVA, 2006).

LGBTfobia, Sexismo e Intolerância religiosa tiveram números semelhantes de comentários, principalmente na *fan-page* de Feliciano. Uma possível explicação para a descoberta reside no fato do parlamentar emitir com frequência em suas publicações opiniões contrárias aos direitos LGBT e ao feminismo, abordando os temas pela ótica da lei natural da criação e reprodução. A intolerância religiosa na página oficial do pastor representa 95% do total identificado, apresentando-se de toda ordem e direcionamento, atingindo inclusive heterofilicamente o próprio deputado. Os outros tipos de discurso de ódio tiveram menor expressão, sendo que o racismo apontado no Dossiê de Intolerância 2016 como a quinta prática intolerante mais costumeira no país foi encontrado em apenas 1% das interações.

Quanto às formas de discurso de ódio, insultos e xingamentos se destacaram num contexto de pouca argumentação e julgamentos apressados. Os comentaristas estabeleceram interações superficiais onde as trocas de ofensas entre si estavam baseadas na sua visão particular e moralista de mundo e na adesão a determinado espectro político-ideológico. Quando o discurso de ódio era voltado a figuras públicas, às formas “Conspiradores e Inimigos da Nação”, “Estereótipos e Generalizações” e “Superioridade/Normalidade/Inferioridade” atribuíam às vítimas, sejam os próprios deputados e/ou seus opositores, o papel de contraproducentes ao crescimento do país.

As ameaças e incitação a violência foram identificadas em comentários de maneira explícita e com alto teor de radicalismo, pedindo intervenção militar e/ou recorrendo a violência física para constranger o outro comentarista ou a vítima de seu ódio. Dos 298 comentários identificados com essas formas de discurso odioso, 79% estavam nas páginas de Bolsonaro e Peninha, os quais defendem em suas publicações o direito do cidadão portar armas para se defender e “igualar forças”. Já o extremismo religioso esteve quase que totalmente na *fan-page* de Feliciano, sendo que 57% dos casos estavam direcionados a comunidade LGBT, movimento feminista, religiões de matriz africana e a Dilma Rousseff, enquanto que 43% atacavam Feliciano, chamando-o de falso profeta e a Michel Temer de satanista.

Os resultados mostraram também que nessas *fan-pages* a incivilidade é maior que o desrespeito e que ofensas a grupos é mais dominante que às pessoas. As liberdades pessoais foram reprimidas em detrimento da maioria, seja por meio de ataques globalizantes sobre o caráter das vítimas, seja por condutas que visavam encerrar um diálogo democrático. Outro aspecto importante da incivilidade nesses espaços estava no falso discurso promovido pelos deputados e reproduzidos pelos usuários. A publicação de *Fake News* deu margens a ataques *ad hominem* e perjorativos aos adversários políticos dos parlamentares como os deputados Jean Wyllys e Maria do Rosário.

Os comentários tiveram ligação direta com a publicação em 75% dos casos. O interesse contínuo em desqualificar o governo petista e as questões sociais estiveram presentes e estimularam, sobretudo, o discurso de ódio político-partidário. Dos 4.617 *posts* filtrados, 425 tinham a sigla “PT” em sua legenda, 232 a palavra “Dilma” e 109 faziam menção ao ex-presidente “Lula”. Tais referências promoveram 14.706 comentários que continham “PT”, 6397 com “Dilma” e 5394 com “Lula”. Tais exemplos quando emparelhados com a variável de relação mostraram como o discurso de ódio à esquerda foi usado como ferramenta de oposição política e na defesa da manutenção do *status quo*, principalmente nas questões que envolviam políticas públicas sociais, como o programa Mais Médicos, Cotas Raciais e educação para a diversidade.

Outro traço importante na análise das publicações é o modo como os deputados apresentaram seus argumentos usando de discurso ardiloso, ilustrativo e personificado contra grupos, figuras públicas e ideias, em sua autopromoção. A base do discurso de ódio desses *posts* parece residir na manutenção de uma ignorância política e visão moral e religiosa dos fatos, sugerindo uma perseguição aos três deputados por parte da mídia, da esquerda e dos movimentos sociais. Os parlamentares usaram de depoimentos pessoais, *memes* exagerados e até mesmo *Fake News* na exposição de seus ideias políticos, em campanhas negativas aos opositores e na defesa de seus projetos de lei.

Os usuários foram classificados como *haters* em 90% das interações, externalizando explicitamente o discurso odiento. Os *haters* não se intimidaram com a exposição pessoal na plataforma e apoiaram as ideias radicais dos parlamentares numa construção coletiva da intolerância. A audiência pouco discernida comentou ferozmente contra figuras públicas, movimentos sociais e entre si mesmos, principalmente quando algum comentador julgava como equivocadas as informações trazidas por Bolsonaro, Feliciano ou Peninha. Por vezes, os comentaristas exigiam a saída de usuários heterofílicos, alegando que aqueles espaços eram para os de pensamento semelhante.

As transmissões homofílicas estiveram em 70% dos comentários, mostrando-se coniventes com o discurso de ódio da publicação ou de outro comentário odiento. O fato de não termos dados demográficos e de hábitos de consumo dos usuários não permite afirmações mais precisas sobre o tipo de homofilia desses espaços, embora no processo de análise os comentários sugerissem uma homofilia plural, ou seja, grupos distintos em classe, formação, cultura e localização, mas que compartilham da simpatia a algum dos deputados e suas bandeiras.

As pistas paralinguísticas não foram tão recorrentes. A utilização de Caixa Alta, Pontuação Excessiva e *Emojis* foi comprovada em 36% das interações, sendo a primeira citada a mais costumeira. As características léxicas desses discursos de ódio devem ser encaradas como recursos de reforço ao próprio discurso. Os usuários que utilizaram de Caixa Alta em seus comentários procuravam destacar alguma parte da mensagem, seja o nome do insultado ou o próprio insulto. Já a Pontuação Excessiva objetivava a permanência do ódio, ou seja, quando o indivíduo colocava muitos pontos de exclamação no final de um xingamento, por exemplo, a intenção era prolongar aquele sentimento e reforçar visualmente o ataque; os *emojis* apareceram em menor número e ilustravam o sentimento de repulsa à publicação ou a outro comentador. Erros ortográficos e gramaticais foram bastante comuns apesar de não mensurados nesta pesquisa.

No comparativo entre páginas os achados indicam que o comportamento dos usuários de Bolsonaro e Peninha são bastantes semelhantes, já os de Feliciano se diferenciam tanto na transmissão quanto nas formas do discurso de ódio. Todos os três usaram da estratégia de defesa da família e se colocaram como heróis nacionais e vítimas de perseguição. Entre estes, Peninha teve o discurso mais volátil ao longo dos anos, apoiando àqueles que detinham algum tipo de poder e influência na opinião pública (Lula, Temer e Bolsonaro) ou que emitiam simpatia a seu principal projeto de lei – a revogação do desarmamento. O deputado teve seus esforços mais voltados as questões de segurança pública que agrárias. Seus apoiadores reproduziram o discurso de “bandido bom é bandido morto” e compartilharam a ideia de que o desarmamento era uma artimanha comunista para evitar que a população revidasse com violência os escândalos de corrupção revelados ao longo do período analisado.

A postagem no Facebook de Jair Bolsonaro obteve o maior número de comentários odientos. A visibilidade midiática e a postura arbitrária do deputado são elementos que podem justificar esses dados, bem como o fato de Bolsonaro ser um presidenciável em 2018. A incivilidade na página do militar chegou a 67% dos comentários, deixando claro o ódio político-partidário ao PT, aos grupos de esquerda e as organizações que defendem os direitos humanos. O militar se mostrou estratégico na utilização do Facebook para campanhas negativas contra seus opositores políticos e a mídia. As interações homofílicas na plataforma alimentaram uma militância “pró-Bolsonaro Presidente” e atacaram bandeiras progressistas entendidas pelos seguidores como mecanismos de instauração de uma ditadura comunista.

Os comentários odientos na *fan-page* de Feliciano estiveram pautados num discurso religioso determinista (usuários adeptos) e em insinuações e ofensas (usuários contrários). Suas publicações usavam de argumentos bíblicos e de vídeos com alto teor apelativo para justificar

as ações políticas e pessoais do parlamentar; promover ataques a Rede Globo de televisão e aos seus opositores políticos; e por fim, defender os interesses de sua bancada e aliados como Eduardo Cunha e Levy Fidelix.

Em 2013, a página oficial teve o maior índice de desrespeito heterofílico entre as analisadas, justamente no período em que o parlamentar assumiu a Comissão de Direitos Humanos, gerando reações nos SRS com a *hashtag* “Feliciano não me representa”. A participação do deputado em programas de TV repercutiu em sua *fan-page* mais negativa que positivamente, a exposição foi o estopim para que usuários homo e heterofílicos emitissem suas opiniões contrárias e favoráveis a Feliciano e trocassem ódio entre si.

Comparado aos demais, Feliciano é o que mais busca engajamento, solicitando aos seus seguidores que comentem e compartilhem seus *posts*. Não se tem claro, porém, o motivo pelo qual a página do pastor e a de Peninha sofreram queda no índice de discurso odiento em 2016; supõe-se uma preocupação da equipe de comunicação e dos próprios deputados com a exposição negativa próxima ao pleito de 2018, ou até mesmo por conta de uma diminuição da visibilidade midiática de ambos.

Em suma, os comentadores externaram seu ódio em ramificações do tema da postagem original e construíram coletivamente um ambiente hostil. Dentre as características identificadas podemos citar que: (1) as trocas de ofensas estiveram diretamente ligadas a intervenções contrárias à publicação do deputado; (2) as pistas paralinguísticas, apesar do aumento ao longo dos anos, não foram tão utilizadas; (3) histórias pessoais foram usadas como argumentos legítimos em detrimento de informações históricas e científicas; (4) os usuários homofílicos defenderam os parlamentares de maneira mais incivil que desrespeitosa; (5) o discurso de ódio velado aparece em comentários carregados de sarcasmos, ironias e metáforas; (6) as três páginas reproduziram um discurso odiento parcieneiro de uma cultura patriarcal, dos preceitos religiosos neopentecostais e dos valores morais da “nova direita”.

A partir da relação entre as variáveis foi possível compreender o Facebook dos deputados como ambiente online capaz de moldar e polarizar grande número de pessoas em suas visões de mundo, interferindo na racionalidade dos debates e na tolerância social tão necessária à democracia e ao convívio coletivo. A variedade de formas de expressão do discurso de ódio encontradas, sejam mais incíveis ou desrespeitosas, na dinâmica que se apresentaram, sugerem que o discurso de rancor: (1) foi usado como recurso político altamente dinâmico, estratégico e reativo; (2) nasce da postagem dos parlamentares e se fortalece numa construção coletiva com base em percepções fragmentadas da realidade e retroalimentada por experiências

peçoais e (3) é, em grande medida, perdurado pela política inconsistente de identificação e remoção do Facebook.

**(1) O ódio online como recurso político altamente dinâmico, estratégico e reativo;**

Ao cruzarmos os tipos de discurso de ódio e as formas como os usuários externalizaram sua intolerância no Facebook fica evidente que tanto o *hate speech in form* quanto o *hate speech in substance* resignificam palavras e expressões para promover uma desqualificação do oponente. A linguagem rude, rasteira e depreciativa dos insultos e xingamentos foi a mais recorrente em todos os tipos de discurso de ódio e se apresentou altamente dinâmica. A fusão de palavras como “Dilma” e “Anta”, por exemplo, inauguram um novo xingamento com neologismos como “Dilmanta” (116 menções), o que sinaliza que artificios linguísticos, como relacionar palavras, são atributos costumeiros nessas formas de discurso odioso. “Luladrão” (186), “Bolsolixo” (58) e “FeliciAnus” (43) são outros exemplos, tanto homo quanto heterofílicos, de como o desrespeito e a incivilidade podem se apresentar multifacetados em sua construção linguística, tornando difícil uma identificação e apuração do fenômeno se não levarmos em consideração o contexto social, o possível agressor e sua vítima.

Ainda no campo das questões linguísticas, a abreviação de palavras e os erros gramaticais e ortográficos foram encontrados com frequência. Tais aspectos não foram mensurados nesta pesquisa, mas quando atrelados às pistas paralinguísticas (caixa alta, *emojis* e pontuação excessiva) sugerem que a questão do ódio não está apenas no que se externaliza, mas como se externaliza, ou seja, a dinamicidade da língua e os recursos e ferramentas da conversação mediada por computador corroboram na construção de novas expressões odiosas e qualquer monitoramento (seja dos SRSs ou das instituições) deve conceber suas estratégias de identificação também por este viés.

Nessa mesma corrente, a pesquisa identificou que 2,5% da amostra não continha discurso de ódio, apesar da presença de palavra-chave/expressão. Em alguns casos, o usuário estava interagindo contrário ao ódio, fazendo uso de algumas dessas palavras visando uma educação à tolerância nas redes. Em outras interações, a palavra-chave/expressão estava no contexto de defender ou revidar o ataque a alguma minoria, sem necessariamente ser um discurso intolerante e radical. Ainda identificamos ocasiões onde a palavra não tinha conotação negativa ou seu significado era outro que não ofensivo, como no caso da palavra “macaco”.

Da mesma forma como o *API* de filtragem não fez tal distinção, raspando o conteúdo de maneira literal, os mecanismos e moderadores do Facebook também não têm tido êxito na

tarefa de interpretação do discurso de ódio. Em janeiro de 2017, uma coalizão de mais de 70 grupos de direitos civis escreveu uma carta pedindo ao Facebook para consertar seu sistema de moderação de conteúdo “racionalmente tendencioso”<sup>119</sup>. Os grupos pediam um mecanismo com um processo de apelação, explicações sobre por que as postagens são retiradas e a publicação de dados sobre os tipos de postagens que são removidos e restaurados. Até o fim desta dissertação. O SRS não havia atendido o pedido do coletivo.

A pesquisa também revelou que o discurso de ódio é recurso estratégico na obtenção de visibilidade e apoio às agendas parlamentares. As publicações dos deputados usaram palavras excludentes, estigmatizantes e desumanizadoras contra um grupo de indivíduos a fim da aprovação de suas bandeiras políticas junto aqueles que rejeitam o comportamento de tal grupo. As postagens incluíram caricaturas políticas, imagens falsificadas e relatórios de notícias organizados para moldar a percepção pública com base numa ignorância política. A *fan-page* de Peninha, por exemplo, trouxe constantemente conteúdo violento, por vezes falso, com alto teor de discurso de ódio à esquerda e aos movimentos sociais, na tentativa de influenciar seus seguidores na questão da revogação da lei do desarmamento.

O estudo confirma ainda a estratégia de ataque coordenado entre os parlamentares com afinidades ideológicas compartilhadas sob o argumento da proteção moral da família. Os três deputados e seus apoiadores usaram de argumentos parecidos para legitimar o discurso de ódio dentro de um debate público, apoiando-se em preceitos cristãos e morais no julgamento do que achavam correto ou não. Tanto Bolsonaro quanto Feliciano se colocaram como injustiçados e perseguidos por defenderem o interesse da maioria da população e compararam suas atitudes, julgadas como extremas, com a de seus opositores, acusando-os de serem mais engenhosos, mentirosos e prejudiciais ao Brasil. Os três parlamentares usaram de *fake news* como argumentos legítimos para atacar grupos de direitos humanos e atores políticos de esquerda, compartilhando conteúdo anônimo e mentiroso que circula na internet. Os usuários reproduziram estas informações sem considerar os fatos científicos, históricos e legais que esvaziavam os fundamentos usados para promover o ódio.

A incivilidade e o desrespeito nas páginas se mostraram reativa, ou seja, os usuários interagem em defesa de seus parlamentares e no contra-ataque a ofensas recebidas. Tal reação pode ser explicada devido as interações estarem vulneráveis à incompreensão (problemas ortográficos e de concordância), mal-entendidos (já que próprio canal não permite oralidade,

---

<sup>119</sup> Luta na luta contra o ódio no Facebook. Disponível em: < <https://gadgets.ndtv.com/social-networking/features/facebook-struggles-in-fighting-hate-speech-1732322> > Acessado em 13 de janeiro de 2018

expressões mais subjetivas, limitando-os ao texto), sustentadas na prerrogativa de que aqueles espaços são para os de pensamento semelhante, não para troca de opiniões e argumentos. Ao emitir uma opinião contrária à do parlamentar, o comentarista heterofílico era “convidado” pelos homofílicos a sair do debate e procurar páginas que concordassem com seu ponto de vista. A autodefesa levou os comentaristas a expor sentimentos e sensibilidades numa reação imediata ao pensamento contrário ao seu, sem preocupação com o anonimato, sentindo-se seguros para externalizar seu ódio entre pares.

Outro aspecto que reforça o discurso de ira ou aversão profunda ao assunto explicitado como recurso político reativo é o número de comentários que combatem um discurso odioso com outro discurso odioso; oprimidos usando as mesmas armas de seus opressores. Na *fanpage* de Marco Feliciano, por exemplo, os discursos de ódio LGBT, mostraram-se mais heterofílicos que homofílicos, ou o ataque à suposta homossexualidade do parlamentar foi maior do que a reprodução do discurso homofóbico evidente em suas postagens. Neste caso, o discurso de ódio de todas as fontes e interesses impera como a única forma de fazer oposição; um contrassenso.

A tática de “odiar o odiador” como um recurso legítimo na defesa das minorias parece não ajudar. A audiência do ódio, seja através de comentários, reações e compartilhamentos, homo ou heterofílicos, retroalimenta o fenômeno. Dessa forma o ambiente se torna inóspito e qualquer racionalidade perde para o ódio em cadeia. Central a este argumento está a constatação de que não existe um debate de ideias, muito menos um processo de deliberação e/ou discussão política e democrática; o que existe é uma troca de ofensas, por vezes gratuita, iniciada pela postagem do parlamentar, mantida pela crença e identificação pessoal dos apoiadores e reforçada pelo ódio reativo de usuários contrários.

**(2) O discurso de ódio é uma construção coletiva com base em percepções fragmentadas da realidade e se retroalimenta em experiências pessoais;**

As publicações das páginas analisadas carregam o tom provocativo e o desejo por engajamento. Ao que parece, os parlamentares alimentam a rede visando a interação entre seus seguidores e o compartilhamento de seus *posts*, haja vista a presença de perguntas abertas nas legendas das publicações e no caso dos vídeos produzidos por Feliciano e Bolsonaro, o constante pedido dos parlamentares que a mensagem seja compartilhada e alcance outras

pessoas. Aparentemente o discurso de ódio nasce justamente desse desejo por audiência, valendo-se da rapidez e alcance da plataforma para obter mais adeptos às suas causas.

Os deputados iniciam a construção do discurso odioso a partir de postagens que remetem a suposições e achismos, abordando temas espinhosos e complexos de maneira irresponsável e ardilosa, com argumentos pautados em seu espectro ideológico. Dessa forma, o discurso de ódio parlamentar apela para o esvaziamento das causas, comparando reivindicações de direitos das minorias com busca por privilégios. Temas como aborto, legalização das drogas, casamento homoafetivo, reforma agrária e Marco Civil da Internet, por exemplo, foram expostos sem preocupação com a veracidade das informações, usando de apelos emocionais, sem abertura para um debate democrático de ideias.

As interações, por sua vez, tendem a expor um ponto de vista, uma opinião formada ou uma experiência pessoal para legitimar a discriminação e o preconceito. As *fan-pages* se tornam “balcões de julgamento”, nas quais a lógica da verdade não está nos fatos, mas na interpretação que a experiência pessoal de cada um atribui a postagem. Quando a experiência pessoal é da minoria, fala-se em “vitimismo”; quando a experiência pessoal é do odiador o argumento é validado com ares de especialista - “eu posso falar já que...”, “porque aconteceu comigo”, “eu conheço alguém que”, etc.; quando é de alguém da minoria oprimida aprovando os argumentos dos parlamentares um negro que é contra as cotas, uma mulher que não é a favor do feminismo, um pobre que critica o Bolsa Família o apoio é massivo, enaltecido e compartilhado.

Nas publicações de Bolsonaro, Feliciano e Peninha, a busca de direitos implica em cercear a particularidade do outro. Os argumentos não são contextualizados, não levam em consideração ciência e história, e quando levam é pelo prisma de suas próprias experiências ou de seus conhecidos. No *post 2*, analisado na página do Bolsonaro, a experiência pessoal de uma senhora com o Regime Militar foi suficiente para desqualificar todas as provas históricas e científicas documentadas. Os usuários pegam partes fragmentadas de uma informação e completam o raciocínio com base em suas próprias referências desprezando o contexto dos demais.

A percepção fragmentada permite novas narrativas intolerantes com ramificações para outros tipos de ódio – os usuários começam externando o ódio à figura pública do ex-presidente Lula (político/partidário), por exemplo, e conforme a construção coletiva vai acontecendo, por meio de comentários homo e heterofílicos, o discurso de ódio se volta para os nordestinos (xenofobia), ou para os médicos cubanos (racismo e xenofobia), ou ainda para os idosos (etariedade). As ramificações do ódio a partir da palavra “comunista” são as mais variadas e recorrentes, sendo que 42% dos comentários com duas ou mais palavras-chave/expressões

carregavam o atributo em seu conteúdo. Nas três páginas, o ódio ao comunismo é reproduzido com frequência, sendo que os usuários associam ao regime político (diretamente ligado ao PT, de acordo com suas visões) todo o mal existente no país. Direitos Humanos, políticas públicas sociais, religiões de matriz africana, imigrações, corrupção, tudo é “coisa de comunista”.

Em especial, os comentaristas de Bolsonaro defendem o período militar como uma vitória à época sobre uma possível ditadura comunista que se pretendia implantar no Brasil. A partir deste argumento pedem a volta dos militares para devolver a ordem ao país diluída ao longo dos anos de governo petista e se posicionam favoráveis à Bolsonaro presidente. O fato é que muitos não parecem dominar o que realmente seria o comunismo, mantendo-se na ignorância e reproduzindo o discurso de ódio de seus representantes políticos. Com isso, o papel dos políticos na superação das diferenças partidárias contra o uso do discurso de ódio é ponto irrevogável no combate a prática, sem isso toda intolerância desembrulhada dessa fragmentação tende a se fortalecer pela ignorância, pela associação apressada e evoluir para violência.

### **(3) A inferência e responsabilidade do Facebook na manutenção do discurso de ódio**

Os estudos de Waldron(2009) e Dworkin (2012) sobre a restrição ou não do discurso do ódio servem como aparato para uma reflexão sobre o real papel do Facebook e dos outros SRS na manutenção de interações civis e democráticas dentro de suas plataformas. Se, por um lado, Waldron apoia uma espécie de regulamentação proibidora de declarações públicas que possam perturbar a paz social ou atacar diretamente membros de minorias vulneráveis, Dworkin afirma que uma lei somente será legítima se for permitido um debate amplo sobre a liberdade de expressão, permitindo inclusive o discurso de ódio, justamente para evitar restrições do próprio governo no intuito de calar vozes contrárias aos seus ideais ou interesses (DWORKIN, 2009, p. 9). Diante desse impasse e na tentativa de encontrar equilíbrio entre o que seria liberdade de expressão e intolerância em ambientes digitais, sobretudo em SRS, governos de vários países tem pressionado as empresas de redes sociais a melhorar sua política de monitoramento e remoção de discurso de ódio. O tema tem sido debatido em parlamentos na Europa e nos Estados Unidos e encarado como prioridade em 2018 pelo Facebook.

Na Alemanha, país onde a plataforma de Mark Zuckerberg tem o maior número de monitores de conteúdo, o governo aprovou uma lei que exige que as empresas de redes sociais excluam o conteúdo “claramente ilegal” de suas plataformas em 24 horas ou enfrentarão multas

de até € 50 milhões (US \$ 60 milhões), alegando que se tratam de empresas privadas. Desde 1 de janeiro de 2018, as empresas de tecnologia devem retirar conteúdo difamatório, propaganda neonazista e chamadas à violência. A lei aplica-se à maioria dos SRS na Alemanha e é contrária a legislação dos EUA, onde as plataformas de tecnologia não são responsáveis pelo conteúdo do usuário compartilhado em seus serviços.

O Facebook declarou que a lei atribui muita responsabilidade à empresa, e não se considera uma instituição privada e sim uma plataforma pública. De toda sorte, Mark Zuckerberg reconheceu as limitações do site e se comprometeu de maneira pessoal a encontrar alternativas para o problema: *"O mundo se sente ansioso e dividido, e o Facebook tem muito trabalho a fazer - seja protegendo a nossa comunidade de abusos e ódio, defendendo a interferência de estados-nação ou assegurando que o tempo gasto no Facebook seja tempo gasto"*<sup>120</sup>. Ativistas dos direitos da Internet e políticos da oposição na Alemanha também são contrários a nova lei e argumentam que a legislação dificultou a liberdade de expressão, deixando nas mãos das corporações dos EUA decidir o que é ou não "discurso de ódio".

No Brasil o tratamento conferido à liberdade de expressão nas redes sociais digitais é visto pelo Marco Civil da Internet (MCI) desde 2014. A lei tem por intuito preservar a livre expressão e evitar a censura na rede, garantindo que qualquer pessoa possa se expressar livremente online, a fim de promover equilíbrio entre as garantias constitucionais de proteção da liberdade de expressão e de proteção da intimidade, da honra e da imagem das pessoas. O MCI também assegura um ambiente aberto, democrático e livre, onde a remoção de conteúdo precisa passar por ordem judicial, justamente para evitar conflito entre liberdade de expressão e o direito à privacidade, sendo mais adequado que o julgamento seja do juiz e não dos provedores.

Abordar o MCI nesse ponto da discussão não visa um desdobramento da estruturação da lei ou de sua aplicação, todavia, situar o Brasil na tarefa de combater a intolerância digital sem apelar para a censura direta. O Marco Civil tem sido amplamente utilizado em decisões judiciais envolvendo conteúdo online e já serviu de modelo para legislação de internet em outros países. O reconhecimento, pioneirismo e utilidade da lei não foram suficientes para conter as constantes ameaças ao projeto dentro do parlamento brasileiro, inclusive pelos deputados abordados nesta dissertação. Com isso, no caso do discurso de ódio online

---

<sup>120</sup> Facebook muda feed de notícias e desagrada investidores. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/facebook-muda-feed-de-noticias-e-desagrada-investidores/>> Acessado em 12 de janeiro de 2018

brasileiro, o Facebook pode remover conteúdo com base em seus padrões de comunidade, já que o usuário concordou com os termos de uso da plataforma, mas não pode tirar conteúdos denunciados de seus usuários sem que haja uma ordem judicial específica, conforme o Marco Civil.

Seja na postura mais incisiva da Alemanha ou no contexto da regulamentação da internet no Brasil, faz-se necessário uma reflexão sobre até que ponto o Facebook tem correspondido ao que as legislações locais pontuam sobre o discurso de ódio, dignidade da pessoa e liberdade de expressão. A dissertação confirmou quantitativamente o crescimento ao longo dos anos do discurso de ódio da chamada “nova direita” brasileira na plataforma – anos em que a empresa intensificou a política de remoção de conteúdo odioso. Observando esta trajetória, conclui-se que o SRS se mostrou incapaz de controlar as externalizações de intolerância, contribuindo para a reafirmação de ideias conservadoras e dominantes dos parlamentares. As postagens e comentários que continham explicitamente discurso de ódio xenofóbico, religioso, LGBTfóbico, racista e sexista permaneceram na página e os outros tipos que não são diretamente abordados pela política de remoção – político/Partidário, aporofóbico, etário, por aparência e contra pessoas com deficiência física e mental - têm se consolidado na plataforma, estimulando discriminação e violência. Neste ponto, a política alemã e os estudos de Waldron (2009) parecem uma alternativa necessária, o crescimento do fenômeno exige uma contenção.

Por outro lado, ao observarmos a alta dinamicidade do fenômeno e a atual estrutura e metodologia de monitoramento do Facebook, fica evidente que atrelar total responsabilidade à plataforma não amenizará o problema, principalmente no contexto de páginas de atores políticos, nas quais o discernimento entre incivilidade, desrespeito e oposição política é tão tênue e não está diretamente especificado nos padrões de comunidade do SRS. Portanto, o equilíbrio entre liberdade de expressão e segurança dos usuários deve partir também dos atores políticos por meio de um comportamento online mais democrático e tolerante.

Doravante a constatação de que a maior parte do discurso de ódio está relacionado à publicação dos atores políticos e a partir daí se ramificam em comentários odiosos entre os seguidores, uma alternativa ao problema estaria em atribuir mais responsabilidade a figuras públicas diante do que publicizam nas redes. Dificultar o acesso a conteúdos preconceituosos e violentos pode ser uma maneira viável de minar a audiência do ódio já em sua fonte e evitar que as ramificações aconteçam.

Atualmente pessoas com mais de 100 mil seguidores já são consideradas figuras públicas pela plataforma e suas postagens e comentários com tom discriminatório permanecem

nas redes pela política do Facebook não reconhecer perigo eminente neste tipo de afronta. O que a plataforma parece não levar em consideração é o risco que se aloca na influência que esse tipo de postagem pode provocar nos usuários, a ponto da violência sair das telas e ir para as ruas. Com isso, parece inevitável que o discurso de ódio homofílico e reativo continuem a crescer na plataforma, sobretudo em arenas que colocam em evidência os espectros ideológicos extremistas e as visões morais de mundo, como no caso de Bolsonaro, Feliciano e Peninha.

O esforço que o SRS tem empregado no monitoramento não é suficiente e as políticas governamentais que visam conter o fenômeno ainda estão em fase de adaptação. Desta forma, sem uma colisão de educação e vontade política, o discurso de ódio permanecerá como estratégia política antidemocrática, exacerbando violência contra minorias marginalizadas e dificultando o debate de ideias com críticas e argumentos robustos. Soluções novas e inovadoras, com o intuito de educar o usuário e com base no estado de direito e na soberania da dignidade da pessoa, devem ser pensadas e incentivadas também na academia, a fim de contribuir para uma política efetiva de respeito à diversidade e tolerância.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexa relação entre intolerância, dignidade da pessoa e liberdade de expressão impulsionaram esta dissertação, direcionando-a para uma compreensão do discurso de ódio online de três figuras públicas bastante representativas no Congresso Nacional 2015-2018. As páginas oficiais de Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e Rogério Peninha revelaram-se promotoras de incivilidade e desrespeito, sejam pelas publicações de caráter depreciativo e incitador de seus representantes, sejam pelos recorrentes comentários odientos de seus usuários.

Na primeira parte deste trabalho, a compreensão do discurso de ódio encontrou respaldo na literatura de direitos fundamentais, dignidade da pessoa e liberdade de expressão. Os três aspectos serviram de base para analisar o fenômeno numa ótica comunicacional atrelada as questões humanas, legais e sociais. A partir dos teóricos que versam sobre tolerância foi possível relacionar os aspectos nocivos do fenômeno e chegar ao que literatura entende como discurso odiento: uma atitude de ódio sistemático e de agressividade irracional com relação a maneira de ser, ao estilo de vida, crenças e convicções de um indivíduo ou grupo de indivíduos, manifestado por meio da discriminação de caráter religioso, nacional, racial, sexual, ético e de classe, reconhecidos em discursos nazistas, racistas, xenofóbicos, homofóbicos, misóginos, e que tem como elemento nuclear para a sua identificação a concepção de incitação à discriminação (BRUGGER, 2007).

A pesquisa se amparou nos tipos de discurso de ódio abordados pelo Dossiê de Intolerância 2016 da Agência Nova/sb, considerando o estado da arte da intolerância Política/partidária, Religiosa, Xenofobia, LGBTfobia, Racismo, Aporofobia, Sexismo, Etariedade, por Aparência e às pessoas portadoras de deficiência física e mental, na tentativa de melhor identificar a prática em ambientes online. A partir daí os conceitos de incivilidade e desrespeito foram trazidos à baila para ampliar a percepção da intolerância dentro de espaços online de atores políticos. O apanhado de visões e estudos a cerca do discurso de ódio, tanto incivil quanto desrespeitoso, permitiu examinar o *corpus* de forma mais densa, sobretudo na composição e dinâmica do fenômeno, valendo-se das manifestações explícitas e veladas dos usuários e das arenas em que foram externadas.

A escolha em analisar o discurso de ódio nas *fan-pages* de Bolsonaro, Feliciano e Peninha foi baseada na postura pública dos deputados, gozando de extremismos em suas declarações e fomentando uma cultura de intolerância e violência em seus discursos políticos. Todos os três deputados federais são reconhecidos em suas trajetórias políticas como figuras públicas arbitrárias e polêmicas, alcançando a opinião pública tanto positiva quanto

negativamente. A notoriedade que cada um possui na mídia tradicional também foi levada em consideração, bem como os números de seguidores nas *fan-pages*, que comparados aos demais membros das frentes parlamentares de segurança pública, agropecuária e evangélica, foram os de maior representatividade em janeiro de 2017.

Em um segundo momento, as características de interação, compartilhamento e integração do Facebook também foram abordadas, com o propósito de agregar conhecimento acerca dos mecanismos da própria plataforma, que poderiam em certa medida, facilitar a manutenção e audiência do discurso de ódio. Com isso, aspectos como os padrões de comunidade, a estrutura da plataforma, a homofilia e a heterofilia, o uso de pistas paralinguísticas e os tipos de usuários odiadores – *haters*, *trolls* e *naysayers* – foram reconhecidos como características que compunham a complexa relação odienta na rede de usuários e deveriam ser analisados no projeto.

Doravante a teoria apresentada e a investigação prévia do *corpus*, a análise de conteúdo foi considerada a metodologia mais apropriada, sendo necessário uma adaptação ao tratamento com grande volume de dados. As técnicas de raspagem e filtragem do conteúdo sanaram uma lacuna às pesquisas que usam o Netvizz para coletar informações dentro do Facebook. Um dos grandes ganhos desta dissertação reside no desenvolvimento do API que filtra por meio de palavras-chave/expressões pré-definidas comentários e posts dentro dos arquivos gerados pelo Netvizz e organiza em planilhas de codificação. Desta forma, o número de comentários recolhidos nas três *fan-pages*, que passava da casa de 8 milhões, conseguiu ser lapidado para os fins da pesquisa – o substrato do conteúdo de ódio presente nesses espaços.

A partir da criação de um livro de códigos com 17 (dezesete) variáveis a pesquisa também trouxe ganhos de conhecimento ao compilar categorias analisadas separadamente em outros estudos de *hate speech* num único produto de análise. Tal esforço possibilitou achados de grande valia no cruzamento dessas perspectivas e apontou outras categorias de análise que podem ser acrescidas em estudos sobre intolerância digital, como a recorrência de *Fake News* e a presença de erros gramaticais e ortográficos nas interações.

A preocupação em gerar um banco de dados confiável (que será usado em outras pesquisas) e uma codificação conivente com as teorias que sustentam esta dissertação também se relevaram como pontos fortes deste trabalho, haja vista que a construção da incivildade e do desrespeito nas *fan-pages* correspondeu ao que foi previamente estabelecido, ao mesmo tempo em que suscitou novos pontos que merecem atenção em pesquisas futuras. É importante salientar que o trabalho como grande volume de dados tem suas limitações e que no caso deste trabalho a metodologia foi exaustivamente refinada na tentativa de chegar o mais próximo

possível de uma interpretação fiel aos dados. Desde a escolha das palavras-chave/expressões até o teste de fiabilidade entre os codificadores, a preocupação sempre esteve em manter o rigor metodológico que uma pesquisa científica exige.

No capítulo três, os achados permitiram uma reflexão sobre o discurso de ódio de atores políticos e seus seguidores no que compete as interações no Facebook. As páginas oficiais transpareceram os ideais políticos da chamada “nova direita” e os interesses das bancadas dos parlamentares, caracterizando-se como espaços de ódio às minorias historicamente marginalizadas e, sobretudo, na oposição política à atores e partidos de esquerda. O comportamento homofílico e heterofílico, as pistas paralinguísticas e os tipos de usuários odiadores revelaram que no discurso pseudodemocrático/conservador, em sua forma e conteúdo, a presença de ódio é multifacetada e baseada na visão moralista, religiosa e política-ideológica dos seguidores e seus deputados.

A pesquisa concluiu que o discurso de ódio destas *fan-pages* são recursos políticos estratégicos, altamente dinâmicos e reativos. Revelou ainda que o fenômeno é uma construção coletiva baseada em percepções fragmentadas de informações e retroalimentadas pela experiência pessoal dos usuários. As formas dos discursos de ódio são variadas, sendo a mais costumeira os “insultos e xingamentos”, seguido de “conspiração e inimigos-da-nação”, o que mostra como o contexto onde o discurso é externado interfere diretamente na forma como ele se apresenta. Essas informações, em alguma medida, revelam que para os deputados, o ódio vale a pena na tática depreciativa de oposição política. Ao nivelar a argumentação pelas armas da intolerância, os parlamentares sugerem que o discurso de ódio em suas *fan-pages* tem um intuito eleitoral, alimentando o desejo separatista de seus apoiadores e as bandeiras radicais que os tornaram conhecidos, independente do risco que tal estratégia pode provocar ao debate público.

Outro aspecto preocupante revelado pela dissertação é discurso de ódio heterofílico e reativo, usado pelos usuários contrários aos deputados para demonstrar indignação aos argumentos dos comentaristas apoiadores e/ou de seus representantes. O debate de ideias não existiu quando as estratégias antidemocráticas do discurso de ódio ganharam espaço, as evidências mostraram que ódio se retroalimentou e alcançou novas audiências, crescendo exponencialmente ao longo dos anos.

A pesquisa relevou uma possível “naturalização” do discurso de ódio, principalmente às pessoas com necessidades especiais, o que é um ponto preocupante. Atrelar o discurso odioso exclusivamente às incitações explícitas de violência e discriminação reduz o problema. A convivência com expressões e xingamentos do cotidiano, como “débil mental”, “chuta que é

macumba” e “fazendo gordice”, que buscam reforçar os padrões normativos e reproduzir uma cultura de diminuição da dignidade da pessoa pela reverberação do estigma social de determinado grupo, é típica de usuários que parecem não se reconhecerem enquanto *haters* e que por isso se sentem à vontade para ofender e diminuir outras pessoas.

Um dos ganhos de conhecimento que afetam diretamente as futuras pesquisas que vierem a utilizar desta metodologia é o fato do discurso de ódio ter evoluído, está mais sofisticado. As pessoas estão usando linguagem diferente para externar seu preconceito e discriminação. Desta forma, o arcabouço de palavras-chaves/expressões usado nesta dissertação precisa ser acrescido de mais elementos linguísticos que facilitem a identificação. Dado que as variáveis em nosso estudo estão sujeitas a erro de codificação e que o API de filtragem não dispõe de tecnologia *machine learning*<sup>122</sup> para uma maior precisão na raspagem, esses resultados devem ser interpretados como uma aproximação da complexidade do problema, em vez de um exercício preciso.

Com a elaboração deste estudo, foi possível elencar três sugestões de trabalhos futuros. A primeira consiste na aplicação da mesma técnica em arenas diferentes, ou seja, analisar *fan-pages* de outras figuras públicas que não políticos, justamente para comprovar ou não a influência do contexto e do ator no tipo de discurso de ódio. Dessa maneira, páginas oficiais de artistas, de movimentos sociais e de outras personalidades brasileiras podem agregar no entendimento do fenômeno. A segunda sugestão é observar a relação entre *Fake News* e discurso de ódio, a fim de aferir em que medida a publicação de notícias falsas interfere no volume e na intensidade do discurso odioso. E por fim, um estudo netnográfico que permita uma abordagem mais direta junto aos usuários no intuito de revelar de maneira mais qualitativa o comportamento dos *haters*.

Conclui-se que apesar do esforço do Facebook em identificar e remover conteúdo odioso, os achados mostram que nesses espaços o SRS não alcançou com excelência o objetivo. A plataforma se mostrou conivente na manutenção deste tipo de discurso já que não tem clareza, força e consistência em sua estrutura de moderação. Iniciativas educacionais aumentariam a capacidade de coordenação e colaboração no combate a prática. O empirismo aqui exposto apresenta dados e constatações relevantes que podem auxiliar na construção de alternativas e ferramentas que neutralizem os efeitos adversos do fenômeno. Os ganhos de

---

<sup>122</sup> Aprendizagem automática - um subcampo da ciência da computação que evoluiu do estudo de reconhecimento de padrões e da teoria do aprendizado computacional em inteligência artificial.

conhecimento aqui expostos podem ajudar no desenvolvimento de habilidades para um uso correto e ativo da ferramenta de comunicação e orientar à leitura das informações nos *feeds* de notícia de forma consciente.

De toda sorte, vale reforçar que a ideia de uma sociedade cada vez mais plural e democrática, voltada à dignidade da pessoa e a livre expressão deve passar pelo respeito às diferenças e pelo cuidado com a vida, valores amparados pela Constituição Brasileira. Com isso, os representantes políticos devem, por essência de sua função social, zelar pela manutenção desses valores e promover um debate público como convém numa sociedade de direitos. Se as pessoas, vítimas de ataques ou usuários conscientes da importância de inibir o discurso de ódio nos SRS, usarem seu repertório interpretativo para identificar e denunciar novas formas de discurso de ódio online, possivelmente aumentaria a conscientização sobre o problema e os riscos que ele representa para a democracia e os indivíduos. Desta forma, provavelmente aconteceria uma redução dos níveis de aceitação do discurso de ódio, além de influenciar o desenvolvimento de instrumentos políticos e sociais na educação, combate e punição à prática.

## REFERÊNCIAS

AGGIO, C. *As campanhas políticas no Twitter: uma análise do padrão de comunicação política dos três principais candidatos à presidência do Brasil em 2010*. **IV Encontro da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Política**, Rio de Janeiro, RJ, abril, 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D.M. *Xenofobia, Medo e rejeição ao estrangeiro*. **Cortez Editora**, 2016.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *A Linguagem e as representações da masculinidade*. Rio de Janeiro : **Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, 2004. 33p.

AMARAL, Inês. *Redes Sociais na Internet – Sociabilidades Emergentes*. **LabCom- Ifp**. 2016.

AMARAL, Adriana; COIMBRA, Michele. *Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestuprada*. **Contemporânea | comunicação e cultura**, v.13, n.1, 2015, p.294-310.

ANTOCI, A. et al. *Civility vs. Incivility in online Social Interations: Na Evolutionary Approach*. **Plos one. United States**, 11, 11, e0164286, Nov. 1. 2016. ISSN: 1932-6203. 2016.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira*. São Paulo, **Annablume**. 2009

BAUMRIN, J. *Internet hate speech and the first amendment, revisited*. **Rutgers Computer & Technology Law Journal**. 37, 2, 223-280, June 2011. ISSN: 07358938.

BAKSHY, E., MESSING, S., & ADAMIC, L. (2015). *Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook*. **Science**, 348, 1130–1132, 2015.

doi:10.1126/science.aaa1160

BARROS, S.; CARREIRO, R. *O Facebook como plataforma para o comentário de notícias: uma análise da deliberatividade em cinco temas*. In: MENDONÇA, R.; SAMPAIO, R.; BARROS, S. (ORG). **Deliberação Online no Brasil entre iniciativas de democracia digital**

**e redes sociais de conversação.** EDUFBA Editora, 1ed. 2016

BARBERÁ, P., WANG, N., BONNEAU, R., JOST, J. T., NAGLER, J., TUCKER, J., & GONZÁLEZ-BAILÓN, S. *The critical periphery in the growth of social protests.* **PLOS ONE**, 10(11), e0143611. 2015. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0143611>

BEER, David. *Social network (ing) sites... revisiting the story so far: A response to danah boyd & Nicole Ellison.* **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 2, p. 516-529, 2008.

BEN-DAVID, A e MATAMOROS-FERNANDEZ, A. *Hate speech and covert discrimination on social media: Monitoring the Facebook pages of extreme-right political parties in Spain.* **International Journal of Communication**, 10, pp. 1167-1193. 2016

BENKLER Y. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom.* **New Haven, CN: Yale Univ. Press**, 2006.

BERTULIO, Dora. *O “novo” direito velho: racismo & direito.* 2003. In: WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). *Os “novos” direitos do Brasil.* **São Paulo: Saraiva**, 2003.

BINNS, A. *Não alimente os trolls! Gerenciando problemas em comunidades on-line das revistas.* **Prática de jornalismo** 6 (4): 547 – 62, 2012

BOBBIO, Norberto, *Igualdade e liberdade.* Rio de Janeiro: **Ediouro**, 2000.

\_\_\_\_\_. *Elogio da serenidade e outros escritos morais.* São Paulo: **Unesp**, 2002.

BODE, L. *Political news in the news feed: Learning politics from social media.* *Mass Communication and Society*, 19(1), 24-48, 2016.

BOHMAN, James and Henry S. RICHARDSON. *Liberalism, Deliberative Democracy, and Reasons That All Can Accept.* *Journal of Political Philosophy* 17(3): 253-274. 2009.

BOYD, D. *Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications*. In: Z. PAPACHARISSI (ed.), *Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites*, **New York, Futurelab**, p. 39-58. 2010.

BOYD, D.; GOLDBER, S.; LOTAN, G. *Tweet, Tweet, Retweet: Conversational Aspects of Retweeting on Twitter*.

Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=5428313>. 2013. Acesso em 13 de maio de 2017.

BOYD, D.; ELLISON, N. *Social Network Sites: Definition, history and Scholarship*. **Journal of Computer-Mediated Communication** 13(1):210–230. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>. 2007.

BRAGA, S.; ROCHA, L. C.; CARLOMAGNO, M. C. 2015. *A internet e os partidos brasileiros*. **Cadernos Adenauer**. São Paulo, v. XVI, p. 47-74.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988.

BREVES, B.; SAMPAIO, V. *A Maldade Humana – como Detonar uma Pessoa no Facebook – Baseado em uma história Real*. Rio de Janeiro: **Mauad X**, 2014.

BROOKS, D. J., & GEER, J. G. (. Beyond negativity: he effects of incivility on the electorate. **American Journal of Political Science**, 51, 1–16. 2017.

BRUGGER, Winfried. *Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano*. **Revista de Direito Público** 15/117. Trad Maria Ângela Jardim de Santa Cruz. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, ano 4, jan-mar.2007.

BURITY, A. *Religião e República: desafios do pluralismo democrático*. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 28, Caxambu. 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 2010.

BYTHEWAY, B. *Ageism and age categorization*. **Journal of Social Issues**, Washington, DC, v. 61, n. 2, p. 361-374, 2005.

CADERNO DE VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA 2016. Central Judicial do Idoso TJDF. MPDFT. DEFENSORIA PÚBLICA DF. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/central-judicial-do-idoso/RelatrioCJI2oSemestre2016.pdf>>. Acesso em 17 de Setembro de 2017.

CARCARÁ, Thiago Anastácio. *Discurso do ódio no Brasil: elementos de ódio na sociedade e sua compreensão jurídica*. Rio de Janeiro: **Lumen Juris**, 2014.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Tolerância e seus limites: um olhar latino americano sobre diversidade e desigualdade*. São Paulo: Editora **UNESP**, 2003.

CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 64, p. 201-223, aug. 2016. ISSN 2316-901X. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/119546/116851>>. Acesso em: 07 oct. 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i64p201-223.

CASTELLS, M., & CARDOSO, G. *A Sociedade em Rede - Do Conhecimento à Acção Política*, Lisboa: **Imprensa Nacional - Casa da Moeda**, 2006.

CASTRO, A. L. *Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo*. São Paulo **Annablume – FAPESP**, 2007.

CAREY, J. "Paralinguismo na comunicação mediada por computador", **ACL '80: Procedimentos da 18a Reunião Anual da Associação de Linguística Computacional**, pp. 67-69, 1980. Doi: <http://dx.doi.org/10.3115/981436.981458>

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações

Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

CHAIA, Vera; BRUGNAGO, F. *A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook*. **Aurora (PUCSP. Online)**, v. 7, p. 99-129, 2015.

CHELIKANI, Rao V. B. J. *Reflexões sobre a tolerância*. **Rio de Janeiro: Garamond**. 1999. (tradução e revisão Catarina Eleonora F. da Silva, Jeane Sawaya). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001314/131427por.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2016.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno ; ROEDER, Karolina Mattos . A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: Sebastião Velasco e Cruz; André Kaysel; Gustavo Cotas. (Org.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. Ied.São Paulo: **Editora Fundação Perseu Abramo**, 2015, v. , p. 115-143

COE, K., KENSKI, K., & RAINS, S. A. *Online and uncivil? Patterns and determinants of incivility in newspaper web- site comments*. **Journal of Communication**, **64**, 658–679. doi:10.1111/jcom.12104, 2014.

COHEN-ALMAGOR, Raphael (coordenador), *Liberal Democracy and the Limits of Tolerance*. Ann Arbor: **The University of Michigan Press**, 2000.

COHEN-ALMAGOR, R. (2010). Na internet. Em M. Fackler & RS Fortner (Eds.), *Ética e maldade na esfera pública: mídia, valores universais e desenvolvimento global* (pp. 93-115). **Cresskill, NJ: Hampton Press**. 2010

COHEN-ALMAGOR, R. (2012). *À internet: Islamistas radicais e terroristas na estrada livre*. **International Journal of Cyber Warfare and Terrorism**, **2** (3), 39-58. 2012

COHEN-ALMAGOR, R. *Confronting the Internet's Dark Side. Moral and Social Responsibility on the Free Highway*. (pp. 299). Cambridge, UK: **Cambridge University Press**. 2015

CONROY, M.; FEEZEL, J.; GUERRERO, M. (2012) *Facebook and political engagement: A study of online political group membership and offline political engagement*. In: **Computers in Human Behavior**, 28. 1535-456.

CONSANI, Cristina Foroni. *Democracia e os discursos de ódio religioso: O debate entre Dworkin e Waldron sobre os limites da tolerância*. **ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 174-197, jan. 2016. ISSN 1677-2954. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/38970>>. Acesso em: 07 out. 2017. DOI: 10.5007/1677-2954.2015v14n2p174

CORTINA ORTIS, A. *Ética*. Madrid, **Santillana**, 1996.

CORTINA ORTIS, A. *Aporofobia, el rechazo al pobre*. **PAIDÓS, Estado y Sociedad**, 2017.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. *A Questão Agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional*. Tese de Doutorado. **Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2012. 324 p.

CRYSTAL, D. *Language and the Internet*, 2. ed., Cambridge, **Cambridge University Press**, 2006 (1. ed. 2001)

CUNHA, Jorge Teixeira da – *Tolerância e Intolerância em Democracia. Reflexão Ético-social sobre um Texto de Paul Ricoeur*, **Theologica**. Braga. ISSN 0872-234-X. N.º 45. 2.ª série – Fasc. 2 (2010) P. 491-502.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras*. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T06Perseu11.CUNHA-Magali.pdf>>. Acesso em 14 de junho de 2017.

CUSTÓDIO, M.M. e ASSAFIM J.M.L., *Direito, inovação, propriedade intelectual e concorrência*. UFMG/FUMEC/Dom Helder Florianópolis: **CONPEDI**, 2015.

DA SILVA, Roberto Bitencourt. *Mídias sociais e política: os partidos no Facebook*. **Alceu**, v. 14 - n.28 - p. 202 a 223, 2014

DANIELS, Jessie. *Race, Civil Rights, and Hate Speech in the Digital Era*. In: Everett., Anna. *Learning Race and Ethnicity: Youth and Digital Media*. Edited by MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge, MA: **The MIT Press**, 2008, p. 129–154.

DANESI, M. *The Semiotics of Emoji*, London: **Bloomsbury Publishing**, 2016.

DIAZ, Alvaro Paul. *La penalización de la incitación al odio a la luz de la jurisprudencia comparada*. **Revista Chilena de Derecho**, v. 38, n. 2, p. 503-609. 2011.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE A TOLERÂNCIA, ONU, 2005. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>>. Acesso em 14 de Setembro de 2017.

DEBERT, G. G. *O velho na propaganda*. In: **Cadernos Pagu** (21), p. 133-155, 2003.

\_\_\_\_\_. *A dissolução da vida adulta e a juventude como valor*. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 16, n. 34, p . 49-70, jul/dez 2010.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*, Dissertação de Mestrado, Orientador: Suely Kofes, **Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, SP , 2007.

DONATH, J. *Identity and Deception in the Virtual Community*. In: KOLLOCK, P.; SMITH, M. (Orgs.) *Communities in Cyberspace*. **Londres: Routledge**, 1999.

DUARTE, T. S. *A participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro: ação política e (in) vocação religiosa*. **Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 14, n.17, p.53-76, 2012.

DWORKIN, Ronald. *Justice in robes*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. Foreword. In: *Extreme Speech and Democracy*. Org. Ivan Hare e James Weinstein. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009, p. 4.

\_\_\_\_\_. M. *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade*. 2. ed. São Paulo: **Martins Fontes**, 2011

\_\_\_\_\_. *Replay to Jeremy Waldron*. In: HERTZ, M., MOLNAR, P. *The content and context of hate speech. Rethinking Regulation and Responses*. Cambridge, **Cambridge University Press**. 2012

ELMER, GREG, GANAEL LANGLOIS & JOANNA REDDEN. *Compromised Data: From Social Media to Big Data*. **New York: Bloomsbury Publishing USA**. 2015

ERJAVEC, K., POLER KOVAČIČ, M. “*You Don’t Understand, This is a New War!*” *Analysis of Hate Speech in News Web Sites’ Comments*. **Mass Communication and Society**, vol. 15, issue 6, 899-920.

ESTATUTO DO ESTRANGEIRO. Disponível em:  
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence=1>>.  
Acesso em 21 de Setembro de 2017.

FAGANELLO, M. A. . *Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora*. In: Sebastião Velasco e Cruz; André Kaysel; Gustavo Codas. (Org.). *Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. 1ed.São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, v. , p. 145-161.

FISS, Owen M. *A Ironia da liberdade de expressão: Estado, regulação e diversidade na esfera pública*. Rio de Janeiro: **Renovar**, 2005.

FISCHLER, Claude. *Obeso benigno, obeso maligno*. In: SANT'ANNA, Denise B. (Org.). *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: **Estação liberdade**, 1995. p. 69-80.

FORMIGA, N. S.; GOUVEIA, V. V.; SANTOS, M. N. *Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero*. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 103-111, jan-jun. 2002.

FORTE, Paulus Silva.; NETO, Manoel Moreira de Sousa.; PESSOA, Márcio Kleber Morais, FORTE, Vinicius Limaverde. *Preconceito de classe e desigualdade social na escola média: a reprodução de estigmas a partir da visão dos professores sobre os seus alunos em Fortaleza-CE-Brasil*, 2013. Disponível em: <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8\\_SilvaForte\\_SousaNeto\\_MoraisPessoa\\_LimaverdeForte.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8_SilvaForte_SousaNeto_MoraisPessoa_LimaverdeForte.pdf)>. Acesso em 22 de junho de 2017.

FREIRE FILHO, J. *A comunicação passional dos fãs: expressões de amor e de ódio nas redes sociais*. In: BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvando (Ed.). *Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades*, p. 127-154. São Paulo: INTERCOM, 2013.

GASTIL, John. *Political Communication and Deliberation*. **Thousand Oaks, CA: Sage**. 2008

GEE, James Paul. *A Situated Sociocultural Approach to Literacy and Technology*, 2009.

Available at: <<http://www.jamespaulgee.com/node/6>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

GERSTENFELD, P. B., GRANT, D. R., & CHIANG, C.P. *Hate online: A content analysis of extremist Internet sites*. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, 3(1), 29–44. 2003

GERVAIS, Bryan. *The Effects of Incivility in News Media on Political Deliberation: The Mimicry of Uncivil Language in Political Opinions*. **American Politics Workshop**, University of Maryland, March 18, 2011.

GLUCKSMANN, André. *O discurso do ódio*. Rio de Janeiro: **Difel**, 2007.

GOLDENBERG, Mirian; RAMOS, Marcelo Silva. *A civilização das formas: o corpo como valor*. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). *Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: **Record**, 2002. p. 19-40.

GOLDENBERG, Mirian. *O Corpo como Capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: **Estação das Letras e Cores**, 2010.

GOMES, N.L. *Trajetórias Escolares, Corpo Negro e Cabelo Crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?* **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p.40-51, 2002.

GOMES, W. *A política na timeline*. **EDUFBA editora**, 1ed. 2014.

\_\_\_\_\_. [comentário pessoal]. Facebook. 11 de outubro 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/wilson.gomes.9883/posts/1536598156556546>>. Acesso em 07 mar. 2017.

GONCALVES, Antonio Baptista. *Da intolerância religiosa aos direitos humanos*. **Revista Faculdade de Direito da UERJ**, v.2, n°22, 2012.

GRANOVETTER, M. S. *The strength of weak ties*. **American Journal of Sociology**, 78,1360-1380. 1973

GRUPO GAY DA BAHIA (2012). *Relatório 2012: Assassinatos de homossexuais (LGBT) no Brasil*. **Banco de Dados. Grupo Gay da Bahia**. Recuperado em 10 de setembro de 2013 em <http://homofobiamata.wordpress.com/>. Acesso em 12 de Maio de 2017

GÜNDÜZ, Z. Y. *The European Union at 50—Xenophobia, Islamophobia and the rise of the radical right*. **Journal of Muslim Minority Affairs**, 30(1), 35–47, 2010.

GUTMANN, Amy.; THOMPSON, Dennis. **Why deliberative Democracy?** Princeton University Press. 2004.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro. Estudos de teoria política*. São Paulo: **edições Loyola**. 2007

HARDAKER, Claire. *Trolling in Asynchronous Computer-mediated Communication: from user discussions to academic definitions*, **Journal of Politeness Research: Language, Behaviour, Culture** 6(2), pp. 21542, 2010

HEYMAN, Steven J. *Hate speech, public discourse, and the First Amendment*. In: HARE, Ivan; James WEINSTEIN. *Extreme speech and democracy*. **Oxford University Press, Forthcoming**. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1186262>>. Acessado 18 junho de 2016.

HERRING, SUSAN, JOB-SLUDER, KIRK, SCHECKLER, REBECCA e BARAB, SASHA. *Searching for Safety Online: managing 'trolling' in a feminist fórum*. **The Information Society** 18, pp. 371-84, 2002.

HERTZ, M., MOLNAR, P. *The content and context of hate speech. Rethinking Regulation and Responses*. Cambridge, **Cambridge University Press**. 2012.

HUSCH, B.; MILLER, C. I.; BEERS, T. W. *Forest mensuration*. **3.ed. New York: J. Wiley e Sons**, 1982. 402 p

ISASI, A.C.; JUANATEY, A.G.; *El discurso del odio en las redes sociales: un estado de la cuestión*, 2016. Disponível em: <[http://ajuntament.barcelona.cat/bcnvsodi/wp-content/uploads/2017/02/Informe\\_discurso-del-odio\\_ES-en-GB.pdf](http://ajuntament.barcelona.cat/bcnvsodi/wp-content/uploads/2017/02/Informe_discurso-del-odio_ES-en-GB.pdf)>. Acesso em 15 de julho de 2017.

IYENGAR, S.; SOOD, G.; LELKES, Y., *Affect, Not Ideology A Social Identity Perspective on Polarization*. *Public Opinion Quarterly*, Oxford: Oxford University Press, v. 76, p. 405-431, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/poq/nfs038>>. Acesso em 08 de novembro de 2016.

JACOB, Helena. *Redes sociais, mulheres e corpo: um estudo da linguagem fitness na rede social Instagram*. **Revista Comunicare – Dossiê Feminismo**, volume 14, número 1, 2014.

JAMIESON, K. H. *Civility in Congress (1935-2011) as relected in the taking down process* (APPC Report No. 2011-1). **He Annenberg Public Policy Center at the University of Pennsylvania**, 2011. Disponível em: <[http://www.annenbergpublicpolicycenter.org/Downloads/Civility/Civility\\_9-27-2011\\_Final.pdf](http://www.annenbergpublicpolicycenter.org/Downloads/Civility/Civility_9-27-2011_Final.pdf)>. Acesso em 13 de Fevereiro de 2017.

JOST, J.T., FEDERICO, C.M., NAPIER, J.L. *Political ideology: Its structure, functions and*

*elective affinities*. **Annual Review of Psychology**, 60, 307-337. 2009

JUNQUEIRA, R. *O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar*. In Seminário: **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande. Anais. Rio Grande, RS: FURG. (2007).

JUNQUEIRA, RD. *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*. **Revista Bagoas**, v.1, n.1, jul./dez. 2007. p. 4.

KALMAN, Y.M.; GERGLE, D. "Repetição de letras na comunicação mediada por computador: um link exclusivo entre a linguagem falada e on-line", **Computers in Human Behavior**, volume 34, pp. 187-193, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.chb.2014.01.047>

KELLY, R.; WATTS, L.; "Caracterizando a apropriação inventiva do emoji como relacionalmente significativo em relacionamentos pessoais fechados mediados," *Experiências de apropriação tecnológica: usuários não previstos, uso, circunstâncias e design* (20 de setembro), 2015. Disponível em <http://opus.bath.ac.uk/46780/>, Acesso em 3 de agosto de 2016.

KUCHERA, B. (2014, July 30). *Twitter can fix its harassment problem, but why mess with success?* **Polygon**. Disponível em: <http://www.polygon.com/2014/7/30/5952135/twitter-harassment-problems>>. Acesso em 03 de Março de 2017.

KURZMAN, C., & SCHANZER, D. *A ameaça terrorista de direita crescendo*. **The New York Times**. 2016 Disponível em: <http://www.nytime.com/2015/06/16/opinion/the-other-terror-threat.html> Acesso em 15 de agosto de 2017

LANGLOIS, Ganaele; ELMER, Greg. *The research politics of social media platforms*. In: *Culture Machine*, v. 14. Los Angeles: **Culture Machine**, 2013, pp. 1-17.

LAZARFELD, P. F. Y MERTON R.K. *Friendship as a Social Process: A Substantive and Methodological Analysis*, en Berger, M.; Abel, T. y Page, C.H. (eds.), *Freedom and Control in Modern Society*. **New York: Octagon Books**, pp.18-66, 1954.

LEAL DA SILVA et al., Rosane . *Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira*. **Revista Direito GV, São Paulo**, jul-dez 2011, p. 445- 468.

LIMA, E.C.A; OLIVEIRA, J.T.P. de,. *Relações de gênero e misoginia na construção da imagem pública de Dilma Rousseff*. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, ano 2, volume 2(2):2015

LIMA, J. A., *Por uma análise de conteúdo mais confiável*. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. Ano 47-1. 2013.

LIMA, Vera. *A construção do corpo nas formas da moda*. In: *A moda do corpo e o corpo da moda*. Kathia Castilho e Diana Galvão. **Esfera**. São Paulo: 2002.

LYCARIÃO, D. B. S. ; SAMPAIO, R. C. . *Setting the Public Agenda in the Digital Communication Age*. **Brazilian journalism research (online)** , v. 12, p. 30, 2016.

LOPEZ, Débora C.; QUADROS, Mirian R.. *Esfera Pública em rede: considerações sobre as redes sociais a partir de Habermas*. **Revista Alceu**, v. 15, n. 30, p. 92-103, jan-jun, 2015.

LOUREIRO, João Carlos Gonçalves. *O Direito à Identidade Genética do Ser Humano*. In: *Portugal-Brasil Ano 2000*, **Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra**. Coimbra: **Coimbra Editora**, 1999, p. 263-389.

LÖWY, M. *Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil*. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015

LOZARES, C.; VERD, J. M. Y BARRANCO, O. *El potencial analítico de las redes socio-métricas y ego-centradas: una aplicación de la cohesión-integración de colectivos sociales*. **Empiria**, 16, 35-62, 2013.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, São Paulo: **Autores Associados**, 1996.

MACHADO, Jónatas. **Liberdade de Expressão**. Dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social. Coimbra: Coimbra, 2002.

MACHADO, M.R.A., LIMA,M. e NERIS, N. *Racismo e insulto racial na sociedade Brasileira*. **Revista Novos Estudos Cebrap**, dez. 2016.

MACNAMARA, J. *Media content analysis: Its uses, benefits and best practice methodology*. **Asia-Pacific Public Relations Journal**, 6 (1). 2005.

MADDEN, AMY, IAN RUTHVEN, AND DAVID MCMENEMY. *A Classification Scheme for Content Analyses of YouTube Video Comments*. **Journal of Documentation** 69 (5). Polity Press: 693–714. 2013.

MAIA & RESENDE, R. *Respect and Disrespect in Deliberation Across the Networked Media Environment: Examining Multiple Paths of Political Talk*. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 2016.

MANSBRIDGE, J.; BOHMAN, J.; CHAMBERS, S.; ESTLUND, D.; FOLLESDAL, A.; FUNG, A.; LAFONT, A.; MANIN, B. e JOSÉ L. MARTÍ. *The Place Of Self-Interest And The Role Of Power In Deliberative Democracy*. **Journal of Political Philosophy** 18(1): 64-100, 2010.

MANTILLA, Karla. *Trolling de gênero: Misogyny se adapta às novas mídias*. **Estudos Feministas** 39 (2): 563-570. 2013.

MARQUES, F. P. G. A.; SAMPAIO, Rafael C.; AGGIO, Camilo (Org.). *Do clique à urna: Internet, redes sociais e eleições no Brasil*. **Salvador: EDUFBA**, p. 63-90, 2013

MASSARO, Toni M. & STRYKER,– HARCOURT, “Freedom of speech, liberal democracy, and emerging evidence on civility and effective democratic engagement”. **Arizona Law Review** v. 14 n. 2, p. 299-334. 2012

MATTHES, J. & KOHRING, M., *The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity*. **Journal of Communication**, 58 (2), 258-279. 2008.

MAZZOCATO, S.B. *A reconfiguração do sujeito através de sua representação Online: as características e os processos no Facebook*. Porto Alegre, 2014. 165 f.; il. Tese (Doutorado) – **Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social**, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Porto Alegre, RS, 2014.

MCINTYRE, E.S. *From Cave Paintings To Shakespeare And Back Again: What Are Emoji And Should I Be Afraid?* (Doctoral dissertation). Disponível em: <<https://digital.library.txstate.edu/bitstream/handle/10877/6100/McIntyreEmily.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 de Agosto de 2017.

MCPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L.; AND COOK, J. M. 2001. *Birds of a feather: Homophily in social networks*. **Annual Review of Sociology** 27:415–444.

MEYER-PFLUG, Samantha. HC no 82.424/RS: *Liberdade de expressão ou incitação ao racismo. O voto do Min. Marco Aurélio*. **Revista Ibero-Americana de Direito Público, RIADP, Rio de Janeiro**, ano iv, n.16, p. 302, 2004.

\_\_\_\_\_. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio Convexo. Mulheres, política e mídia*. São Paulo, **Editora Unesp**, 2011.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório violência homofóbica no brasil em 2013**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso em 12 de Agosto de 2017.

MOLLICA, K.; GRAY, B. Y TREVINO, K. *Racial Homophily and its Persistence in Newcomers' Social Networks*. **Organization Science**, 14(2),123-136, 2003.

MORIGI, V. J.; MASSONI, L. F. H. ; STUEBER, K. ; MARINHO, A. C. M. . *Práticas Informacionais do Humaniza Redes no Facebook: combatendo o discurso de ódio em redes sociais*. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2015, João Pessoa. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes.**, 2015. p. 1-18.

MOSCHINI, I. *The "Face with Tears of Joy" Emoji. A Socio-Semiotic and Multimodal Insight into a Japan-America Mash-Up*. **HERMES-Journal of Language and Communication in**

**Business**, (55), pp.11-25, 2016.

MOUW, T. *Social Capital and Finding a Job: Do Contacts matter?* **American Sociological Review**, 68, 868–98, 2003.

MUNANGA, K. Uma abordagem Conceitual da noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em 17 de Setembro de 2017

MUTZ, D. C.; BYRON, R. “*The New Videomalaise: Effects of Televised Incivility on Political Trust.*” **The American Political Science Review** 99(1): 1–15. 2005

NAVARRO, E.M. “*Aporofobia*”, en: Jesús Conill (coord.): *Glosario para una sociedad intercultural*, Valencia, **Bancaja**, 2002, pp. 17-23.

NEWMAN, S. *Rationale for linking the generations*. Pittsburgh, PA: **University of Pittsburgh**, University Center for Social and Urban Research, 1997.

NEWMAN, S., FAUX, R., & LARIMER, B. *Children’s view s of aging: Their attitudes and values*. **The Gerontologist**, 37(3), 412–417, 1997.

NEUENDORF, K. *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks, California: **Sage Publications**, 2002.

NOVAES, Joana de Vilhena. *O intolerável peso da feiúra: sobre as mulheres e seus corpos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: **Garamond**, 2013.

NUERNBERG, A. H. (2010). *Ilustrações táteis bidimensionais em livros infantis: considerações acerca de sua construção no contexto da educação de crianças com deficiência visual*. **Rev. Educ. Espec.**, 23(36), 131-144.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “*Uma Etnologia dos ‘índios misturados’*. *Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*”. In: *A Viagem da Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. 2°. Ed. Rio de Janeiro: **Contra Capa**, 2004.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos. *Perseguição aos cultos de origem africana no Brasil: o direito e o sistema de justiça como agentes da (in) tolerância*. 2014. S/D. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=13d83d3841ae1b92>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em 20 de janeiro 2016.

\_\_\_\_\_. Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Adotada pela Resolução 2.106-A (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21.12.1965 – ratificada pelo Brasil em 27.03.1968. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discriminacao.htm>>. Acesso em 22 de janeiro 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais. Aprovada e proclamada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris em sua 20ª reunião, em 27 de novembro de 1978. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discriminacao/dec78.htm>>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

ORTELLADO, Pablo. *Entrevista para Eliane Brum*. In: BRUM, Eliane. *Acima dos muros*. El País, São Paulo, 28 mar. 2016. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340\\_306339.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340_306339.html)>. Acesso em 06 de junho 2016.

PAPACHARISSI, Z. (2004). Democracy online: Civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *News Media & Society*, 6(2) 259–283

PENTEADO, C.; AVANZI, C. *Redes sociais e participação política: estudo do debate sobre o novo Código Florestal no Facebook*. In: **Anais do V Congresso da Compólitica**, Curitiba-PR, 8-10 de maio. 2013.

PETNEHAZY, Istvan-Peter I. , Hate speech: analysis, lessons learnt, and policy implications. The case of Romania. **Central European University**, 2012.

PFEFFER, J., ZORBACH, T., & CARLEY, K. M. Understanding online firestorms: Negative word of mouth dynamics in social media networks. *Journal of Marketing Communications*, 20, 117–128. 2013 doi:10.1080/13527266.2013.797778

PELLICO NETTO, S.; BRENA, D. A. **Inventário florestal**. Curitiba: Ed. dos Autores, 1997. 316 p.

PERES, W. S. Juventudes, diversidade e processos de subjetivação. In L. Pessini, & R. Zacharias (Ed), *Ética teológica e juventudes: Interpelações recíprocas* (pp.51-84). Aparecida: **Editora Santuário**. 2013.

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique: *La universalidad de los derechos humanos y el Estado constitucional*. **Colombia: Universidad Externado de Colombia**, 2002. Tradução de Viviane de Almeida Cunha Logrado. Brasília-DF, 2011.

PEZZELLA, Maria Cristina Cereser; BORBA, Mauro Evely Vieira de. *Sociedade da informação, dignidade da pessoa e relações de consumo*. In: Narciso Leandro Xavier Baez (Org.). *A problemática dos Direitos Humanos Fundamentais na América Latina e na Europa: desafios materiais e eficaciais*. Joaçaba: **UNOESC**, 2012.

PORTES, A. Y SENSENBRENNER, J. *Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action*. **American Journal of Sociology**, 98, 1320–50, 1993.

REBS, Rebeca. *O Excesso no Discurso de Ódio dos Haters*. 2016. No prelo.

REBS, Rebeca. *Os haters e o discurso de ódio: Construindo Sentidos e Identidade nos Sites de Redes Sociais*. 2015. No prelo.

RECUERO, R. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre, **Sulina**, 191 p. 2009.

RECUERO, R. *A Conversação em Rede*. Porto Alegre, **Sulina**, 238 p. 2012.

RECUERO, R.; AMARAL, A.; MONTEIRO, C. 2012. *Fandoms, Trending Topics and Social Capital in Twitter*. **Selected Papers of Internet Research**, 1:1-24.

RECUERO, R. *A conversação em rede: Comunicação Mediada Pelo Computador e Redes Sociais na Internet*. **Porto Alegre: Sulina**, 2014.

RELATÓRIO VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS, 2015. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>>. Acesso em 12 de Agosto de 2017.

RELATÓRIO SOBRE INTOLERÂNCIA E VIOLÊNCIA RELIGIOSA NO BRASIL (2011-2015): *resultados preliminares / Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos*; organização, Alexandre Brasil Fonseca, Clara Jane Adad. – **Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, SDH/PR**, 2016. 146 p.

RIBEIRO, José Carlos; FALCÃO, Thiago; SILVA, Tarcízio. *Gerenciamento de Impressões Pessoais através de Aplicativos Sociais: Uma Proposta de Análise*. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, 2010**. Caxias do Sul. Anais... São Paulo: INTERCOM, 2010.

RIFFE, D., LACY, S. & FICO, F., *Analyzing media messages: Using quantitative content analysis in research*. **Londres: Routledge**. 2014.

ROSENFELD, M. *Hate speech in constitutional jurisprudence: a comparative analysis*. **Public Law Research Paper**, n. 41, Cardozo Law School, abr. 2001. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=265939](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=265939)>. Acesso em: 4 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. *Hate Speech in Constitutional Jurisprudence. In The Content and Context of Hate Speech*, Cambridge University Press, 2012, pp. 242-89.

ROST, K., STAHEL, L., & FREY, B. S. *Digital social norm enforcement: Online firestorms in social media*. **PLoS ONE**, **11(6)**. doi: 10.1371/journal.pone.0155923. 2016

ROSSINI, P. G. C.; OLIVEIRA, V. V. *E-Democracia e Legislação Colaborativa: A Discussão da Reforma Política no Brasil*. In: **Anais do XXV Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016.

ROUANET, Luiz Paulo. *Paz, justiça e tolerância no mundo contemporâneo*. São Paulo: **Edições Loyola**, 2010.

ROWE, I. *Civility 2.0: A comparative analysis of incivility in online political discussion*. **Information, Communication & Society**, *18*, 121–138. 2015  
doi:10.1080/1369118X.2014.940365

SAFARNET – Direitos humanos na Internet. Disponível em: <<http://new.safernet.org.br/>>. Acesso em 15 de Agosto de 2017.

SALEEM, H.M., KELLY P. DILLON, K.P., BENESCH, S. AND RUTHS D. *A Web of Hate: Tackling hateful speech in online social spaces*. In: Proceedings of the First Workshop on Text Analytics for Cybersecurity and Online Safety. **European Language Resource Association**. 2016. Disponível em: <<http://www.tacos.org/node/17>>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

SANTANA, A. D.. *Virtuous or vitriolic: The effect of anonymity on civility in online newspaper reader comment boards*. **Journalism Practice**, *8(1)*:18–33, 2014.

SANTOS, S.; CECCHETTI, E. *Imigrantes haitianos no Brasil: entre processos de (des)(re)territorialização e exclusão social*. **Revista de Estudos Brasileiros**, v. 3, n.4, 61-72, 2016.

SANTOS, M. A. M dos. *O discurso de ódio em Redes Sociais*. **Lura Editorial. São Paulo**. 2016. p. 176.

SANTOS, M. *Vai pra Cuba!!! A Rede Antipetista na eleição de 2014*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em Comunicação UFF. Niterói: **Universidade Federal Fluminense**, 2014.

SARLET, Wolfgang Ingo. *As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional*, 2. ed. Porto Alegre: **Livraria do Advogado**, 2009.

\_\_\_\_\_. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 5. ed. **Porto Alegre: Livraria do Advogado**, 2012.

\_\_\_\_\_. *Direitos Fundamentais em espécie*. In: SARLET, Ingo Wolfgang, MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*. 3.ed. **São Paulo: Revista dos Tribunais**, 2014.

SARMENTO, Daniel Antonio de Moraes. *Os direitos fundamentais nos paradigmas liberal, social e pós-social*. In: SAMPAIO, José Adércio Leite (Coord.). *Crise e desa os da constituição*. **Belo Horizonte: Del Rey**, 2004.

\_\_\_\_\_. *Livres e iguais*, Rio de Janeiro: **Lúmen Júris**, 2006.

SAU, Victória. *Dicionário Ideológico Feminista*. 3.ed. **Barcelona:Ed. Icaria**, 2000.

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos. *Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar*. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo, v. 32, n. 6, p. 591-600, jun. 2016. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/retrieve/105435/Gilberto%20Sch%c3%a4fer.pdf>>. Acesso em 13 de julho de 2016.

SHEPHERD, T., HARVEY, A., JORDAN, T., SRAUY, S., & MILTNER, K. (2015). *Histories of hating*. **Social Media + Society**, 1(2). doi:2056305115603997

SILVA, A. O. da. 2004. Reflexões sobre a intolerância. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/>>. Acesso em 12 de Agosto de 2017.

SILVA, Luciene M. *O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência* Revista Brasileira de Educação, vol. 11, núm. 33, setembro-dezembro, 2006, pp. 424-434.

SILVA, T. & STABILE, M. (Org.); Monitoramento de Mídias Sociais, IBPAD, 2016.

SILVEIRA, Renata Machado da. *Liberdade de expressão e discurso do ódio*. Dissertação de Mestrado. PUC/MG, 2007.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3094/3285>>. Acesso em 15 de Maio de 2017.

SITE JAIR BOLSONARO. Disponível em: <<http://www.bolsonaro.com.br/>>. Acesso em 12 de Julho de 2017.

SITE ROGÉRIO PENINHA. Disponível em: <<http://www.deputadopeninha.com.br/>>. Acesso em 12 de Julho de 2017.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, **Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2012.

SKIBA, D.J., *Face with Tears of Joy Is Word of the Year: Are Emoji a Sign of Things to Come in Health Care?*. **Nursing education perspectives**,37(1): 56-57, 2016.

SLOAN, L.; QUAN-HAASE, A. *The Sage handbook of Social Media*. **Sage**. 2016.

SOBIERAJ S e BERRY JM *From incivility to outrage: political discourse in blogs, talk radio, and cable news*. **Political Communication** 28: 1–23, 2011.

STEINER, JURGEN. *The Foundations Of Deliberative Democracy: Empirical Research and Normative Implications*. **Cambridge: University Press**, 2012.

STEENBERGEN, M.,BÄCHTIGER, A. SPÖRNDLI, M. e STEINER, J.. *Measuring Deliberation: a Discourse Quality Index*. **Comparative European Politics** 1(1): 21-48, 2003.

STEINFELDT JA, FOLTZ BD, KALADOW JK, CARLSON TN, PAGANO JR LA, BENTON E, ET AL. *Racism in the electronic age: role of online forums in expressing racial attitudes about American Indians*. **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology** 16(3): 362–371. 2010

SUDULICH, Laura *et al.*, *Introduction: The Importance of Method in the Study of the Political Internet*. In: CANTIJOCH, Marta; GIBSON, Rachel; WARD, Stephen (Ed.). *Analysing Social Media Data and Web Networks*. Londres : **Palgrave Macmillan**, 2014, pp. 1-24.

SULER, JOHN. *The Online Disinhibition Effect*, **CyberPsychology & Behavior** 7(3), 2004, p. 321- 326.

TESTA, I. *The respect fallacy: On the limits of respect in public dialogue*. In C. Kock & L.Villadsen (Eds.), *Rhetorical citizenship and public deliberation* (pp. 69–85). University Park, PA: **Penn State University Press**, 2012.

TIMOFEEVA, Y.A. *Hate Speech Online: restricted or protected-comparison of regulations in United States and Germany*. **J. Transnat'l L & Pol'y**, 12, 253.

TUNES, E. *Preconceito, inclusão e deficiência – o preconceito no limiar da deficiência*. Em TUNES & BARTHOLO (Orgs). *Nos limites da Ação, Preconceito, Inclusão e Deficiência*. **São Carlos: EDUFSCAR**, 2007.

TOLEDO, G. M.; PESSOTTO, A. H. V. *Inimigos mais perto ainda: Globo produz conteúdo para trolls e haters*. In: **I Jornada Internacional GEMInIS - JIG 2014**.

UTZ, Sonja. *Types of deception and underlying motivation: What people think*. **Social Science Computer Review** 23. 49-56, 2005.

VANDEBOSCH H., VAN CLEEMPUT K. *Cyberbullying entre jovens: perfis de valentões e vítimas*. **Novos Media & Sociedade**. 2009; 11 (8): 1349-71. Pmid: WOS: 000273139500005.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Masculino, o Gênero do Jornalismo: Modos de Produção das Notícias*. Série Jornalismo a rigor, v. 8. Florianópolis: **Editora Insular**, 2014.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: **Editora Fundação Perseu Abramo**, 2015.

VIEGAS, P. R. e RECUERO, Raquel. **A dominação masculina nos sites de rede social**. Rio Grande do Sul, 2014.

Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-0669-1.pdf>>. Acesso em 23 de Maio de 2017

VITAL DA CUNHA, Cristina. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBT no Brasil*: Rio de Janeiro: **Fundação Heinrich Böll Stiftn**, 2012.

VROMEN, A.; LOADER, B. D.; XENOS, M. A.; BAILO, F. *Everyday Making through Facebook Engagement: Young Citizens' Political Interactions in Australia, the United Kingdom and the United States*. In: **Political Studies**, 2016.

WALDRON, J. *Dignity and defamation: the visibility of hate*. **Harvard Law Review**, v. 123, n. 1.596, p. 1.597-1.657, 2010.

WALDRON, J. *O discurso Harm in Hate* . Cambridge: **Harvard University Press**. 2012

WANG, B. WANG, T. WANG, A. NIKA, H. ZHENG, AND B. Y. ZHAO. *Whispers in the dark: Analyzing an anonymous social network*. **In Proc. of IMC**, 2014.

WARNER, W., & HIRSCHBERG, J. *Detecting hate speech on the World Wide Web*. In **Proceedings of the Second Workshop on Language in Social Media** (pp. 19–26). 2012 Montreal, Quebec: Association for Computational Linguistics. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=2390377>>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

WEBER, A. *Manual On Hate Speech*. *Council of Europe Publishing*, 2009. Disponível em: <http://book.coe.int/ftp/3342.pdf> Acesso em 10 de junho de 2016.

WILCOX, K., & STEPHEN, A. T. (2013). *Are close friends the enemy? Online social networks, self-esteem, and self-control*. **Journal of Consumer Research**, 40, 90–103.

WOJCIESZAK, M.; MUTZ, D. *Online Groups and Political Discourse: Do Online Discussion Spaces Facilitate Exposure to Political Disagreement?*, **Journal of Communication**, v. 59, p. 40-56, 2009.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Content analysis : an introduction to its methodology*. 2nd ed. Thousand Oaks Calif.: **Sage**, 2004.

XIANG, G., FAN, B., WANG, L., HONG, J., AND ROSE, C. *Detecting offensive tweets via topical feature discovery over a large scale twitter corpus*. In Proceedings of the 21st **ACM international conference on Information and knowledge management**, pages 1980–1984. ACM. 2012.

ZHANG, W.; JOHNSON, J.; SELTZER, T.; BICHARD, S. L. *The Revolution Will be Networked: The Influence of Social Networking Sites on Political Attitudes and Behavior*. In: **Social Science Computer Review**, 28:75. 2010.

## APÊNDICES

### LIVRO DE CÓDIGOS

O livro de códigos é ferramenta auxiliar para análise de conteúdo das expressões de discurso de ódio nos comentários e postagens dos objetos de pesquisa. As categorias de análise buscam a dimensão sintática e semântica dos dados coletados e posteriormente filtrados. Para isso, optou-se pela técnica de análise temática ou categorial com operações de desmembramento do texto em variáveis.

As categorias e variáveis tiveram como base os trabalhos de Istvan-Peter Iantó-Petnehazi<sup>124</sup> adaptados ao contexto de discurso de ódio brasileiro, bem como uma análise prévia dos dados gerais. As variáveis V01 (codificador), V02 (*Fan-page* analisada), V03 (Publicação) e V04 (comentário) são de identificação, sendo utilizadas para aferir as páginas oficiais que mais tiveram comentários odientos ao longo do período observado, além de servir de substrato analítico para as demais categorias.

As variáveis – V05, V07, V08, V13, V14 e V15 provêm das características do discurso de ódio propriamente, ou seja, demonstram os aspectos de direcionamento do comentário (se à publicação ou se a outro comentador); os endereçamentos do discurso de ódio e as pistas paralinguísticas presentes nas expressões. Todas estas categorias foram codificadas automaticamente pelo *API* de filtragem. Já as variáveis V06, V09, V10, V11, V12, V16 e V17 serão codificadas manualmente numa análise das características intimidadoras do discurso de ódio na relação entre usuários, obedecendo as instruções do livro de códigos e as teorias que o sustentam. A intenção é averiguar a proporção de discurso odioso ao longo dos anos, o tipo de usuário-odioso, a manifestação deste discurso, a forma, o componente enquadrado de ódio – incivildade ou desrespeito e a relação entre postagem e comentários.

O sistema de categorias aqui apresentado tem sido lapidado ao longo de 10 (dez) meses para que as variáveis respondam ao propósito desta dissertação. A análise do conteúdo filtrado suscitou achados que proveriam outras variáveis não previstas no início desta pesquisa, como (1) a recorrência de *Fake News*; (2) identificação de *Boots*; (3) presença ou ausência de erros ortográficos e gramaticais; (4) mas as limitações no processo de codificação e o tempo hábil para finalização da dissertação não permitem explorar neste momento outras informações que

---

<sup>124</sup> USER-GENERATED HATE SPEECH: ANALYSIS, LESSONS LEARNED, AND POLICY IMPLICATIONS. THE CASE OF ROMANIA submetido ao Centro Europeu – Departamento de Ciência Política.

não as previamente estabelecidas.

Tal limitação não se apresenta como um problema para a pesquisa, haja vista que com o banco de dados organizado os achados serão explorados em artigos científicos e disponibilizados para pesquisas que visam ampliar os ganhos sociais e o combate ao discurso de ódio em sites de redes sociais online. Também o livro de códigos é um instrumento de livre acesso para que outros pesquisadores façam uso.

#### V01 – CODIFICADOR

Identifica o codificador que realizou a análise.

**(1) Luiz Rogério Lopes Silva      (2) Leila Braga**

#### V02 – FAN-PAGE

Identifica a *fan-page* analisada

**(1) Jair Bolsonaro, (2) Marco Feliciano ou (3) Rogério Peninha.**

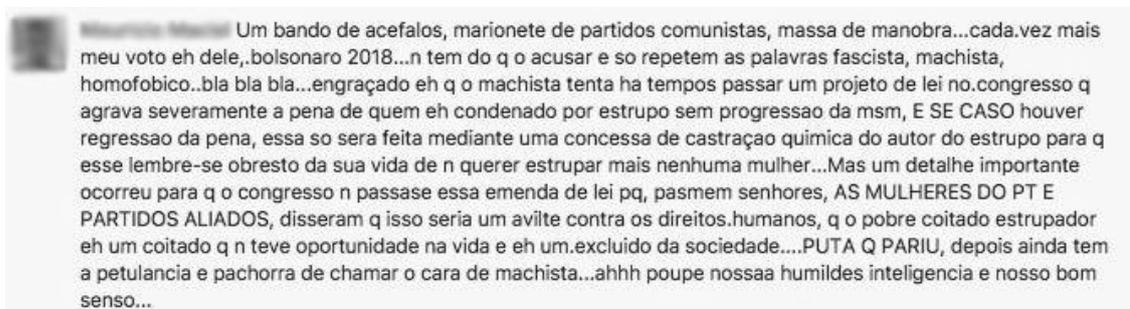
#### V03 – POST

A publicação extraída e filtrada que contenha uma das palavras-chave/expressões de ódio usadas para esta dissertação, bem como postagens que serviram de espaço para comentários que contenham uma das palavras/expressões de ódio.



#### V04 – COMENTÁRIO

Comentários que contenham uma ou mais palavras-chave/expressões de ódio.



#### V05 – RESPOSTA OU COMENTÁRIO

Identifica se o comentário foi **(1) direcionado à publicação** ou **(2) resposta a outro comentador**.

#### V06 – COMPONENTE ENQUADRADO DO ÓDIO

A variável busca identificar e enquadrar o conteúdo no que se refere ao componente que prepondera – Desrespeito ou Incivilidade - ou seja, “qualquer representação do pensamento ou teorias, que defende, promove ou incita ao ódio, discriminação ou violência contra qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos com base em raça, cor, ascendência ou nacional ou origem étnica.” (PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO SOBRE CIBERCRIME). Implica necessariamente a transcrição direta das ofensas, xingamentos, difamação atribuída ao indivíduo ou grupo de indivíduos.

**(0) Ausência de Discurso de Ódio:** O comentário/postagem apesar de conter uma ou mais palavras-chave/expressões não carrega características de discurso de ódio.

**(1) Discurso de ódio/ Desrespeito:** o contrário de respeito. O respeito mútuo através da distinção entre o respeito pelas outras pessoas e respeito pelos argumentos (BOHMAN & RICHARDSON, 2009; STEINER, 2012; TESTA, 2012). Implica manifestações direcionadas mais ao **indivíduo**.

 **Karina Mendes** VAI CHUPAR UM CANAVIAL DE ROLA ! Pra encher essa boca e parar de falar merda seu escroto  
Curtir · Responder · 24 de junho de 2016 às 20:56

(2) **Discurso de ódio/Incivilidade:** Incivilidade pode ser operacionalizada como o conjunto de comportamentos que ameaçam a democracia, negando às pessoas suas liberdades pessoais e estereotipando grupos sociais (PAPACHARISSI,2004). Implica manifestações direcionadas mais ao **grupo/minorias**.

 **Paulo Garcia** Chama os direitos Humanos !!! Pede pra eles cuidarem dessa escória humana que esses MERDAS dos direitos humanos que gosta de defender isso aí !!!! DÁ PRA ELES  
Curtir · Responder · 25 de agosto de 2016 às 00:36

## V07 – TIPO DE DISCURSO DE ÓDIO

A quem é direcionado o discurso de ódio:

### (1) Político-partidário

 **Helene Martins Martins** Isso são criaturas das trevas, cria do PT eles não tem argumentos a única coisa que sabem fazer é mijar ,cagar em praça pública e cuspir nos outros. São os zumbis doutrinado pela as esquerda. Bolsonaro vc esta no caminho certo e sera o nosso presidente se Deus quiser.

### (2) Sexismo

 **Helene Martins Martins** Tudo mulher mal comido Bolsonaro 🤔🤔🤔 esse é o termo que se deve dizer para feminista feia , suja e porca que não tem respeito ao próximo algum 🤔  
Curtir · Responder · 16 · 27 de maio de 2016 às 22:57

### (3) Racismo

 **Brando Soares** Ai negrada esse e o unico país onde ladrao condena ladrao ou enyao eu to ficando doido e vendo visagem sobre a pf investigando senadores ou corruptores a da no mesmo  
Curtir · Responder · 29 de agosto de 2016 às 18:56

### (4) LGBTfobia

 **Brando Soares** Sapatão ela a Dilma, essa graças Foster , Maria do rosario \*\*\* e a tal da Helenice tudo sapatão  
Curtir · Responder · 5 · 22 de dezembro de 2014 às 23:04

### (5) Aporofobia

 **Anonymous** O Brasil está criando vagabundos que não fazem nada além de transar e serem sustentados pelo bolsa-família. A Dilma se mantém no poder por causa dessa gente pobre. Mas não pobre de dinheiro, e sim pobre de espírito. Pessoas que não merecem nada na vida por serem burras e egoístas a ponto de não se importarem com nada, desde que aquela merreca caia na conta no final do mês.  
14 de maio de 2014 às 23:42 · Curtir

### (6) Religiosa

 **Helena** Um demônio travestido de pastor , haha ele quer semear a discórdia pelo planeta, vai ser tombado quando menos imaginar , aguardo ansiosamente pelo dia da tua vergonha .. Ignorante , corrompido , hipócrita, falso profeta!  
Curtir · Responder · 26 de agosto de 2016 às 11:38 · Editado

### (7) Etariedade

 **Ana Lúcia** É fácil ser bela, recatada e do lar quando é casada com um coroa cheio da grana e nao precisa trabalhar! Sera que é ela quem lava as cuecas dele? Kkk  
Curtir · Responder ·  285 · 21 de abril de 2016 às 11:45

### (8) Xenofobia

 **Marcos** Tá na hora de separarmos Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Sta.Catarina, Paraná e Rio Gde.Sul, do resto desse país, fundando outra pátria, e deixarmos o PT e seus inúteis dirigentes, presidir o restante.  
Ou, os Militares tomarem conta desse país, para acabar de vez com esses imundos petistas, que de trabalhadores não tem nada.  
Curtir · Responder ·  1 · 16 de novembro de 2014 às 16:29

### (9) Aparência

 **Luciana** São sempre gordas, feias, cabeludas, mal arrumadas; mulher bonita e bem comida não tem tempo nem necessidade para uma coisa dessas.  
Curtir · Responder ·  1,7 mil · 27 de maio de 2016 às 22:40

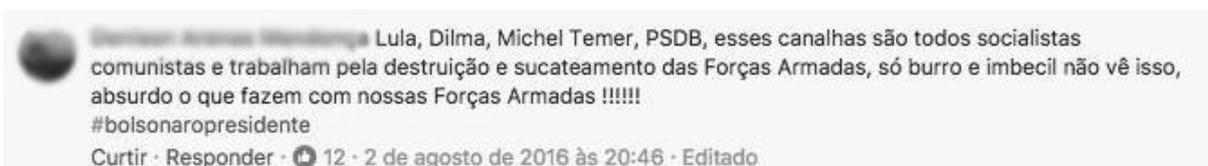
## V008 – TIPO 2 DE DISCURSO DE ÓDIO

Quando num mesmo comentário ou postagem aparecem duas ou mais palavras-chave/expressão de ódio, o API de filtragem reconhece e classifica a primeira que aparece como TIPO DE DISCURSO DE ÓDIO e a segunda como TIPO 2 DE DISCURSO DE ÓDIO.

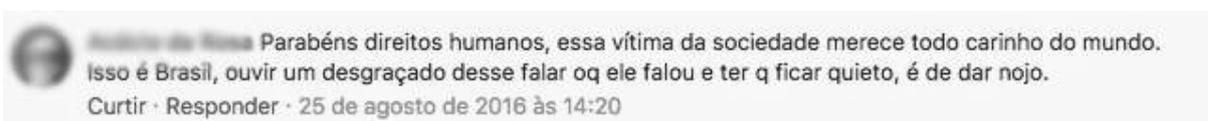
## V009 – FORMA DO DISCURSO

Com base na distinção de Rosenfeld, a variável busca cingir o fenômeno em

(1) *hate speech in form* para aquelas manifestações explicitamente odiosas;

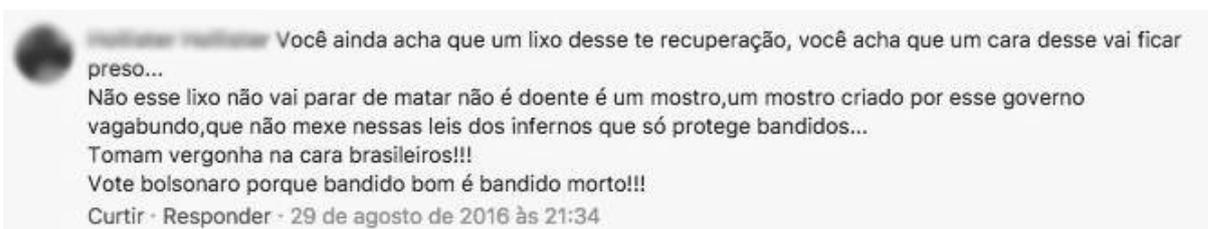


(2) *hate speech in substance* no que se refere à modalidade velada do discurso do ódio.

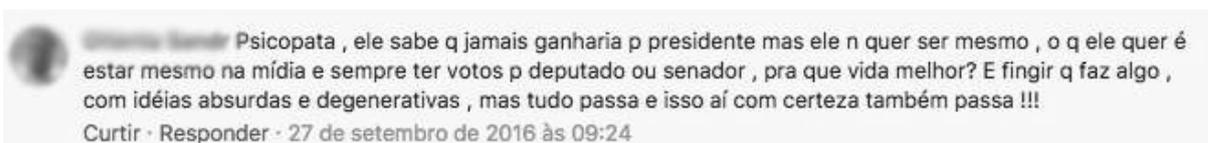


## V010 – TRANSMISSÃO DA MENSAGEM

Distinção entre (1) **Homofilia** – onde a troca de ideias ocorre mais frequentemente entre iguais;



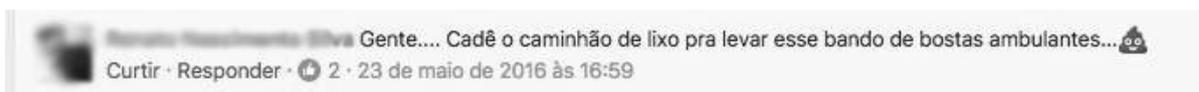
(2) **Heterofilia** – quando há um grau de diferença em certos atributos de dois indivíduos que interagem.



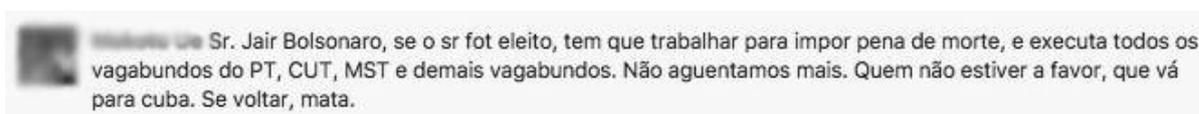
Para a dissertação será considerado Homofilia quando o comentário ou resposta ao comentário for favorável à publicação do parlamentar em questão. Será considerado heterofilia quando o comentador for contrário a posição da postagem ou de outro comentador favorável ao posicionamento do parlamentar em questão.

## V011 – FORMA DO DISCURSO DE ÓDIO

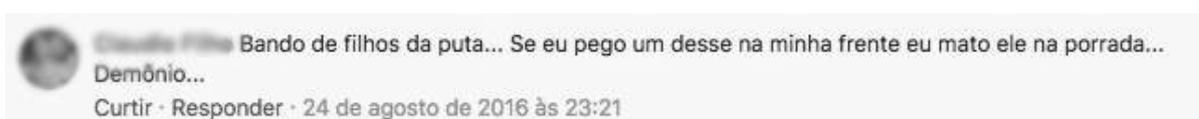
**(1) Insulto e Xingamento:** Comentários que contenham insultos / epítetos depreciativos / linguajar chulo.



**(2) Incitação à Violência:** Comentários que fazem ameaças ou chamadas para a violência contra membros de comunidades, incluindo também comentários que advogam para ações violentas contra membros de comunidades abertas.



**(3) Ameaça:** Comentários que contenham ameaças implícitas, sem violência explícita se os membros do grupo B modifique o seu comportamento, ou abandonem os seus pedidos de direitos. *"Você deve parar o que seu grupo está fazendo ou então ...". "Nós toleramos o seu comportamento / reclamação / existência, mas a nossa paciência está chegando ao fim"/ "Você não deve nos provocar porque ..."*



**(4) Superioridade/Inferioridade/Normalidade:** Conteúdo que afirma que o grupo A ou pessoas pertencentes ao grupo A é superior de acordo com alguns critérios (posição ou partido político/ etnia/ língua / raça / religião / orientação / identidade sexual/ idade/ aparência) ao grupo B; ou que o grupo A é o que é considerado normal, logo superior; também inclui conteúdos que argumentam que o grupo B ou pessoas pertencentes ao grupo B não têm direitos, ou alguns dos seus direitos deve ser limitada devido à sua inferioridade. Conteúdo que afirma que o grupo inferior deve submeter-se à vontade/adotar algumas das características (idioma/religião/ orientação sexual) do grupo superior. Conteúdo que defende o tratamento preferencial do grupo superior.

 **Olha o tipo de gente que protesta contra Bolsonaro eles são, maconheiros, bandidos, marginais, pessoas violentas, imorais, agridem a fé é direito de ir e vir, são hostis, apoiam estrupos, são a favor da corrupção, apóiam tráfico de drogas...cara fala sério só se vc é cego ou bandido para não enxergar ou apoiar isso!!!**

**(5) Esteriótipos e generalizações:** Conteúdo argumentando que apenas por ser membro do grupo B ou todos os membros do grupo B têm certas características/comportamentos negativos, que são desprezíveis, ou antissociais e que justificam a sua discriminação e invalidam os seus pedidos de certos direitos ou de igualdade de tratamento. “*Todos do grupo B são criminosos*” / “*Todos os membros do grupo B nos odeiam e desprezam*” / “*Os membros do grupo B são incapaz de viver no nosso país/sociedade*” / “*As pessoas do grupo B são imorais que irão corromper a nossa juventude*” / “*Grupo B tem alguns costumes/tradições que ameaçam nossa sociedade*” / “*Grupo B não é para ser confiável por causa de X. característica*” / “*Grupo B são ladrões então eles devem ser esterilizados*” / “*Todos os do Grupo B são corruptos*” .

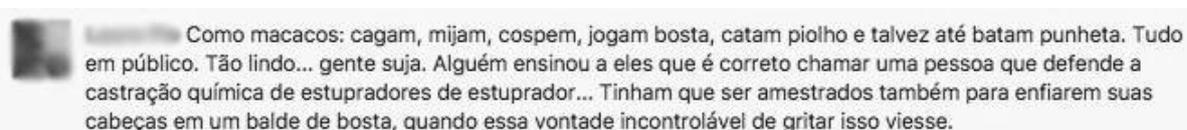
 **Olha sinceramente esquerdistas não tem nexos !**  
 Acho q essas pragas tem os cérebros de outro planeta porque não é possível não é normal!!!! Pelo amor de Deus eles querem transformar nosso país em  
 SODOMA  
 E GOMORRA... Olha eu juro que morro de Medo de acontecer algum atentado à esse homem porque esse país está cheio de pessoas sujas como esses esquerdistas! Morro de medo de tentarem acabar com a nossa única chance de tentar resolver o mundo dizem que uma andorinha só não faz verão! Mais faz sim se não fizesse os que andam no caminho errado não estariam assim tão desesperados por atenção! Porque eles querem aparecer a todo custo!  
 Bom enfim. Eu sou BOLSOMITO. E SINCERAMENTE me representa porque eu acho que direitos humanos têm que acabar porque os direitos humanos desse país só serve pra proteger vagabundo, porque o pai de família, as pessoas de bem nunca são amparadas pelo ministério público!!!! Enfim! É isso é continua não para não porque quanto mais incomoda mais gloriosa a vitória sera!

**(6) Exclusão/Expulsão:** Conteúdo que afirma que o grupo majoritário é o “dono” legítimo do país/espço e, por conseguinte, capazes de invalidar reivindicações pelos direitos do grupo B com base no argumento de que o país/espço pertence a um grupo A. Portanto, o grupo B não tem legitimidade para pedir direitos / existir / manter seus costumes ou tradições no território do país. Conteúdos que implicam que os membros do grupo A são donos do país, logo têm um estatuto tolerado/ primazia política/ têm menos motivos para reclamações/ porque a maioria do país está no grupo A. Conteúdos que exigem a expulsão do grupo B com base no argumento de que o país pertence ao grupo A. Conteúdo que defende expressamente a expulsão

de um grupo do território, com ou sem motivos ou argumentos específicos para tal ou por divergências de opiniões.

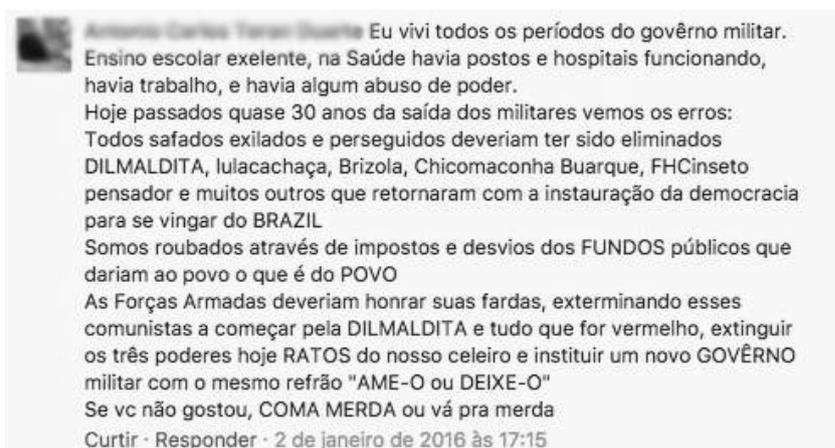
Ex: “*Parabéns ao A.Garcia pela reportagem e ao DepJair Messias Bolsonaro venho pedir que oriente o povo brasileiro num caminho que afaste para sempre esta maldita corja de comunistas e corruptos*”.

**(7) Animal/Sub-humano:** Comentários que comparem ou façam co-relação entre o grupo B e um grupo de animais / pragas ou sub-humano.



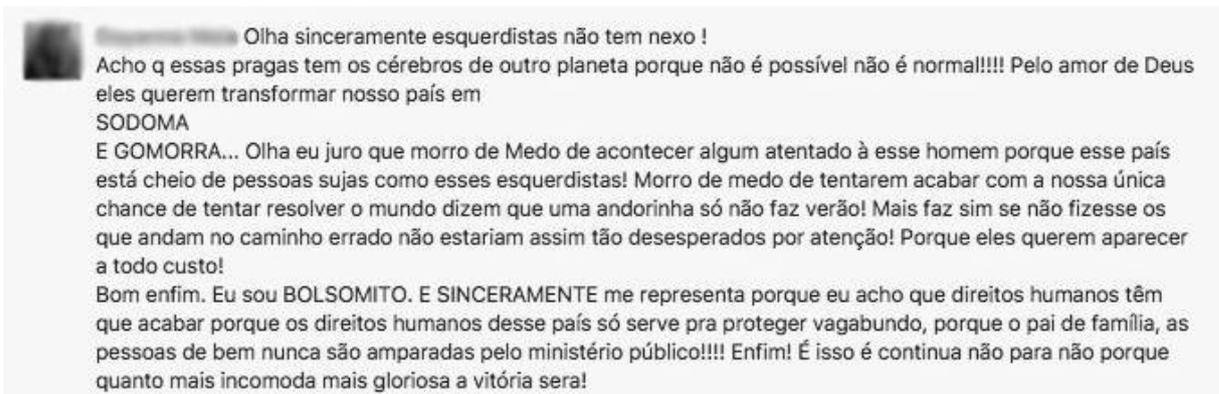
Como macacos: cagam, mijam, cospem, jogam bosta, catam piolho e talvez até batam punheta. Tudo em público. Tão lindo... gente suja. Alguém ensinou a eles que é correto chamar uma pessoa que defende a castração química de estupradores de estuprador... Tinham que ser amestrados também para enfiarem suas cabeças em um balde de bosta, quando essa vontade incontrolável de gritar isso viesse.

**(8) Histórico:** Conteúdo que desqualifica os pedidos de direitos ou justificam a discriminação ou maus tratos de pessoas pertencentes ao grupo B, com base em atos ou injustiças supostamente feitas por membros desse grupo ao grupo A ao longo da história. Conteúdo que exige ações contra uma minoria com base em argumentos históricos.

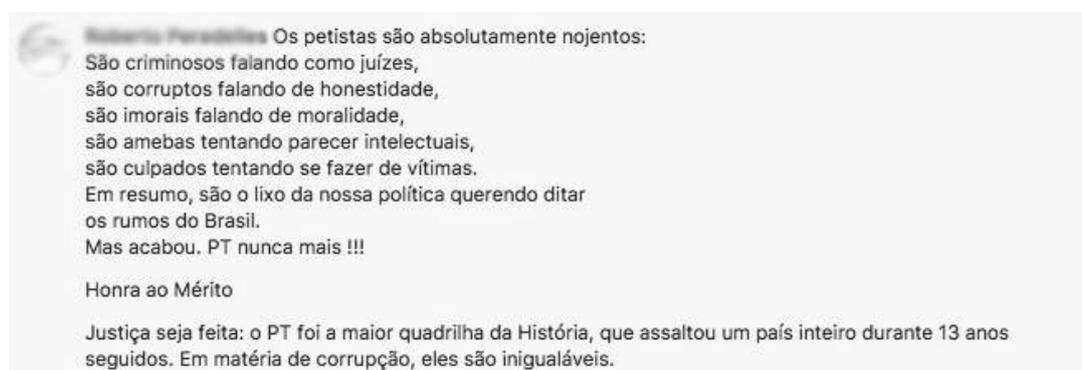


Eu vivi todos os períodos do govêrno militar. Ensino escolar exelente, na Saúde havia postos e hospitais funcionando, havia trabalho, e havia algum abuso de poder. Hoje passados quase 30 anos da saída dos militares vemos os erros: Todos safados exilados e perseguidos deveriam ter sido eliminados DILMALDITA, lulacachaça, Brizola, Chicomaconha Buarque, FHCinseto pensador e muitos outros que retornaram com a instauração da democracia para se vingarem do BRAZIL. Somos roubados através de impostos e desvios dos FUNDOS públicos que dariam ao povo o que é do POVO. As Forças Armadas deveriam honrar suas fardas, exterminando esses comunistas a começar pela DILMALDITA e tudo que for vermelho, extinguir os três poderes hoje RATOS do nosso celeiro e instituir um novo GOVÊRNO militar com o mesmo refrão "AME-O ou DEIXE-O". Se vc não gostou, COMA MERDA ou vá pra merda. Curtir · Responder · 2 de janeiro de 2016 às 17:15

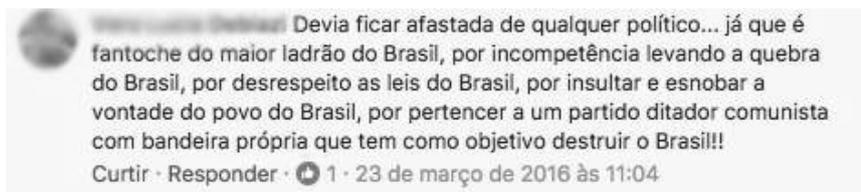
**(9) Extremismo religioso:** Conteúdos que ameaçam ou promovem ações contra os direitos civis (seculares) do grupo B, insultando ou expressando desprezo ao grupo B com base em argumentos religiosos.



**(10) Conspiração/ Inimigos da Nação:** Conteúdo que implica que os membros de um grupo B fazem parte da conspiração contra o país/sociedade, servindo a interesses maliciosos. Conteúdos que implicam que por ser membro de um grupo ou procurar direitos para esse grupo, seus membros ou líderes são inimigos do Estado/ pessoas / sociedade, ou que eles são uma ameaça. Conteúdo que argumenta que o grupo B é uma desgraça para o país ou é o culpado pela má imagem do país.



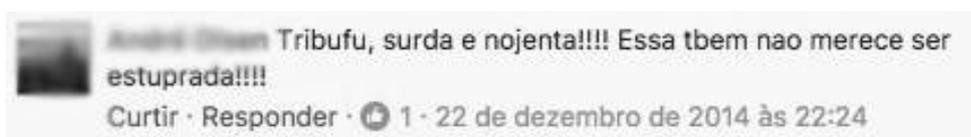
**(11) Direitos Negados:** Comentários que disputam ou negam direitos civis ou políticos de membros de grupos minoritários, incluindo os direitos de representação política / atividade política, direito de manifestação, direito de comparecer ou falar em público sobre o fundamento de que eles são uma minoria ou pertencem ao grupo B. Chamadas para uma ação que tem como base impedir o acesso aos direitos. “*Vamos todos sair para votar de modo a não permitir que o Bs possa entrar no parlamento*” / “*Bs não devem ser autorizados a comparecer ou falar em público*” / “*Bs não têm o direito de ter representação política ou Educação*”.



**(12) Discriminações Gerais:** Conteúdo discriminatório que não se encaixam em nenhuma das categorias acima - Comentários que contenham mensagens destinadas a aterrorizar, humilhar, degradar, abusar, ameaçar, ridicularizar, humilhar, e discriminar com base na raça, etnia, religião, orientação sexual, origem nacional ou gênero (ENCICLOPÉDIA DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 2007, p.301), expressar preconceito e desprezo, promover ou apoiar a discriminação, o preconceito e violência. Buscando distorcer a história dos grupos visados, para eliminar sua agência, para criar e manter depreciação cultural, racial e ilusões étnica sobre grupos-alvo. Incluindo também pejorativos e insultos a grupo base, que por vezes compreendem epítetos breves, rótulos normalmente negativos, curtas ou longas narrativas alegando mau comportamento de determinado grupo externo (ENCICLOPÉDIA DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 2007, p. 2051).

#### V012 – USUÁRIO

**(1) Hater:** “[...] tem uma relação de proximidade com o texto que ‘odeia’, consumindo-o para poder ter conhecimento detalhado de tudo que parece desagradá-lo no texto em questão” (PESSOTTO; TOLEDO, 2014, p. 87).



**(2) Troll:** visto como “[...] um indivíduo que perturba o bom andamento de uma comunidade virtual através da postagem de mensagens negativas ou fora de contexto[...] O comportamento padrão de um troll envolve postar uma mensagem, geralmente em resposta a uma questão, buscando insultar, chatear ou perturbar o grupo. O termo surgiu na *Usenet*, a partir da expressão *trolling for suckers* (em português, "lançando a isca para os trouxas"). (ZAGO, 2012, p. 151-152).



## TESTES DE FIABILIDADE

### ReCal 0.1 Alpha for 3+ Coders results for file "Enquadramento.csv"

File size: 271 bytes  
 N coders: 3  
 N cases: 39  
 N decisions: 117

## Average Pairwise Percent Agreement

Average pairwise percent agr.	Pairwise pct. agr. cols 1 & 3	Pairwise pct. agr. cols 1 & 2	Pairwise pct. agr. cols 2 & 3
80.342%	74.359%	94.872%	71.795%

## Fleiss' Kappa

Fleiss' Kappa	Observed Agreement	Expected Agreement
0.621	0.803	0.481

## Average Pairwise Cohen's Kappa

Average pairwise CK	Pairwise CK cols 1 & 3	Pairwise CK cols 1 & 2	Pairwise CK cols 2 & 3
0.646	0.553	0.884	0.502

## Krippendorff's Alpha (nominal)

Krippendorff's Alpha	N Decisions	$\sum_c o_{cc}^{***}$	$\sum_c n_c(n_c - 1)^{***}$
0.624	117	94	6468

\*\*\*These figures are drawn from Krippendorff (2007, case C.)

[Export Results to CSV](#) [\(what's this?\)](#)

### ReCal 0.1 Alpha for 3+ Coders results for file "Transmissão.csv"

File size: 271 bytes  
 N coders: 3  
 N cases: 39  
 N decisions: 117

## Average Pairwise Percent Agreement

Average pairwise percent agr.	Pairwise pct. agr. cols 1 & 3	Pairwise pct. agr. cols 1 & 2	Pairwise pct. agr. cols 2 & 3
86.325%	89.744%	82.051%	87.179%

## Fleiss' Kappa

Fleiss' Kappa	Observed Agreement	Expected Agreement
0.559	0.863	0.69

## Average Pairwise Cohen's Kappa

Average pairwise CK	Pairwise CK cols 1 & 3	Pairwise CK cols 1 & 2	Pairwise CK cols 2 & 3
0.556	0.671	0.385	0.611

## Krippendorff's Alpha (nominal)

Krippendorff's Alpha	N Decisions	$\sum_c o_{cc}^{***}$	$\sum_c n_c(n_c - 1)^{***}$
0.563	117	101	9324

\*\*\*These figures are drawn from Krippendorff (2007, case C.)

[Export Results to CSV](#) [\(what's this?\)](#)

## ReCal 0.1 Alpha for 3+ Coders results for file "Teste - Usuário.csv"

File size: 349 bytes  
N coders: 4  
N cases: 39  
N decisions: 156

### Average Pairwise Percent Agreement

Average pairwise percent agr.	Pairwise pct. agr. cols 1 & 4	Pairwise pct. agr. cols 1 & 3	Pairwise pct. agr. cols 1 & 2	Pairwise pct. agr. cols 2 & 4	Pairwise pct. agr. cols 2 & 3	Pairwise pct. agr. cols 3 & 4
73.504%	71.795%	79.487%	76.923%	69.231%	76.923%	66.667%

### Fleiss' Kappa

Fleiss' Kappa	Observed Agreement	Expected Agreement
0.137	0.735	0.693

### Average Pairwise Cohen's Kappa

Average pairwise CK	Pairwise CK cols 1 & 4	Pairwise CK cols 1 & 3	Pairwise CK cols 1 & 2	Pairwise CK cols 2 & 4	Pairwise CK cols 2 & 3	Pairwise CK cols 3 & 4
0.135	-0.092	0.257	0.086	0.114	0.351	0.093

### Krippendorff's Alpha (nominal)

Krippendorff's Alpha	N Decisions	$\sum_c o_{cc}^{***}$	$\sum_c n_c(n_c - 1)^{***}$
0.143	156	114.666666667	16706

\*\*\*These figures are drawn from Krippendorff (2007, case C.)

[Export Results to CSV](#) ([what's this?](#))

## ReCal 0.1 Alpha for 3+ Coders results for file "Teste - forma discurso.csv"

File size: 349 bytes  
N coders: 4  
N cases: 39  
N decisions: 156

### Average Pairwise Percent Agreement

Average pairwise percent agr.	Pairwise pct. agr. cols 1 & 4	Pairwise pct. agr. cols 1 & 3	Pairwise pct. agr. cols 1 & 2	Pairwise pct. agr. cols 2 & 4	Pairwise pct. agr. cols 2 & 3	Pairwise pct. agr. cols 3 & 4
76.923%	79.487%	79.487%	79.487%	74.359%	74.359%	74.359%

### Fleiss' Kappa

Fleiss' Kappa	Observed Agreement	Expected Agreement
0.194	0.769	0.714

### Average Pairwise Cohen's Kappa

Average pairwise CK	Pairwise CK cols 1 & 4	Pairwise CK cols 1 & 3	Pairwise CK cols 1 & 2	Pairwise CK cols 2 & 4	Pairwise CK cols 2 & 3	Pairwise CK cols 3 & 4
0.184	0.028	0.316	0.103	0.108	0.283	0.264

### Krippendorff's Alpha (nominal)

Krippendorff's Alpha	N Decisions	$\sum_c o_{cc}^{***}$	$\sum_c n_c(n_c - 1)^{***}$
0.199	156	120	17210

\*\*\*These figures are drawn from Krippendorff (2007, case C.)

[Export Results to CSV](#) ([what's this?](#))

## SEGUIDORES DA FAN-PAGE DOS DEPUTADOS DAS TRÊS BANCADAS

OS 10 parlamentares mais seguidos no Facebook em janeiro de 2017					
BANCADA EVANGÉLICA		BANCADA AGROPECUÁRIA		BANCADA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
NOME	SEGUIDORES	NOME	SEGUIDORES	NOME	SEGUIDORES
JAIR BOLSONARO	4.193.759	ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	507.801	JAIR BOLSONARO	4.152.904
PR. MARCO FELICIANO	4.038.406	SILAS CÂMARA	295.731	EDUARDO BOLSONARO	1.283.406
EDUARDO BOLSONARO	1.288.572	ONYX LORENZONI	228.779	SÉRGIO REIS	971.665
DELEGADO WALDIR	656.679	NELSON MARCHEZAN JUNIOR	192.223	CELSO RUSSOMANNO	700.839
ANTONIO BULHÕES	496.658	DELEGADO ÉDER MAURO	111.159	DELEGADO WALDIR	656.511
EROS BIONDINI	328.270	ARTHUR OLIVEIRA MAIA	109.876	ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	507.262
SILAS CÂMARA	295.763	BRUNA FURLAN	88.111	SILAS CÂMARA	295.783
FLAVINHO	222.105	WLADIMIR COSTA	68.400	PEDRO FERNANDES	240.766
JEFFERSON CAMPOS	199.649	WEVERTON ROCHA	62.984	JEFFERSON CAMPOS	199.610
CLARISSA GAROTINHO	160.547	ALEXANDRE BALDY	61.550	PAULO PIMENTA	194.511